



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**QUANDO INTERESSES E INTIMIDADE SE MISTURAM:
uma análise das estratégias dos mediadores para significação do dinheiro em um
Circuito de Crédito Cooperativo**

Jandir Pauli

Porto Alegre

2012

Jandir Pauli

**QUANDO INTERESSES E INTIMIDADE SE MISTURAM:
uma análise das estratégias dos mediadores para significação do dinheiro em um
Circuito de Crédito Cooperativo**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de Doutor em Sociologia sob orientação da Prof^a Dra. Cinara Lerrer Rosenfield.

Porto Alegre

2012.

Jandir Pauli

**QUANDO INTERESSES E INTIMIDADE SE MISTURAM:
uma análise das estratégias dos mediadores para significação do dinheiro em um
Circuito de Crédito Cooperativo**

Banca examinadora

Prof^ª. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield - Orientadora

Prof. Dr. Philippe Steiner – *Université Paris IV (Sorbonne)* – Examinador

Prof^ª. Dra. Lúcia Alves Müller – PUCRS – Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva – PPGS/UFRGS – Examinador

Porto Alegre

2012.

À Professora Cinara pelo envolvimento qualificado na orientação da pesquisa,
ao Professor Philippe Steiner pelo acolhimento, orientação e auxílio,
à Luciane pelo carinho, auxílio e compreensão,
aos integrantes da CRESOL Central SC/RS, em especial Franciele e Cláudio, pelo apoio,
aos colegas professores da Faculdade Meridional pela motivação e suporte,
aos colegas do PPGS/UFRGS, turma 2008, em especial à Rochele, pela parceria,
à família e amigos pela paciência e torcida.
Todos fundamentais para a realização deste estudo.

RESUMO

Este estudo analisa como o dinheiro afetou a relação social entre agricultores familiares e dirigentes de cooperativas de crédito rural articuladas em um Sistema de Cooperativas denominado CRESOL Central SC/RS. Desmembrado do Sistema CRESOL-BASER em 2004, em seis anos o Sistema totalizou mais de 93 mil associados em 60 Cooperativas Singulares em 150 municípios, prioritariamente nos Estados do sul do Brasil. O problema de pesquisa parte da ideia de que a intensificação da utilização do dinheiro cumpre uma dupla finalidade: 1) de racionalizar a gestão e diminuir a influência da tradição na organização econômica da unidade doméstica e; 2) de transportar símbolos, sentimentos e interesses que demarcam, definem e significam as relações sociais. Assim, o problema central analisa as estratégias adotadas pelos dirigentes para significação do dinheiro neste Sistema. Dois conceitos operacionais foram úteis para relacionar teoria e realidade empírica: 1) Circuito Econômico, proposto por Viviana Zelizer (2005) como uma configuração importante e mais complexa dos laços sociais. Sua função é permitir a circulação de acordos, práticas, informações, instrumentos de troca e símbolos compartilhados neste ambiente. Este conceito será utilizado para caracterizar o Sistema CRESOL SC/RS. O segundo conceito é o de mediadores, desenvolvido por Dough McAdam, John McCarthy e David Zald (1999), que será utilizado para definir o papel dos dirigentes e técnicos das Cooperativas. A hipótese é de que os mediadores são responsáveis pelo alinhamento entre a dimensão racional-instrumental do dinheiro e a proposição de significados a partir de relações de intimidade com a finalidade do fortalecimento dos laços sociais e identidade do Circuito. Para isto: 1) definem as fronteiras do circuito; 2) desenvolvem ações para capturar a intimidade dos agricultores, convertendo a confiança, a reciprocidade e amizade em fortalecimento da organização e; 3) elaboram os significados do dinheiro propondo “boas combinações” entre intimidade, cultura e racionalidade-instrumental. Assim, o debate teórico central deste estudo gravita em torno do

conceito de intimidade de Zelizer (2005). Para a autora a intimidade incorpora as dimensões da confiança, reciprocidade e amizade e constitui-se como uma possibilidade analítica para superação dos chamados “mundos hostis”. Assim, existiriam dois tipos de intimidade: 1) a que suporta transferência de informações confidenciais e potencialmente “minadas”; 2) laços estreitos duráveis entre duas pessoas. É nesta intimidade que ocorrem as transferências econômicas e é por este motivo que a captação da intimidade pelos mediadores torna-se um objetivo de primeira grandeza para o ajuste da relação social. No entanto, este estudo critica o conceito de intimidade em duas perspectivas: 1) evita a supervalorização da intimidade como base teórica para compreensão das transações econômicas e 2) valoriza as questões políticas que envolvem relações íntimas através da problematização da motivação dos mediadores, tema negligenciado em Zelizer. A base metodológica aproxima-se da etnografia e seu *corpus* é constituído por entrevistas semi-estruturadas, observação de práticas e discursos e rotinas, fotografias e materiais de publicação institucional. A partir da análise dos dados, concluiu-se que os mediadores e agricultores reconhecem a necessidade de demarcação e diferenciação das relações de amizade com as de negócios, sendo que geralmente as fronteiras entre estas duas esferas são ultrapassadas. Além disto, comprovou-se que no Circuito CRESOL SC/RS os mediadores operam a estratégia de converter laços de proximidade, confiança e amizade em vinculação institucional. Sua ação adquire um viés instrumental na tentativa de converter transações econômicas em intimidade, transferências financeiras em ampliação e fortalecimento da identidade do Circuito.

Palavras-chave: Sociologia do Dinheiro, Sociologia Econômica, Intimidade, Circuito, Estratégias, Mediadores.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à analyser l'influence de l'argent sur les relations sociales entre agriculteurs familiaux et dirigeants de coopératives de crédit rural, réunies dans le Système de Coopératives CRESOL Central SC/RS. Détaché du Système CRESOL-BASER en 2004, le CRESOL Central SC/RS compte depuis plus de 96 000 associés répartis dans 60 coopératives singulières de 150 municipalités, essentiellement situées dans les états du sud brésilien. La problématique de recherche part du présupposé selon lequel l'intensification de l'utilisation de l'argent remplit deux fonctions : 1) rationaliser la gestion et diminuer l'influence de la tradition dans l'organisation économique de l'unité domestique ; et 2) faire circuler des symboles, des sentiments et des intérêts qui délimitent, définissent et signifient les relations sociales. Dans ce sens, l'accent est mis sur les stratégies adoptées par les dirigeants pour la signification de l'argent dans ce système. Deux concepts opérationnels sont exploités pour établir un lien entre théorie et réalité empirique : a) le *circuit économique* tel que proposé par Viviana Zelizer (2005), à savoir une configuration importante et plus complexe des liens sociaux. Sa fonction est de permettre la circulation d'accords, pratiques, informations, instruments d'échange et symboles partagés dans cet environnement. Ce concept sera utilisé pour caractériser le Système CRESOL Central SC/RS. b) Les *médiateurs*, concept développé par Dough McAdam, John McCarthy et David Zald (1999) et utilisé pour définir le rôle des dirigeants et techniciens des coopératives. L'hypothèse de base est que les médiateurs sont responsables de l'alignement de la dimension rationnelle-instrumentale de l'argent sur la proposition de significations à partir des relations d'intimité, dans le but de renforcer les liens sociaux et l'identité du circuit. Pour ce faire, 1) ils définissent les frontières du circuit ; 2) ils développent des actions pour conquérir l'intimité des agriculteurs en se servant de la confiance, de la réciprocité et de l'amitié pour consolider l'organisation ; 3) ils élaborent les significations de l'argent pour proposer de bonnes « combinaisons » entre intimité, culture et rationalité instrumentale. Le débat théorique central de cette étude tourne autour du concept

d'intimité de Zelizer (2005). Pour l'auteur, l'intimité incorpore les dimensions de confiance, réciprocité, amitié et représente une possibilité analytique pour dépasser lesdits « mondes hostiles ». Elle met en avant deux types d'intimité : a) celle qui concerne le transfert d'informations confidentielles et potentiellement nuisibles ; 2) et celle qui permet des liens étroits et durables entre deux personnes. C'est dans cette intimité que se produisent les transferts économiques, d'où le rôle majeur de sa conquête par les médiateurs pour l'ajustement de la relation sociale. Ce nonobstant, cette étude opère également une critique du concept d'intimité à deux niveaux : 1) elle propose d'éviter la survalorisation de l'intimité comme base théorique pour comprendre les transactions économiques ; 2) elle s'attache à valoriser les questions politiques impliquant des relations intimes à travers la problématisation de la motivation des médiateurs, un thème négligé par Zelizer. La base méthodologique se rapproche de l'ethnographie, avec un *corpus* constitué d'entretiens semi-structurés, d'observation de pratiques, de discours et de routines, de photographies et de matériels de publication institutionnelle. L'analyse des données montre que les médiateurs et les agriculteurs familiaux reconnaissent la nécessité de délimiter et de différencier les relations d'amitié des relations d'affaires, les frontières entre ces deux sphères étant généralement dépassées. En outre, il apparaît que dans le Circuit CRESOL Central SC/RS les médiateurs convertissent les liens de proximité, confiance et amitié en lien institutionnel. En tentant de transformer des transactions économiques en intimité et des transferts financiers en amplification et consolidation de l'identité du circuit, on s'aperçoit que leur action acquiert un sens instrumental.

Mots-clés: sociologie de l'argent; sociologie économique; circuit; stratégies; médiateurs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APACO** - Associação de Pequenos Agricultores do Oeste de SC
- ASSESSOAR** - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- BANCOOB** – Banco Cooperativo do Brasil
- BANRISUL** – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
- BANSICREDI** – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
- BASER** – Base Regional de Serviços
- BCB** - Banco Central do Brasil
- BNDES** – Banco Nacional do Desenvolvimento
- BRDE** – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base
- CEF** - Caixa Econômica Federal
- CEPAGRI** – Centro de assessoria e apoio aos trabalhadores rurais
- CEPAGRO** - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
- CETAP** – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- CNBB/SUL II** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II
- COCECRER** - Cooperativa Central de Crédito Rural
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- COOPERHAF** - Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CREDIQUILOMBO** – Cooperativa de Crédito Rural de Quilombo Ltda
- CREDISEARA** – Cooperativa de Crédito Rural Seara Ltda.
- CRESOL** – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
- CUT/STR** - Central Única dos Trabalhadores
- DSI** - Développement Solidaire International

FCR - Fundo de Crédito Rotativo

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS)

Fundação RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural

IFIBE - Instituto de Filosofia Berthier

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Sem Terra

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH - Programa Subsídio Habitacional

PT - Partido dos Trabalhadores

REDE PTA – Rede Projetos de Tecnologias Alternativas

REDE TA-SUL – Rede de Tecnologias Alternativas do Sul do Brasil

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A SOCIOLOGIA DO DINHEIRO E A CRÍTICA AO CONCEITO DE “MUNDOS HOSTIS”	29
1.1. A démarche da Sociologia Econômica	31
1.1.1. <i>A Sociologia do Mercado e o sentido da ação economia em Max Weber</i>	37
1.1.2. <i>A Sociologia Econômica Contemporânea</i>	47
1.1.3. <i>Viviana Zelizer e a crítica ao conceito de “mundos hostis”</i>	56
1.2. A Sociologia do Dinheiro	65
1.2.1. <i>Aspectos históricos e morais</i>	66
1.2.2. <i>O dinheiro para Max Weber: a racionalidade, o interesse e a superação do tradicionalismo econômico</i>	76
1.2.3. <i>A unidade familiar entre o oikos e a empresa: o debate entre Weber e Polanyi</i>	80
1.2.4. <i>O dinheiro para Zelizer: pontos para compreensão do objeto empírico</i>	91
1.2.5. <i>O Circuito CRESOL SC/RS e a ação dos mediadores</i>	95
CAPÍTULO II – A AÇÃO DOS MEDIADORES NA PRODUÇÃO DOS SÍMBOLOS DO CIRCUITO CRESOL	105
2.1. A caracterização do Sistema CRESOL Central SC/RS	108
2.1.1. <i>Os números do Circuito CRESOL SC/RS</i>	110
2.1.2. <i>Os produtos e serviços</i>	114
2.1.3. <i>As Políticas Públicas</i>	115
2.2. O papel dos mediadores no Circuito CRESOL SC/RS	119
2.3. Gênese e identidade do Circuito CRESOL	121
2.3.1. <i>O dinheiro e a abertura da unidade doméstica</i>	121
2.3.2. <i>A relação com as organizações sociais (partidos políticos, igreja, ONGs...)</i>	130
2.3.3. <i>A relação com o sistema financeiro</i>	137
2.3.4. <i>A relação com a política pública e a abertura da unidade doméstica</i>	141
2.4. Mediadores e a definição da identidade do Circuito CRESOL SC/RS	145
2.5. A atuação dos mediadores na atualização do Circuito CRESOL SC/RS	151

CAPÍTULO III – “BOAS COMBINAÇÕES” ENTRE ECONOMIA E INTIMIDADE NO CIRCUITO CRESOL SC/RS	155
3.1. Dinheiro, intimidade e confiança	155
3.2. A produção de significados nas três atualizações do Circuito CRESOL	159
3.3. A abertura da unidade doméstica e a questão da intimidade	169
3.3.1. <i>“Mundos hostis” ou “boas combinações”?</i>	170
3.3.2. <i>O dinheiro e a abertura da unidade doméstica</i>	175
3.4. As relações sociais no Circuito CRESOL SC/RS.....	180
3.4.1. <i>A demarcação das relações sociais no Circuito CRESOL SC/RS.....</i>	181
3.4.2. <i>As estratégias dos mediadores para captação da intimidade</i>	185
3.4.3. <i>Os símbolos que marcam os cruzamentos entre intimidade e economia</i>	190
3.5. Os mediadores e as “boas combinações” no Circuito CRESOL SC/RS	196
CONCLUSÃO	201
BIBLIOGRAFIA.....	207
ANEXOS.....	215

INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro acompanhou, nas últimas décadas, a formação de um novo setor econômico denominado Agricultura Familiar. Caracterizado por utilizar mão de obra predominantemente familiar nas suas atividades econômicas e pela produção diversificada voltada para o autoconsumo com a comercialização do excedente, este setor intensificou sua atividade econômica através do acesso ao crédito público com juros subsidiados, disponibilizado por políticas públicas, passando a produzir para atender demandas de mercado, especialmente de produção de alimentos. Em números, os dados do Senso do IBGE de 2006 mostram que no Brasil este setor 1) emprega 75% mão de obra rural, respondendo por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) agrícola; 2) está dividido em 4.367.902 estabelecimentos rurais, que representam 84,4% do total de estabelecimentos; 3) ocupa 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área das propriedades agropecuárias brasileiras e; 4) produz 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país (MDA, 2010).

Do ponto de vista social, a Agricultura Familiar foi historicamente caracterizada por manter fortes vínculos comunitários, fazendo emergir uma miríade de associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores, cooperativas de produção e de crédito, articuladas especialmente por movimentos sociais, igrejas e Organizações não Governamentais (ONGs). A ação política dessas organizações contribuiu na criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. Em pouco tempo, o Programa contribuiu substancialmente para emergência deste novo cenário no meio rural e o fortalecimento social deste novo segmento econômico.

A identidade econômica e social do Agricultor Familiar pode ser definida em diferenciação ao campesinato tradicional, uma vez que este historicamente utilizou a propriedade para a agricultura de subsistência, com poucas relações com o mercado. No

contexto da criação do PRONAF, a “Agricultura Familiar” é entendida como um setor econômico que se relaciona com o mercado através do acesso ao crédito, permitindo a aquisição de insumos, agregação de valor e comercialização da produção. Nas palavras de Abramovay (1992, p. 22) “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Em outros termos, trata-se de uma definição “fabricada” através da relação entre movimentos sociais e o Estado para definir um segmento econômico em constituição a partir da pauta dos movimentos sociais e da constituição de uma política pública que reconhecia sua importância econômica e social.

Esse novo contexto da Agricultura Familiar mostra que tanto a comercialização da produção, quanto o acesso ao crédito, intensificaram a utilização do dinheiro no meio rural brasileiro. Além de vendedores do excedente, os agricultores familiares passaram também a comprar insumos, máquinas e equipamentos para a produção. Esta relação intensificada e permanente com o mercado contribuiu para a profissionalização da gestão e a especialização em determinadas atividades econômicas (produção de leite, hortaliças, frutas, cereais, etc.), ocasionando uma diminuição da diversificação, obrigando os agricultores familiares a adquirir nos mercados urbanos alguns itens alimentícios básicos para manutenção da unidade doméstica (família). Por isto, embora este estudo reconheça que a utilização do dinheiro no meio rural brasileiro não inicia com o PRONAF, a centralidade da análise está na intensificação da sua circulação, uma vez que o objetivo desta política pública é incluir uma parcela significativa de agricultores familiares no sistema financeiro através do acesso ao crédito.

Atualmente, o acesso de um contingente expressivo de agricultores aos recursos das políticas públicas, especialmente do PRONAF, ocorre através de Cooperativas de Crédito¹, credenciadas como agentes financeiros junto ao Banco Central do Brasil. Estas cooperativas também buscam recursos em grandes bancos públicos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o BRDE (Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul) para financiar investimentos de máquinas e equipamentos, além de acessarem diversas

¹ Estas cooperativas acessam os recursos do PRONAF através dos agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que são agrupados em básicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e vinculados (BNDES, Bancoob, BANSICREDI) e associados à Febraban. Fonte Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/PRONAF/>>. Acesso em dez. 2011.

outras políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCM, entre outros.

Em 2000 o Banco Central orientou a criação de Centrais de Cooperativas com a função administrativa de articular e monitorar as movimentações financeiras de todas as cooperativas vinculadas, as chamadas Cooperativas Singulares. Isso facilitou o controle do Banco uma vez que essas Centrais foram obrigadas a reunir todas as informações sobre as Singulares, além de corresponsabilizar as Centrais pela gestão adequada às regras do Sistema Financeiro Nacional.

O objeto empírico deste estudo é um Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, denominado CRESOL Central SC/RS. Com sede na cidade de Chapecó/SC, o Sistema articula, em uma Central, um conjunto de cooperativas de crédito rural dos Estados do SC e RS. No entanto, é importante destacar que o Sistema CRESOL surgiu ainda em 1995 a partir de uma coalizão entre organizações do meio rural dos Estados do PR, SC e RS, especialmente entre ONGs, Movimentos Sociais, Sindicatos de Trabalhadores, Partidos Políticos e com amplo apoio da ala progressista da igreja católica (inspirada nas experiências das chamadas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs). Naquele contexto, a Central cumpria basicamente a função de articulação política e suporte técnico e contábil para as operações financeiras das cooperativas do Sistema², a chama Base de Serviços (BASER). É importante destacar que a primeira Cooperativa Singular CRESOL surgiu em 1995 no Sudoeste do PR, no município de Dois Vizinhos. Em 2000, já atendendo à normativa do Banco Central, foi criada a CRESOL-BASER (Base de Serviços) e em 2004, ocorreu a criação da CRESOL Central SC/RS³ que passou a articular as cooperativas dos Estados do Sul do RS e SC, ficando a CRESOL-BASER com a responsabilidade de articular a maioria das cooperativas paranaenses e algumas cooperativas catarinenses. Em termos práticos, cada central passou a operar de maneira autônoma na elaboração da sua estratégia, mas o desmembramento foi motivado basicamente para cumprir uma exigência normativa do Banco Central.

Em seis anos, segundo os números do Balanço Social de 2010, a CRESOL Central SC/RS passou a contar com 93.416 associados, distribuídos em 60 Cooperativas Singulares, oito Bases de Serviços, e 94 Unidades de Atendimento. Seu raio de atuação se

² Neste período o Sistema CRESOL aglutinava cinco cooperativas singulares: Marmeleiro, Dois Vizinhos, Capanema, Pinhão e Laranjeiras do Sul.

³ A CRESOL Central SC/RS tem personalidade jurídica de cooperativa e tem como associados os presidentes das cooperativas singulares.

estende a mais de 150 municípios, prioritariamente nos Estados do RS e SC. Do ponto de vista financeiro, no mesmo período, o sistema concluiu 2010 com 139 milhões em patrimônio, 226 milhões em PRONAF Custeio (29 mil contratos), 144 milhões em PRONAF Investimento (6,7 mil contratos), 400 milhões em empréstimos/crédito com recursos próprios (75 mil contratos), 1767 casas construídas com recursos dos programas de Habitação Social – PSH e PMCMV (Ministério das Cidades), 1.037 bilhões em ativos e com um resultado financeiro de oito milhões de reais. Na série histórica, todas as informações fornecidas pelo Sistema mostram uma evolução constante e intensa durante seus seis anos de história (2004-2010). Por exemplo, o número de associados passou de 11.300 em 2004 para 193.416 em 2010. Um incremento de mais de 200% ao ano. Percentuais que seguem a mesma tendência nos gráficos de ampliação da área de atuação, captação e liberação de crédito (projetos)⁴.

Neste percurso entre a criação das cooperativas de crédito, seu credenciamento como parceiro governamental repassador de recursos públicos e a criação das centrais de cooperativas surgem os mediadores. Quem são os mediadores? São integrantes das Cooperativas de Crédito (diretores, assessores e técnicos extensionistas⁵) que, localizados em espaços estratégicos, elaboram propostas, coordenam projetos, acompanham a prática de aplicação dos recursos e se relacionam cotidianamente com os agricultores familiares tomadores de créditos⁶. É nestas cooperativas que atuam os mediadores com a função de alinhamento entre o conteúdo das políticas públicas, a missão institucional das cooperativas e do Sistema CRESOL, com as expectativas dos agricultores que acessam o crédito. Assim, a pergunta de partida deste estudo busca compreender como agricultores e dirigentes orientam sua relação social a partir da intensificação da utilização do dinheiro, isto é, como a intensificação da circulação do dinheiro mistura elementos de ordem política, cultural e de afetividade entre os integrantes do Sistema CRESOL SC/RS?

A noção de mediadores é utilizada neste estudo como o primeiro conceito operacional entre o marco teórico e a realidade empírica. Dough McAdam, John McCarthy

⁴ A missão do Sistema CRESOL SC/RS é “fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores familiares através do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local e sustentável.” Seus princípios são: democracia; articulação com movimentos populares; gestão pelos agricultores familiares; transparência; solidariedade e cooperação; descentralização e; honestidade.

⁵ Extensionistas são, em geral, técnicos agrícolas ou agrônomos que fazem a chamada "extensão rural", um trabalho de campo com visitas e atuação em um processo de educação no qual as famílias de agricultores são motivadas a adotarem novos hábitos de gestão e produção.

⁶ É importante destacar que algumas destas Cooperativas de Crédito foram constituídas antes mesmo da criação do PRONAF e em muitos casos elas sedimentam relações de proximidade anteriores ao Programa.

e David Zald (1999), recorrendo às elaborações de Snow e Robert Benford (1992), propõem os conceitos de *frames* como articulação entre a ideologia dos movimentos com a dimensão cognitiva dos seus integrantes. No Sistema CRESOL os mediadores atuariam no alinhamento (articulação) entre os valores, sentimentos, visões de mundo e pretensão de legitimidade da política pública com os quadros de referência dos agricultores associados (beneficiários). Em outros termos, os mediadores seriam responsáveis pela elaboração, articulação e proposição de referenciais que buscam definir, justificar e legitimar as práticas sociais nos circuitos econômicos. Estes referenciais de mundo são negociados e sofrem a influência dos valores e visão de mundo dos agricultores e são permanentemente atualizados e institucionalizados no Sistema.

Para cumprir com os objetivos deste estudo, o foco analítico serão as relações entre Mediadores e Agricultores Familiares. A importância de analisar especialmente a ação dos Mediadores deve-se a sua particular responsabilidade de elaborar, propor e articular visões de mundo, valores, sentimentos, significados e ideologias, que associados à racionalidade econômica, contribuem na mobilização coletiva e demarcação do contexto em que as ações dos agricultores se desenvolvem. Em última instância, os mediadores são responsáveis pelo alinhamento entre: o a) a missão das políticas públicas e das linhas de financiamento dos bancos de investimento – fonte dos recursos econômicos – e/ou mesmo da captação de recursos a partir das cotas de capital e de depósitos dos associados; b) a missão das cooperativas que compõem o Sistema CRESOL Central SC/RS; c) a proposição de símbolos que permitem o alinhamento entre a dimensão política e social do crédito com a atividade econômica das famílias e; d) a ampliação da reciprocidade e confiança na relação com os agricultores.

A partir deste conceito operacional, este estudo pretende explorar as transformações nas relações sociais ocorridas na Agricultura Familiar visando compreender como o dinheiro afetou as relações entre agricultores e mediadores. Assim, torna-se fundamental analisar as transações econômicas entre os atores que compõem o Sistema. Para analisar estas transferências, a socióloga estadunidense Viviana Zelizer elabora uma ferramenta analítica denominada Circuito, utilizada como o segundo conceito operacional deste estudo. Entende-se por Circuito uma configuração social e econômica que permite a circulação de acordos, práticas, informações, instrumentos de troca e símbolos partilhados neste ambiente. Cada circuito é caracterizado por 1) limites mais ou menos precisos e algum controle sobre suas fronteiras; 2) laços pessoais significativos entre seus membros e;

3) transações econômicas próprias e instrumentos de troca com base na reciprocidade (ZELIZER, 2005a, p. 96).

Para os fins deste estudo, a noção de Circuito será utilizada como sinônimo de Sistema, procurando demonstrar que a ação dos mediadores na formação da identidade da CRESOL está orientada para a criação de uma complexa rede de significados que mesclam elementos de ordem 1) política (simetria nas relações de poder, proximidade com a realidade do agricultor, linguagem acessível e orientação do crédito); 2) cultural (importância da família, cooperação e ajuda mútua); 3) econômica (juros mais baixos, acompanhamento técnico, financiamento desburocratizado da produção e do consumo) e; 4) afetiva (confiança, reciprocidade, amizade e cuidado/zelo). Além disso, na organização desse Circuito o dinheiro emerge como principal meio de articulação entre a dimensão racional/instrumental com um sistema de valores que identifica e demarca as fronteiras das transações econômicas com as transações não econômicas.

Os mediadores operam a ambivalência entre “fechamento” e “abertura” do Circuito, o que significa fechá-lo do ponto de vista da circulação do dinheiro (ampliação dos produtos e serviços disponibilizados aos associados para evitar que o dinheiro saia das divisas do circuito) e, ao mesmo tempo, manter sua comunicação com o exterior, incorporando novos símbolos, sentimentos, inovações organizacionais e significados que passam a ser negociados com agricultores. Por isso, conforme será demonstrado, o Circuito CRESOL SC/RS passa por constantes atualizações que modificam o significado do dinheiro e propõe novos símbolos para serem partilhados coletivamente. Por essas razões, captar a intimidade⁷ dos agricultores torna-se uma importante estratégia para a consolidação dos objetivos da política pública e da missão do Sistema.

A partir dos dois conceitos operacionais deste estudo será amarrada a problemática. As perguntas que fornecem suporte para isto são as seguintes: 1) como ocorre a análise, concessão e acompanhamento do crédito? 2) como os mediadores se aproximam das famílias e como constroem a fidelização do agricultor à CRESOL? 3) como a amizade entre agricultores e diretores trata temas como acompanhamento e controle da aplicação dos recursos? 4) quais são as práticas que sustentam a relação entre os mediadores e as famílias associadas e como símbolos e rotinas (visitas às famílias, participação em festas, etc.) colocam os atores em relação? Por fim; 6) qual é a base da confiança no Circuito? A

⁷ A expressão “captar a intimidade” será utilizada para sintetizar a ideia de que os mediadores buscam conquistar a confiança e a amizade dos agricultores para fidelizá-los à Cooperativa e ao Sistema CRESOL.

partir dessas perguntas, a problemática geral procura compreender como elementos da afetividade são misturados às transações econômicas e quais são as estratégias adotadas pelos mediadores para oferecer suporte simbólico às práticas econômicas no Circuito CRESOL SC/RS. Em outras palavras, procura-se compreender como a ação dos mediadores contribui para que a intimidade forneça suporte para as relações econômicas no Circuito e como estas relações são afetadas pela lógica financeira.

Neste contexto, fazer uma Sociologia do Dinheiro⁸ torna-se um desafio de primeira grandeza, uma vez que dois aspectos são colocados em questão: 1) o diálogo crítico com a tradição da Sociologia Econômica, especialmente a contemporânea, que concentrou suas análises em uma Sociologia do Mercado e das Empresas na medida em que analisou, quase exclusivamente, os arranjos institucionais e as articulações e redes que confirmam o enraizamento social da economia; e 2) analisar a problemática e os dados empíricos a partir de teorias que incorporam elementos de ordem cultural e afetiva para compreensão dos fenômenos econômicos, abandonando a análise das relações de mercado para compreender as transações econômicas. Em resumo, o desafio é fazer uma Sociologia do Dinheiro que leve em consideração o poder da cultura e da afetividade na significação do dinheiro e na geração de laços sociais, ao mesmo tempo em que busca compreender as estratégias dos mediadores para captar a intimidade dos agricultores familiares a partir da elaboração e articulação de símbolos que serão partilhados coletivamente nos Circuitos Econômicos.

A hipótese deste estudo é de que os mediadores fornecem o conteúdo simbólico que permite combinar a lógica financeira com os referenciais culturais e elementos da intimidade dos agricultores para fortalecer as relações sociais e a identidade do Circuito CRESOL SC/RS. Para isto, atuam em quatro frentes: 1) definem o circuito (suas fronteiras e sua identidade); 2) desenvolvem ações para captar a intimidade dos agricultores, convertendo a confiança, a reciprocidade e amizade em fortalecimento da organização e benefícios econômicos e sociais para os agricultores; 3) elaboram os significados do dinheiro e; 4) negociam o significado do dinheiro com os agricultores. Essa negociação com os agricultores não é um movimento de imposição, mas adaptação permanente entre as mudanças da atuação da organização, a expectativas dos agricultores e a motivação particular dos mediadores. Parte-se, assim, do pressuposto que os mediadores são muito importantes para o Circuito

⁸ Este estudo opta pela utilização da expressão “Dinheiro”, diferenciando-a da expressão “Moeda”, mesmo que na origem saxônica a palavra *Money* signifique tanto dinheiro quanto moeda. No nosso caso, entretanto, a moeda representa o suporte material da troca, enquanto o dinheiro é compreendido com instituição política, social e moral do intercâmbio econômico. Na definição de De Blic e Lazarus (2007, p.5) “o dinheiro é a moeda na sua dimensão sociológica”.

porque transitam entre a lógica institucional ao mesmo tempo em que captam as expectativas dos agricultores. As atualizações (inovações) são resultado da combinação entre a comunicação do circuito com o exterior e o interesse dos associados.

A partir da definição do objeto, da problemática, das hipóteses e dos conceitos operacionais, esta tese buscará confrontar a análise da realidade escolhida com duas perspectivas teóricas: a possibilidade de significação social do dinheiro e de intimidade. Em relação ao significado do dinheiro, serão discutidas as transformações sociais ocorridas no interior da unidade doméstica a partir da utilização extensa do dinheiro e a possibilidade de significação do dinheiro através de símbolos que permitem definir sua função e utilização em diferentes contextos.

Para abordar as transformações na unidade doméstica, este estudo segue a trilha da Sociologia Econômica desenvolvida por Max Weber, problematizando sua perspectiva racionalista na compreensão das mudanças ocorridas a partir da introdução do dinheiro na unidade doméstica. Por outro lado, sua clássica tipologia da ação social permite abrir espaço para analisar o fator da motivação e sua interferência na orientação da ação econômica. Uma segunda fonte teórica serão os estudos culturalistas de McAdam, McCarthy e Zald de que contribuem para compreensão da ação política dos mediadores na sua perspectiva de articular expectativas individuais com símbolos e ideologias partilhados coletivamente (“marcos interpretativos” – *frames*), que no caso do objeto empírico são encontrados tanto na missão institucional e nos valores da organização, quanto na prática social (econômica) dos agricultores familiares.

O segundo conceito deste estudo é o de **intimidade**. A partir dos estudos de Zelizer este conceito incorpora três dimensões: confiança, reciprocidade e amizade. Para a autora, existem dois tipos de intimidade: 1) transferência de informações confidenciais e potencialmente “minadas”; 2) laços estreitos duráveis entre duas pessoas. É nesta intimidade que ocorrem as transferências econômicas. (ZELIZER, 2011, p. 23) É por esse motivo que a captação da intimidade torna-se um objetivo de primeira grandeza para o ajuste da relação social.

Para aprofundar a base teórica será realizado um debate entre as diferentes perspectivas de abordagem que marcaram a Sociologia Econômica. Três perspectivas podem ser identificadas para a análise do objeto empírico: a perspectiva racionalista que explica os fatos econômicos a partir da lógica instrumental e do cálculo racional; a perspectiva culturalista, segundo a qual códigos culturais e significados partilhados entre

os atores se impõem à lógica econômica e definem sua dinâmica e; por fim, a perspectiva que argumenta em favor do poder da intimidade para enquadrar a racionalidade instrumental e o sistema de significados. Os estudos sobre intimidade de Zelizer terão importância fundamental para analisar como elementos da racionalidade instrumental e da cultura interagem com a dimensão da intimidade nas transações econômicas. Este estudo reconhece, portanto, que transações econômicas são fortemente influenciadas pela intimidade, pela lógica instrumental e por elementos da cultura ao mesmo tempo em que coloca essas dimensões no jogo das relações políticas entre os atores envolvidos.

Em resumo, o eixo articulador deste estudo limita-se à análise da estratégia dos mediadores na significação do dinheiro e na captação da intimidade dos agricultores familiares no Circuito CRESOL SC/RS. Neste roteiro, três temas são centrais: o primeiro refere-se à explicação do desenvolvimento histórico e transição da economia doméstica para economia de mercado, isto é, a compreensão dos vetores da emergência e consolidação do mercado moderno e as transformações ocorridas na unidade doméstica (tanto familiar como na comunidade extensa). Nesse debate serão confrontadas duas perspectivas sensivelmente diferentes: de um lado, a perspectiva de Karl Polanyi propondo que essa transição foi marcada pelo conflito através da sobreposição do princípio de mercado (a acumulação de lucro) sobre o princípio da domesticidade (autoconsumo). De outro, a hipótese de Max Weber de que esta transição foi resultado de um longo processo de mudança cultural, sendo fluida a passagem da forma econômica “tradicional” para o modelo “racional” de mercado. No entanto, este estudo não problematiza a relação entre o padrão de mercado e o princípio da domesticidade, tampouco traça um juízo sobre os efeitos dessa transição. Sua proposta é, e nisto se aproxima de Weber, compreender como ocorreu essa transição e quais as mudanças ocasionadas nessa transformação. E é nesse ponto que emerge a importância do dinheiro como vetor social, tornando-se o veículo de uma nova cultura de gestão na unidade doméstica, especialmente a familiar.

O passo seguinte será ampliar a abordagem weberiana em relação à função e utilidade do dinheiro, minimizando a visão essencialmente utilitarista e mecânica, para compreender a sua utilização e significação a partir de elementos culturais e de ordem afetiva. Neste ponto é preciso atentar para um aspecto básico que atravessará toda a discussão teórica da primeira parte do estudo: para Weber o capitalismo moderno é predominantemente racional, o que não significa que elementos de ordem irracional

estejam ausentes das relações econômicas/sociais, ponto que o autor reconhece (WEBER, 2000, p. 131)⁹.

O segundo debate teórico este estudo faz referência ao aspecto central da Sociologia Econômica contemporânea: o objeto central não deve ser a análise do mercado sob a ótica institucional e racional, mas análise das transações econômicas e sua relação com a dimensão da afetividade e intimidade. Neste ponto, merece destaque o debate na Sociologia Econômica norte-americana, especialmente entre a Teoria de Redes, representada por Mark Granovetter e a perspectiva de Zelizer¹⁰.

O terceiro debate teórico que orienta a definição das categorias de análise faz referência à natureza e função do dinheiro na sociedade ocidental. Para localizar esse debate e sua repercussão nas diversas áreas do conhecimento será apresentado como o dinheiro foi significado do ponto de vista filosófico e moral para, em seguida situar as consequências sociais da sua utilização. Para esse debate, três perspectivas radicalmente diferentes são confrontadas: a) a perspectiva racionalizante e homogeneizante que compreende o dinheiro como instrumento mais perfeito de cálculo e de racionalidade; b) a vertente teórica que evoca essencialmente os malefícios do dinheiro para as relações sociais, apresentando-o como corruptor dos laços sociais e; c) perspectiva que argumenta em favor da sua importância para manutenção nos laços sociais (reconhecendo, portanto, a sua utilidade prática/racional) ao mesmo tempo em que permite estabelecer que seu significado está condicionado às estruturas sociais que conformam determinado mercado e a intimidade. Neste percurso, a cultura e a intimidade emergem como fatores na definição do uso e significado do dinheiro nas relações sociais.

A pesquisa de Zelizer procura mostrar que são as pessoas em relação que definem o que é aceitável e qual o sentido do dinheiro em cada relacionamento. É a partir deste arranjo que são produzidos símbolos e erguidas as balizas sobre o que é correto ou incorreto em cada contexto. Assim, não é possível definir *a priori* se o dinheiro é o agente que deteriora a relação, pois sua significação é um resultado de expectativas de afetividade, racionalidade econômica e símbolos partilhados. Neste viés, a confiança torna-se o eixo

⁹ Esta observação é importante porque não se pretende aqui apresentar Weber somente como um teórico da racionalização, outrossim, esta ressalva não permite concluir que a Sociologia Compreensiva procure compreender os fenômenos irracionais. Aliás, no início da obra *Economia e Sociedade* Weber (2000, p. 5) deixa claro que “todas as conexões de sentido irracionais do comportamento afetivamente condicionadas e que influem sobre a ação são investigadas e expostas, de maneira clara, como “desvios” de um curso construído dessa ação.”

¹⁰ Do ponto de vista metodológico a opção teórica deste estudo afasta-se da Teoria de Redes e aproxima-se da Etnografia Econômica para a compreensão da realidade social.

analítico da relação para entender as relações. O que produz a confiança? Quais elementos afetivos interferem na organização do formato de determinadas práticas econômicas com vistas à produção de confiança? A partir deste ponto, procurando estabelecer uma ponte entre intimidade e economia, a autora aponta **duas ferramentas analítico-conceituais** para analisar a questão: a ideia de “cruzamentos” e de “boas combinações” (ZELIZER, 2005b, p. 22).

Cruzamentos são “encontros” entre as diferentes esferas da vida e se desenvolvem de duas maneiras: pela especificidade da relação (neste caso, agente de crédito e tomador) e pela adoção de práticas (formas de pagamento, rotinas, elaboração e monitoramento de aplicação dos recursos financeiros, etc.). Nestes “cruzamentos” entre intimidade economia, mediadores e agricultores estabelecem “boas combinações” que permitem a incorporação de novas oportunidades econômicas e comerciais sem que essas prejudiquem as relações de confiança. Em outras palavras, “boas combinações” são arranjos realizados entre as pessoas valendo-se de duas estratégias: primeiro elas definem o tipo de relação (pais e filhos, professor e aluno) e, em seguida, adotam práticas, rituais e símbolos a que ajustam a intimidade com a racionalidade econômica. É desta capacidade que resultam as “boas combinações”.

No entanto, este estudo critica a perspectiva de Zelizer em quatro pontos: 1) embora seja necessário aprofundar a relação entre intimidade e transações econômicas procurando evitar cair na “armadilha culturalista” em que o sistema coletivo de significados e símbolos teria a capacidade de subjugar a economia, não se pode cair na tentação de supervalorizar o elemento da intimidade como fator preponderante para análise das transações econômicas; 2) os estudos de Zelizer não reconhecem o poder de homogeneização do dinheiro e não valoriza as questões políticas que envolvem relações íntimas, explorando a possibilidade de a intimidade funcionar como uma barreira frente a homogeneização e despersonalização do mercado; 3) Zelizer não problematiza o elemento da motivação dos atores, aspecto fundamental na economia política clássica, na ciência econômica e; 4) este estudo pretende explorar também a dimensão relacional do modelo conceitual de Zelizer, isto é, compreender a ação dos mediadores na significação das práticas econômicas e sua negociação na delimitação nos circuitos econômicos. De fato, a autora tem logrado significativos avanços na compreensão dos sentidos atribuídos pela família na utilização do dinheiro e na interferência da intimidade na marcação do dinheiro. No entanto, é importante compreender não somente como a utilização do dinheiro expõe as famílias ao

contexto do mercado, mas também sua relação com os significados elaborados pelos mediadores. Isto permite interpretar como referenciais culturais são “arranjados” a partir da captação da intimidade para consolidação e ampliação dos laços sociais no Circuito CRESOL SC/RS.

Para analisar a ação dos mediadores serão utilizados métodos de análise qualitativa a partir da organização de um *corpus*¹¹ de pesquisa. Este *corpus* foi constituído por 25 entrevistas semiestruturadas, pelos registros coletados a partir da observação das práticas em encontros formativos e assembleias gerais do Sistema. A técnica da entrevista semiestruturada foi aplicada individualmente e orientada por questões tópicos preestabelecidas, mas com abertura para o informante completar informações livremente. Essas entrevistas foram realizadas nas cooperativas, nos encontros de formação e nas propriedades dos agricultores, sendo divididas em dois grupos: o primeiro, composto por 17 mediadores (diretores, assessores de formação e técnicos) e o segundo, por oito agricultores associados em diferentes cooperativas. No primeiro grupo as entrevistas foram divididas em três subgrupos: nove diretores (abreviados pela sigla DIR), cinco técnicos (abreviados pela sigla TEC) e três assessores (abreviados pela sigla ASR). A qualificação dos entrevistados está detalhada no Anexo I.

A segunda técnica de coleta de dados utilizada foi a observação. A vantagem desta técnica é a possibilidade de compreensão geral da organização e funcionamento do Sistema. Dentre as várias modalidades de observação a pesquisa utilizou esta técnica na sua perspectiva não-estruturada e foi empregada durante a participação nos encontros de formação, oficinas, seminários e assembleias e rotinas de funcionamento das cooperativas, buscando captar as ações coletivas para confrontá-las com as perspectivas recolhidas nas entrevistas individuais. Foram observados seis momentos: duas assembleias anuais (2010 e 2011), dois seminários de planejamento estratégico (2010 e 2011), uma oficina de formação (2010) e as rotinas de funcionamento das cooperativas.

A observação é uma técnica bastante eficaz de coleta de dados porque se vale da participação no cotidiano das ações desenvolvidas pelos atores para possibilitar informações com alto grau de fidedignidade que saiam do esquema sujeito investigador *versus* objeto investigado. Segundo Becker (1994), para que a observação possa

¹¹ Conceito de *Corpus* é definido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar, o que acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 44-5).

efetivamente contribuir no teste das hipóteses, deve ser conduzida em quatro estágios: 1) seleção e definição de problemas, conceitos e índices que possam ser úteis como indicadores e variáveis de fatos difíceis de observar; 2) controle da frequência e distribuição dos fenômenos, da convergência dos tipos de evidências; 3) incorporação das descobertas individuais em um modelo teórico, por meio da sua referência a um complexo de variáveis, através de afirmações complexas sobre as condições necessárias e suficientes para a existência de algum fenômeno; e 4) análise final e apresentação dos resultados avaliando os resultados obtidos e a possível reestruturação dos modelos teóricos utilizados de partida. Esta avaliação pode contribuir substancialmente na refutação, ou não, das hipóteses preestabelecidas (BECKER, 1994, p. 50-64).

Essa articulação entre duas técnicas de coleta de dados, além da coleta de produções institucionais, permitiu observar a relação dos indivíduos com os espaços coletivos, confirmando ou não as hipóteses que orientam este estudo. O objetivo de fundo foi observar a aproximação entre as compreensões individuais e a sua confirmação nos espaços coletivos, procurando compreender como as práticas são estruturadas. A estrutura organizativa do Sistema CRESOL SC/RS utiliza os encontros periódicos e as assembleias gerais para prestação de contas, socialização de informações e planejamento das ações. Acredita-se que a observação é uma técnica por excelência para apreensão dos aspectos não documentados, que caracterizam as relações no Sistema¹². As impressões foram registradas em um diário de campo, com transcrições de pronunciamentos onde constam as impressões gerais obtidas através da participação nas atividades.

O tratamento das informações foi feito utilizando a análise de conteúdo que classificou os dados coletados a partir das entrevistas e da observação num enfoque qualitativo, analisando a presença ou ausência de determinados temas. A principal técnica utilizada foi a análise temática, isto é, apreender como determinados temas aparecem nos dados coletados. Justifica-se o uso desta técnica pela sua flexibilidade em permitir uma análise mais interpretativa da relevância das expressões no contexto da sua produção. A decomposição das informações transcritas procurou confirmar as hipóteses a partir dos princípios da exaustividade de cada categoria, da exclusividade de pertença a uma única categoria, da objetividade para que diferentes codificadores possam fazer o mesmo

¹² Nossa opção na utilização da Observação Participante será a de Observador Total e não como Participante Total, isto é, não assumindo papéis no grupo, já que o Participante Total exige a execução de papéis no grupo pesquisado (CORTES, 1998: 24). Por isto, a eventualidade da nossa participação será informada ao grupo e nossa posição deverá ser de mero espectador.

enquadramento, e da pertinência ao objeto da pesquisa em questão (PEREIRA, L. 1998, p. 106).

A metodologia deste estudo articula elementos da etnografia econômica a partir da ideia que uma quantidade maior de fontes restitui a complexidade do real. Para tal, buscou-se mesclar distintas técnicas de coleta de dados e de análise qualitativa. Assim, o primeiro capítulo é exclusivamente teórico e apresenta os conceitos que orientam a pesquisa empírica. Já o segundo capítulo está dividido em duas fases: 1) análise do conteúdo da produção institucional, visando compreender a especificidade e sua diferenciação em relação a outros circuitos e; 2) a caracterização da identidade do circuito a partir da análise do discurso encontrado em produções institucionais sobre a trajetória do Sistema CRESOL Central SC/RS (cooperativas singulares, base de serviços e centrais de cooperativas). As fontes para realização deste estudo são artigos acadêmicos produzidos sobre a CRESOL e, especialmente, as publicações institucionais do Sistema, seus materiais de divulgação e comunicação interna como (informativos, folders e boletins) e seus documentos (atas, relatórios, resultados de pesquisas de satisfação, fotografias e vídeos). O enfoque deste capítulo procura fortalecer o papel político dos mediadores na elaboração de significados para serem partilhados no Circuito.

O terceiro capítulo também está dividido em duas fases: primeiro serão apresentados os elementos teóricos conclusivos do primeiro e segundo capítulos para, em seguida, analisar o objeto empírico à luz destes conceitos. O eixo articulador de todo capítulo é a superação da dicotomia clássica através da proposição de uma “terceira via” para análise social. Nesta perspectiva, a metodologia de trabalho intensifica a utilização de um número expressivo de fontes históricas como fotografias e de materiais de publicação institucional (livros, revistas, informativos, folders e peças de publicidade e marketing), mas priorizando a análise dos dados obtidos através das entrevistas.

Em resumo, enquanto o primeiro capítulo apresenta a perspectiva teórica, o segundo e o terceiro capítulos procuram evidências empíricas da ação dos mediadores na elaboração de símbolos, configuração e identidade do Circuito, além de analisar os dados coletados a partir da estratégia de captação da intimidade, confrontando as práticas dos mediadores com o discurso dos agricultores.

Com fins didáticos, a organização deste estudo obedecerá a seguinte sequência: o primeiro capítulo tem por objetivo, a partir da análise crítica das principais elaborações em torno da Sociologia Econômica, definir o escopo teórico deste estudo. Através da

reconstrução do percurso entre a Sociologia Econômica Clássica e Contemporânea buscou-se estabelecer elementos articuladores, além de justificar as opções conceituais. Desta forma, constatou-se que há um *continuum* entre a análise proposta por Weber e Zelizer em relação aos aspectos valorativos e a sua interferência na orientação da ação econômica. É essa interferência que permite a mudança na orientação econômica e, em última análise, tipifica uma ação econômica. Segue-se a conclusão de que a passagem do tradicionalismo para a economia racional (moderna) ocorreu de maneira fluida a partir da internalização de elementos culturais potencializados pela utilização extensa do dinheiro e introdução do cálculo.

No entanto, este estudo incorpora o conceito de Zelizer de que a utilização do dinheiro é organizada em Circuitos Econômicos e isso permite sua significação. Esta perspectiva afasta os dois autores uma vez que para a socióloga existem “múltiplos dinheiros”, significados nestes ambientes pela combinação entre a lógica econômica, a intimidade e o sistema de valores, que estão na base da identificação do circuito. Enquanto para Weber o processo de racionalização monopolizou a orientação econômica, Zelizer salienta a influência do sistema de valores na orientação econômica. Além disso, a teoria weberiana, partindo do caráter revolucionário da empresa moderna pela introdução do cálculo e utilização extensa do dinheiro, enseja uma rivalidade entre a tipologia da orientação tradicional e a orientação racional da gestão econômica. De maneira distinta, Zelizer argumenta que não se pode concluir que o dinheiro tenha operado uma sobreposição da racionalidade econômica sobre a intimidade. Esta rivalidade Zelizer denomina de teoria dos “Mundos Hostis”. Nos termos da autora, não se pode advogar que existem “mundos hostis” que se anulam, mas que em circuitos econômicos onde os atores fazem “boas combinações” na perspectiva de articular as diferentes dimensões da vida social.

O segundo capítulo reconstrói a gênese do Circuito Econômico que constitui o objeto empírico deste estudo: o Sistema CRESOL Central SC/RS. Para qualificar a sua compreensão será analisada a ação dos mediadores em três frentes: 1) na trajetória histórica da sua constituição e diferenciação em relação a outros circuitos (definição das suas fronteiras); 2) na definição da sua identidade e; 4) na elaboração dos “quadros de referência” (*frames*), isto é, símbolos partilhados coletivamente. Sobre este último aspecto, será enfatizado o papel dos mediadores na elaboração de “quadros de referência” e como

estes se valem da significação do dinheiro para consecução dos objetivos da organização e ampliação dos laços sociais.

Por fim, o terceiro capítulo irá analisar como a intimidade orienta os laços econômicos entre agricultores e mediadores. A problemática procura compreender como elementos da afetividade/intimidade se misturam às transações econômicas e quais são as estratégias adotadas pelos mediadores para captar a intimidade dos agricultores e oferecer suporte simbólico/organizativo às práticas econômicas no Circuito CRESOL. Em outras palavras, procura-se compreender como a intimidade oferece suporte para as relações econômicas em um circuito de crédito cooperativo marcado por cruzamentos entre relações que vão do íntimo ao impessoal, do efêmero ao durável.

Do ponto de vista conceitual, a trajetória teórica que orienta a análise dos dados coletados na realidade empírica está ancorada nos seguintes pontos: 1) reconhece que a mudança cultural na transição da economia tradicional para economia racional é marcada pela intensificação da utilização do dinheiro; 2) critica os conceitos de “mundos hostis” da Sociologia Econômica e; 3) apresenta evidências empíricas para a fundamentação de uma terceira via da análise da relação entre economia e sociedade, procurando manter uma perspectiva crítica através da incorporação do elemento político nas relações sociais entre mediadores e agricultores no Circuito. A partir dessas condições, serão analisadas as estratégias, relações de poder, habilidades e controles utilizados para “misturar” de maneira satisfatória a racionalidade instrumental, a dimensão da afetividade e o sistema de significados partilhados coletivamente para estabilidade e ampliação das relações sociais no Circuito CRESOL SC/RS.

CAPÍTULO I – A SOCIOLOGIA DO DINHEIRO E A CRÍTICA AO CONCEITO DE “MUNDOS HOSTIS”

O objetivo deste capítulo é estabelecer o marco conceitual da tese. Para isto, leva em consideração três precauções: primeiro, reconhece que a problematização entre dinheiro e intimidade é bastante recente na Sociologia Econômica. Embora a tradição da Sociologia Econômica tenha logrado significativos avanços na argumentação de que mercados são moldados por estruturas sociais, a relação entre o sentido técnico-instrumental do dinheiro com as esferas da cultura e da intimidade foi pouco problematizada. Por este motivo será necessário partir de uma Sociologia do Dinheiro para localizar o objeto de análise deste estudo que busca aproximar as esferas valorativas e da intimidade com a dimensão instrumental da utilização do dinheiro em um ambiente de mercado.

A segunda precaução, após relacionar dinheiro, intimidade e cultura, é evitar que estas esferas sejam hierarquizadas, isto é, o esforço da construção teórica deste capítulo tenta evitar dicotomias que estabelecem a primazia de uma esfera sobre a outra. Neste sentido, a capacidade técnico-instrumental do dinheiro e sua importância na ampliação das relações sociais não serão negligenciadas, da mesma forma como a intimidade não é compreendida como uma fina flor que se despedaça no contato com o dinheiro. Igualmente, a cultura não impõe controles absolutos sobre a função, significação e circulação do dinheiro. Em resumo, ao invés de estabelecer polos conceituais antagônicos, este estudo analisa pontos de convergência (cruzamentos) entre estas diferentes esferas. A questão sociológica deve, portanto, deslocar-se do polo da análise da predominância de uma dimensão sobre a outra, para a compreensão de como as pessoas articulam, na sua prática diária. De fato, embora as pesquisas recentes tenham superado a dicotomia clássica entre indivíduo e sociedade, elas ainda reproduzem dicotomias que polarizam e dificultam

a compreensão da realidade social: racionalidade *versus* afetividade, por exemplo, geralmente são explicados pela sua oposição e não raramente os pesquisadores elaboram modelos normativos que manifestam escolhas entre um dos polos.

A terceira precaução atenta para o elemento político que atravessa as relações sociais. De fato, a tentativa de compreender como as pessoas articulam dinheiro, intimidade e cultura para o fortalecimento dos laços sociais não pode deixar de problematizar as disputas, estratégias, interesses e motivações que estão em jogo nestas relações. Neste sentido, este estudo reconhece que os laços sociais no Circuito CRESOL SC/RS são perpassadas por crenças coletivas, ideologias, relações de controle e de poder.

A partir destas três precauções, este capítulo procura estabelecer o marco teórico e os operadores conceituais para problematizar um contexto social específico: as relações entre mediadores e agricultores em um Circuito de Crédito Cooperativo. Assim, busca-se compreender como relações sociais perpassadas pelo dinheiro articulam os significados culturais e a intimidade e como este “arranjo” entre diferentes esferas convive com mecanismos de poder em suas diferentes manifestações. Com base nestas questões o escopo teórico toma como eixo articulador a análise das estratégias dos mediadores na significação do dinheiro e na captação da intimidade dos agricultores familiares no Circuito CRESOL SC/RS.

Para analisar as relações sociais entre agricultores e mediadores no Circuito CRESOL SC/RS a partir da articulação entre as dimensões da racionalidade instrumental, da cultura e da intimidade, será problematizado um fato social específico: a utilização extensa do dinheiro através do acesso ao PRONAF. Para isto, serão levadas em consideração, mesmo que de forma superficial e introdutória, uma quantidade diversa de abordagens sobre o dinheiro, procurando caracterizar como este poderoso instrumento foi concebido e avaliado seja no campo da moral e da filosofia. Feito isso, este estudo irá centrar-se na análise das transformações econômicas e sociais ocorridas a partir da introdução e utilização extensa do dinheiro nas unidades familiares associadas às cooperativas do Circuito. O foco analítico, e isto é fundamental para os fins deste estudo, são as mudanças ocorridas na unidade familiar na história do seu desenvolvimento econômico, amparando-se especialmente na crítica às conclusões de Max Weber e Viviana Zelizer.

A partir do reconhecimento do caráter utilitário e cultural do dinheiro serão fornecidas pistas para problematizar como as famílias perceberam e organizaram a relação

entre racionalidade instrumental do dinheiro, sua marcação social e sua relação com a intimidade, enfatizando a contribuição dos mediadores para proposição do formato institucional desta articulação. É neste ponto que emerge o papel decisivo dos mediadores do Circuito CRESOL SC/RS para captação da intimidade dos agricultores com o objetivo de legitimar símbolos a serem reconhecidos amplamente no circuito.

1.1. A démarche da Sociologia Econômica

Para a Sociologia Econômica o Mercado é o grande fato social da modernidade constituindo-se, especialmente a partir dos anos 80 do século passado, no principal tema de estudos na medida em que nele se encontram indivíduos pré-dispostos a realizarem trocas comerciais, conformando relações sociais específicas. E é pela importância capital do Mercado para compreensão do contexto econômico moderno que a Sociologia econômica concentrou seus esforços em fazer uma Sociologia do Mercado. Assim, o mercado pode ser definido como um lugar situado historicamente e demarcado por leis, convenções e instituições próprias dos atores que nele trocam produtos e constroem símbolos. A demarcação histórica destes espaços de troca permite, portanto, falar em “mercados” como mecanismos de formação de preços circunscritos a locais e interações humanas localizadas no tempo e no espaço. Nesse sentido, os mercados são mais que um mero resultado financeiro entre produtores e consumidores que disputam a fixação de preços, mas uma forma de vida social. Nas palavras da Abramovay (2004, p. 39), “uma forma de coordenação social, caracterizada por conflitos, dependências, estruturas e imprevisibilidades”, isto é, mercados são estruturas sociais e por isso podem ser estudados sob o ângulo institucional, histórico, antropológico, psicológico e sociológico.

Neste sentido, a noção de mercado aqui utilizada procura rechaçar três concepções facilmente encontradas na literatura da economia e da sociologia: a primeira que o entende como abstrato, atemporal e a-histórico; a segunda que advoga o seu caráter autômato, resultado da ação de indivíduos atomizados e; a terceira que entende o mercado como espaço da corrupção dos interesses de cooperação e altruísmo e, portanto, indesejável para a estabilidade social. Não obstante, este itinerário segue o desafio de fugir de uma visão

dicotômica de mercado, isto é, o confronto da “satanização” do mercado *versus* o “endeusamento” da regulação de Estado (ABRAMOVAY, 2004).

Do ponto de vista sociológico o grande fenômeno econômico da modernidade são as trocas despersonalizadas. A ideia de um mercado fora do controle comunitário, autônomo do paternalismo medieval, operado pela autorregulação dos preços e espaço de realização do desejo individual de prosperidade é, sem dúvida, o acontecimento capital da economia moderna. No entanto, a ideia de autorregulação não significa ausência de regulação. Já em *Economia e Sociedade* (1921/2000) Max Weber (1862-1920) destaca que a ideia de regulação atravessa a história do desenvolvimento econômico, especialmente do ocidente. Em diferentes estágios a economia, por estar socialmente condicionada, vê seu espaço de mercado delimitado (ou ampliado) segundo três instituições de regulação: as convenções, o uso/costumes, o marco jurídico regulatório posto pelo direito comercial.

Uma Sociologia do Mercado deve partir da constatação histórica de que o mercado moderno para se desenvolver, precisou ativar o autointeresse dos indivíduos. Paralelamente, parte da constatação de que estes indivíduos elaboram suas estratégias em um ambiente competitivo a partir de relações não necessariamente personalizadas com o propósito de obter lucro nesta transação. Em outros termos, o primeiro passo da ideia de mercado na modernidade foi a construção do indivíduo e a partir dela, a necessária refundação ética da ação individual, substituindo o comunitarismo, o paternalismo e a caridade pelos princípios de autonomia, individualismo e liberdade, e delegando à ideia de autorregulação a tarefa de mitigação dos efeitos nefastos do oportunismo e da má-fé, promovidos pelos interesses individuais nas relações de mercado. Nesta perspectiva, o mercado deve ser concebido como espaço onde interesses individuais estão envolvidos em uma trama de relações sociais específicas, localizadas geopoliticamente, enraizadas e influenciadas por convenções sociais, normas jurídicas e dimensões valorativas.

O ponto de partida deste estudo está amparado nas contribuições da Sociologia Econômica Clássica e Contemporânea¹³. Da Sociologia Econômica Clássica resgata-se o conceito de “sentido” elaborado por Weber¹⁴ e a ideia de que a dinâmica de mercado resulta de duas formas de interação social que exprimem relações reguladas: a troca e a

¹³ Adotamos a definição de Steiner (2006, p. 26) que não argumenta em favor de uma “nova” sociologia econômica, visto que esta se desenvolveu “em conformidade com a *démarche* da sociologia econômica clássica”.

¹⁴ Especialmente os Capítulos II e VI do Volume 1 da obra “*Economia e Sociedade*”.

competição.¹⁵ Enquanto a troca compreende a atividade mercantil (que se valeu da introdução da moeda e da justificação ética do lucro para ampliar os domínios econômicos¹⁶), a competição instaura a dimensão política da disputa de interesses.

Segundo Steiner (2006, p. 14), Weber propõe três perspectivas de pesquisa para a sociologia econômica: 1) compreensão da estrutura socioeconômica das relações humanas; 2) análise da sua formação histórica e; 3) análise do seu significado cultural. Essa tripartição heurística será algumas vezes, utilizada para apresentar a sociologia econômica contemporânea.

Em relação à sociologia econômica contemporânea parte-se das contribuições de Eduard Thompson, Karl Polanyi, Mark Granovetter e, por fim, de Viviana Zelizer. Estes autores recolocaram, desde o final da primeira metade do século XX, o tema da interferência das questões de ordem social e moral na organização econômica. Para organizar esta discussão partiremos das formulações de Weber para, em seguida, problematizar o conceito de economia moral de Thompson (1998) e a contribuição de Polanyi (1944/2000), destacando suas críticas à economia política clássica e, especificamente em Polanyi, sua formulação em torno do conceito de enraizamento. Na sequência, será problematizada a versão contemporânea do enraizamento social da economia a partir do tema das Redes, proposta por Mark Granovetter (1973; 1985). Por fim, a crítica de Viviana Zelizer (1979; 1985; 1994; 2005) aos autores da Sociologia Econômica Contemporânea por priorizarem somente a análise dos mercados, bem como sua proposta de agenda de pesquisa para analisar as transações econômicas a partir da influência de elementos extra pecuniários.

Compreende-se aqui que as transações econômicas não se opõem à lógica social, mas de que as estratégias dos atores sociais ressignificam a sua inserção neste espaço através de “marcas simbólicas” que delimitam e seu uso e sua função. Em outras palavras, a investigação deste estudo trata da relação entre o raciocínio econômico e a influência dos valores e crenças coletivas na organização dos mercados. Para Steiner (2006, p. 46) as questões que orientam estes estudos desta natureza são as seguintes:

¹⁵ Estas relações argumenta Weber (2000, p. 419), são caracterizadas principalmente pela efemeridade. “Do ponto de vista sociológico, o mercado representa uma coexistência e sequência de relações associativas racionais, das quais cada uma é especificamente efêmera por extinguir-se com a entrega dos bens de troca, a não ser que já tenha sido estabelecida uma ordem que impõe a cada qual em relação à parte contrária na troca a garantia da aquisição legítima do bem de troca (garantia de evicção).”

¹⁶ *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicada em 1905, ilustra a relação entre o cálculo individual, a vontade do êxito econômico e a interferência de modelos sociais de conduta na lapidação do sentido, uma vez que o indivíduo atribui um sentido moral à sua ação.

Como reage o mundo dos valores últimos (religiosos, políticos, antropológicos) no contato com o mercado quando este último torna-se uma forma generalizada de relação social? [...] há um enfraquecimento dos valores morais com esta situação? Acaso se observa um aviltamento dos indivíduos, colhidos em relações mercantis novas?

Para a Sociologia Econômica, mercados são estruturas sociais definidas a partir de duas variáveis: o contexto histórico em que estão inseridos e a ideia de que a racionalidade instrumental não comporta a suficiência explicativa da mobilização da ação individual e coletiva. Em outros termos, seu estatuto é uma oposição ao *homo economicus* que se desenvolveu a partir da economia política clássica. Quais são, então, os fundamentos deste conceito e quais os pressupostos da Sociologia Econômica?

A construção histórica do indivíduo racional, calculista e que busca a economia para satisfação dos seus desejos pessoais foi, sem dúvida, o grande projeto dos pensadores liberais clássicos e várias obras ilustram esta nova mentalidade econômica. O livro de Bernard Mandelville *A Fábula das abelhas: ou vícios privados, Benefícios públicos* (1714) é icônico por tentar redimir os aparentes paradoxos da sociabilidade humana, isto é, a sugestão de que os indivíduos pratiquem vícios considerados mais degradantes pela velha ética paternalista cristã como a avareza e o lucro, apontando que este comportamento contribuiria para o bem comum e promoveria a estabilidade do sistema social. Segundo Mandelville, o desejo humano, uma vez agenciado para a produção da riqueza individual, construiria a riqueza de uma sociedade.

A obra *Riqueza das Nações* (1776/1981), de Adam Smith é, na história das ideias, uma das principais elaborações que suportam o individualismo econômico. O elo social deste indivíduo passa a ser o mercado, desregulado do ponto de vista econômico, mas agregado pela inclinação moral dos indivíduos em moverem-se na perspectiva da preservação da sociedade. Para dar conta desta questão Smith molda o conceito de “mão invisível”:

Todo indivíduo está continuamente esforçando-se para achar o emprego mais vantajoso para o capital que possa comandar. É sua própria vantagem, de fato, e não a da sociedade, que ele tem em vista. Mas o estudo de sua própria vantagem, naturalmente, ou melhor, necessariamente, leva-o a preferir aquele emprego que é mais vantajoso para a sociedade (SMITH, 1981, 202).

Esta nova economia, sedimentada por um novo *ethos*, está amparada em estudos sobre o comportamento humano e na crença de que o egoísmo e o desejo motivariam e liberariam "sentimentos morais" na produção da riqueza individual e, por consequência, social. A ideia do indivíduo racional foi, portanto, a mais importante construção da economia política clássica, uma vez que apresentava uma nova moral econômica que rompia com os grilhões comunitários paternalistas que atrelavam os indivíduos a instituições na idade média. Por isto, a intuição dos pensadores clássicos é de que toda e qualquer experiência econômica que lembrasse o paternalismo cristão medieval deveria ser veementemente rechaçada.

Conclui-se que o projeto da economia clássica estava focado em quatro aspectos: 1) que os interesses individuais são condição de possibilidade para o desenvolvimento econômico da sociedade; 2) que o progresso econômico leva a uma harmonização da vida coletiva; 3) de que o mercado é regido unicamente pela lei natural dos preços, sem um condicionamento social e; 4) de que diante da necessidade de fundação de uma ética de mercado a justificação moral está na esfera do indivíduo, autônoma, portanto, da regulação institucional. E neste sentido, as obras da economia clássica ilustram com esmero a construção desta nova mentalidade e como o *ethos* individualista tornou-se vigoroso na cultura ocidental.

É sobre estes pressupostos que emerge a crítica da Sociologia Econômica. Um importante trabalho que ilustra a dimensão social dos mercados e os limites da economia política clássica estão na obra "*Costumes em Comum*" (1998) de Edward P. Thompson (1924-1993)¹⁷. Neste trabalho o autor desenvolve o conceito de "Economia Moral" e reconstrói a dimensão ética das relações econômicas no contexto da cultura consuetudinária inglesa dos séculos XVII e XVIII e das suas estratégias de resistência diante do avanço do mercado capitalista. Um dos méritos do estudo é o retrato da forma como os camponeses exprimiram uma cultura de resistência baseada em costumes e tradição e, ao mesmo tempo, de acomodação frente ao avanço da "nova" economia política. Seu objetivo foi dissecar "a *mentalité*, a cultura política, as expectativas, as tradições e até mesmo as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações de mercado" (THOMPSON, 1998, p. 204). Sua conclusão é uma vigorosa e aguda crítica ao modelo de mercado:

¹⁷ Ver, especialmente, os capítulos 4 e 5.

Suspeito que a “economia de mercado” é muitas vezes uma metáfora (ou máscara) do processo capitalista. Pode inclusive ser empregada como um mito. [...] o mercado é uma máscara usada pelos interesses particulares que não coincidam com os da “nação” ou da “comunidade”, mas que querem, acima de tudo, ser confundidos com esses interesses coletivos. Aos historiadores que supõem ser realmente possível encontrar esse mercado, cabe a tarefa de nos mostrar as evidências nas fontes. Uma metáfora, por mais grandioso que seja seu pedigree intelectual, não é o suficiente (THOMPSON, 1998, p. 235).

A noção de mercado apresentada por Thompson tem seus méritos por permitir uma análise do contexto em que a atividade ocorre, mas é insuficiente para explorar a ideia de que interesses individuais nem sempre estão em oposição aos interesses coletivos. Assim, a estabilidade do mercado está condicionada aos laços de reciprocidade que ele alimenta. Se por um lado o ferramental de Thompson permite compreender a resistência frente à inovação, por outro não abre a "caixa-preta" das relações que tornam o mercado suportável e não contribuem para explicação da sua vigorosa expansão nos últimos séculos, principalmente na sua capacidade de resistir à crítica que lhe é imputada pelos movimentos contestatórios.

Polanyi, na obra *A grande transformação: as origens da nossa época* (1944/2000) ironiza a clássica *Fábula das abelhas* de Mandeville como teoria insuficiente para explicar o comportamento social. O autor considera a obra como “a mais famosa sátira sobre abelhas sofisticadas, cuja comunidade era próspera apenas porque ela encorajava a vaidade e a inveja, o vício e o desperdício”. E continua:

enquanto o espirituoso doutor (Mandeville) abordava um paradoxo moral superficial, o panfletário acertara justamente os elementos básicos da nova política econômica. Seu ensaio foi logo esquecido fora dos círculos da "política inferior", como eram chamados os problemas de policiamento no século XVIII, enquanto o paradoxo barato de Mandeville excitava mentes da qualidade de um Berkeley, um Hume e um Smith (POLANYI, 2000, p. 134).

É neste ponto que se localiza a separação entre a Sociologia Econômica e a Economia Política: a ideia de um indivíduo egoísta, autônomo, motivado pelo desejo de ganhos pessoais e que atua em um mercado atomizado e despersonalizado não consegue explicar a complexidade dos sistemas de regulação e os fatores sociais que garantem a estabilidade social. Além disto, as conclusões dos pensadores clássicos são duramente atacadas tanto pelos sociólogos como pelos economistas pela sua fragilidade metodológica e por ampararem-se muito mais em preceitos de ordem moral do que científica.

1.1.1. *A Sociologia do Mercado e o sentido da ação economia em Max Weber*

Weber não explicita abertamente a sua crítica à Economia Política Clássica, mas sua agenda de pesquisa afasta-se das preocupações morais que fundamentam os teóricos do liberalismo. O foco das suas elaborações é o debate com a Ciência Econômica, tornando-o um dos principais protagonistas na estruturação de uma linha de pensamento que aproxima os fatos econômicos da organização social e sua contribuição foi fundamental para a origem e desenvolvimento da Sociologia Econômica. A obra *Economia e Sociedade* é constituída por um conjunto de textos que recolocam os principais conceitos do seu modelo teórico ao mesmo tempo em que apresentam um denso debate sobre a relação entre sociologia e economia¹⁸.

O segundo capítulo do primeiro volume de *Economia e Sociedade*, com o título “Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica”, expõe de maneira mais sistemática a agenda e os princípios da compreensão sociológica dos fatos econômicos para Weber. Partindo da crítica à Ciência Econômica quanto ao caráter a-histórico do *homo economicus* moderno - concebido como naturalmente propenso ao lucro e vantagens individuais - e a sua conseqüente conceituação como agente que orienta sua ação a partir de uma lógica puramente instrumental e utilitarista, sem interferência de valores irracionais ou valorativos, Weber demonstra que este comportamento individualista e competitivo é típico do contexto ocidental. Quando a ciência econômica universaliza o *homo economicus* caracteriza a natureza humana como naturalmente propensa à acumulação de lucros e a busca pela satisfação de desejos pela aquisição de objetos. A história do desenvolvimento econômico mostra características distintas, influenciadas pela geografia, política, ética e sistema de valores. Este é um dos fundamentos para se falar em mercados ao invés de mercado. De fato, para Weber, as relações mercantis não podem ser naturalizadas, pois o comportamento mercantil não é resultado da luta do homem contra a fome, mas de um longo processo de educação.

Esta seção tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, a Sociologia Econômica de Weber, destacando o aspecto compreensivo, a dimensão histórica do desenvolvimento econômico e a rivalidade entre elementos racionais e tradicionais da organização econômica. A partir disto, abrem-se duas agendas de pesquisa: 1) o estabelecimento da

¹⁸ Para Swedberg (2005) a obra representa uma clara reação ao programa da ciência econômica, centrada na análise do fato econômico estritamente racional.

dimensão social da economia a partir da crítica ao conceito *homo economicus* da ciência econômica e do caráter ideológico da economia política clássica e; 2) a relação entre elementos de ordem racional (calculista) e elementos valorativos na compreensão da ação econômica. Este percurso é fundamental para os fins deste estudo porque oferece elementos teóricos para compreensão da orientação econômica dos agricultores e mediadores em face às mudanças ocorridas no contexto social em que ambos atuam, isto é, a utilização extensa do dinheiro e a ressignificação constante dos símbolos que aproximam e definem sua relação.

Para Weber o papel da Sociologia é a compreensão dos fenômenos sociais. É uma “ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos” (WEBER, 2000, p. 3). A tarefa da sociologia é compreender (*Verstehen*) de maneira a interpretar a ação social. Neste contexto, passa a ter importância o conceito de ação social, definido como “uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por outros” (WEBER, 2000, p. 3). Portanto, mais do que analisar “indivíduos”, a tarefa sociológica se constitui em apresentar fontes de regularidades que explicam as interações, valendo-se das convenções sociais como fontes primárias de regularidades pela sua capacidade de normalização e fornecimento de referenciais que orientam a ação social individual¹⁹. O ponto de partida é, então, a compreensão do sentido da ação individual e a partilha deste sentido com outros agentes em uma relação social.

Quanto ao método para a compreensão da realidade social, Weber propõe que sua base (e nisto a Sociologia Econômica se identifica com a Ciência Econômica) é a racionalidade, uma vez que todas as ações são orientadas por finalidades previsíveis. No entanto, o autor alerta para o “preconceito racionalista da sociologia”, mesmo que questões relacionadas à afetividade devam ser explicadas apenas como “desvios” ou serem somente reconhecidos na sua existência, não compreendidos:

não se pode imputar-lhe a crença em uma predominância racional sobre a vida. Pois nada pretende dizer sobre a medida em que, na realidade, ponderações racionais da relação entre meios e fins determinam ou não as ações *afetivas*. [...] Para a consideração científica que se ocupa com a construção de *tipos*, todas as conexões de sentido irracionais do comportamento afetivamente condicionadas e que influem sobre a ação são investigadas e expostas, de maneira clara, como “desvios” de um curso construído dessa ação, no qual ela é orientada de maneira

¹⁹ Vale citar o conceito e motivação, entendida como “conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a “razão” de um comportamento quanto ao sentido” (WEBER, 2000, p. 8).

puramente racional pelo seu fim. Na explicação de um “pânico financeiro”, por exemplo, é conveniente averiguar primeiro como se *teria* processado a ação *sem* influências de fatos irracionais para registrar depois aqueles componentes irracionais como perturbações (WEBER, 2000, p. 5).

Em outros termos, a compreensão de um fenômeno social comporta duas dimensões: a da racionalidade, metódica, caracterizada pela lógica, matemática, utilização do cálculo; e da “intuição compreensiva”, também denominada de “irracional”, de caráter emocional e estético. Com a ressalva de que enquanto a compreensão racional é mais evidente, não se consegue compreender com a mesma clareza os “fins” últimos e “valores” que orientam a ação individual. Nestes casos, diz Weber (2000, p. 4), temos que nos contentar, conforme o caso, com a interpretação exclusivamente intelectual, ou quando até mesmo essa tentativa falha, aceitá-los simplesmente como dados.

Com esta definição da Sociologia e a especificidade do seu método, Weber procura argumentar que a Ciência Econômica e a Sociologia Econômica têm uma agenda de pesquisa complementar. Enquanto a primeira se ocupa da ação racional com objetivos econômicos, a segunda incorpora a dimensão social, afetiva e valorativa. Neste ponto, vale mencionar a sua já bem conhecida tipologia da ação. Pretendendo apresentar tipos puros em sentido conceitual, Weber distingue quatro formas de ação social: a **ação tradicional**, que faz referência aos hábitos e costumes assimilados pelos indivíduos; a **ação afetiva**, caracterizada pela sua dimensão emocional; a **ação racional com relação a valores** (ideais), determinada pela crença consciente no valor ético, estético ou religioso de um determinado comportamento e; **racional com relação à finalidade**, traduzida pela expectativa quanto ao comportamento de objetivos do mundo exterior ou pessoas, convertendo estas expectativas em condições ou meios para alcançar determinados fins (materiais).

A partir desta tipologia, Weber considera que na ação social o indivíduo articula seus interesses (que são de ordem ideal ou material) seguindo orientações pautadas em convenções sociais. Em outros termos, a compreensão que os indivíduos têm do mundo influencia no seu comportamento econômico, sendo que o interesse econômico (que é histórico) precisa do sistema de valores para formulação dos objetivos. Segue-se que a ação social pode constituir-se em uma ação econômica. Para Steiner (2006), Weber considera o fato econômico como um fato social na medida em que a procura de bens escassos obriga o agente a levar em conta os comportamentos dos outros agentes econômicos e o sentido que eles dão à sua ação. Neste ponto, a sociologia econômica de

Weber procura combinar interesses individuais (não naturalizáveis) e comportamento social na explicação do fato econômico.

A ação social orienta-se pelo comportamento dos outros. Os outros podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (“dinheiro”, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato da troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estão dispostos a aceitá-lo também por sua parte, num ato de troca futuro (WEBER, 2000, p. 12-3).

É a partir desta demarcação conceitual que Weber estabelece o Mercado como acontecimento social mais relevante do capitalismo ocidental. Considerado por Weber o fenômeno econômico por excelência, o mercado fez emergir o regateiro, sua distinção básica em relação às demais formas de capitalismo (WEBER, 2000, p. 419). Nesta perspectiva, o mercado é resultado de duas formas de interação social: a troca e a competição. E mesmo a troca, aparentemente despersonalizada, exige um conjunto de códigos partilhados que são fortemente influenciados pelo contexto. Da mesma forma, a competição é orientada por regras sociais. Aliás, as relações de troca, efêmeras e despersonalizadas, somente tornam-se possíveis a partir de uma ordem social estabelecida e aceita pelo conjunto dos indivíduos que atuam no intercâmbio comercial, chamada de regateio preparatório.

O regateio preparatório, porém, é sempre uma relação social no sentido de que ambos os interessados na troca orientam suas ofertas pela ação potencial de uma pluralidade indeterminada de outros interessados também concorrentes, reais ou imaginados, e não apenas por aquela do parceiro na troca, e isto tanto mais quanto mais frequentemente se dá essa situação (WEBER, 2000, p. 419).

Leva-se em conta, como propõe Weber, que o mercado é orientado por uma pluralidade de interesses que competem por oportunidades de troca e é caracterizado pela utilização do cálculo, possibilitada pela introdução da moeda como meio supremo de troca. Para Steiner (2006), embora divida a cena com outras instituições²⁰ como o dinheiro, a firma e a propriedade, o alcance do Mercado sobre a vida social é central na análise weberiana, tornando-se o espaço privilegiado, o *locus* da atuação social e, por isto, o ponto de partida da análise da Sociologia Econômica. Assim, emergem as seguintes questões:

²⁰ Swedberg (2005, p. 66) alerta que Weber raramente utilizou a expressão “instituições”, mas a frequente utilização desta terminologia pode ser um recurso didático para melhor entender as consequências da ação social econômica.

como a relação mercantil afeta os laços sociais? Entrar no mercado significa abandonar o modelo tradicional de organização econômica social? Como o dinheiro afeta as relações de intimidade entre as pessoas? Que tipos de laços sociais são gerados na relação mercantil? A questão deste estudo consiste na análise da complementaridade entre a racionalidade econômica e os elementos extraeconômicos inerentes à ação social econômica, procurando, especialmente, compreender como o dinheiro operou esta (aparente) dualidade.

Para compreender essa questão a partir de Weber, é fundamental recolocar uma das questões de fundo da sua sociologia do mercado: o debate entre tradicionalismo e capitalismo. De fato, para Weber o capitalismo ocidental não teria existido sem uma diminuição substancial da influência dos costumes e tradições na dimensão econômica das relações sociais. Sua linha teórica é de que o sistema de mercado se opõe à lógica tradicional, uma vez que o mercado, em contraposição a todas as demais relações comunitárias que sempre pressupõem a confraternização pessoal e na maioria das vezes a consanguinidade, é estranho, já na raiz, a toda confraternização (WEBER, 2000, p. 420).

No entanto, um aspecto fundamental da sociologia econômica para compreender a agenda deste desenvolvimento é de que mesmo com a racionalização, o papel da tradição não desaparece totalmente. Para ampliar o escopo desta análise, Weber propõe o conceito de “ação social economicamente orientada”, entendida como ação cujo sentido refere-se aos cuidados pela satisfação do desejo de obter certas utilidades (WEBER, 2000, p. 37). Segundo Swedberg (2005), a partir dessa definição, o conceito de utilidade passa a ser fundamental na explicação da ação econômica por abranger não somente os objetos, mas também a organização da atividade econômica, isto é, um modo particular de distribuir e coordenar serviços humanos para o fim de obtenção de bens. A ação economicamente orientada é, portanto, racional e sua emergência no ocidente está ligada à desintegração do tradicionalismo econômico, excessivamente pautado por fundamentos religiosos e emocionais.

Limites típicos do mercado são gerados por tabus sagrados ou relações associativas estamentais monopolistas que impossibilitam a troca de bens com o exterior. Contra esses limites pressiona sem cessar a comunidade de mercado, cuja mera existência implica a tentação a participar em suas oportunidades lucrativas. [...] As vinculações sagradas, estamentais e tradicionais são os obstáculos paulatinamente afastados que impedem a formação racional dos preços no mercado, enquanto que, ao contrário, os monopólios condicionados por considerações puramente econômicas são a última consequência desta (WEBER, 2000, p. 421-2).

Para prosseguir na análise da orientação social economicamente orientada, buscando compreender a rivalidade entre mercado e tradição, Weber propõe dois pares conceituais: o primeiro corresponde aos dois tipos de racionalidade, denominadas “racionalidade formal” e “racionalidade material”; enquanto o segundo faz referência a dois tipos históricos de gestão econômica: “economia doméstica” e “economia de mercado”. Estes pares ajudam a compreender o antagonismo que marcou o desenvolvimento do capitalismo racional²¹.

A evidência prática deste modelo de racionalidade formal é o cálculo. Conforme afirmado anteriormente, seu desenvolvimento e utilização foram fundamentais para a emergência da economia de mercado ocidental, sendo possibilitada pela densa e sistemática utilização do dinheiro nas ações de troca. Como diz Weber (2000, p. 53), “o dinheiro é, de um ponto de vista puramente técnico [...], a forma mais perfeita que existe de cálculo econômico; é também, formalmente, o meio mais racional que existe de orientar a ação econômica.” Em outra passagem afirma que

a racionalidade formal, orientada pelos interesses da economia de troca, da política lítica e, com isso, do sistema monetário, só poderia significar – de acordo com o sentido que até agora consequentemente lhe atribuímos – a eliminação daqueles interesses que ou 1) não estejam orientados pelo mercado – como os financeiros –, ou 2) não pretendam a conservação de relações intercambiárias estáveis, como fundamento ótimo de cálculo racional [...]. (WEBER, 2000, p. 124).

Por outro lado, a racionalidade material faz referência aos valores e a ameaça de reprovação social da ação econômica e pode ser explicada como

o grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas (como quer que se definam), mediante uma ação social economicamente orientada, ocorra conforme determinados postulados valorativos (qualquer que seja a sua natureza) que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é, foi ou poderia ser julgado (WEBER, 2000, p. 52).

Weber argumenta que enquanto a racionalidade formal é tecnicamente quantificável, a racionalidade material é vaga na medida em que estabelece exigências éticas, políticas, utilitaristas, hedonistas, estamentais, igualitárias, entre outras, e as toma como padrão de gestão econômica.

²¹ Segundo SWEDBER (2004, p. 76) Weber diferencia, na história do desenvolvimento econômico, três tipos de capitalismo: o Capitalismo Político, caracterizado pelo lucro no mercado através da utilização da força, da dominação e de lucros políticos predatórios; o Capitalismo Tradicional, orientado por tipos comércio e de transações monetárias em espaços de controle comunitário e; o Capitalismo Racional (moderno), pautado no comércio livre, produção industrial e na especulação financeira.

Por outro lado, e independentemente desta crítica material do resultado da gestão econômica, é também possível uma crítica ética, ascética e estética, tanto da atitude econômica quanto dos meios econômicos, o que também devemos ter em conta. A todas elas a função “meramente formal” do cálculo em dinheiro pode parecer uma coisa subalterna ou até adversa a seus postulados (abstraindo-se ainda por completo das consequências do modo de cálculo especificamente moderno) (WEBER, 2000, p. 52-3).²²

Por conseguinte, a distinção histórica dos tipos de gestão econômica, também compreendidos como diferentes tipos de “ação social econômica”, é baseada na diferença clássica entre a economia para o autoconsumo (*oikos*) e a economia da “geração de lucros”²³, também apresentados como ação social econômica “tradicional” e “racional”. Para Weber, o *oikos* expressa uma dimensão tradicional, voltada para a conservação das relações de poder em um ambiente “fechado”, enquanto a economia doméstica moderna é mais racional, principalmente quando utiliza o orçamento.

O fenômeno da passagem do *oikos* para a economia doméstica, e desta para o modelo de mercado (aberto), é bastante desenvolvido em *Economia e Sociedade*²⁴. Por enquanto, interessa a conclusão de que o exame dos processos de mercado constitui o conteúdo essencial da Sociologia Econômica porque entre todas as formas de comunidades econômicas (entre as mais amorfas ou mais socializadas, entre as mais e menos descontínuas ou mesmo entre as mais abertas ou fechadas), o mercado constitui-se na expressão maior da ação econômica racional (WEBER, 2000, p. 419).

1.1.1.1. Mercado e regulação voluntária

As considerações éticas, ascéticas e estéticas que aparecem na distinção entre racionalidade formal (cálculo) e material (valores e consequências da ação econômica) sugerem que a atividade formal não está isenta de regulação. De fato, se as conclusões de Weber indicam que o desenvolvimento econômico, particularmente no ocidente, está

²² Na sequência do argumento Weber deixa claro que “não é possível aqui uma decisão, mas apenas a averiguação e delimitação do que se deve chamar “formal”. Por isso, o próprio conceito de “material” tem aqui caráter “formal”, isto é, caráter abstrato de conceito genérico” (WEBER, 2000, p. 53).

²³ Inaugura-se a tradição na sociologia econômica (passando por Polanyi) que atribui à domesticidade a função de autoconsumo.

²⁴ Este aspecto será aprofundado na próxima seção.

ligado à emergência do cálculo formal, à liberação econômica e a consequente degradação de relações tradicionais que limitavam a economia. Aqui se impõe uma questão: que tipos de regulação seriam possíveis em uma economia livre? A resposta parece estar na noção de que os interessados no lucro passam a aderir voluntariamente a um conjunto de regulações que, baseadas no comportamento dos agentes, estabelecem um universo de normas que orientam o comportamento econômico. Aliás, a essência social do mercado consiste em dois tipos de interação: a relação entre os parceiros no ato da troca e em relação ao comportamento dos concorrentes.

Em Weber a liberdade de mercado é uma realidade em que sua expansão está calcada na ideia de garantia da mercabilidade dos bens. As regulações voluntárias apareceram primeiro e ocorreram em maior intensidade por parte dos interessados no lucro e na exploração monopólica da liberdade formal de mercado (WEBER, 2000, p. 52), sendo que a diferença entre ambas é que enquanto a primeira se apoia no tradicionalismo, a segunda é livre e, portanto, voluntária²⁵.

2. O sentido racional econômico das regulações do mercado cresceu historicamente com a ampliação da liberdade formal de mercado e da universalização da mercabilidade. As regulações primárias estavam condicionadas em parte por ideias tradicionais ou mágicas, em parte por interesses do clã, do estamento, militares ou político-sociais, em parte, por fim, pelas necessidades daqueles que dominaram a respectiva associação, mas em todo caso em interesses que não estavam orientados pela tendência para alcançar o máximo de oportunidade de lucro ou de abastecimento de bens, puramente racionais e de acordo com o mercado, para os interessados neste último, e muitas vezes em colisão com este máximo. Ou excluía permanentemente da mercabilidade determinados objetos, como as limitações por motivos mágicos, de clã ou estamentais (WEBER, 2000, p. 51).

Portanto, o que está em questão aqui é como os agentes se apropriam e ressignificam as normas sociais. Em outros termos, interessa saber como os interesses próprios se articulam em um contexto institucional na orientação de sentido da ação econômica. Segue-se disso uma necessidade de articulação entre interesses próprios e contexto institucional que fornecem orientação de sentido.

A existência de associações reguladoras e ordenadoras da economia pressupõe, em princípio, a autonomia (maior ou menor) dos indivíduos economicamente ocupados. Isto é, pressupõe nestes fundamentos a liberdade de disposição,

²⁵ Embora não seja objeto deste estudo, vale mencionar que Weber, para compreender o papel da regulação nas diferentes fases do desenvolvimento econômico, apresenta quatro tipos de regulação do mercado: tradicional, convencional, jurídica e voluntária.

embora limitada em graus diversos (pelas ordens que orientam as ações), e, portanto, a apropriação (pelo menos relativa) por eles de oportunidades econômicas das quais dispõem de modo autônomo (WEBER, 2000, p. 45).

O papel das instituições na regulação de mercado é orientar o comportamento e fornecer as normas sociais que legitimam os interesses individuais na sua perspectiva social. Regulação do mercado é a “situação em que estão materialmente limitadas, por determinadas ordens, a mercabilidade de possíveis objetos de troca e a liberdade de mercado para possíveis interessados na troca” (WEBER, 2000, p. 50). São três as instituições reguladoras do mercado: o costume, a convenção e o direito, sendo fluida a transição da regulação por usos e costumes para o modelo baseado em convenções e deste para o moderno sistema jurídico, centrado na utilização do contrato (WEBER, 2000, p. 219).

Usos e costumes fazem referência às restrições tradicionais do comércio de objetos. Além disso, são compreendidos como instituições tradicionais, contrários à racionalidade moderna, embora Weber reconheça que mesmo na modernidade a tradição não desapareceu completamente (WEBER, 2000, p. 131).

Entendemos por “costume” o caso de um comportamento tipicamente regular que é mantido dentro dos limites tradicionais unicamente por seu caráter de “habitual” e pela “imitação” irrefletida – uma “ação de massas”, portanto, cuja continuação ninguém exige do indivíduo, em sentido algum. Por “convenção”, ao contrário, entendemos o caso em que há uma influência em direção a determinado comportamento, mas não por meio de coação física ou psíquica alguma e, pelo menos em condições normais e imediatamente, por nenhuma outra reação senão a mera aprovação ou reprovação por um círculo de pessoas que constitui o “ambiente” específico do agente (WEBER, 2000, p. 215).

As convenções, por sua vez, são fonte de regularidades e de normalização, pois a reprovação social da mercabilidade de determinados objetos ou mesmo, sua eventual isenção da luta de preços ou mesmo a restrição da sua circulação em determinados círculos de pessoas influencia na regulação de determinada demanda. Por fim, a regulação jurídica afeta a liberdade de preços, limita a posse, dispõe a exclusividade da exploração de determinados bens (monopólios juridicamente garantidos) ou mesmo aliena poder de acordo com uma ordem formal estabelecida. Em uma interessante passagem, Weber argumenta que:

Só queremos lembrar que existem também meios coativos não-violentos que podem atuar com a mesma força ou, em certas circunstâncias, até com força maior que os outros. A ameaça de exclusão de uma associação, de um boicote ou de medidas semelhantes, bem como a promessa de vantagens ou desvantagens

magicamente condicionadas, neste mundo, ou de remunerações ou castigos, no além, em caso de determinado comportamento, traz frequentemente – e, para vastas áreas, regularmente – efeitos muito mais seguros, sob determinadas condições culturais, do que o aparato coativo político, nem sempre calculável em suas funções. [...] Um boicote organizado de crédito ou de locação (listas negras) contra devedores morosos tem, muitas vezes, efeitos mais fortes do que a probabilidade de uma demanda judicial (WEBER, 2000, p. 212-3).

Neste ponto Weber analisa a relação entre ordem jurídica, convenção e costume, mostrando a natureza da obediência, isto é, da vigência e legitimidade da norma jurídica. A distinção básica entre estas instituições reguladoras repousa na compreensão da norma jurídica como resultado de um processo de racionalização. No entanto, isto não significa seu monopólio sobre a regulação pelos costumes ou, especialmente, pelas convenções. A probabilidade de coação jurídica determina apenas em pequeno grau o comportamento “conforme o direito” do agente encontra-se, também objetivamente, como garantia eventual, apenas atrás de uma pequena parte do decorrer efetivo das ações consensuais (WEBER, 2000, p. 219).

A regulação pelas convenções mostra que na história do desenvolvimento do capitalismo ocidental a tradição cumpria a função de regular as transações econômicas. Esta regulação consistia, basicamente, na delimitação de mercabilidade (ou exclusão do mercado) de determinados bens ou serviços. Dessa forma, primeiro foram os objetos, excluídos por questões mágicas, bem como a negociação de valores hereditários, presentes, doações, etc. Em seguida essas regulações apareceram na forma de limitação de categorias de pessoas que estavam isentas de atividades comerciais, como, por exemplo, nobres, camponeses e artesãos. Mais tarde surgiram as regulações sobre o consumo, causadas por limitações de clima ou situação econômica em tempos de guerra. Em um quarto momento histórico, ocorreu a limitação da liberdade de mercados de concorrentes e, por fim, foram estabelecidas reservas de mercado ao poder político, principalmente na garantia do monopólio econômico aos membros da nobreza. Para Weber, este último, também denominado de capitalismo político, possui um grau maior de racionalização em relação à regulação da comercialização de objetos, heranças e presentes na medida em que fomenta em maior grau a racionalização da atividade econômica e amplia a orientação da gestão econômica²⁶ (WEBER, 2000, 51 e 52).

²⁶ Weber argumenta que característica dos capitalismos anteriores é que nestes se observa uma estreita relação entre o poder político e a economia, enquanto a empresa moderna está calcada na liberdade.

Com estas ideias Weber inaugura uma tradição na Sociologia Econômica estabelecendo uma densa agenda de pesquisa que marcará o seu desenvolvimento. Em resumo, para os fins deste estudo interessam três aspectos: 1) a transição da orientação tradicional para a orientação racional da ação econômica; 2) a desestruturação do modelo de autoconsumo operado pelo cálculo e utilização extensa do dinheiro e; 3) a relação entre racionalidade e afetividade na explicação dos fenômenos econômicos. O itinerário deste debate levará em consideração os acúmulos da tradição da Sociologia Econômica e as novas perspectivas teóricas contemporâneas.

1.1.2. *A Sociologia Econômica Contemporânea*

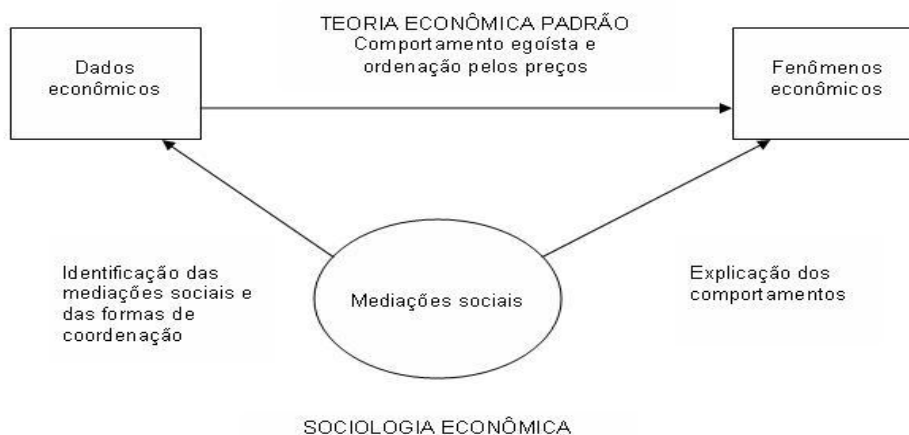
Como visto a partir das elaborações de Max Weber, a ideia da aplicação de conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos já está presente nos escritos dos clássicos que evidenciam a estreita relação entre o comportamento econômico e as estruturas sociais. No entanto, a tradição sociológica acompanhou a disputa entre o braço histórico e o braço analítico da economia, ocasionando um distanciamento metodológico entre Sociologia Econômica e Ciência Econômica²⁷, principalmente a partir dos anos 30 do século passado.

A causa desta separação entre Sociologia e Economia foi a divergência sobre a causalidade dos fenômenos econômicos. De um lado, a Sociologia amparando as suas pesquisas em concepções que propunham que as convenções morais, os costumes, a tradição e o autointeresse exerciam influência preponderante sobre os eventos econômicos; de outro, a ortodoxia econômica defendia uma ciência amparada em leis naturais, advogando que fatos econômicos possuem leis próprias, independente da dinâmica social²⁸.

²⁷ Bertrand Russell (*apud* ABRAMOVAY, 2004, p. 37) definiu com certa ironia a condição “segundo a qual a economia é a ciência que explica como os indivíduos fazem escolhas, enquanto a sociologia se dedica a mostrar que eles não têm nenhuma escolha a fazer”.

²⁸ É importante registrar que já no início do século XX encontramos nas obras de John M. Keynes (1883-1956) e Joseph Schumpeter (1893-1950) interessantes críticas à ortodoxia econômica. Note-se que *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle* de Schumpeter foi publicada em 1934, nos Estados Unidos, *The General Theory of Employment Interest and Money* de Keynes, de Keynes, em 1936, na Inglaterra. Mais recentemente, merece destaque a obra crítica *On Economic Inequality* (1973), do indiano Amartya Sen.

A figura a seguir, elaborada por Steiner (2006, p. 43), mostra o procedimento adotado pela sociologia econômica para explicação dos fenômenos econômicos, em contraste com o método da ortodoxia econômica:



A partir dos anos 70 o desafio epistemológico de juntar economia e sociologia motivou o surgimento da Sociologia Econômica Contemporânea, também conhecida como Nova Sociologia Econômica²⁹ que para Steiner (2006, p 37-38) apresenta uma dupla contribuição:

Em primeiro lugar, com ela trata-se de descrever de maneira empiricamente sólida os dispositivos e os comportamentos sociais que atuam nessas formas de articulação que cercam a transação mercantil. [...] Em segundo lugar [...] procura elaborar proposições teóricas a respeito destas formas de articulação que permitem as transações de mercado. Neste estágio, não se trata mais, simplesmente, de fazer uma descrição diferente dos fatos econômicos, mas elaborar uma abordagem teórica original que leva em conta as relações sociais e os dispositivos sociais nos quais estas relações podem se travar. Estes dispositivos, de natureza variada, intervêm, juntamente com interesses egoístas, para explicar o que se desenrola no mercado concebido como um fato social.

1.1.2.1. O enraizamento social da economia (*embeddedness*)

Na obra *A grande transformação: as origens de nossa época* (1944/2000), Polanyi defende a tese de que na economia pré-moderna o dinheiro está enraizado (*embedded*) nas

²⁹ Segundo Swedberg (2004) o fortalecimento recente da Sociologia Econômica se deve, em grande parte, às duas coletâneas básicas de Sociologia Econômica: a *The Sociology of economic life*, organizada por Granovetter e Swedberg, e *Readings in economic sociology*, coordenada por Nicole Woolsey-Biggart.

relações sociais, políticas, culturais e religiosas e suas funções são, portanto, limitadas (*single-purpose money*). Isso muda radicalmente na modernidade quando o dinheiro passa a ser o meio de trocas por excelência e dinamizador do mercado. Esta percepção está sustentada na ideia de que o mercado, pautado na impessoalidade das trocas comerciais e na utilização massiva da moeda como meio de troca, subjuga as relações sociais à lógica do lucro e faz do “comportamento mercantil” um modelo de vida social. Há, portanto, uma rivalidade no interior da economia entre os princípios da integração econômica, nomeados como reciprocidade, redistribuição, mercado e domesticidade (POLANYI, 2000, p. 68).

Fazer uma Sociologia do Mercado é um dos principais desafios da Sociologia Econômica Contemporânea. Para Karl Polanyi a economia moderna inaugurou um sistema social monopolizado pelo princípio do mercado e sedimentado nas noções de autointeresse dos indivíduos e autorregulação da economia. Este sistema teria expandido seus domínios através da negação do papel das instituições sociais – entre elas o Estado – que nas sociedades pré-modernas conformavam a nervura da organização social (POLANYI, 2000, p. 62). Segundo o autor, nestas sociedades, o padrão de mercado obedecia rigidamente aos princípios econômicos da reciprocidade, redistribuição, consideradas como sistemas superiores de organização social. Segundo o autor, este modelo econômico destacou ao mercado o papel de organizador da sociedade, tornando a vida social refém de leis de formação de preços e livre concorrência.

A crítica à colonização da vida social pelo mercado é o ponto de Polanyi à economia moderna. Para o autor, a ação econômica deve ser compreendida como socialmente enraizada e seus derivados (troca e escambo) nunca determinaram a forma da vida social, mas são resultados da tentativa de manter a sociedade enquanto tal, isto é, “a economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais” (2000, p. 65). Para o autor, na economia de mercado o sistema econômico “é controlado, regulado e dirigido apenas por mercados e a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável” (2000, p. 89). Em outras palavras, neste modelo econômico, não há interferência social na economia e isto inibe o estabelecimento da reciprocidade e da redistribuição como mediadoras da relação entre economia e sociedade. Polanyi conclui com a contundente afirmação de que estes princípios de integração social são, na modernidade, tomados de assalto pelo desenvolvimento do “moinho satânico” do mercado (POLANYI, 2000, p. 95).

Seguindo este argumento, Polanyi (2000, p. 62) propõe a tese de que o processo (ou sistema) econômico só pode ser entendido como instituição social e os fatos econômicos estão condicionados por quatro princípios econômicos: mercado, domesticidade, reciprocidade e redistribuição. Estes princípios às vezes concorrem entre si, outras vezes se complementam e estabelecem que a economia não se pode resumir ao princípio mercantil, tal como a percebemos hoje. Embora em nossos dias o “comportamento mercantil” seja hegemônico e tenha atingido este feito a partir das transformações que instalaram o capitalismo moderno, nas economias primitivas - e ainda nos séculos XV e XVI -, a organização econômica da sociedade comportou os princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade.

O princípio de mercado significa uma organização em um sistema autorregulável onde toda a produção é para a venda neste mercado - “e nada além dos preços de mercado” - e o ganho monetário, finalidade última do sistema, surge da relação comercial. Por outro lado, a redistribuição parte da contribuição dos membros de determinada sociedade para que a produção seja armazenada e administrada para a redistribuição por uma institucional central, geralmente o Estado, que tem a tarefa de zelar pelo provimento dos recursos para o bom funcionamento do grupo. A domesticidade consiste na produção para o autoconsumo. Sua pretensão é prover o consumo doméstico em unidades autossuficientes, vedando o lucro ou a apropriação individual da produção para que ela fique inteiramente disponível ao consumo das unidades. Por fim, na reciprocidade, as transformações são indissociadas das relações humanas, está orientada pelo padrão institucional da simetria e da centralidade na provisão da subsistência do grupo social.

Para Vinha (2003), em Polanyi a reciprocidade e a redistribuição são sistemas de coordenação superiores em virtude da sua capacidade de empregar o escambo, a troca e o intercâmbio como métodos subordinados. Assim, estes princípios da organização econômica interferem diretamente na organização social e podem mobilizar o acesso aos recursos econômicos. Neste intento, a economia está enraizada em instituições econômicas e não econômicas que são fundamentais para a sua estruturação e funcionamento. E esta condição resulta da relação entre o homem e seu ambiente sendo que a mudança depende fundamentalmente das instituições. A principal destas instituições é o Estado que foi preponderante para a imposição do sistema mercantil no advento da modernidade. Para a autora, a concepção de mercado do início do período moderno “confinou o próprio mercado a uma esfera de atuação que não comprometia os princípios de funcionamento

baseados na reciprocidade e na redistribuição, uma vez que funcionava, apenas, como um apêndice” (VINHA, 2003, p. 213).

Para Polanyi, entre o mercado e as instituições sociais existe uma lacuna a ser explorada para a compreensão do significado social das práticas econômicas. Esta exploração somente é possível através de três pressupostos: 1) o conceito de instituição como constrangimento externo da ação individual e, portanto, a necessidade de incorporação de elementos estruturais como ideologia e cultura para a compreensão do significado destas práticas; 2) a possibilidade de investigar a potência do princípio da reciprocidade como um sistema de coordenação vital para a localização dos limites do mercado na organização social; e por fim, 3) de que o mercado é concebido como socialmente localizado, envolto em uma trama de relações sociais.

1.1.2.2. O mercado enraizado: a utilização do conceito de rede em sociologia econômica

A ideia de enraizamento proposta por Polanyi irá fundar a Sociologia Econômica Contemporânea. Seguindo uma perspectiva preponderantemente institucionalista, os teóricos da chamada “Nova Sociologia Econômica” elaboraram uma ferramenta conceitual e metodológica para compreensão da realidade social: a ideia de Rede. O termo de Rede vem sendo amplamente utilizado nas ciências sociais³⁰ para identificar: 1) relações entre diversos fenômenos e compreensão do paradigma estrutural da sociedade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999; CASTELLS, 2003); 2) a relação entre a realidade micro e macrosocial (GRANOVETTER, 1973; 2009) ou; 3) a pretensão de normatização de alternativas de sociabilidade frente aos anseios de democracia e distribuição simétrica do poder (MARTELETO, 2001; SCHERER-WAREN, 1993)³¹.

³⁰ Uma importante caracterização da ampla utilização do termo nas ciências em geral e mesmo nas humanas é feita por Scherer-Warren (1999): na Geografia – redes técnicas e urbanas; na Administração – redes organizacionais, de controle; na Economia – redes de mercado, produção; na Antropologia – redes de vizinhança, parentesco; na Biologia e Ecologia – rede como tecido social ou rede energética; Além disto, o termo é utilizado amplamente na Sociometria e na Psicologia Social. Um interessante estudo foi apresentado por Stephen Borgatti (2003) no qual apresenta uma tipologia da ampla utilização do conceito de rede nos estudos sociológicos recentes, conformando um “Paradigma das Redes”.

³¹ Nesta perspectiva o conceito de rede é frequentemente utilizado para explicar formas de organização social que atendem exigências de descentralização e democracia por exercitarem a autonomia, acentuando sua

De um modo geral, redes são articulações polifórmicas de atores sociais (pessoas ou organizações) que, ligados por laços não necessariamente formais, mobilizam expectativas comuns. A partir desta premissa pode-se propor que a unidade de análise destas redes é a relação que os indivíduos ou organizações estabelecem entre si para consecução dos seus objetivos em um determinado espaço social, convertendo-se, portanto, em ferramenta analítica desta realidade.

Por outro lado, rede pode significar um conceito analítico das relações sociais conformadas em um sistema socioeconômico altamente complexo que, valendo-se de dispositivos tecnológicos, colocam pessoas e/ou grupos em relação, estabelecendo, a partir deste prisma, um ponto de partida para a compreensão da morfologia social. Um interessante quadro analítico é proposto do Hollingsworth e Boyer (1997):

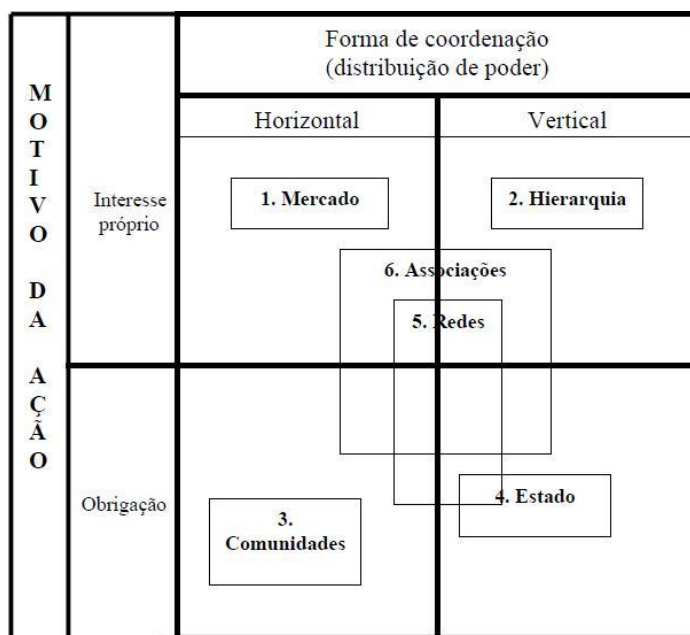


Figura 2– Arranjos institucionais e as formas de coordenação
(HOLLINGSWORTH & BOYER, 1997)

Seguindo a ideia de que redes são arranjos institucionais, os autores as localizam em um sistema com diversas formas de coordenação e distribuição de poder, atribuindo-lhe uma estreita vinculação com o modelo de associação e sua intensa relação com o Estado.

conotação política de afirmação da liberdade e da democracia. Neste sentido, o mais importante da rede não é a sua morfologia, mas o processo, o modo como os fluxos acontecem. Quanto às características morfológicas valem citar algumas: horizontalidade, densidade de conexões, sistema aberto, prioridades dos fluxos sobre os nós, sistema aberto, sem centro e com múltiplas dimensões que indicam sua não-linearidade, estruturada por um processo de conectividade social e de transitividade.

Embora esta localização das redes proposta pelos autores não seja útil para nossa problemática, o quadro acima ajuda a compreender a trama social que conforma o ambiente no qual as redes se desenvolvem e incita a discussão sobre a sua autonomia e os limites institucionais desta forma específica de organização.

Uma das grandes contribuições da SE contemporânea foi propor o conceito de rede como ferramenta flexível para analisar diversos fenômenos econômicos, servindo também como mediação social na tentativa evitar a dicotomia indivíduo-estrutura que marcou a sociologia clássica (GRANOVETTER, 1973; 1985). Em geral, os estudos de redes utilizam o conceito como ferramenta de análise da ação entre indivíduos e sua relação com a estrutura, ora pendendo para uma ênfase estrutural, ora para a ação dos indivíduos. Isso é possível ser observado já nos estudos do período nascente da teoria de redes, influenciada pela Gestalt Terapia, pela Sociometria de Jacob Moreno e pela Teoria dos Campos de Kurt Lewin (entre os anos 30 e 50), marcados por uma ênfase estruturalista na medida em que tentam evidenciar como a estrutura dos grupos influencia os comportamentos individuais. Por outro lado, nos anos 70 eclodiu a “nova teoria da ação” que procurou explicar a dinâmica das redes a partir dos atributos dos indivíduos. Destacam-se os estudos de Wasserman e Faust (1999), Mark Granovetter (1973, 1985), Ronald Burt (1992), Krackardt e Hanson (1997), Burkhardt (1994) e Boltanski e Chiapello (1999).

Para Steiner (2006, p. 68) o conceito de rede é utilizado, em geral, para designar uma mediação social e pretende se afastar deste debate sobre a primazia dos elementos estruturais ou individuais na explicação dos fenômenos econômicos. Assim, o termo passa a ter uma dupla acepção: 1) de ser um instrumento analítico para definir os contornos dinâmicos de um determinado mercado, localizado em um determinado contexto social e histórico; e 2) pela sua capacidade de caracterizar um ambiente institucional regulador sobre a ação dos atores econômicos. Neste sentido, redes passam a ser percebidas como “formas de governança voltadas para atenuação dos efeitos do oportunismo dos agentes que sempre poderiam descumprir os contratos firmados” (ABRAMOVAY, 2004, p. 49).

Nos meados dos anos 80, a publicação de *Economic action and social structure*, de Granovetter (1985) deu fôlego à Sociologia Econômica Contemporânea ao reintroduzir o conceito de *embeddedness* (enraizamento), inaugurado por Polanyi em 1944³². Ao passo que criticou a noção de enraizamento de Polanyi por não reconhecê-la no mercado e por

³² Uma interessante arqueologia do conceito de *Embeddedness*, principalmente quanto aos seus usos e significados em Sociologia e Economia é feita por Gómes Fonseca (2004).

não enxergá-la como forma de coordenação social dependente das redes sociais nas quais as ações econômicas estão inseridas, Granovetter propôs fundir as noções de “enraizamento” e “rede” reivindicando como tarefa primordial da Sociologia Econômica a análise do modo pelo qual ações econômicas estão imersas em redes sociais, criticando também a noção de *homo economicus* da ciência econômica.

Suas investigações argumentam a suficiência do conceito de rede como estratégia racionalizada de organização e fundamento da orientação e relação de agentes econômicos em um sistema de mercado. Em outros termos, os atores econômicos se valem da rede para ampliar seus interesses econômicos. Segundo Granovetter, este “construtor de redes” atuaria conectando recursos dispersos, mas conhecidos, presentes em diferentes redes ou grupo sociais, lançando mão, para isso, de conexões e contatos privilegiados. Analisando pelo prisma econômico, o autor conclui que o construtor vai, assim, ocupando e preenchendo os espaços vazios, mas facilmente perceptíveis no mercado, forjando redes inovadoras através da combinação de recursos novos e/ou antigos dispersos no mercado. Para o autor, o “conector de redes” possui como atributo básico a capacidade de ligar indivíduos dispersos em virtude dos laços fracos existentes entre eles.

Por outro lado, o formato em rede minimiza os efeitos da ação dos construtores de rede porque estabelece um modelo organizativo que impõe valores como reciprocidade, confiança e cooperação. Granovetter parece ancorar a noção de rede no princípio da reciprocidade como conceito que amplia a noção de “arranjo institucional” para evitar ações egoístas que coloquem em risco o ideário da organização econômica. O autor afirma que a má-fé é evitada por arranjos institucionais inteligentes que fazem com que o envolvimento com ela seja custoso demais. Desta forma, advoga que a confiança, a reciprocidade, a cooperação são mecanismos que dão fundamento às mais diversas formas de interação econômica e a rede elevaria o grau de confiança para evitar a fraude e a má-fé, nomeadamente nefastas ao funcionamento regular do mercado. Em outros termos o autor parece perseguir a tese da rede como expressão do princípio da reciprocidade e centralidade frente ao avanço do sistema de mercado autorregulável³³.

Portanto, as análises da perspectiva das redes advogam a tese de que o mercado busca modelos de organização e coordenação que diminuam os prejuízos da despersonalização sem ferir a liberdade e a autonomia dos indivíduos. Neste sentido, redes

³³ É necessário frisar que Granovetter (2009, p. 41) reconhece que a confiança gerada entre indivíduos pode permitir a má-fé “quanto maior a confiança, maior é o potencial de ganho por meio da má-fé”, a chamada “honra entre ladrões”.

são entendidas como sistemas de coordenação social que permitem a realização de ideais de reciprocidade (simetria) e são fundamentais para manutenção da confiança e estabilidade. Já a dinâmica do modelo de coordenação em rede é resultado da ação dos construtores de rede que articulam suas expectativas individuais em um sistema de organização fluido que permite (e legítima) a sua autonomia deixando-os móveis e livres das amarras burocráticas das organizações. Redes são, portanto, estruturas de “baixo custo” aos construtores que se submetem à regulação para ampliar seu respaldo sociopolítico.

A intuição de Granovetter foi utilizar o conceito de rede como mediação social na tentativa de enxergar o ser humano para além da barganha, do egoísmo ou superestimação da influência das convenções sociais sobre a ação econômica dos indivíduos, superando o hiato entre sociologia e economia. Para o autor, a tradição econômica percebeu o agente econômico como subsocializado (*undersocialized*) argumentando que os agentes econômicos não sofrem influência da estrutura social; enquanto na sociologia estes atores estariam super socializados (*oversocialized*), isto é, a agência individual estaria condicionada excessivamente aos valores convencionados socialmente (GRANOVETTER, 1985, p. 56). Para o autor,

essas concepções supersocializadas do modo como a sociedade influencia o comportamento individual são um tanto quanto mecânicas: uma vez conhecida a classe social do indivíduo ou seu segmento no mercado de trabalho, todo o resto em termos de comportamento é automático, visto que eles são tão bem socializados. A influência social é entendida aqui como uma força externa que, como Deus para os deístas, coloca as coisas em funcionamento sem provocar nenhum outro efeito posterior (GRANOVETTER, 2009, p.38).

Com esta inovação metodológica, o autor busca se afastar do estruturalismo da Sociologia Econômica Clássica e do *mainstream* da Economia. Assim, o conceito de rede possibilitaria uma mediação entre estes polos, da mesma forma como articularia os níveis micro e macro da análise sociológica (GRANOVETTER, 1973). Swedberg (2004) avaliou que a noção de rede foi, sem dúvida, a principal e mais consistente elaboração da Sociologia Econômica contemporânea: “a análise de rede tem sido utilizada para explorar diversos tipos de interações econômicas que não podem ser classificadas nem como costumes nem como alguns tipos de organização econômica.” No entanto, para o autor, a Sociologia Econômica Contemporânea ficou muito presa à noção de enraizamento e não conseguiu produzir uma relação com elementos culturais e categorias cognitivas e

comportamentais (SWEDBERG, 2004, p. 18) e não tem conseguido abarcar a complexidade da ação econômica.

Soma-se a esta opção, a intenção de repensar o conceito de enraizamento pela sua dificuldade de compreender as questões estruturais que condicionam o comportamento econômico, como o sistema de crenças, os quadros de referência e o papel da ideologia na formação do comportamento econômico. Swedberg (2004, p. 12) salienta que

a sociologia econômica norte-americana predominante focaliza o enraizamento, as redes e a construção social da economia [...], e a maioria dos sociólogos econômicos norte-americanos limita-se a descrever o impacto das relações sociais na economia, deixando o interesse a cargo dos economistas.”

Segundo Steiner (2006, p. 42) não faltam críticas ao conceito de enraizamento, considerado desde Polanyi como imersão estrutural. Recorrentes críticas lhe foram imputadas pelos defensores da inserção cultural, política e cognitiva nas trocas mercantis. “A diferença entre elas está na mediação ou na forma de articulação utilizada para levar a cabo a transação mercantil”.

1.1.3. Viviana Zelizer e a crítica ao conceito de “mundos hostis”

No interior da sociologia americana as pesquisas de Viviana Zelizer (1988, 2003) propõem uma alternativa ao conceito de enraizamento. Seus estudos procuram eliminar a dicotomia clássica que funda as ciências sociais e eliminar a oposição entre racionalidade e subjetividade, mercado e vida privada, razão e emoção, sociedade e economia, individualização e solidariedade. Uma das chaves para romper com o dualismo é colocar como objeto da análise não somente os mercados e as empresas (organizações), mas as transferências econômicas, as formas de produção, de consumo, distribuição, doações, trocas (ZELIZER, 2010b, p. 378) buscando entender como ocorrem as práticas monetárias, aproximando mercados e empresas de abordagens sociais, culturais e afetivas.

A partir da noção de mercado como um tipo institucionalizado de relações sociais, envolvendo consumo, produção e trocas, a autora identifica três compreensões distintas do mercado na Sociologia Econômica Contemporânea: 1) o “revisionismo moral do mercado

ilimitado” que faz uma crítica ideológica do poder destrutivo do mercado em relação aos aspectos sociais, morais e culturais da organização social e; 2) o modelo de “mercado subordinado” que advoga a tese dos constrangimentos culturais, estruturais e históricos do mercado e sua não autonomia está condicionado ao jogo de significados (alternativa cultural) e ao jogo de relações sociais (estrutura-social) e; 3) o modelo de “mercados múltiplos”, no qual se inscreve Zelizer, em que o mercado é entendido como um resultado da interação de fatores culturais, afetivos, estruturais e econômicos. (ZELIZER, 1988, p. 618)

O cerne da crítica zelizeriana tanto ao *mainstream* da Economia quanto da Sociologia Econômica está amparada nos conceitos de “esferas separadas”, “tudo ou nada” e “mundos hostis” (2005c, 2005d):

Os economistas frequentemente dicotomizaram o mundo em mercado e não-mercado, racional e pessoal, eficiente e sentimental, macho e fêmea. Estas teorias agradaram tanto os críticos como os defensores do capitalismo [...] enquanto para os críticos a racionalidade instrumental da revolução industrial retirou a solidariedade, os sentimentos e a intimidade dos mercados, para os seus defensores, a contaminação da esfera racional pela dimensão afetiva poderia gerar ineficiência [...] (2009a, p. 237).

Para Zelizer, a explicação da realidade social por uma dualidade demarcada por conceitos morais e políticos não contribui para análise da complexidade do real, pois o mercado, a racionalidade econômica e o interesse não ameaçam a intimidade, as relações de solidariedade e a confiança. As teorias de redes e do enraizamento (*embeddedness*) ficaram muito presas à análise do mercado e não conseguiram enxergar a importância dos valores extra pecuniários, reproduzindo dicotomias morais como *gemeinschaft versus gesellschaft* e mercado *versus* afetividade (2001, p. 123). Em outros termos, para essa teoria “os processos sociais fornecem apenas o “recipiente” da economia, enquanto que o conteúdo permaneceria identificado por sistemas racionais de troca da economia *standard*” (2010b, p. 380). Em resumo:

na sua visão normativa, a concepção de “mundos hostis” ergueu sólidas fronteiras morais entre o mercado e os domínios da intimidade. Nesta visão, há uma diferença fundamental entre relações íntimas e transações econômicas. Teríamos, de um lado, uma esfera de emoção e solidariedade e, do outro, uma esfera do cálculo e de busca pela eficiência. Deixada livre, cada esfera opera quase que automaticamente e com êxito. Além disso, essas duas esferas são hostis entre si, qualquer contato entre eles é uma fonte de poluição moral (2005b, p. 18-9).

Assim, nesta perspectiva, sentimentos produzem ineficiência nos mercados e organizações, ao passo que o cálculo e a racionalidade esvaziam o conteúdo da solidariedade³⁴. O dinheiro, instrumento do cálculo é a expressão desta ameaça de corrupção e contaminação (ZELIZER, 2005b, p. 18; ZELIZER, 2009a, p. 238) Esta rivalidade inaugura uma interpretação dualista da economia em que o dinheiro é o artífice da sobreposição dos valores de mercado sobre os demais princípios da integração social.³⁵

Em outros termos, a vida econômica e o comportamento organizacional não destroem a integridade e os laços sociais. Neste sentido, a inovação analítica de Zelizer a coloca em uma “terceira via” da Sociologia Econômica na tentativa de superação deste hiato a partir da ideia de que “em todos os tipos de situações, das predominantemente íntimas às predominantemente impessoais, as pessoas diferenciam fortemente vários tipos de relações interpessoais, caracterizando-as com distintos nomes, símbolos, práticas e meios de troca” (2009a, p. 240). Nas palavras de De Blic e Lazarus (2007, p. 73), “os atores se apropriam e delimitam o dinheiro segundo fronteiras sociais e culturais que Zelizer define como „produção“ de moedas. [...] No espaço doméstico o dinheiro é misturado às relações sociais, aos valores religiosos ou políticos, até mesmo à intimidade” (2005b, p. 20).

A construção deste referencial teórico foi moldada a partir de quatro obras. A primeira, *Moral and Markets: the developement of life insurance in the United States* (1979) teve como foco de análise a história social e cultural do Seguro de Vida nos Estados Unidos, especialmente entre o período de 1870 a 1930. Utilizando informações sobre a alta rentabilidade das empresas de Seguro, Zelizer traça pistas sobre um tema fundamental para o capitalismo contemporâneo: a quantificação monetária da vida e da morte de um ente-querido.

Assim, *Pricing the Priceless Child: the changing social value of children*, publicado em 1985, discute a atribuição de um preço ao que não tem preço: as mudanças nos padrões

³⁴ Recorrendo constantemente aos estudos de Di Maggio (2005b, p. 19; 2011, p. 96) Zelizer mostra que o modelo burocrático weberiano vem sendo duramente atacado pela ineficiência no contexto organizacional contemporâneo.

³⁵ Zelizer aponta duas fontes da sua agenda de pesquisa: 1) a crítica de Paula England e Nancy Folbre na nova edição do *Handbook of Economic Sociology* de Nell Smelser e Richard Swedberg, à economia neoclássica, bem como a sociologia econômica, por sua tendência “a recusar o estudo – justamente como „não econômico“ – dos domínios da atividade humana em que há conexões emocionais, de amor, de altruísmo e de engajamentos baseados em normas. Os especialistas em sociologia econômica falam muito de redes e de instituições, mas eles também evitam considerar qualquer engajamento e conexão emocionais” (ENGLAND e FOLBRE *apud* ZELIZER 2006a, p. 387). 2) a autora reconhece que ainda no período de finalização de *Purchase of Intimacy* (1994) entrou em contato com correntes da chamada economia alternativa ou Economia Social-Solidária (ZELIZER, 2006a, p. 128).

de valor social das crianças. Seguindo a mesma direção da obra anterior, este livro explora o universo da definição de preços e o sistema de valores culturais da sociedade americana em um contexto marcado pela exclusão das crianças (e das mulheres) da economia, momento em que deixam de serem objetos de utilidade para se tornarem objetos de sentimentos.

The Social Meaning of Money (1994) inaugura o interesse da SE por um tema que até então era analisado basicamente pelos economistas: o dinheiro. Para isto Zelizer, seguindo a trilha de Weber, analisa o sentido conferido ao dinheiro pelas famílias estadunidenses, país onde o capitalismo ocidental se desenvolveu com vigor, especialmente no final do século XIX e início do século XX. A monetarização da vida social através da análise da adoção do dólar como moeda nacional e a sobreposição às moedas regionais/provinciais chamadas de “outras moedas”. Quais as mudanças sociais desta expansão. O mercado nacional do dinheiro afeta a vida social?

O livro mostra como a família americana, ao final do século XIX, se deparou com a monetarização das práticas econômicas no seio da unidade familiar. A utilização extensa do dinheiro teve reflexos óbvios, mas diferentemente do que preconizavam as preocupações moralistas dos defensores da teoria dos mundos hostis, o dinheiro não deteriorou as relações sociais, mas foram produzidos novos rituais, práticas e significados para estabilizar as relações íntimas. Como os americanos reagiram a essa mudança? Seja como for, a introdução do dinheiro da unidade doméstica não pode ser considerada como inevitável processo de racionalização. Os símbolos, rituais e as crenças são manifestações de significados produzidos entre a esfera dos sentimentos e da racionalidade. De fato, ao invés de negar as esferas, Zelizer está preocupada em dissolver o hiato que existe entre elas. Para a socióloga, a família, pensada como espaço da afetividade, gratuidade e solidariedade, se relaciona com a ideia de cálculo, racionalidade e dinheiro. Aliás, o conceito de família, largamente aceito nas ciências sociais funciona como esfera autônoma e separada da vida social e econômica. E esta “ideologia da família” (2005b, p. 19), na medida em que sacralizou o espaço doméstico procurando “protegê-lo da dura realidade do trabalho diário em atividades econômicas” (2009a, p. 239), contribuiu para consolidação da doutrina dos “mundos hostis”, uma vez que cada uma destas esferas tiraria vantagens desta separação.

Enquanto em *The Social meaning of money* (1994), a autora analisou como a monetização afetou os americanos mostrando que os laços sociais foram ressignificados

através da ressignificação do dinheiro, *The purchase of intimacy* (2005) parte da análise do dinheiro, mas o ultrapassa adentrando na produção, consumo, distribuição e transferência de bens não-monetários. Duas premissas sustentam esta tese: 1) o dinheiro trouxe novos desafios para as relações sociais e; 2) outras questões surgiram, mostrando transferências econômicas não-monetárias como, por exemplo: Como as pessoas equilibram as exigências econômicas de curto prazo das relações íntimas (gastos com alimentação, transporte... em uma união estável) com o acúmulo de longo prazo de direitos, obrigações e meios compartilhados de sobrevivência? O que acontece quando a mistura entre estes se torna alvo de litígio judicial? Como as pessoas comuns e os tribunais distinguem transferências de dinheiro legítimas e ilegítimas entre parceiros sexuais? Enfim, como o serviço remunerado de um profissional que toma conta de uma criança é fundamentalmente inferior aos cuidados não remunerados providos por familiares?

A partir destas perguntas *The purchase of intimacy* aborda temas como moralização e desmoralização das práticas econômicas em ambientes de litígio, estudos de gênero, economia do cuidado (*care*), especialmente cuidadores jovens. A problematização destes temas segue as seguintes questões: sob que aspectos e condições as transações econômicas produzem consequências para as relações de intimidade? Como são criadas as explicações para cada situação diferente que envolve dinheiro e intimidade?³⁶ Como o sistema jurídico do EUA arranja as reivindicações econômicas com as relações de intimidade? (2005, p. 21).

Assim, *The Purchase...* procura mostrar, a partir da repercussão nos tribunais de casos litigiosos entre casais, da pesquisa sobre histórias sobre cuidados domésticos (*care*) e da análise de relações familiares (entre pais e filhos e entre irmãos), que nas suas práticas diárias as pessoas precisam criar uma conexão entre as diferentes esferas da vida para garantir “boas combinações” (ZELIZER, 2009b, p. 142). E para este o difícil “trabalho relacional” precisam elaborar, a partir dos vínculos econômicos e sociais que vão estabelecendo, formas, rituais e tipologias de laços sociais. Colocando peso no tema intimidade na organização dos laços sociais, a autora tenta reconstruir “uma história muito

³⁶ Zelizer (2009b, p. 25) propõe uma aproximação entre o impessoal e o íntimo, evitando diferenciar a intimidade da chamada *pseudointimidade* (como a operada por vendedores, aeromoças, garçonetes). No entanto, reconhece que a intimidade carrega um ônus moral e o fato das pessoas distinguirem claramente uma intimidade verdadeira da falsa, sabendo que ela vai da satisfação ao prejuízo da ruína moral. Os envolvidos em uma relação têm o cuidado em diferenciar, por exemplo, 1) numa relação sexual: casamento, noivado, namoro, prostituição, amante ou união estável. 2) na relação profissional: médico-paciente, pais e filhos, professores e alunos, entre outros.

diferente da ideia de intimidade como uma fina flor que se despedaça em contato com o dinheiro e os interesses econômicos” (LUZZI; NEIBURG, 2009, p. 13).

Luzzi e Neiburg (2009, p. 7), no prefácio da edição espanhola da obra, (sob o título *La negociación de la intimidad*) argumentam que Zelizer oferece uma visão de “vidas conectadas” em que as transações econômicas são arenas de trabalho e constituem um espaço vital para o exercício dos laços sociais, que por sua vez se desenvolvem tanto no âmbito das relações interpessoais, como na intimidade, perpassadas por laços de afeto e confiança³⁷.

Os estudos de Zelizer sobre a família americana no final do século XIX e início do século XX mostram que historicamente a família foi concebida como espaço privilegiado por proteger os indivíduos da corrupção e dos efeitos do dinheiro. A norma do “casamento por amor” se difundiu a partir dos anos 30 e impôs gratuidade e incondicionalidade. Além disso, os estudos mostram que o aumento do nível de vida após a Revolução Industrial, o quase desaparecimento da autoprodução e o desenvolvimento do trabalho feminino trouxeram consequências significativas para a organização familiar. Esta revolução mudou o papel da família e contribuiu para a autonomia de cada um dos seus membros. Em suma, jamais o dinheiro esteve tão presente na vida das famílias (De BLIC; LAZARUS, 2007, p. 75).

No seguimento da crítica ao conceito de “mundos hostis”, Zelizer identifica três correntes de pensamento que expressam esta dualidade: os estudos do “tudo é racional”, do “tudo é político” e do “tudo é cultural”. Os primeiros, fundamentados no pragmatismo econômico e amparados nas noções do “comércio por toda parte” e do “nada mais que interesse” defendem que as relações sociais são, ao fim, relações econômicas em que a definição de um preço justo funcionaria como um acordo social para resolver, inclusive, o impasse da remuneração sobre serviços que têm por base o altruísmo e a solidariedade. Assim, os serviços de cuidado (*care*), amizade, sexualidade e relações familiares são apenas encarnações particulares de cálculos individuais de prestações em situações de restrição, isto é, da racionalidade econômica (ZELIZER, 2005b, p. 20). A segunda perspectiva, reduz as relações sociais à política, procurando demonstrar que as pessoas agem na busca pelo equilíbrio de poder e por isso a dinâmica social se desenvolve a partir das denúncias da assimetria na distribuição dos recursos de poder e na tentativa de

³⁷ Zelizer (2001, p. 121) aponta como referenciais para definição do lugar da confiança nas relações sociais os estudos de Bernard Barber, *The logic and limits of trust*. (New Brunswick, N. J., Rutgers UP, 1983).

equidade entre os dois “mundos”. Por fim, as teorias do “tudo é cultural” são criticadas por Zelizer por entenderem que a intimidade é moldada por padrões ideológicos, simbólicos e de crenças, sendo que esquemas interpretativos são prioridades sobre as noções de “eficiência” e “racionalidade” econômica. As práticas econômicas, neste caso, estão subordinadas à ideia de “discurso”, “significado” e “símbolo” (ZELIZER, 2005b, p. 21). Para a autora a superação desta deficiência analítica passa pelo reconhecimento das transações econômicas reais e da racionalidade instrumental como fontes de engajamento e produção de sentido.

Em suma,

quando os autores afirmam que os “fatos econômicos” estão “imersos” no social, no “político”, no “cultural” ou no “cognitivo”, eles supõem, ao mesmo tempo, a existência de algo que pode ser identificado como “econômico” e diferenciada do “social”, do “político”, do “cultural” e do “cognitivo”... De certa maneira, então, eles próprios desenham precisamente a fronteira que procuram colocar em questão (THIS SAINT *apud* ZELIZER, 2005b, p. 21).

Para fins deste estudo, há um debate fundamental a ser feito (que também aparece nas pesquisas de Zelizer): reconhecer a perspectiva culturalista que está na base do pensamento zelizeriano e ao mesmo tempo superá-la. Na esteira desta abordagem parte-se da ideia de que “toda relação social depende, para ser durável, da criação de suportes institucionais culturalmente significativos” (ZELIZER, 2005b, p. 24). Neste viés, dois aspectos tornam-se relevantes para a análise da problemática deste estudo: primeiro, é necessário reconhecer as práticas monetárias como foco analítico da pesquisa social, associando-as com as relações sociais (ZELIZER, 2006a, p. 133) e procurando compreender como as pessoas realizam trocas, transferências e doações de acordo com a percepção do tipo de relação que estabelecem. Para isto utilizam símbolos, rituais, práticas e sistemas mais ou menos complexos para marcar e definir estas relações fazendo emergir, por consequência o universo da cultura e não o contrário (ZELIZER, 2005a, p. 95; ZELIZER, 2005b, p. 22; 2006a). Em segundo lugar, as pessoas tomam muito cuidado para diferenciar estas práticas para evitar a desestruturação da relação: “as relações são tão importantes que as pessoas trabalham duro para combiná-las com formas apropriadas de atividade econômica e marcadores claros do caráter dessa relação” (ZELIZER, 2009b, p. 142), o que os engaja na produção de laços sociais duradouros, configurados, demarcados e diferenciados de outras relações:

O objetivo não é, então, o de eliminar a intimidade das questões econômicas: o problema é criar combinações equitativas. Não se trata de se perguntar se o dinheiro corrompe ou não, mas, sobretudo, de analisar as combinações entre as atividades econômicas e as relações de *care* que dão lugar a situações mais felizes, mais justas e mais produtivas. Não é a combinação em si mesma que deve nos interessar, mas o modo como ela funciona. Se identificarmos mal as conexões causais, ocultaremos a origem das injustiças, dos danos e dos perigos (ZELIZER, 2006a, p. 386).

A pesquisa de Zelizer procura mostrar que são as pessoas em relação que definem o que é aceitável e qual o sentido do dinheiro em cada relacionamento. E é a partir deste arranjo que são produzidos símbolos e erguidas as balizas sobre o que é correto ou incorreto em cada contexto. Assim, não é possível definir *a priori* se o dinheiro é o agente que deteriora a relação, pois sua significação é um resultado de expectativas de afetividade, racionalidade econômica e confiança mútua. Neste viés, a **confiança** torna-se o eixo analítico para entender as relações sociais. O que produz a confiança? Quais elementos afetivos interferem na organização do formato de determinadas práticas econômicas com vistas à produção de confiança?

A partir deste prisma, procurando estabelecer uma ponte entre intimidade e economia, Zelizer aponta **três ferramentas analítico-conceituais** para analisar a questão: a ideia de “cruzamentos”, de “boas combinações” e de “circuitos econômicos” (2005b, p. 22).

Precisamos superar todas essas soluções. Eu proponho uma terceira via, a análise de “cruzamento”. É possível fazer a ponte entre estes universos de relações em condição de reconhecer que existem diferentes tipos de ligações e que não pertencem a um contexto único social (ZELIZER, 2005b, p. 22).

Com esta proposição de “cruzamentos”, as esferas (mundos) não perdem suas características, mas as interseções entre os mundos passam a ser espaço de análise. Isto é, ao invés de analisar interferência de uma esfera sobre outra, a análise social deve debruçar-se sobre como, no cotidiano, as pessoas articulam ambas³⁸. Assim, a esfera da intimidade/afetividade passa ser introduzida na análise social e apresenta-se como elemento importante para compreensão da dinâmica social, uma vez que nas transferências econômicas as pessoas geralmente misturam questões de ordem íntima com a vida econômica e esta condição as obriga fazer “boas combinações”. Se laços sociais são atravessados pela

³⁸ Neste ponto, Zelizer se afasta também da noção de Rede como ferramenta analítica para análise das relações sociais. Sua opção é pela etnografia econômica para compreensão da negociação de significado e de como os significados culturais são produzidos.

intimidade, parece sensata a ideia de que sua preservação depende da combinação entre as alterações do contexto (como, por exemplo, a introdução de dinheiro na unidade doméstica) e as relações afetivas. “O trabalho relacional, portanto, compreende o estabelecimento de laços sociais privilegiados, sua preservação, reconfiguração e, às vezes, a sua dissolução” (2005b, p. 22).

Desta forma, a análise social deve reconhecer que no cotidiano das relações as pessoas misturam as diferentes esferas da vida valendo-se de duas estratégias: a) definem o tipo de relação (pais e filhos, professor e aluno) e, em seguida, b) adotam práticas, rituais e símbolos a que ajustam a intimidade com a racionalidade econômica. Seguindo nesta linha raciocínio, as “boas combinações” produzem a confiança, a solidariedade e a reciprocidade necessárias para a duração e amplitude da relação³⁹. Elas não criam um minimercado e muito menos se deslocam para “fora do mercado”. Antes disto, elas marcam, definem e organizam a intensidade da utilização do dinheiro, estabelecendo mutuamente seus objetivos, função, utilização e controle. Para isto, três características definem uma boa combinação: 1) as transações econômicas correntes são diferenciadas de outras com as quais podem ser confundidas, o que danificaria e comprometeria a relação. Por exemplo, a diferença entre o pagamento em dinheiro a uma prostituta e o presente ocasional a uma amante; 2) há um reconhecimento mútuo sobre o modelo/tipo de relação que será adotada por ambos, expressa em acordos bem definidos. Por exemplo, namorados, ao planejar uma viagem de férias, mesmo que cada um tenha condições de arcar com as despesas sozinho, dividem as responsabilidades nomeando quem pagará o hotel, o restaurante, as passagens e etc.; por fim, 3) “boas combinações” delimitam bem o papel cumprido por um terceiro. Por exemplo, na organização de um casamento, define-se quem pagará as despesas com o jantar, com o aluguel do espaço para a festa.

Desta forma, “boas combinações” dependem dos estoques de significados, marcadores sociais e práticas existentes em cada contexto e que são acessadas pelos envolvidos na relação. O compartilhamento deste significado estabilizará a relação fazendo com que a intimidade e as transações econômicas gerem e fortaleçam laços de confiança e solidariedade.

Para compreender essas transações, Zelizer elabora um conceito de Circuito como uma configuração importante e mais complexa dos laços sociais. Sua função consiste,

³⁹ Zelizer define quatro tipos de relações de intimidade: limitada ou ampla, durável ou passageira (2009b, p. 144). Este tema será desenvolvido no segundo capítulo.

basicamente, em permitir a circulação de acordos, práticas, informações, instrumentos de troca e símbolos partilhados neste ambiente. Cada circuito é caracterizado por 1) limites mais ou menos precisos e algum controle sobre suas fronteiras; 2) laços pessoais significativos entre seus membros e; 3) transações econômicas próprias e instrumentos de troca com base na reciprocidade. (ZELIZER, 2005a, p. 96).

A partir dessa definição conceitual, esse estudo irá debruçar-se na análise das transações econômicas operadas pelo dinheiro, procurando compreender como agricultores e mediadores relacionam intimidade e dinheiro nas suas transferências econômicas. Esta questão é investigada a partir da hipótese de que determinados indivíduos denominados mediadores que, localizados em espaços estratégicos da organização, oferecem “boas combinações” que articulam a dimensão da racionalidade instrumental com as dimensões da cultura, da política e da afetividade para produzir relações estáveis que reflitam manutenção do Circuito econômico. Para compreender seu alcance e efeitos, faz-se necessária uma Sociologia do Dinheiro, procurando compreender como este instrumento poderoso foi problematizado em diferentes áreas do conhecimento, de que forma alimentou a teoria de “mundos hostis” e como as pessoas “administram” a sua utilização na preservação, manutenção e reelaboração (até mesmo dissolução) dos laços sociais. Esta sociologia do “fato monetário” analisará as elaborações do campo da história, das artes e da teologia para enriquecer o escopo da análise e demonstrar com as diferentes áreas do conhecimento produziram significados e definições, amplamente disseminadas no imaginário social e necessária para entender a natureza dos “Mundos Hostis”.

1.2. A Sociologia do Dinheiro

Para fazer uma Sociologia do Dinheiro a partir da significação social do dinheiro, serão utilizados dois apoios: de um lado a avaliação do seu significado no campo das artes e da moral, e de outro o desenvolvimento histórico e as consequências práticas da sua utilização. Enquanto a primeira abordagem permanece na esfera normativa, a segunda se detém na apresentação das evidências empíricas que tornaram sua circulação ampla e praticamente irrestrita nas sociedades modernas. No entanto, mesmo com estas limitações,

as duas abordagens, além de ampliarem o escopo da análise, serão fundamentais para exemplificar como a interpretação do dinheiro é comumente polarizada e dicotomizada entre o caráter meramente instrumental (como simples meio para aquisição de mercadorias) de um lado e sua completa eufemização (oscilando entre a sua conceituação como condição para felicidade ou de aviltamento entre a vida econômica e social).

1.2.1. Aspectos históricos e morais

“O dinheiro é uma felicidade humana abstrata; por isso aquele que já não é capaz de apreciar a verdadeira felicidade humana, dedica-se completamente a ele”. Esta frase, atribuída ao filósofo pessimista Arthur Schopenhauer (1788 – 1860), ilustra a relação tensa entre economia e realização humana, bem como os valores sociais e expectativas atribuídas ao dinheiro, especialmente no contexto ocidental moderno. Uma felicidade de base material em que a satisfação está ligada a elementos quantitativos, valores calculáveis e relação com os objetos produzidos. Na moderna economia de mercado o dinheiro passa a transportar a simbologia da acessibilidade e da fruição, respondendo à satisfação emocional e subjetiva.

Liberado em determinados contextos, controlado em outros; alvo de críticas morais para uns e condição de libertação para outros, o dinheiro é comumente definido pela sua natureza ambígua como instituição social. Esta ambivalência do dinheiro está amparada em duas perspectivas distintas da sua utilização. De um lado, sua compreensão instrumental e neutra do ponto de vista axiológico, propiciando sua utilização maciça em diferentes contextos, sem que seja interdito por questões de ordem cultural, religiosa ou moral. Do outro lado, teorias que compreendem o dinheiro, mesmo na sua utilização em uma economia de mercado (moderna), não estão livres de regulação.

Em sociedades tradicionais, alguns objetos são portadores de significados, símbolos e valores, não sendo possível convertê-los em mercadorias compráveis pelo dinheiro. Por isto, determinados objetos são excluídos do mercado, moldando uma nítida separação entre atividade religiosa e atividade comercial. Este fluxo comercial mercado-dinheiro-mercado estabelece uma primazia do objeto sobre o dinheiro. Enquanto isso, na modernidade

percebe-se a liberação do dinheiro invertendo a fórmula da sua utilização para dinheiro-mercado-dinheiro. Em termos práticos, este movimento significa a autonomia do dinheiro em relação às mercadorias e, portanto, a ineficácia de qualquer controle de ordem tradicional/comunitária sobre sua circulação.

Esta seção parte do pressuposto de que na modernidade o dinheiro tornou-se onipresente e um marcador social de primeira grandeza, fazendo emergir várias formas: o **dinheiro acumulado**, conhecido como capital ou patrimônio; o **dinheiro trabalhado** correspondente ao salário, e o **dinheiro confiado ao banco**, que faz referência à poupança e ao crédito. Seus usos e funções passam a serem condicionados pela sua forma, origem e classificação. No paralelo deste debate está o fenômeno da monetarização da vida cotidiana, especialmente no século XX, em que o dinheiro passou a circular não somente na esfera pública das relações sociais, mas foi incorporado à intimidade e na esfera doméstica.

A primeira pergunta desta seção questiona sobre o caráter neutro do dinheiro. A pretensão da economia moderna de tornar o dinheiro como principal meio de troca, livre de marcações sociais gera uma considerável discussão que alimenta um vigoroso debate entre a Ciência Econômica e a Sociologia Econômica. O roteiro desta discussão, porém, leva em consideração que na raiz deste debate está uma rivalidade entre a dimensão tradicional da economia, marcada por laços sociais comunitários e de fraternidade, e a perspectiva da economia racional moderna, caracterizada pelas trocas despersonalizadas, livres de constrangimentos culturais e morais.

Quatro perguntas regem a primeira parte desta seção: 1) Por que o dinheiro foi seguidamente objeto de condenação moral e religiosa? 2) Qual o alcance do dinheiro na organização da vida social moderna? 3) Qual o vigor da pretensão moderna de neutralidade axiológica do dinheiro? 4) Estaria o dinheiro livre de constrangimentos sociais e culturais? De fato, para fazer uma Sociologia do Dinheiro é preciso reconstruir a sua funcionalidade, utilização e classificação no desenvolvimento econômico, especialmente no mundo ocidental. Se, por um lado, sua utilização massiva coincidiu com a ampliação da liberdade individual, é também factível que o resultado social desta autonomia das relações mercantis não está isenta de uma ordem regulatória ante a ameaça do caos social da proliferação do individualismo concorrencial e predatório.

Para compreender o choque entre liberação social do dinheiro ou sua restrição/condenação na história do desenvolvimento econômico ocidental será

demonstrado, primeiramente, como este debate se travou no campo das artes, da literatura e na religião. Em seguida serão problematizadas as abordagens teóricas mais significativas sobre o tema, especialmente as encontradas nos escritos de Marx, Simmel, Weber e Zelizer.

1.2.1.1 A condenação moral do dinheiro e o pecado da avareza

A introdução e utilização ostensiva do dinheiro, a dedicação ao comércio e a cobrança de juros parece afrontar, portanto, a ordem social comunitária das sociedades pré-modernas. De fato, nestas sociedades o dinheiro apresenta-se cerrado nos domínios dos valores e sua utilização é sempre orientada para a ajuda ao próximo, isto é, na aquisição de objetos para manutenção das necessidades da organização social. Disto resulta-se na reprovação do comportamento egoísta, personificado na figura do “avarento”, alegando seu vício pecaminoso de valer-se da fraqueza alheia para benefício (e enriquecimento) próprio.

O comportamento do avarento é alvo de severas condenações nos ensinamentos religiosos da cultura católica. A polarização entre Deus e o dinheiro marca várias passagens nas escrituras bíblicas e a condenação da ganância é também recorrente em várias de suas passagens. Em Provérbios, Eclesiastes e Timóteo, por exemplo, há diversas citações da condenação da obtenção de lucro:

O ambicioso que corre atrás da riqueza não sabe que vai cair na miséria (Provérbios, 28, 22). O dinheiro não é fonte de alegria ou contentamento (Provérbios 15: 16-17)

O homem fiel será cumulado de bênçãos, mas o que se apressa a enriquecer não passará sem castigo.... Aquele que tem olhos invejosos corre atrás das riquezas, mas não sabe que há de vir sobre ele a penúria. (Eclesiastes, 28: 19-22).

De fato, grande fonte de lucro é a piedade com o contentamento. Porque nada temos trazido para o mundo, nem coisa alguma podemos levar dele. Tendo sustento e com que nos vestir, estejamos contentes. Ora, os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e perdição. Porque o amor do dinheiro é raiz de todos os males; e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores. (1 Timóteo 6:6-10)

Na mesma direção seguem os evangelistas quando afirmam que “é mais fácil um camelo passar pelo orifício de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus” (Lucas 18, 25; Marcos 10, 25). Aliás, é no Evangelho de Lucas (16: 19-29) que se encontra a

conhecida parábola do rico avarento e do pobre lázaro, reservando a este último a vida eterna enquanto o avarento padece do castigo eterno. Igualmente ilustrativa é a apregoada necessidade de escolha entre dois “senhores”, expressa pelo evangelista Mateus (6: 19-34):

Não ajuntem riquezas aqui na terra, onde a traça e a ferrugem corroem, e onde os ladrões assaltam e roubam. Ajuntem riquezas no céu. [...] De fato, onde está o teu tesouro aí está também seu coração. [...] Ninguém pode servir a dois senhores. Porque, ou odiará um e amará o outro, ou será fiel a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e às Riquezas. Em outra passagem, “olhem os pássaros do céu: eles não semeiam, não colhem e, nem guardam em armazéns. No entanto, o Pai que está no céu os alimenta”.

Na literatura, Umberto Eco, com o romance *O nome da rosa* (1980), também oferece uma narrativa sobre outro interessante debate ocorrido no mesmo período e contexto⁴⁰. Trata-se de um debate sobre riqueza e pobreza, alimentando a *disputatio* no interior da Igreja Católica: a discussão entre as Ordens Religiosas Franciscana e Dominicana sobre as posses de Jesus Cristo e a necessidade da Igreja seguir seus ensinamentos. Enquanto para a ordem mendicante dos Franciscanos a pobreza representava a humildade e a garantia da vida contemplativa, para os Dominicanos os recursos econômicos deveriam financiar a luta contra os hereges e infiéis. Em um dos diálogos, o frade franciscano William de Baskerville orienta seu pupilo sobre as consequências do uso do dinheiro:

- E os reis são os mercadores. E a sua arma é o dinheiro. O dinheiro tem, na Itália, uma função diversa da do teu país, ou do meu. Por toda a parte circula dinheiro, mas grande parte da vida é ainda dominada e regulada pela troca de bens, frangos ou gabelas de trigo, ou uma podoa, ou um carro, e o dinheiro serve para arranjar estes bens. Terás notado que na cidade italiana, pelo contrário, os bens servem para arranjar dinheiro. E mesmo os padres e os bispos, e até as ordens religiosas, devem fazer as contas com dinheiro. É por isso, naturalmente, que a rebelião contra o poder se manifesta como apelo à pobreza, e se rebelam contra o poder aqueles que são excluídos da relação com o dinheiro, e qualquer apelo à pobreza suscita tanta tensão e tantos debates, e a cidade inteira, do bispo ao magistrado, sente como seu inimigo quem prega demasiado a pobreza. Os inquisidores sentem fedor do demônio onde alguém reagiu ao fedor do esterco do demônio. E então compreenderás também em que está pensando Aymaro. Uma abadia beneditina, nos tempos áureos da ordem, era o lugar de onde os pastores controlavam o rebanho dos fiéis. Aymaro quer que se volte à tradição. Só que a vida do rebanho mudou e, a abadia só pode voltar à tradição (à sua glória, ao seu poder de outros tempos) se aceitar os novos costumes do rebanho, tornando-se diversa. E como hoje aqui se domina o rebanho não com as armas ou com o esplendor dos ritos, mas com o controle do dinheiro, Aymaro quer que toda a fábrica da abadia, e a própria biblioteca, se tornem oficina e fábrica de dinheiro (ECCO, 1980, p. 101).

⁴⁰ O romance foi escrito por Umberto Eco a partir de um manuscrito de Adso de Melk, noviço da ordem dos franciscanos, datado de novembro de 1327.

E referindo-se à opulência e espírito mercenário do Papa João XXII, outro franciscano, Urbertino, afirma:

Foi a única vez que se deixou enganar em matéria de dinheiro. Deves saber bem com que raça de mercador tens de lidar. Em todos os outros casos tem mostrado uma habilidade diabólica para juntar dinheiro. É um rei Midas, aquilo em que toca torna-se ouro que afluí às caixas de Avinhão. De todas as vezes que entrei nos seus aposentos encontrei banqueiros, cambistas de moeda, e mesas carregadas de ouro, e clérigos que contavam e empilhavam florins uns sobre os outros... E verás que palácio mandou construir, com riquezas que noutros tempos se atribuíam apenas ao imperador de Bizâncio ou ao Grande Cão dos tártaros. E agora compreendes porque emitiu todas aquelas bulas contra a ideia da pobreza? Mas sabes bem que impeliu os dominicanos, pelo ódio à nossa ordem, a esculpirem estátuas de Cristo com a coroa real, túnica de púrpura e ouro e calçado suntuoso? Em Avinhão foram expostos crucifixos com Jesus pregado só por uma mão, enquanto com a outra toca numa bolsa presa à cintura, para indicar que Ele autoriza o uso do dinheiro para fins de religião [...] (ECCO, 1980, p. 240).

Ainda no contexto da alta idade média a obra *Divina Comédia* de Dante Alighieri (1265-1321) é um rico exemplo da reprovação da figura do avarento⁴¹. A obra foi dividida em três partes: Inferno, Purgatório e Paraíso. A travessia de Dante e Virgílio começa pelo inferno. Este é formado por nove círculos, sendo que os usurários (agiotas) ficam no sétimo círculo, sofrendo eternamente uma chuva de fogo, sendo considerados como violentos contra Deus e contra a natureza. Na classificação hierárquica, apenas um círculo os separa de Lúcifer, o senhor do inferno. Além disto, entre o céu e o inferno há o purgatório, lugar composto por sete círculos correspondentes aos pecados capitais. Mais uma vez aparece o vício capital da avareza como alvo da punição de duração indeterminada até a expiação dos males praticados, antes da alma seguir seu caminho rumo ao paraíso.

1.2.1.3. O dinheiro e a confraternização das ambiguidades em Marx

Já na modernidade diversos autores ocupam-se da análise do dinheiro. O Jovem Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 é um destes bons exemplos. A obra, caracterizada por uma perspectiva filosófica e pouco influenciada pelo contexto social,

⁴¹ No teatro, a peça *O Avarento* de Molière é um bom exemplo para ilustrar a problemática deste estudo.

especialmente pelas consequências econômicas da industrialização, contém uma seção especialmente dedicada ao dinheiro. Marx parte da afirmação que os sentimentos e paixões não são simples características antropológicas, mas afirmações ontológicas. Propõe, então, que a afirmação humana depende da correspondência com os objetos sensíveis para se concretizar.

O dinheiro, em virtude da *propriedade* de tudo comprar, de se apropriar de todos os objetos, é, por conseguinte, o objeto por excelência. A universalidade da sua *propriedade* é a onipotência da sua natureza; considera-se, portanto, como ser onipotente... O dinheiro é o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida do homem e os meios de sua subsistência (MARX, 1964, P. 230).

Marx concentra seus esforços na crítica ao dinheiro, qualificando-o como o “poder alienado da humanidade”. Em outra passagem ele afirma:

aquilo que *sou* e *posso* não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade. [...] Eu, por meio do dinheiro, posso tudo que o meu coração ambiciona. Se sou estúpido, posso comprar pessoas talentosas [...]. Portanto, se por meio do dinheiro posso tudo, não transformará o dinheiro todas as minhas incapacidades no seu contrário? Ele é a força galvano-química da sociedade (MARX, 1964, p. 232).

Seguem as duas propriedades básicas do dinheiro:

1) Ele é a divindade visível, a transformação de todas as qualidades humanas naturais no seu oposto, a universal confusão e inversão das coisas; estabelece a fraternidade entre o que é incompatível; 2) ele é a prostituta universal, a universal alcoviteira dos homens e dos povos. O poder de perversão e de inversão de todas as qualidades humanas e naturais, a capacidade de entre outras coisas incompatíveis estabelecer a fraternidade, a força divina do dinheiro, reside no seu *caráter* como *ser genérico* alienado e autoalienante do homem (MARX, 1964, p. 232-233).

Em suma, o dinheiro funciona, em Marx, como

poder *disruptivo* em relação ao indivíduo e aos laços sociais, que pretendem ser *entidades* subsistentes. Muda a infidelidade em fidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em inteligência, a inteligência em estupidez. [...] é a confraternização universal de coisas incompatíveis; força os contrários a abraçar-se (MARX, 1964, p. 234).

A teoria de Marx percebe que no desenvolvimento da moderna economia de mercado alguns traços característicos positivos do ser humano foram alterados pelo capitalismo.

Primeiro pela introdução da propriedade privada e possibilidade do lucro sobre a exploração do trabalho que aviltaram o ser humano e o desenvolvimento histórico tornou-se somente a continuação da exploração do homem sobre o homem. Neste ínterim, qual é o papel do dinheiro? Marx reconhece que originalmente o dinheiro resume-se a uma mercadoria igual à outra qualquer e encontra-se em relação de igualdade com estas. No entanto, na modernidade ela é transformada em mercadoria por excelência em virtude da sua capacidade de tudo comprar. A consequência imediata é a sua transformação em mercadoria abstrata, incidindo diretamente na alienação humana.

O segundo aspecto desta alteração promovida pelo capitalismo faz referência ao conceito de salário e divisão do trabalho, isto é, a troca do trabalho por dinheiro cruza dois elementos fundamentais: enquanto a divisão do trabalho torna o trabalho humano abstrato pela separação entre produtor e produto no processo produtivo, o pagamento deste trabalho com uma mercadoria igualmente abstrata (o dinheiro) ocasiona o rompimento entre o ser humano e sua socialização, uma vez que não se reconhece como ser genérico e reduz-se à condição animal da existência (crítica à economia política). Em resumo, o dinheiro é teorizado como categoria abstrata e que exerce dominação (fetichismo e reificação) sobre o homem por incorporar aspectos subjetivos, alienados pelo processo de produção.

1.2.1.4. O dinheiro e a ambivalência da modernidade em Simmel

Em 1890 George Simmel publicou a *Filosofia do Dinheiro*⁴² na qual analisa a racionalização moderna sob a ótica da economia monetarizada a partir do seu duplo efeito: ela produz a alienação do indivíduo e ao mesmo tempo sua libertação. Para Simmel o dinheiro promove realizações espirituais atuando como desintegrador e integrador do cotidiano, convertendo-se no símbolo por excelência do caráter dinâmico do mundo, que dá vida (movimento) aos objetos em uma dialética entre meios e fins.

O significado dado ao contexto econômico alemão nesta obra é bastante relevante. A unificação da Alemanha feita por Bismark e o contexto do capitalismo industrial na Europa trouxeram rápidas e agudas transformações sociais na medida em que propiciou a

⁴² Utilizaremos aqui a edição francesa *Philosophie de l'argent* (1987). Tradução livre.

urbanização e a transição de uma economia agrária para industrial, a partir do deslocamento de um enorme contingente de pessoas para os grandes centros urbanos. Para Simmel, a fronteira entre o feudalismo e a modernidade está no dinheiro.

A faculdade do dinheiro de representar todo valor específico determinado [...] funda a continuidade da série de eventos econômicos. As formas primitivas de mudança de propriedade, a pilhagem e os presentes, não permitem, na sua essência, suprir assim a continuidade [...] Eles bloqueiam a linha ideal do fluxo econômico (SIMMEL, 1987, 116-7).

Em um importante artigo publicado sob o título *O dinheiro na cultura moderna* (1986), Simmel afirma que na idade média a personalidade (do homem) era incorporada nos círculos de interesses práticos ou sociais. O caráter destes círculos era formado pelas pessoas que o constituíam de maneira imediata. Esta unidade foi destruída pela época moderna. O resultado prático foi a ampliação da autonomia da personalidade de um lado e a objetivação e despersonalização de outro. Simmel nomeou este evento como “ambivalência da modernidade”.

A vida cotidiana preenchida nas operações de mercado (ações quantitativas e numéricas) criou o cálculo e “a invasão da estimação monetária tinha de implantar nos conteúdos de vida uma exatidão e uma definição muito maiores, os quais ensinavam a definir e especificar cada valor até as suas diferenças mínimas quantitativas” (SIMMEL, 1986, p. 14).

Para Simmel foi o dinheiro que nos ensinou a reunir sem nada perder de específico e próprio da nossa personalidade, e tornou-se fonte do maior progresso cultural e às qualidades desta personalidade denominou de “coloração individual”. Neste ponto, o pensador aprofunda a dimensão psicológica das interferências do dinheiro na constituição da modernidade, o caráter impessoal e não colorido se estabelece na medida em que o dinheiro substitui uma extensão cada vez maior de mercadorias (que passam a ser incluídas no mercado). O resultado desta ampliação da mercabilidade apresenta-se com duas consequências básicas: a) a ambivalência entre despersonalização das relações sociais (sentido negativo) e ampliação da autonomia e dos direitos humanos (sentido positivo) e; b) entre a dimensão qualitativa, fonte de satisfação (positiva) e quantitativa, em relação ao acesso, mediação da satisfação (negativa) (SIMMEL, 1986, p. 3).

A organização monetária possibilita uma distinção entre ação econômica objetiva e características individuais, específicas do ego, fazendo com que quase se retirem da

intimidade. Nesta perspectiva Simmel está em sintonia com Weber e Marx em relação à despersonalização promovida pela introdução do cálculo, pela tecnificação e mercantilização da vida social.

A dimensão qualitativa dos objetos perde sua importância psicológica por causa da economia monetária (SIMMEL, 1986, p. 8 e 9), isto é, em dinheiro todas as mercadorias são iguais e por isso desaparece seu valor qualitativo (trazido pela nivelção), fonte primária de satisfação individual. Este estado psíquico, resultado do acesso quantitativo às mercadorias, de fornecedores e consumidores despersonalizados. São duas as consequências da monetarização da atividade econômica: A primeira é a despersonalização, também nomeada como “coloração abafada”, sem qualidade. O dinheiro comporta a capacidade de representar esta relatividade das coisas desejadas que fazem delas valores econômicos, degradando e obscurecendo a “coloração individual”. (SIMMEL, 1987, p. 124) Em Simmel, o caráter nivelador do dinheiro o torna a medida de todas as coisas, uma vez que a diferenciação progressiva do homem e a indiferença progressiva do dinheiro coincidem (SIMMEL, 1986, p. 9-10).

A segunda consequência da modernidade é o deslocamento da finalidade do dinheiro: este deixar de ser um meio para se tornar um fim em si mesmo, autônomo. Ganhar dinheiro virou a motivação da vida na modernidade, o fim último da ação humana. Isto leva Simmel a afirmar que

o dinheiro é propriamente, nada mais que uma ponte aos valores definitivos, e não podemos morar numa ponte [...]. O dinheiro interpõe, entre o homem e seus desejos, uma instância de mediação, um mecanismo facilitador. E porque, quando ele é alcançado, inúmeras outras coisas tornam-se alcançáveis, cresce a ilusão de que todo o resto seria mais fácil de alcançar que antes. Com a aproximação da felicidade, porém, aumenta o desejo dela, pois não é o absolutamente remoto e proibido que acende a chama da paixão e da saudade máximas, mas sim o que não é possuído e cuja posse parece aproximar-se cada vez mais – como acontece por meio da organização monetária (SIMMEL, 1986, p. 11-12)

Por fim, Simmel faz referência às propriedades teológicas do dinheiro, afirmando a semelhança psicológica entre os sentimentos liberados pela ideia de Deus e pela ideia de dinheiro.

O psicólogo não deve negligenciar que o dinheiro é o deus da nossa época. O dinheiro materializa a representação de Deus. Ideia de reconciliação e da reunião de todas as heterogeneidades e de todas as diferenças não reconciliadas no deus

resultam a paz, a segurança, a riqueza abrangente do sentimento que acompanham a apresentação e a posse de Deus (SIMMEL, 1986, p. 13).

Os argumentos desenvolvidos até aqui permitem concluir que Marx, Simmel e Weber inauguram uma compreensão do dinheiro que se assemelha em três aspectos: a) uma percepção racionalista e normalizadora, especialmente sua contribuição para a ruptura social na medida em que opera a separação entre a racionalidade e elementos afetivos; b) a perspectiva individualizante provocada pela utilização ostensiva do dinheiro e a ruptura dos laços sociais e; c) o seu caráter artificial. A estas conclusões, soma-se a perspectiva de Weber em relação à utilização racional do dinheiro e sobre a implicação entre cálculo e racionalidade. Em uma perspectiva semelhante Simmel aponta o caráter nivelador do dinheiro pela sua capacidade de tudo comprar e isso irá incidir diretamente na dificuldade de satisfação individual, mediante a ampliação das possibilidades de satisfação (aumento de mercadorias disponíveis na economia de mercado). Em Marx o dinheiro é o objeto por excelência em uma economia de mercado em virtude da sua capacidade de tudo comprar, isto é, uma invenção perfeita para mediar a relação entre necessidades humanas e objetos, entre a vida humana e os meios da sua subsistência.

Quanto ao segundo aspecto, em Marx o dinheiro é o “poder disruptivo em relação ao indivíduo e os laços sociais; em Simmel o resultado prático da introdução do dinheiro foi a ampliação da autonomia e a despersonalização (evento que nomeou como “descoloração da personalidade”) e; para Weber o dinheiro funda uma relação associativa racional e permite o grau máximo da liberdade individual na orientação da ação econômica. O percurso do dinheiro é a desestruturação do tradicionalismo que colocava impedimentos irracionais e impedia aos indivíduos a livre ação econômica.

O terceiro aspecto é a dimensão artificial do dinheiro. A expressão “artificial”, que aparece especialmente nos escritos de Marx e Simmel, está sempre em oposição ao conceito de economia “natural”. Os autores aqui analisados defendem uma perspectiva “natural” da utilização do dinheiro, mas concordam que sua consequência ultrapassa a dimensão puramente racional. Weber é quem mais nega o caráter simbólico do dinheiro. Sua base analítica, a racionalização e desencantamento do mundo, obriga-o a concluir que o dinheiro foi o principal solvente das dimensões mágicas das mercadorias porque incluiu todas no mercado. Não há mais sagrado e sim “a gaiola de ferro” da racionalidade. No entanto, para Simmel o dinheiro libera sentimentos religiosos quando afirma que este é o Deus da época moderna, uma vez que materializa a representação de Deus. Sua capacidade

de *religar* o heterogêneo coloca o dinheiro na condição de elemento articulador e metafísico da vida moderna. Por fim, em Marx esta dimensão teológica do dinheiro também é tematizada e será duramente criticada. Considerado como “prostituta universal” e “alcoviteiro entre homens e povos” tem o poder de perverter as qualidades humanas naturais e criar um ambiente de alienação e perda da dimensão genérica do ser humano, isto é, sua sociabilidade.

Assim, constatou-se, a partir das abordagens teológicas e filosóficas, que o dinheiro sofre diferentes restrições de acordo com o contexto cultural da sua utilização. No entanto, estas abordagens avaliatórias não contribuem para compreensão do caráter normalizador do dinheiro. Aliás, este estudo, ao passo que advoga pela significação social deste “símbolo” do mercado, também reconhece sua utilidade técnica e capacidade de romper com lógicas tradicionais que tentam limitar sua circulação. Para isto, será apresentado agora o desenvolvimento histórico da utilização do dinheiro para entender sua contribuição na mudança da gestão econômica, enfatizando a influência dos aspectos cognitivos e comportamentais que dinamizaram sua utilização de forma extensa no contexto da modernidade ocidental.

1.2.2. O dinheiro para Max Weber: a racionalidade, o interesse e a superação do tradicionalismo econômico

Para discutir a função e o significado da utilização do dinheiro em uma perspectiva sociológica, Max Weber oferece um itinerário teórico basilar para explicitar a inter-relação entre os diferentes temas/conceitos que gravitam em torno da ideia de dinheiro. São eles: a) a compreensão do dinheiro como meio de troca universal; b) relação entre cálculo e dinheiro, especialmente a distinção entre cálculo de capital, cálculo em espécie; c) as consequências políticas ocasionadas pela introdução do dinheiro nas relações sociais; d) a compreensão do dinheiro como nexos explicativo da passagem da economia tradicional (não monetária) para a economia racional, caracterizada pela utilização massiva do dinheiro (embora reconheça que esta última não substituiu totalmente a primeira). Na esteira desta discussão está a tese de que a introdução do cálculo em dinheiro foi um dos fatores de desestruturação da unidade familiar no modelo do *oikos* na medida em que alterou a orientação da ação econômica. Por fim, e) a repercussão social da utilização

extensa do dinheiro na desestruturação do modelo comunitarista e a emergência de novas formas de regulação social (ordenação) com base na ideia de mercado. Esta perspectiva ilumina a análise do objeto empírico deste estudo na medida em que ajuda a compreender as transformações a partir da utilização extensa do dinheiro, mesmo que em forma de crédito. Desta forma, os argumentos a seguir ajudarão a ilustrar as transformações na unidade doméstica e suas consequências nas relações sociais.

Para Weber o dinheiro é o instrumento universal de trocas, o meio de cálculo econômico “mais perfeito”, isto é, o meio formalmente mais racional de orientação da ação econômica” (2000, p. 53). Esta afirmação denota o caráter normalizador e racional do dinheiro. De fato, Weber dedica grande parte da obra *Economia e Sociedade* à ilustração da importância da introdução do cálculo em dinheiro para o fortalecimento da economia de mercado, o grande fundamental evento social da modernidade. Não há referências nesta obra à dimensão simbólica do dinheiro e menos ainda uma tentativa de depreciação da sua função. Percebe-se, pelo contrário, uma recorrente afirmação da sua importância no desenvolvimento econômico ocidental.

Essa base teórica leva ao segundo ponto em que Weber propõe que a orientação econômica e o cálculo estão na passagem do tradicionalismo para o racionalismo econômico. O veículo do cálculo é o dinheiro e, portanto, quanto maior a circulação de dinheiro, mais racional é a orientação econômica. Em culturas tradicionais

4. Tanto o cálculo em espécie quanto o cálculo em dinheiro são técnicas racionais. Mas, de modo algum, estes dois abrangem a totalidade de gestão econômica existente. É que, além deles, há também a ação economicamente orientada de fato, mas alheia ao cálculo. Pode estar orientada pela tradição ou condicionada por fatores afetivos. Toda a procura primitiva de alimentos pelo homem é muito semelhante à busca instintiva pelos animais. Também as ações econômicas plenamente conscientes, mas baseadas na devoção religiosa, na excitação guerreira, em sentimentos de piedade ou em outras emoções semelhantes, apresentam um grau mínimo de desenvolvimento de formas de cálculo. “Entre irmãos” (da mesma tribo, da mesma corporação ou da mesma religião), não se “regateia”; dentro do círculo de familiares, dos camaradas ou dos discípulos, não se calcula, ou apenas se o faz de forma muito elástica, “racionando”-se em caso de necessidade: um primeiro passo, muito modesto, em direção ao cálculo. O veículo do cálculo era por toda a parte o dinheiro, e isso explica por que, de fato, o cálculo em espécie permaneceu tecnicamente ainda menos desenvolvido do que os limites da sua natureza imanente lhe permitiriam (neste ponto cabe concordar com O. Neurath) (WEBER, 2000, p. 67).

Em *História Geral da Economia* (1922/1968) Weber mostra que atualmente o dinheiro possui duas funções: meio de pagamento e meio comum de troca. No entanto, no modelo tradicional de economia não havia uma forma **uniforme**, mas *moedas específicas*

de caráter diferente, de acordo com cada grupo social, chamado de *dinheiro interno*.⁴³ Existiam, então, quatro tipos de dinheiro: o dinheiro ornamental, geralmente utilizado para comércio interno e entre as tribos; o dinheiro utilitário, usado como meio de pagamento, especialmente no embrionário comércio exterior; o dinheiro indumentário, que servia para ambos os comércios e; o dinheiro-símbolo, utilizado em diferentes contextos onde determinados objetos se tornavam valiosos de acordo com um costume local. Para romper com estes diferentes tipos, pouco a pouco os metais preciosos se tornaram o padrão monetário (existente desde o século VII a. C na Lídia, mas desenvolvido no Mercantilismo) para comparações de valor entre as mercadorias (WEBER, 1968, p. 221-225).

A modernidade é resultado do cálculo e este só foi possível pela introdução do dinheiro, que por sua vez, possibilitou a conversão de todas as mercadorias em valor monetário. Assim, em dinheiro, todas as mercadorias são iguais. Esta é uma das características do dinheiro: sua capacidade de homogeneização. O cálculo possibilitou, portanto, a racionalização do mundo. Em Weber o dinheiro adquire importância estrutural para compreensão do desenvolvimento social.

2. O cálculo em dinheiro alcança o grau máximo de racionalidade, como meio de orientação de caráter calculável para a gestão econômica, na forma do cálculo de capital e, nesse caso, com a condição material do máximo de liberdade de mercado, no sentido de ausência de monopólios tanto forçadamente impostos e economicamente irracionais quanto voluntariamente criados e economicamente racionais (isto é, orientados pelas oportunidades de mercado) (WEBER, 2000, p. 68).

Por fim, é mister apresentar que Weber incorpora uma dimensão política às relações mercantis mediadas pelo dinheiro. “O dinheiro não é um simples fiador de utilidades não especificadas e que podem ser alteradas à vontade; é, antes, mais uma arma na luta do homem contra o homem” (WEBER, 2000, p. 108). Neste sentido, a noção de “luta entre os homens” é fundamental e o otimismo liberal o leva a defender que as regulações voluntárias à ordem do mercado e a utilização ostensiva do dinheiro garantem o desenvolvimento econômico e social. Na obra *Economia e Sociedade* o autor dedica um amplo espaço aos tipos de dominação (Carismática, Tradicional e Racional). Em efeito, é nesta obra que encontramos a clássica definição weberiana de poder que, embora

⁴³ Em *Economia e Sociedade* Weber aprofundará esta análise mostrando que nesta “fase evolutiva” há emprego de diferentes orientações monetárias para os negócios que ocorrem dentro e fora de determinado grupo social, mesmo na família (WEBER, 2000, p. 50).

sociologicamente amorfo, implica a capacidade de obter obediência sem contar com a resistência do seu objeto/alvo (WEBER, 2000, p. 33). Em outras palavras, a racionalidade moderna propõe uma dominação ordenadora ao passo que libera os desejos humanos em oportunidades de mercado em que a *luta* entre os comerciantes está isenta da violência e alicerçada na observação do comportamento do concorrente. Entrar no mercado significa liberdade para jogar, aceitando as regras do jogo.

Todo cálculo racional em dinheiro e, particularmente por isso, todo cálculo de capital, em caso de aquisição no mercado, está orientado pelas oportunidades de preços provindas da luta (luta de preços e de concorrência) e de compromisso entre interesses diversos que ocorrem no mercado (WEBER, 2000, p. 57).

Esta condição política implica também dizer que:

a relação comunitária baseada no uso de dinheiro é o polo oposto característico de toda relação associativa fundamentada numa ordem racionalmente pactuada ou imposta. O dinheiro faz surgir uma relação comunitária graças às relações de interesses reais entre os interessados atuais e potenciais no mercado e no pagamento, de modo que o resultado – no caso de desenvolvimento pleno, a chamada economia monetária, que é de caráter muito específico – se comporta como se tivesse sido criada uma ordem com o fim de obtê-lo (WEBER, 2000, p. 419).

Afirmar que o dinheiro faz emergir uma nova relação comunitária permite concluir que novos dispositivos políticos entram em cena. A partir da ideia de que a orientação econômica dos indivíduos é alterada neste contexto, é possível avançar na problematização de que a utilização extensa do dinheiro configura mudanças na relação política entre os atores no Circuito CRESOL SC/RS. E esta mudança está na base da problemática deste estudo na medida em que busca compreender como os interesses individuais (especialmente dos mediadores) influenciam na utilização do dinheiro. Em outras palavras, o dinheiro ativa interesses em torno de oportunidades de mercado e estas oportunidades configuram novas institucionalidades baseadas na assimetria de distribuição de informações e formas de controle que serão legitimadas em símbolos compartilhados coletivamente através da articulação entre a capacidade técnico-instrumental do dinheiro e a intimidade baseada em laços de proximidade e confiança mútua.

1.2.3. A unidade familiar entre o *oikos* e a empresa: o debate entre Weber e Polanyi

Dadas as condições da ruptura entre tradicionalismo e racionalidade econômica, especialmente a importância dada ao dinheiro como operador desta mudança, este estudo passa agora a debruçar-se na análise desta transformação em um espaço social específico: a unidade doméstica.

A questão que orienta esta seção é a seguinte: considerando a propriedade e a unidade doméstica (familiar ou comunal) como organização “fechada”, organizada para o autoconsumo, quais as transformações sofridas nesta instituição a partir da sua relação com o mercado e quais as consequências desta “abertura para fora”? Como o princípio econômico da domesticidade se relaciona com o padrão de mercado? Qual é o objetivo e o sentido das relações econômicas no espaço doméstico? Qual é o seu específico diante das diferentes formas de organização econômica e em quais aspectos elas se identificam? Que significados os valores do mercado, especialmente as operações mediadas por dinheiro, o regateio, o crédito e os juros instauram nesta organização social?

Para responder a estas questões, parte-se da compreensão de que a unidade doméstica é caracterizada pelo tradicionalismo econômico (nos termos de Weber) e pela organização pelo princípio econômico da domesticidade (terminologia polanyiana). Disto decorre a sua qualificação como atividade natural, autárquica e fechada para o exterior. Segue-se a hipótese de que sua desestruturação foi um dos acontecimentos centrais para a emergência do capitalismo moderno expresso na “firma” que, em termos práticos, instituiu uma organização econômica orientada pelo padrão de mercado, autônoma e com vistas à obtenção de lucro.

Para esta discussão utiliza-se a análise histórica da desestruturação do *oikos* proposta por Weber, contrastando-a com os conceitos de Polanyi. Parte-se da caracterização da unidade doméstica, seguida da sua abertura para rede de vizinhança e comuna até a formação da propriedade senhorial (comunidade extensa). Em seguida, a partir da noção de cálculo, analisa-se a transição para o *oikos* e a desestruturação do tradicionalismo econômico. O ponto central desta discussão será a problematização das condições sociais e econômicas para formação do *Ethos* capitalista, enfatizando a introdução do dinheiro e do cálculo, a moralização dos juros, a gestão racional e o surgimento da empresa moderna.

Este estudo reconhece que há vários pontos de convergência entre Weber e Polanyi, pois ambos minimizam o efeito simbólico do dinheiro, enfatizando seu caráter instrumental, racional, impessoal e nivelador das relações sociais. Convertido em mercadoria fictícia e instrumento que movimenta as “pás do moinho satânico do mercado” em Polanyi; elemento central para superação do tradicionalismo econômico e uma “arma na luta entre os homens no sistema de mercado” em Weber. Em segundo lugar, ambos reconhecem que os aspectos valorativos persistem mesmo nas formações econômicas modernas. O “padrão de mercado” ou “capitalismo racional” não eliminou os elementos extraeconômicos que permeiam a ação social econômica, isto é, “toda relação social, por mais que se limite, de maneira racional a determinado fim [...], pode criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado” (WEBER, 2000, p. 25). E embora o caráter impessoal da relação tenha sido deslocado para a marginalidade da relação social Weber propõe que mesmo nas relações racionais percebe-se a “colocação consciente da perspectiva de vantagens econômicas, no interesse da propagação e conservação de uma comunidade primariamente extraeconômica” (2000, p. 236).

A opção de utilizar Weber e Polanyi para discutir a problemática proposta deve-se à sua elaboração sobre o desenvolvimento da economia doméstica no capitalismo ocidental a partir de uma transição entre modelos distintos de organização econômica. Leva-se em conta, entretanto, que há várias diferenças entre os dois pensadores, especialmente sobre a forma desta transição.

O contexto de Polanyi é bastante distinto ao que deu suporte a Weber. É importante levar em consideração que enquanto este último produziu sua análise em um momento de expansão econômica do capitalismo, especialmente estadunidense (segunda parte da *Ética Protestante...* foi escrita nos Estados Unidos), Polanyi está no contexto do *Welfare State*, pós *Crash* de 1929, e advoga a importância das instituições como o Estado para controle do mercado. Em resumo, enquanto Weber vive a euforia do desenvolvimento americano, especialmente na primeira década do século XX, Polanyi está empenhado na reconstrução econômica e social após uma crise sem precedentes, especialmente de credibilidade no mercado, especialmente o mercado financeiro. Esta consideração do contexto é importante porque localiza o momento histórico, a finalidade e as consequências das suas proposições.

Para Polanyi o desenvolvimento econômico é fundamentalmente conflitante e pode ser explicado a partir da rivalidade entre os princípios econômicos do mercado e da domesticidade. Para Weber, entretanto, a oposição entre associações reguladoras é fluida

(2000, p. 45), isto é, a economia moderna é um resultado da desestruturação do *oikos* e criou a firma, modalidade de economia aquisitiva, também caracterizada pela impessoalidade. Esta transição foi uma mudança cultural (2000, p. 28) e a abertura ocorreu de dentro para fora, quando a mudança na orientação da ação transformou o sentido da ação econômica.

Em sua natureza essencial, o *oikos* significa: provisão organizada de necessidades, ainda que lhe possam estar agregadas empresas com economia aquisitiva. Entre os dois princípios há naturalmente uma escala de transições imperceptíveis e também mudanças graduais ou abruptas de um para outro. Na realidade empírica, desde que esteja desenvolvida a cultura material, é necessariamente raro o *oikos* em sua forma de economia coletiva realmente pura (WEBER, 2000, p. 261, 262).

Embora ambos concordem com a ideia de que o modelo de mercado exerce monopólio sobre os demais tipos ou formas de ação econômica e que o tradicionalismo econômico e a domesticidade são orientações/princípios econômicos distintos do modelo de mercado, baseado no regateio, na permuta e na barganha, há, entretanto, uma divergência de fundo entre Weber e Polanyi: enquanto para o primeiro o tradicionalismo parece ser sinônimo de ineficiência e fragilidade, para o segundo, a sobreposição do princípio de mercado à domesticidade é entendida como a “expulsão do paraíso” no desenvolvimento econômico ocidental. Esta diferença tem origem na seguinte ideia: enquanto para Weber a economia doméstica carrega o germe da empresa capitalista moderna, em Polanyi o mercado é considerado externo, cabendo às organizações de caráter doméstico a tentativa de manter o padrão de mercado sob as rédeas da organização social, sendo que “a venda de excedentes não precisa destruir a domesticidade” (POLANYI, 2000, p. 74).

Em outros termos, o ponto central da diferença entre Polanyi e Weber não está na leitura do processo histórico de transformação do *oikos* para o modelo de mercado, mas na forma como este processo ocorreu no ocidente. Em Polanyi este conflito, como já dito, repousa na divergência entre as instituições derivadas de padrões econômicos contraditórios. Em Weber, o elemento político da resistência e da luta está no plano individual e ocorre por uma mudança cultural fluida. Isto é, a desestruturação do *oikos* ocorreu de “dentro para fora” e as mudanças na forma de gestão econômica mostraram-se como elemento dinamizador, especialmente na transição para a gestão racional.

Denominamos “gestão econômica” o exercício pacífico do poder de disposição que primariamente é economicamente orientado, havendo “gestão econômica racional” quando tem caráter racional com referência a fins e de acordo com um plano (WEBER, 2000, p. 37).

Assim, não há concorrência entre os princípios de mercado e domesticidade, mas uma transição fluida no desenvolvimento econômico do ocidente. Isto possibilitou a emergência da hipótese de que atores específicos produzem as condições sociais e culturais para incorporação da nova ordem econômica nos diferentes contextos econômicos. Isto não quer dizer que a dimensão do conflito e da regulação estejam ausentes. Aliás, é preciso resgatar que a regulação é abordada em ambos os autores. Para Weber ela é voluntária e fundamental no modelo de mercado, bem como a importância do direito e do contrato, para manutenção das condições sociais do regateio. Em Polanyi é mais visível o choque entre instituições criadas a partir dos princípios econômicos, evidenciando sua crítica em relação à economia política clássica. O *homo economicus* completamente livre e autônomo, ou mesmo o padrão de mercado, completamente isento de regulação jamais existiu no desenvolvimento da economia no ocidente. Essa conclusão é extremamente relevante para compreensão do objeto empírico deste estudo: a transformação econômica, cultural e política operada pelo dinheiro precisaram ajustar a “nova” vocação da unidade doméstica (familiar) que passou de economia fechada para aberta e influenciada pelos interesses econômicos típicos das relações mercantis.

Para Swedberg (2005) *Economia e Sociedade* é a principal elaboração da sociologia Econômica weberiana. Projetada para expor de maneira didática os principais conceitos econômicos e sua relação com o comportamento social, a obra utiliza de forma recorrente tipologias e “pares conceituais” que servem para contrastar as diferenças básicas entre os conceitos. Um destes pares é o de “economia aberta” *versus* “economia fechada”⁴⁴.

Weber afirma que “a associação doméstica é a comunidade que supre as necessidades regulares de bens e trabalho da vida cotidiana” (2000, p. 246). Daí o caráter de organização econômica “fechada” para fora. Esta compreensão segue a tradição aristotélica quanto ao seu direcionamento para o provimento da subsistência da família ou da comunidade. Do ponto de vista histórico a comunidade doméstica é entendida como “representante da mais primordial desta ação comunitária “fechada” para fora” (2000, p.

⁴⁴ Para Swedberg (2005, p. 47) a partir deste plano de fundo, a Sociologia Econômica weberiana passa a utilizar os conceitos de “luta”, “concorrência”, relações sociais “abertas” e “fechadas” e “uniformidades determinadas pelo interesse individual”.

249)⁴⁵. Assim, uma característica básica constitutiva da unidade familiar aparece nos escritos de Weber quando afirma que “as relações que hoje nos parecem particularmente „primordiais“ são as que existem entre pai, mãe e filhos, criadas pela comunidade *sexual duradoura*” (2000, p. 243). Especialmente os direitos sexuais adquiridos pelo matrimônio como base constituinte desta organização econômica.

O normal é, portanto, o seguinte: quando um homem leva uma mulher que adquiriu para sua comunidade doméstica ou quando, por lhe faltarem os meios para levá-la, entra na comunidade doméstica da mulher, ele adquire os direitos sexuais exclusivos sobre ela (WEBER, 2000, p. 250).

Portanto, a instauração do matrimônio estabeleceu a autoridade patriarcal como característica definidora das comunidades domésticas, orientadas para a subsistência deste grupo social. O surgimento da prática do dote transformou sensivelmente orientação da gestão econômica desta organização por dois motivos: primeiro porque provocou uma diferenciação interna entre filhos “legítimos” e os filhos com concubinas e, segundo, entre as próprias mulheres, visto que de acordo com a riqueza das famílias ofereciam dotes mais valiosos. Isto fez emergir a prática do cálculo.

Mas, materialmente, costuma-se registrar o dote da esposa numa “conta especial” do respectivo marido. Assim o “**cálculo**” começa a penetrar nas relações dos membros da comunidade (grifo nosso) (WEBER, 2000, p. 257).

Também ali onde a unidade da casa se mantém externamente indivisa progride de modo incontrolável, no curso do desenvolvimento cultural, o processo de decomposição *interna* do comunismo doméstico, em virtude da crescente “calculabilidade” (WEBER, 2000, p. 259).

Assim, esta estrutura social da comunidade doméstica patriarcal típica do tradicionalismo econômico fundamenta-se em dois pressupostos: a autoridade (do mais forte e mais experiente) e a piedade (especialmente entre gerações), também conhecida como fraternidade. “Neste modelo o indivíduo contribui segundo suas forças e usufrui segundo suas necessidades” (WEBER, 2000, p. 246). Com o surgimento da exogamia, da prática do dote e do direito à herança, a economia doméstica passa a incorporar o cálculo e,

⁴⁵ Weber afirma que a comunidade doméstica não tem universalmente a mesma extensão. Mas ela constitui a “comunidade econômica” universalmente mais difundida e compreende uma ação comunitária muito contínua e intensa. É o fundamento primordial da piedade e da autoridade, fundamentos, por sua vez, de muitas outras comunidades humanas. (2000, p. 245)

na sequência, o cálculo em dinheiro, grande artífice da abertura da economia doméstica e dissolução do *oikos*.

Como o dinheiro afetou a economia doméstica? Quais significados ele comporta? A hipótese desta seção é de que o mercado se constituiu como o grande fato social na modernidade e seu surgimento foi condicionado à introdução do dinheiro nas transações econômicas. Para discutir este ponto, será feita uma reconstituição do papel do *oikos* nas sociedades tradicionais e a sua desestruturação no desenvolvimento econômico do ocidente.

Em *História Geral da Economia* Weber analisa a família desde o surgimento da agricultura e a transição para um segundo tipo de comunidade doméstica: a propriedade senhorial. Também caracterizada pelo tradicionalismo econômico, este modelo também se estruturou na sobreposição das propriedades de uma família sobre as outras, mantendo a autoridade do “senhor”, que cobrava tributos mesmo não sendo um agricultor. Como sabemos, a dissolução deste modelo acontece pela mobilização da burguesia [...]. Em *Economia e Sociedade* Weber complexifica esta análise. As primeiras formas de indústria também foram familiares e depois surgiu a possibilidade de produzir para outras famílias (vizinhança) e para o mercado. Em seguida vieram as Guildas e depois o sistema de trabalho externo, a domicílio (*putting-out-system*) até chegar à fábrica moderna.

Na obra *A grande transformação...* Polanyi apresenta os quatro princípios econômicos (centralidade, domesticidade, redistribuição e mercado) argumentando que na moderna economia o princípio de mercado monopolizou a economia tornando a sociedade “um acessório do mercado” (POLANYI, 2000, p. 76). Por outro lado, a domesticidade é a “produção para uso próprio”⁴⁶ (POLANYI, 2000, p. 73) e cabe a ela o provimento das condições materiais básicas das famílias, dos povoados e das comunidades ou mesmo da sociedade. Nas comunidades primitivas os mercados não são encontrados em todos os lugares, o que reforça seu caráter não-natural.

Para Polanyi (2000, p. 78) “a presença ou ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma **sociedade primitiva** porque os mercados não funcionam dentro da comunidade, mas fora dela”, geralmente ocupando locais destinados exclusivamente para este fim. O comércio é externo, baseado na permuta

⁴⁶ Este princípio, para Polanyi, fornece a etimologia da expressão economia (*oikonomia*). Há uma interessante afirmação de Weber sobre a definição de economia: “Denominamos „economia” a gestão econômica autocéfala e contínua, havendo “empresa econômica” quando, além de continuidade, ela apresente a organização característica de uma empresa” (WEBER, 2000, p. 37).

e se utiliza do dinheiro, nos casos de compra e venda, não está relacionado com a organização “interna” da economia. Os mercados locais são apenas de vizinhança. Não foram pontos de partida para o comércio interno ou nacional (2000, p. 83)⁴⁷.

Portanto, o princípio do mercado precisa do “padrão de mercado” - nestes termos, a permuta e a barganha - para se efetivar (POLANYI, 2000, p. 76). Esta condição lhe confere uma contradição estrutural em relação aos demais princípios econômicos, exigindo uma sobreposição a estes para se estabelecer. A domesticidade, por sua vez, relaciona-se com os princípios da centralidade e redistribuição e está baseada na autarquia, traço acessório do grupo fechado. Suas características básicas são o poder de sexo (especialmente na família tradicional) e a localidade (aldeias, castelo senhorial) (POLANYI, 2000, p. 73).

Em Polanyi o princípio de mercado é artificial e externo à organização econômica e a relação entre o princípio de mercado e da domesticidade não é problematizada. Por outro lado Weber, em sua pesquisa bastante apoiada na história do desenvolvimento do capitalismo ocidental, procura compreender como a ação econômica foi sendo moldada pelas mudanças sociais e em que medida os fatos econômicos alteraram as relações entre os indivíduos.

Um ponto interessante que pode orientar a discussão deste ponto é a clássica divisão entre economia natural e artificial (ou não-natural). Esta compreensão aparece, como já foi dito, nas obras de Marx e Simmel. Enquanto a ideia de que “natural” é toda forma de economia orientada para subsistência, os aspectos não-naturais fazem referência a um comportamento social adquirido, permitido ou agenciado. Mais uma vez o dinheiro é concebido como agente da artificialidade econômica. Em Polanyi há um esforço visível das comunidades tradicionais para coibir essa prática, com a intuição da preservação dos laços sociais. Em geral, a crítica não está necessariamente na existência do dinheiro, mas na dedicação exclusiva para sua “autoprodução”, emergindo disso a ruína da polis no sentido aristotélico, a descoloração da individualidade e alienação de Simmel e o fetichismo da mercadoria (ou a prostituta universal) em Marx. Em Polanyi é conceituada como uma das “mercadorias fictícias” do mercado autorregulável, além da terra e do trabalho (GT, 89), enquanto Weber acentua a sua capacidade de permitir estoques futuros e a possibilidade de não depender de mercadorias com menos poder de troca para ampliar

⁴⁷ No Mercantilismo a intervenção estatal tem que lidar com os perigos da competição, especialmente a formação de monopólios, para garantir o funcionamento dos mercados.

ganhos futuros. Swedberg (2005, p. 72) afirma que Weber, especialmente em *Economia e Sociedade*, está mais preocupado com as consequências do uso do dinheiro: 1) capacidade maior de armazenamento de valores para uso futuro; 2) calcular o lucro e a utilidade marginal de determinada mercadoria; 3) como converter o controle sobre oportunidades econômicas em dinheiro, diferença entre economia monetária e natural.

1.2.3.1. A comunidade doméstica e a rede de vizinhança:

Até este ponto, é possível concluir que em Polanyi os princípios econômicos estão em oposição e são inconciliáveis, enquanto Weber analisa a complementaridade entre eles. Para os fins deste estudo, a perspectiva weberiana parece qualificar melhor a estrutura das relações econômicas, especialmente quanto aos aspectos culturais e dispositivos técnicos que permeiam o cotidiano das relações econômicas. Para isto, será analisado o processo de reorientação da ação e a consequente abertura econômica da comunidade doméstica, levando em consideração três aspectos basilares para compreender esta transformação: a) a rede de vizinhança e os empréstimos de favor, b) a solidariedade para fora e o surgimento dos contratos e, c) o desenvolvimento para a relação associativa e a emergência da firma. Acrescentam-se, ainda, dois traços característicos básicos à economia doméstica: a “solidariedade para fora” e a utilização e consumo comum da produção. A “solidariedade para fora”, por sua vez, é observada através de um duplo viés: a **fraternidade com a vizinhança**, expressa nas atividades de “trabalho de favor”, empréstimos sem cobrança de juros, mutualismo e “prestação de socorro”. De outro lado, a **solidariedade “real e pessoal”** em alguns casos até criminal (WEBER, 2000, p. 245 – Grifo nosso), materializada mediante contratos realizados entre os integrantes da comunidade em situação de negócios e, até mesmo, na contratação de auxiliares “externos” para a produção de bens de consumo e serviços. A solidariedade com a vizinhança é um aspecto primordial para a sobrevivência e fortalecimento da comunidade doméstica especialmente por não

intensificar o uso de dinheiro. No “trabalho de favor” não há transações em dinheiro e a remuneração consiste na “devolução” do favor (geralmente) na forma de trabalho⁴⁸.

O vizinho é o típico “prestador de socorro”, e a vizinhança, portanto, a portadora da “fraternidade”, ainda que numa acepção prosaica e pouco sentimental, predominantemente ético-econômica, da palavra. Na forma de ajuda mútua, em casos de insuficiência de meios da própria comunidade doméstica nascem em seu seio os “empréstimos de favor”, isto é, empréstimo gratuito e sem juros de bens de uso e de consumo, e “trabalho de favor” não-remunerado, isto é, prestação de serviços auxiliares em caso de necessidade urgente [ações de assistência], em virtude do princípio primordial da ética popular, pouco sentimental, divulgado no mundo inteiro: “Como tu comigo, assim eu contigo” (o que também insinua a designação romana *mutuum*, para o empréstimo sem juros). Pois cada qual pode chegar a uma situação em que precisa da ajuda dos outros (WEBER, 2000, p. 247).

A função da vizinhança, neste aspecto, está orientada para a piedade e fraternidade, elementos constituintes das relações comunais. Weber não problematiza eventuais resistências “domésticas” frente às mudanças ocasionadas pelo incremento da atividade mercantil, introdução do cálculo e intensificação da utilização do dinheiro. No entanto, explica que os dois princípios de orientação econômica desenvolveram-se de maneira articulada e complementar. Assim, conclui Weber: “Quando se realiza uma troca, rege o princípio: „entre irmãos não se regateia” o que exclui o „princípio de mercado” para a fixação do preço. A “vizinhança” não existe exclusivamente entre iguais” (WEBER, 2000, p. 247).

Para ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento da economia mercantil, Weber recorre a outro par conceitual: relações comunais *versus* relações associativas (WEBER, 2000, p. 25). As relações comunais fazem referência ao sentimento de fazer parte de um grupo social, enquanto as relações associativas denominam um acordo racional, geralmente comercial entre as partes. Desta forma, a relação com vizinhos estabelece as condições básicas para o surgimento de relações associativas, isto porque na ação comunitária há um conjunto de dispositivos políticos reguladores que permitem a estabilização das relações sociais. Talvez esta estabilidade seja o germe da adoção de práticas comerciais

⁴⁸ Weber exemplifica a existência desta modalidade de “trabalho de favor” em aldeias no leste da Alemanha. E, para mostrar a escala desta orientação econômica afirma: “O “trabalho de favor”, tão importante na prática, não se realiza somente para os economicamente necessitados, mas também, de modo voluntário, para os economicamente preeminentes e poderosos, particularmente como ajuda na colheita necessitada com mais urgência justamente pelos proprietários de grandes terras” (WEBER, 2000, p. 247).

aparentemente hostis e incomuns. A emergência do contrato é um importante indício, para isto⁴⁹.

No seguimento desta questão Weber propõe uma tipologia para compreender o percurso da ação comunal até a efetivação da ação associativa (2000, p. 2237-8). O surgimento 1) na forma de *oikos*, qualificado como “puramente coletivo e não monetário” e materializado na exigência do serviço militar, pagamentos em mercadoria com vistas à manutenção da propriedade senhorial; 2) na forma de tributos; 3) na forma de economia aquisitiva, estando presente a prática de venda de produtos e serviços no mercado com vistas ao cumprimento das finalidade da associação; 4) na forma de mecenato, baseado nas contribuições voluntárias para garantir os fins comuns da associação e; 5) mediante encargo privilegiado, geralmente através de uma concessão de garantia de monopólio ou, em um sentido negativo, através da responsabilidade compulsória pelos impostos.

1.2.3.2. O cálculo, a decomposição do oikos e o surgimento da “firma”

Partindo da afirmação anterior de que mesmo após a desestruturação da comunidade doméstica houve um fortalecimento do *oikos*, na sua modalidade senhorial, segue que a fórmula de análise é idêntica, isto é, a introdução do cálculo em dinheiro como fator de enfraquecimento do modelo “fechado” de economia. Na continuidade desta análise do desenvolvimento histórico a firma moderna, Weber (2000, p. 259) sugere que mais tarde, nas comunidades domésticas, especialmente nos centros comerciais de vanguarda como Florença, foi constatado que “cada indivíduo possui a sua „conta””. Esta conta, caracteristicamente monetária, resultou da calculabilidade objetiva dos ganhos adquiridos nas transações mercantis, a chamada economia aquisitiva.

Há um plano de fundo na teoria weberiana evidenciado também na trajetória da decomposição do *oikos*: a emergência do individualismo econômico. Embora esta questão não apareça de forma explícita, ela avalizou a não necessidade dos indivíduos de submeterem-se à ordem estabelecida (WEBER, 2000, 258-9). Da mesma forma, a conta de capital individualizada concedeu aos indivíduos a liberdade para, através do dinheiro,

⁴⁹ Em diversas passagens de *Economia e Sociedade* Weber enfatiza que geralmente a possibilidade de sanção jurídica é menos coercitiva que a norma moral.

satisfazer seus desejos de consumo. Para isto, bastava que fosse inserido no mercado o maior número possível de objetos, liberando-os dos condicionamentos mágicos ou preceitos morais. Pode-se afirmar, neste sentido, que a liberdade individual encontra sentido na ampliação do mercado, sendo que o dinheiro assume um papel decisivo na efetividade deste modelo.

Outro aspecto relevante para o nascimento da firma moderna é o seu caráter impessoal. É comum que a denominação utilizada pelas empresas nas transações comerciais seja fictícia (o chamado “nome fantasia”). A emergência desta prática foi fundamental por dois motivos: Primeiro porque desvinculou a atividade comercial das práticas econômicas domésticas, permitindo às primeiras a reorientação pelos princípios do mercado. Na organização doméstica não há distinção entre estas duas formas de propriedade, mas com a contratação de empregados e a introdução do dinheiro (e a utilização do crédito) houve uma necessidade de separação entre as duas. Ainda no século XIV, na cidade de Florença, a expressão *Fuori del corpo della compagnia* sinalizava o desmembramento entre a empresa doméstica e a empresa de mercado (WEBER, 2000, p. 259). E, em segundo lugar, porque na associação comercial o sócio não é necessariamente um membro da família ou da “casa” (WEBER, 2000, p. 251).

A firma capitalista é considerada por Weber como organização verdadeiramente revolucionária pelo seu choque com o tradicionalismo econômico (WEBER, 2000, p. 136). Sua característica básica será a conta de capital, que é o cálculo do lucro antes e depois de um negócio. O que está em questão, portanto, é que a firma moderna representa uma nova forma de orientação da gestão econômica. A economia aquisitiva teve que modificar a noção de gestão doméstica orientada para subsistência para a noção de economia como forma da satisfação de desejos e acumulação de lucros. Neste percurso, o crédito *não-gratuito* passa a ter um papel importante na organização econômica, desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento da economia racional na medida em que se apresenta como mediação entre um desejo e sua satisfação, por mais primitivos ou tradicionalmente arraigados que sejam estes desejos (WEBER, 2000, p. 38).

O fundamento mais geral do crédito *não-gratuito*, em espécie ou em dinheiro, é naturalmente, a circunstância de que, na maioria dos casos, a utilidade marginal da expectativa futura está mais elevada para o *credor* do que para o *devedor*, em virtude do melhor abastecimento do primeiro. [...] Crédito, neste sentido, significa primariamente a troca do poder de disposição de uma economia sobre bens materiais ou dinheiro – poder do qual esta carece no momento atual, mas que espera obter em excesso no futuro – pelo poder de disposição de outra

economia, existente atualmente, mas não utilizado para fins próprios. No caso de racionalidade, ambas as economias esperam dessa troca oportunidades mais favoráveis (qualquer que seja sua natureza) do que as que a distribuição atual ofereceria sem troca (WEBER, 2000, p. 49 e 50).

Conforme demonstrado até aqui, a prática do crédito não é um fenômeno típico da modernidade. O que há de inovador é a sua forma não-gratuita, implodindo a sua utilização com vistas ao abastecimento de consumo dos membros de uma comunidade. Aliás, esta parte do estudo procurou demonstrar como diferentes perspectivas teóricas explicaram estas transformações a partir de uma rivalidade entre o modelo do *oikos* (domesticidade) e o padrão de mercado. Esta é a base para compreensão do objetivo empírico e da problemática deste estudo: a ideia de que o dinheiro operou transformações estruturais na organização econômica e social da unidade familiar. Conforme afirmado na introdução, a agricultura familiar brasileira sofreu estas transformações à medida que o crédito possibilitou a utilização extensa do dinheiro e as cooperativas de crédito, pela sua proximidade com os agricultores, procuraram desburocratizar o acesso aos recursos das políticas públicas. Conclui-se, então, que a personalização das relações entre as cooperativas e as famílias tomadoras de crédito é o elemento chave para compreensão deste novo contexto. O passo seguinte será reconhecer que esta proximidade e personalização instauram relações com consequências culturais e afetivas, associadas à racionalidade instrumental. Em outras palavras, trata-se de uma crítica ao modelo de análise racionalizante que caracteriza a tradição da Sociologia Econômica. Nesta crítica, as descobertas de Viviana Zelizer oferecem um importante ponto de partida para os fins deste estudo.

1.2.4. O dinheiro para Zelizer: pontos para compreensão do objeto empírico

Zelizer, ao propor o conceito de “mercados múltiplos” (2003, p. 128), parte da análise do significado social do dinheiro para opor-se à concepção racionalizante que aparece nos estudos de Simmel, Marx e Weber. Do ponto de vista da Sociologia Econômica, são cinco os pressupostos do modelo de “dinheiro de mercado” encontrada na literatura sobre o tema: 1) o dinheiro tem função estritamente econômica, atuando como

principal ferramenta nas transações de mercado; 2) todos os tipos de dinheiro são semelhantes na idade moderna, uma vez que todos são utilizados como mercadoria universal de troca; 3) há uma clara distinção entre dinheiro e valores não pecuniários como valores pessoais, sociais e sagrados; 4) o dinheiro invade – e, muitas vezes, corrompe – as esferas da vida em um processo de mercantilização da vida social e; 5) o dinheiro está liberto de considerações éticas ou de significado, permitindo-lhe operar em diferentes ambientes sociais (ZELIZER, 2003, p. 130).

A tese de Zelizer (2003, p. 136) é que ao invés de existir “o dinheiro de mercado” existam “dinheiros especiais” que podem funcionar como meio de troca, mas também como “classificador” social e sagrado em diferentes mercados, utilizado para adquirir ou melhorar o status, ou para celebrar rituais. Estes dinheiros especiais também estão amparados em cinco pressupostos: 1) ao passo que funciona como meio de troca, o dinheiro também existe fora do mercado e é profundamente moldado por fatores culturais e socioestruturais; 2) existe uma multiplicidade de dinheiros e todos eles são condicionados por uma realidade específica. O dinheiro de mercado sofre estas influências; 3) existem diferentes tipos de dinheiro, indivisíveis quanto à quantidade, não fungíveis, não portáteis, profundamente subjetivos e qualitativamente heterogêneos; 4) não há dicotomia entre valores utilitaristas e não pecuniários e; 5) a cultura e a estrutura social impõem os limites da utilização do dinheiro, isto é, fatores “extraeconômicos” constroem e moldam sua utilização: a) o dinheiro é usado para atividades específicas; b) pessoas específicas são designadas para operar o dinheiro e; c) há formas específicas de controle do dinheiro.

Zelizer se opõe à perspectiva Weberiana de compreensão do dinheiro somente pela sua função instrumental e pela sua capacidade de homogeneização. Para a autora, romper com o tradicionalismo não significa a possibilidade de conferir ao dinheiro um caráter neutro do ponto de vista cultural. Assim, este estudo incorpora a perspectiva de Zelizer que, mesmo partindo da concepção social da economia, renova a Sociologia do Dinheiro, procurando demonstrar que a moeda não é um “solvente” devastador e uniformizador que nivela as relações sociais por onde ele passa.” (2005b, p. 26). Em suma, o dinheiro não está isolado das relações não-econômicas porque ele mesmo está baseado em “redes sociais” particulares que fornecem o fundamento da significação social. (ZELIZER, 2007).

Para De Blic e Lazarus (2007, p. 74), em Zelizer “os valores, a moral, as relações interpessoais participam das trocas monetárias e não constituem uma esfera autônoma obediente a uma racionalidade independente do jogo social.” Neste sentido, a agenda de

pesquisa deste estudo pretende analisar a eufemização do dinheiro, sua marcação⁵⁰, seus significados e fronteiras simbólicas, bem como os laços de confiança, identidade, controle e reciprocidade que alimenta.

Segundo Steiner (2006, p. 60), Zelizer aponta um problema decisivo em relação ao uso da moeda que parte da constatação de que a introdução da moeda contribuiu significativamente para a despersonalização da vida moderna. E é partir desta constatação que emergem as perguntas da autora: “pode-se acreditar que a moeda seja um vetor tão poderoso que aniquile sem piedade as relações sociais?” Não estará ela mesma presa nas redes de relações sociais que ela, supostamente transforma de modo irremediável? A resposta a estas questões propõe que nos mais diferentes mercados:

a moeda perde sua liquidez, pois a marca social aposta a determinada quantia de moeda a torna imprópria para certos usos, a ponto de se poder falar, no seio de um família, de moedas para fins específicos, como acontecia com os mercados do século XVII, que faziam uso de diferentes moedas metálicas (ouro/prata), conforme os mercados longínquos com que trabalhavam (STEINER, 2006, p. 60).

Este estudo pretende explorar também a **dimensão relacional** do modelo conceitual de Zelizer, isto é, compreender o significado das práticas econômicas e suas negociações na delimitação de **circuitos econômicos**. De fato, a autora tem logrado significativos avanços na compreensão dos sentidos atribuídos pela família na utilização do dinheiro. No entanto, é importante compreender não somente como a utilização do crédito expõe as famílias ao contexto do mercado, mas também sua relação com os significados elaborados pelos mediadores e os resultados desta relação. Em outros termos, busca-se compreender como referenciais culturais são “arranjados” nas relações sociais do interior do circuito, ao mesmo tempo transmitem pautas coletivas.

A hipótese deste estudo é de que determinados atores, nomeados de mediadores, utilizam o crédito como ferramenta para geração de intimidade com os agricultores a partir da elaboração do conteúdo simbólico que permite “boas combinações” entre a racionalidade instrumental e a intimidade com vistas à consolidação das estratégias organizacionais e ampliação das suas relações sociais. Neste ponto, propõe-se uma relação entre os conceitos de intimidade e confiança. No entanto, qual o significado dos conceitos de confiança e

⁵⁰ Vale destacar que para Zelizer (1994) o dinheiro é marcado pelos atores levando em consideração a sua **origem** (loteria, salário, financiamento, etc.); sua **função** (alimentação, aluguel, custeio, etc.) e; seu **utilizador** (esposa, marido, crianças, parentes, etc.) (grifo nosso).

intimidade para Zelizer? Para definição de confiança, a autora cita de forma recorrente os estudos de Kennet Karst (1980), segundo o qual existem dois tipos de intimidade: 1) transferência de informações confidenciais e potencialmente “minadas”; 2) laços estreitos duráveis entre duas pessoas. É nesta intimidade, reciprocidade e confiança que ocorrem as transferências econômicas (ZELIZER, 2011, p. 23). Por isso, torna-se importante a análise dos cruzamentos entre intimidade e economia nas relações sociais. Estes cruzamentos acontecem de duas maneiras: pela especificidade da relação (neste caso, agente de crédito e tomador) e pela adoção de práticas (formas de pagamento, rotinas, elaboração e monitoramento de aplicação dos recursos financeiros, etc.).

Para definir intimidade, Zelizer cita o dicionário *Oxford English Dictionary* do qual retira duas acepções do conceito: 1) a) estado de ser pessoalmente íntimo, ter amizade ou disponibilizar de conhecimento, intercâmbio familiar ou familiaridade próxima; b) eufemismo da relação sexual e; c) proximidade de observação, conhecimento ou similar; 2) união ou vínculo íntimo próximo⁵¹.

As pessoas são comumente orientadas a diferenciar os tipos de transferências de dinheiro que são apropriadas para a definição do tipo de relacionamento em que estão inseridas. Para isto, valem-se de símbolos, rituais, práticas e formas de dinheiro mutuamente reconhecidas para sedimentar laços de confiança (ZELIZER, 2005b, p. 26).

As relações íntimas repousam sobre a confiança. A face positiva é que ela supõe a aceitação de uma influência mútua face ao risco. Seu aspecto negativo é de proporcionar a cada um dos parceiros um conhecimento e uma consideração de outro que, se eles vierem a se confrontar, pode minar e afetar mutuamente o seu estatuto social. Sobre os dois aspectos, a confiança é seguidamente assimétrica [...] mas a verdadeira intimidade implica em um grau mínimo de reciprocidade na confiança (ZELIZER, 2005b, p. 18).

Quatro elementos estão em jogo neste processo: 1) as relações (acordos, práticas e obrigações); 2) as transações (interações limitadas em duas pessoas); 3) os meios de troca (sistema computáveis que recorrem a moedas simbólicas) e; 4) as linhas de partilhas (perímetros que delimitam as combinações singulares das relações, transações e meios).

As transações íntimas funcionam pelo aspecto das ligações diferenciadas pelos quais os participantes se distinguem uns dos outros através de práticas, modos de compreensão e representação bem estabelecidos. Longe de determinar a natureza das relações interpessoais, os canais de troca (também as moedas) integrados a estes circuitos de maneira particular com as formas de compreensão, as práticas,

⁵¹ Na versão escolar do referido dicionário o termo designa apenas “direito à privacidade”.

informações, obrigações, direitos, símbolos e fraseologias inscritas nestes circuitos (ZELIZER, 2001, p. 124).

A partir desses pressupostos analíticos este estudo procura: a) romper com a visão racionalizante, dualista e pessimista de que o dinheiro necessariamente corrompe as relações de intimidade e estabelecer que a possibilidade da sua utilização é fundamental para o fortalecimento dos laços sociais. e; b) estabelecer que cada circuito mantém uma estrutura de rede e um conjunto de regras de aplicação que lhe são específicas, fazendo emergir uma forma específica de confiança, mediada por um conjunto de significados e marcação do dinheiro. Em outros termos, este estudo defende que as transações, tanto as íntimas quanto as impessoais, passam por circuitos onde os participantes definem entre si os limites, identificando práticas, acordos e símbolos, bem ancorados e que diferem um circuito do outro (ZELIZER, 2005b).

A atribuição de sentido é, portanto, o “elo” entre a dimensão específica da racionalidade econômica instrumental - nestes termos, o lucro, a apropriação individual e êxito financeiro - com a moralidade das transações comerciais em ambientes sociais (circuitos econômicos). Esta negociação pode significar arranjos, considerados por Zelizer como “vidas conectadas” (2005) e “boas combinações” (2009b). Em outros termos, significa dar peso ao poder da intimidade, destacando a sua capacidade de definir/enquadrar o significado do dinheiro, isto é, o dinheiro modifica as relações de intimidade, enquanto estas também definem sua utilização e significado.

É a partir destas bases teóricas que este estudo explora as noções de circuito e de mediadores como conceitos operacionais para compreensão da problemática e análise do objeto empírico deste estudo.

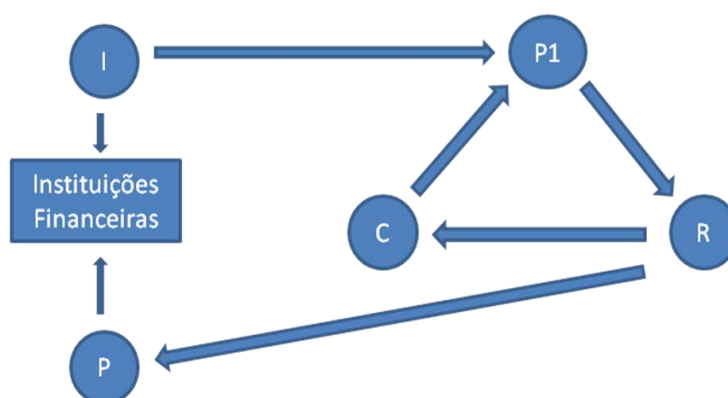
1.2.5. O Circuito CRESOL SC/RS e a ação dos mediadores

Este “percurso” do dinheiro entre a sua captação (políticas públicas, bancos de investimento e recursos próprios) e a sua aplicação/utilização pelos agricultores conforma um ambiente de mercado denominado “Circuito Econômico”. Conforme a fundamentação teórica apresentada no primeiro capítulo, o conceito de “Circuitos Econômicos” é

largamente utilizado por Zelizer (2002; 2005, 2010, 2010b) como ferramenta conceitual e metodológica para o recorte da realidade social a ser analisada.

Cada circuito distinto incorpora o entendimento um pouco diferente das práticas de informação, obrigações, direitos, símbolos e meios de troca. Eu chamo esses circuitos de comércio em um sentido antigo da palavra, onde o comércio significava conversação, intercâmbio, relações e modelagem mútua. Eles variam desde o mais íntimo ao mais impessoal das transações sociais (ZELIZER, 2002, p. 4, 5).

Esse conceito amplia a forma como a Economia classifica os circuitos. Segundo o *Dictionnaire d'économie et de sciences sociales* de Jean-Yves Capul (Hatier: 2008) um Circuito Econômico designa uma maneira simplificada de apresentar a atividade econômica. Esta representação pode ser feita de duas maneiras diferentes: segundo a tônica colocada sobre os agentes econômicos ou sobre suas operações. A construção de um circuito se faz, a princípio, com dois grupos de agentes econômicos: as famílias e as empresas. No entanto, também podem adquirir contornos macroeconômicos envolvendo uma circularidade entre produção, renda e consumo. O desenho a seguir ajuda a ilustrar a função estratégica de uma instituição de crédito em um circuito macroeconômico:



I = Investimento, P = Poupança, P1 = Produção, C = Consumo e R = Renda.
Adaptado de Capul (2008, p. 67).

Para Zelizer (2010, p. 315) as características dos circuitos podem ser resumidas em cinco pontos: 1) comportam diferentes relações sociais entre os indivíduos específicos; 2) permitem compartilhar as atividades econômicas realizadas por essas relações sociais, isto é “os laços entre os participantes têm o significado compartilhado”; 3) criam de sistemas de contabilidade comuns para avaliar o intercâmbio econômico, por exemplo, formas particulares de dinheiro; 4) compartilham os significados que as pessoas atribuem a suas

atividades econômicas, isto é, “um conjunto distinto de transferência de bens, serviços ou reivindicações dentro de seus laços interpessoais” e; por fim, 5) estabelecem uma fronteira clara entre os membros do circuito não-membros, com algum controle sobre as transações que atravessam a fronteira. Para De Blic e Lazarus (2007, p. 10) os circuitos possuem limites mais ou menos precisos e algum tipo de controle sobre as transações que acontecem além das suas fronteiras. Para os autores, o conceito de circuito de Zelizer propõe que estas transações estão apoiadas sobre laços interpessoais que partilham significados e cada circuito econômico é um tipo de agenciamento entre a intimidade e economia de cada espaço da vida social.

A proposta deste estudo é destacar a importância da ação dos mediadores na delimitação das fronteiras do circuito, incorporando a dimensão relacional à análise de Zelizer. Mas quem são os mediadores? Os mediadores são integrantes da organização CRESOL Central SC/RS (diretores, assessores, coordenadores de projetos e técnicos) que, localizados em espaços estratégicos, elaboram propostas, atuam e coordenam os projetos do Sistema. A importância de analisar estes atores deve-se a sua particular habilidade de elaborar, propor e articular visões de mundo, valores, significados e ideologias, que associados à racionalidade econômica, contribuem na mobilização coletiva e demarcação do circuito CRESOL Central SC/RS. No entanto, este estudo problematiza as relações sociais entre mediadores e agricultores. Por isso, em última instância, os mediadores são responsáveis pelo alinhamento entre: o a) a missão das políticas públicas e das linhas de financiamento dos bancos de investimento – fonte dos recursos econômicos – e/ou mesmo da captação de recursos a partir das cotas de capital e de depósitos dos associados; b) a missão das cooperativas que compõem o Sistema CRESOL Central SC/RS; c) a proposição do significado que permite o alinhamento entre a dimensão política e social do crédito com a atividade econômica das famílias e; d) a realização de “boas combinações” com a ampliação da reciprocidade e confiança nas relações com os agricultores.

Em parte, a definição do conceito de mediadores e sua função de elaboração de símbolos e significados partilhados no ambiente dos circuitos podem ser extraídas dos estudos de Dough McAdam, John McCarthy e David Zald (1999) que, recorrendo às elaborações de Snow e Robert Benford (1992) propõem os conceitos de *frames* (quadros de referência), *frames alignment* e *master frames* que funcionariam como articulação entre a ideologia dos movimentos com a dimensão cognitiva dos seus integrantes.

No Circuito CRESOL os mediadores atuavam no alinhamento (articulação) entre os valores, sentimentos, visões de mundo e pretensão de legitimidade da política pública com os quadros de referência dos agricultores associados (beneficiários). Em outros termos, os mediadores seriam responsáveis pela elaboração, articulação e proposição de referenciais que buscam definir, justificar e legitimar as práticas sociais nos circuitos econômicos. Estas visões de mundo são negociadas e sofrem a influência dos valores e visão de mundo dos agricultores, antes da sua institucionalização no Circuito CRESOL SC/RS.

Segundo Zald (1999, p. 375) esta análise permite “comprovar como signos socialmente definidos (desde mudanças físicas sutis como mesas e cortinas até símbolos e ideologias) dão sentido ao mundo e indicam a existência de formas alternativas de conduta”, procurando explicar como atores localizam, percebem, identificam e rotulam ocorrências dentro dos seus mundos.

Para Gohn (2004, p. 88-89) o conceito de *frames* é um esquema interpretativo

desenvolvido por coletividades para entender o mundo, e o utilizaram para a identificação das estratégias pelas quais os ativistas de uma organização de movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação à existência de outros *frames* na sociedade, espécie de marcos referenciais estratégicos e significativos. [...] Eles identificavam três funções nos *frames* de ações coletivas: a demarcação – quando se chama a atenção para as injustiças sofridas por um grupo social; a atribuição – quando se explicam as causas e se propõem soluções às injustiças sofridas; e a articulação – quando se conectam as diversas experiências formando uma visão externa coerente.

O conceito de *frame alignment* (alinhamento interpretativo) procura compreender a conexão entre orientações e interpretações dos indivíduos e das organizações em um sistema de valores individuais e crenças. Este modelo permitiu enxergar o que guia a ação dos indivíduos em organizações e a definição do seu repertório de ação. Esta inovação está alinhada à diferenciação entre cultura, ideologia e *frames*. Para Zald (1999, p. 371) cultura são as crenças e concepções mediadas por símbolos e linguagem de um grupo; ideologia é o repertório das crenças usadas para justificar e interpretar o mundo político; e os *frames* são metáforas específicas, representações simbólicas e arranjos cognitivos usados para confrontar comportamentos e eventos. O alinhamento que permite a emergência do circuito parte da noção de que os recursos à linguagem comportam uma dimensão cognitiva na medida em que aportam palavras, classificações e explicações que ordenam o mundo. Ela dita o bem e o mal, o nós e o eles e comporta também a identidade. Soma-se a isto a noção de que os componentes cognitivos e discursivos introduzem na análise o que o objetivismo

da teoria da mobilização de recursos deixou de lado: as crenças e o fato de que as pessoas não cessam de produzir justificações e interpretações para compreensão do mundo.

Para Gohn (2004) Snow e Benford incorporaram o conceito de *master frames* procurando conectar crenças e ideias de movimentos sociais à estrutura de oportunidades políticas de determinado contexto histórico. Neste sentido, “os *frames* possuem uma natureza dual: os indivíduos de um grupo são orientados por eles, que daí extraem o sentido dos eventos ocorridos. Mas fornecem também instrumentais para a mobilização de outros indivíduos e para o planejamento de outros eventos.”

Já para Neveu (2005, p. 99-102) Snow e Benford desenvolveram uma problemática de alinhamento dos quadros (*frames*) como mecanismo voluntarista de constituição de suporte para estabelecer uma ressonância entre esquemas interpretativos produzidos por um movimento social e aqueles presentes ou latentes no público-alvo. Os conceitos de visão de mundo compartilhada, *frames* ou “quadros de referência” contribuem para situar o objeto empírico deste estudo na medida em que apreendem os elementos culturais que produzem a identidade do agricultor familiar e levam indivíduos à ação coletiva. Para a CRESOL Central SC/RS, conforme seus materiais de divulgação, a Agricultura Familiar é mais do que um segmento econômico que toma crédito, mas um modo de vida que precisa ser fortalecido. A referência à agricultura familiar procura produzir o significado de um lugar com relações equitativas de gênero, de respeito entre as gerações, em harmonia com a natureza através da produção ecológica, de conscientização para empreendimentos cooperativos e motivação para o associativismo econômico.

O surgimento do Circuito CRESOL SC/RS pode ser compreendido como resultado de “processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social que mediam a oportunidade e a ação”⁵² (MCADAM, McCARTHY E ZALD, 1999, p. 23). O contraponto do PRONAF, segundo as organizações de apoio e movimentos sociais que originaram o Sistema CRESOL, está na concepção de Agricultura Familiar como produtora de alimentos e a unidade familiar rural como lugar da produção para o autoconsumo, sendo que o excedente poderia ser comercializado no “mercado” e em “mercados paralelos”, construídos através parceria entre os atores da agricultura familiar. Assim, este estudo reconhece que o PRONAF cria um ambiente de oportunidades políticas e a existência do

⁵² Os autores mencionam ainda as dimensões do conceito de “Oportunidades Políticas” apontadas por Tarow (1994): 1) o grau de tendência à abertura do sistema político institucionalizado; 2) a estabilidade e as alienações das elites que defendem determinadas linhas políticas; 3) a possibilidade de contar ou não com o apoio destas elites e; 4) a capacidade estatal de reprimir os movimentos sociais e sua tendência em fazê-lo (MCADAM, McCARTHY E ZALD, 1999, p. 32).

Sistema CRESOL somará esforços para o fortalecimento de um modelo de agricultura, catalisando um conjunto de atores na defesa deste grupo social conhecido como Agricultor Familiar e construindo uma ideologia, elaborada a partir de uma visão de mundo compartilhada em torno da necessidade de mudanças estruturais em relação ao modelo de agricultura da “Revolução Verde” e de percepções sobre o modelo de organização social.

Do ponto de vista político, a atuação da CRESOL se fortaleceu a partir de estruturas de mobilização formais e informais, contestatórios e de resistência que mobilizaram pessoas e organizações em torno de uma visão de mundo compartilhada para uma ação coletiva. Essa visão de mundo cria um conjunto de significados compartilhados e conceitos pelos quais os atores definem determinada situação, e é considerada como um elemento de mediação entre a oportunidade política, a organização e a ação (MCADAM, MCCARTHY E ZALD, 1999, p. 26). Neste sentido, os movimentos recorrem constantemente a um *stock cultural*, “em busca de imagens que lhes permitam definir o que é uma injustiça e o que se supõe ser uma violação do dever ser” (ZALD, 1999, p. 377).

Conforme Zald (1999, p. 370) a relação entre movimentos, a criação de “marcos interpretativos” e a sociedade em geral é mutuamente afetada por seis pontos: 1) construção cultural de repertórios de argumentos e os marcos nos quais se enquadram; 2) contradições culturais e os sucessos históricos que permitem levar adiante o processo de “encaixe”; 3) criação de “marcos interpretativos” como uma atividade estratégica dos movimentos; 4) os processos competitivos que resultam na escolha de um marco interpretativo dominante; 5) a difusão dos marcos por meios de comunicação, especialmente de massa e; 6) o confronto entre oportunidades políticas e a mobilização para dar forma ao resultado das lutas entre os diferentes marcos.

Segundo McAdam, McCarthy e Zald (1999, p. 30) “o impulso à ação certamente está vinculado à vulnerabilidade estrutural, mas é basicamente um fenômeno cultural”. A ideia desta perspectiva é de que a cultura e a ideologia atuam como “processo de encaixe” em um “processo ativo de criação de “marcos interpretativos” e definição de ideologias, dos símbolos e dos eventos icônicos que são levados a cabo pelos inovadores da moral, que podem ser ativistas ou não”. (ZALD, 1999, p. 380) Os atores fazem referência ao conceito de “processos de encaixe”, desenhados por Snow, definidos como “esforços estratégicos conscientes realizados por grupos de pessoas para forjar várias formas compartilhadas de considerar o mundo e a si mesmas, que legitimem e movam à ação coletiva” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 27).

No entanto, este estudo se projeta em uma lacuna das contribuições culturalistas, especialmente as perspectivas apontadas por McAdam, McCarthy e Zald, por ignorarem a interferência das questões econômicas (e do cálculo racional) na mobilização coletiva e por pressuporem uma realidade onde tudo é racional, corroborando a teoria dos “mundos hostis”. Interessa aqui compreender a relação entre a racionalidade econômica baseada no cálculo e utilização do dinheiro com o sistema de valores e a intimidade. É esta interferência que permite a mudança na orientação econômica e, em última análise, tipifica uma ação econômica, permitindo sua compreensão.

Conforme fundamentado na seção anterior, a passagem do tradicionalismo para a moderna economia ocorreu de maneira fluida a partir da internalização de elementos culturais. A mudança cultural de orientação para o cálculo e utilização do dinheiro está na base de análise do nosso objeto empírico e sua utilização é organizada em circuitos econômicos, na sua relação com os mercados. Steiner (2006, p. 46) contribui para elaboração desta problemática:

como reage o mundo dos valores últimos (religiosos, políticos, antropológicos) no contato com o mercado quando este último torna-se uma forma generalizada de relação social? [...] há um enfraquecimento dos valores morais com esta situação? Acaso se observa um aviltamento dos indivíduos, colhidos em relações mercantis novas?

Assim, o percurso desta seção pode ser ordenado da seguinte forma: o dinheiro não é um solvente das relações sociais e a abertura econômica da unidade familiar ao mercado, bem como a utilização extensa do dinheiro, alterou a estrutura organizativa e obrigou os mediadores a elaborar novas estratégias, isto é, novos quadros de referência para preservar o significado do circuito e as relações sociais perpassadas pelo dinheiro.

Como mostrado anteriormente, a tradição da Sociologia Econômica está amparada na rivalidade entre a compreensão homogeneizante do mercado *versus* a interpretação de que o mercado é submetido aos valores culturais. De fato, a rivalidade entre o tradicionalismo e a orientação racional da economia (nos termos de Weber) parece propiciar a compreensão da lógica de atuação do objeto deste estudo porque, como veremos, a sua trajetória articula um aparente paradoxo: associar a dimensão racional do cálculo com a manutenção de laços sociais tradicionais. A princípio estas duas dimensões parecem conflitantes porque parece que quanto mais caminha na direção do racionalismo econômico, mais a organização se distancia dos objetivos fundantes.

No entanto, como será demonstrado, essa transição é menos conflitante do que parece porque os mediadores atualizam “quadros de referência” que permitem as “boas combinações” entre estas duas dimensões. O processo de racionalização é ressignificado a partir de novos quadros de referência, mantendo a lógica de controle sobre as atividades do circuito. Em termos práticos, será demonstrado que a ação do Circuito CRESOL, durante sua trajetória, busca organizar um circuito identificado por um complexo sistema de significados que mesclam elementos de ordem 1) política (inclusão social, proximidade com a realidade do agricultor, linguagem acessível e orientação do crédito); 2) cultural (importância da família, cooperação e ajuda mútua); 3) econômica (juros mais baixos, acompanhamento técnico, financiamento da produção e do consumo) e; 4) íntima (confiança, reciprocidade, amizade e cuidado/zelo). Além disso, na organização deste circuito o dinheiro emerge como principal meio de articulação entre a dimensão racional/instrumental com um sistema de valores que identifica, compara e demarca as fronteiras das transações comerciais/econômicas.

Parte-se, portanto, da compreensão weberiana de que a transição entre tradicionalismo econômico e racionalidade empresarial é fluida. A base desta análise propõe que nesta transição os mediadores operam uma substituição de valores relacionados ao comunitarismo e rede de vizinhança por temas como autoestima, realização, afirmação social e reciprocidade. Portanto, não está em questão a mudança de orientação da ação econômica, mas a atualização dos quadros de referência para internalização e fortalecimento de novos valores, símbolos e no fortalecimento dos laços sociais.

O pano de fundo desta “atualização” deve-se à capacidade dos mediadores de operarem a ambivalência entre “fechamento” e “abertura” do circuito, isto é, fechá-lo do ponto de vista da organização do dinheiro (ampliação dos produtos e serviços disponibilizados aos associados, linguagem, símbolos, pautas políticas) e, ao mesmo tempo, manter a comunicação com o exterior.

Imagem do Circuito CRESOL Central SC/RS



Elaboração do autor.

Relação do Circuito CRESOL com o exterior (próxima página)



Elaboração do autor.

Leva-se em conta que este circuito busca caracterizar um mercado específico localizado e recortado em uma realidade social particular. Do ponto de vista estritamente econômico o Sistema CRESOL SC/RS parece somente cumprir um papel de inclusão dos agricultores familiares no modelo de mercado que, dito de outra forma, representa um avanço do mercado sobre um espaço antes inexplorado. No entanto, esta ideia não se sustenta porque o que há de específico neste circuito não se resume à introdução do cálculo

e do dinheiro ou mesmo a passagem do tradicionalismo econômico para uma visão empresarial da unidade doméstica, abrindo-a para o mercado, mas a capacidade de utilização do dinheiro para transportar significados e ideologias. Em outros termos, ao passo que serve de suporte para as relações sociais, o dinheiro permite a caracterização do circuito porque ele transporta valores econômicos e culturais. Ele carrega os significados construídos pelas relações sociais no circuito. Aliás, segundo uma publicação institucional (MAGRI et al., 2010, p.2 84) a CRESOL surgiu para “organizar” o dinheiro dos agricultores familiares. “Não basta financiar, é preciso organizar!”.

Em suma, este estudo reconhece que o dinheiro provoca a abertura da unidade doméstica, mas é o sistema de valores e a intimidade que significam a utilização do dinheiro e regulam sua circulação. Neste sentido, os mediadores agem sob a ameaça de que o relaxamento da significação do dinheiro causa a abertura do circuito e sua descaracterização. Para isto, os seguintes temas são reformulados e adaptados constantemente: 1) a submissão às regras do sistema monetário nacional (especialmente as normas do Banco Central); 2) as relações hierárquicas de poder geradas pelo contrato/dívida; 3) a individualização das relações (CPF, Conta Corrente, crédito por família); 4) a racionalidade e o cálculo na gestão econômica dos financiamentos e da propriedade familiar; 5) o descolamento da política pública (especialmente do PRONAF, através da opção em buscar a sustentação financeira através dos ganhos sobre prestação de serviços “bancários” aos associados); 6) o risco de enfraquecimento do comunitarismo e do cooperativismo; e, por fim, 7) a despersonalização das relações sociais diante da expansão geográfica e numérica do Sistema.

Por fim, as conclusões do primeiro capítulo podem ser resumidas em cinco aspectos: 1) a transição do tradicionalismo econômico para a orientação racional da economia, caracterizada pela abertura do modelo de *oikos* ao sistema de mercado, é fluida e ocorreu através da internalização (cultural) de uma orientação baseada no cálculo e utilização extensa do dinheiro; 2) são, portanto, o cálculo e o dinheiro que operam esta transformação cultural, mas; 3) isto não significa que os valores de mercado dissolveram a intimidade e a influência dos valores culturais na significação do dinheiro; 4) segue-se a crítica ao conceito de “mundos hostis” e a ideia de que; 5) Circuitos Econômicos são fundamentais para a significação do dinheiro e a conseqüente articulação entre as dimensões da racionalidade instrumental e sistema de valores.

CAPÍTULO II – A AÇÃO DOS MEDIADORES NA PRODUÇÃO DOS SÍMBOLOS DO CIRCUITO CRESOL

O primeiro capítulo teve por objetivo, a partir da análise crítica das principais elaborações em torno da sociologia econômica, definir o escopo teórico deste estudo. Através da reconstrução do percurso entre a sociologia econômica clássica e contemporânea buscou-se estabelecer elementos articuladores, além de justificar as opções conceituais. Desta forma, constatou-se que há um *continuum* entre a análise proposta por Weber e Zelizer em relação aos aspectos valorativos e a sua interferência na orientação da ação econômica. É esta interferência que permite a mudança na orientação econômica e, em última análise, tipifica uma ação econômica. Segue-se a conclusão de que a passagem do tradicionalismo para a economia racional (moderna) ocorreu de maneira fluida a partir da internalização de elementos culturais potencializados pela utilização extensa do dinheiro e introdução do cálculo.

No entanto, este estudo incorpora o conceito de Zelizer de que a utilização do dinheiro é organizada em circuitos econômicos e isto permite sua significação. Esta perspectiva a afasta de Weber, uma vez que para a socióloga existem “múltiplos dinheiros”, significados nestes ambientes pela combinação entre a lógica econômica, a intimidade e o sistema de valores, que estão na base da identificação do circuito. Enquanto para Weber o processo de racionalização monopolizou a orientação econômica, mesmo reconhecendo que neste contexto a orientação tradicional não desapareceu completamente (WEBER, 2000, p. 131), Zelizer salienta a influência do sistema de valores na orientação econômica. Além disto, a teoria weberiana, partindo do caráter revolucionário da empresa moderna pela introdução do cálculo e utilização extensa do dinheiro, enseja uma rivalidade entre a tipologia da orientação tradicional e a orientação racional da gestão econômica. De maneira distinta, Zelizer argumenta que não se pode concluir que o dinheiro tenha operado

uma sobreposição da racionalidade econômica sobre a intimidade. Nos termos da autora, não se pode advogar que existem “mundos hostis” que se anulam, mas que em Circuitos Econômicos os atores fazem “boas combinações” na perspectiva de articular estas três dimensões.

A partir de agora este estudo irá deter-se na compreensão do processo de significação cultural do dinheiro em um circuito específico. O objetivo é demonstrar que a produção de símbolos e significação cultural constitui um circuito econômico com fronteiras mais ou menos definidas e identificadas por quadros de referência (*frames*) que funcionam como “processos de encaixe” entre a expectativa individual dos atores e o fortalecimento da organização através da mobilização coletiva. Isso permitirá desenvolver a hipótese de que a modelagem e atualização dos quadros de referência destes circuitos são elaboradas pelos chamados “mediadores” que cumprem a função de alinhar o conteúdo institucional com as práticas de utilização do dinheiro no circuito.

O circuito econômico que constitui o objeto empírico deste estudo é um Sistema de cooperativas de crédito com interação solidária, denominado CRESOL Central SC/RS. Para qualificar a sua compreensão serão analisados três aspectos: 1) a trajetória histórica da sua constituição e diferenciação em relação a outros circuitos (definição das suas fronteiras); 2) a compreensão da sua identidade e; 3) a atuação dos mediadores na identificação do circuito e elaboração dos quadros de referência. Sobre este último aspecto, será enfatizado o papel destes atores (geralmente dirigentes e técnicos ligados às cooperativas) na elaboração de “marcos interpretativos” e como estes se valem da significação do dinheiro para consecução dos objetivos da organização e ampliação dos laços sociais. Conforme será detalhado no desenvolvimento deste capítulo, a CRESOL Central SC/RS é uma central que articula cooperativas de crédito rural constituída em 2004 através do desmembramento de outra Central denominada CRESOL-BASER. Esta última foi criada em 2000 por determinação do Banco Central quando o “Sistema CRESOL” já estava consolidado nos três Estados do Sul do Brasil, sendo articulado somente por uma Base de Serviços (BASER) que fornecia suporte técnico e administrativo às cooperativas singulares. Por isto, na primeira parte deste capítulo será apresentada a CRESOL Central SC/RS e na sequência, procurando entender a sua gênese e trajetória do “Sistema CRESOL”, serão apresentados os aspectos essenciais para a formação da identidade e diferenciação em relação a outros circuitos de crédito, especialmente de crédito cooperativo.

Um importante pressuposto para apresentação do Circuito é que o Sistema CRESOL é constituído por uma miríade de distintas cooperativas. Para evitar generalizações superficiais, será feita uma reconstrução que permite caracterizar as especificidades de cada contexto e constituir a partir disto a sua relação com o todo. Isto ajudará a compreender como significados sociais são produzidos na medida em que reconstrói: 1) a trajetória do Sistema (narrativa do surgimento, história e justificação social); 2) seu funcionamento (explicação da forma de organização e de funcionamento, especialmente quanto às exigências para acessar o circuito) e; 3) pelas consequências culturais e políticas que a participação em um circuito econômico acarreta aos seus participantes.

A organização metodológica deste capítulo consistirá em duas fases: 1) análise do conteúdo da produção institucional, visando compreender a especificidade e sua diferenciação em relação a outros circuitos e 2) a caracterização da identidade do circuito a partir da análise do discurso encontrado em produções institucionais sobre a trajetória do Sistema CRESOL Central SC/RS (cooperativas singulares, base de serviços e centrais de cooperativas). As fontes para realização deste estudo são artigos acadêmicos produzidos sobre a CRESOL e, especialmente, as publicações institucionais do Sistema, seus materiais de divulgação e comunicação interna como (informativos, boletins), seus documentos (atas, relatórios, resultados de pesquisas de satisfação, fotografias e vídeos) e entrevistas com Diretores (DIR), Técnicos (TEC), Assessores (ASR) e Agricultores (AGR).

A partir dos conceitos desenvolvidos no primeiro capítulo, a problematização do objeto empírico leva em consideração os seguintes aspectos: 1) reconhece que o conflito permeia as relações sociais do circuito e se desenvolve na relação entre mediadores e agricultores associados às cooperativas na medida em que está em jogo a definição dos quadros de referência e na relação com outros circuitos econômicos concorrentes; 2) de que o circuito é constituído por diferentes vertentes, de acordo com especificidades políticas e culturais de cada contexto/região. Isto é, o Sistema CRESOL surgiu através de uma articulação entre experiências dos três Estados do Sul do Brasil e cada uma delas possui características próprias. Assim, seu surgimento será exemplificado a partir de três contextos socioeconômicos específicos: Sudoeste do PR, Oeste de SC e Norte do RS; 3) de que há interferências externas para caracterização do circuito (CEBs, ONGs, Banco Central, STRs, Movimentos Sociais, etc.), uma vez que sua identificação é constituída em referência (as vezes em oposição) com outros circuitos; 4) de que há disputa pela autonomia e inovação organizacional no Circuito (radicalização da democracia, controle

social, descentralização e diminuição da hierarquia) e, por fim; 5) de que a atuação dos mediadores procura significar o dinheiro para delimitação das fronteiras do circuito. Com isso, os mediadores esperam operar os objetivos institucionais (engajamento, fidelização, envolvimento, participação) e estabelecer “boas combinações” entre economia e intimidade para a manutenção e sustentação dos laços sociais.

2.1. A caracterização do Sistema CRESOL Central SC/RS

O Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, denominado CRESOL Central SC/RS, com sede na cidade de Chapecó/SC, é uma central que articula cooperativas de crédito rural dos Estados do SC e RS. Este Sistema foi constituído com o objetivo de organizar o dinheiro dos associados e intermediar o acesso ao crédito agrícola disponibilizado pelas políticas públicas do Governo Federal e operacionalizado pelo sistema bancário oficial. Em relação a este segundo aspecto, o plano de fundo da legitimação do Sistema CRESOL foi a tentativa de estruturar uma organização dirigida pelos próprios agricultores para desburocratizar o acesso ao crédito. No entanto, é preciso salientar que o Sistema CRESOL que deu origem à CRESOL Central SC/RS surgiu ainda no ano 1995 a partir de uma coalizão entre organizações do meio rural dos Estados do PR, SC e RS, especialmente entre ONGs, Movimentos Sociais, Sindicatos de Trabalhadores, Partidos Políticos e com amplo apoio da ala progressista da igreja católica e inspirada nas experiências das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

É importante destacar que a primeira Cooperativa Singular CRESOL surgiu em 1995 no Sudoeste do PR, no município de Dois Vizinhos. Em 2000, por exigência do Banco Central, foi criada a CRESOL-BASER que aglutinava cinco cooperativas singulares existentes (Marmeleiro, Dois Vizinhos, Capanema, Pinhão e Laranjeiras do Sul) e em 2004 ocorreu a criação da CRESOL Central SC/RS⁵³ que passou a articular as cooperativas dos Estados do Sul do RS e SC, ficando a CRESOL-BASER com a responsabilidade de articular a maioria das cooperativas paranaenses e algumas cooperativas catarinenses. Em termos práticos, cada central passou a operar de maneira autônoma na elaboração da sua

⁵³ A CRESOL Central SC/RS tem personalidade jurídica de cooperativa e tem como associados os presidentes das cooperativas singulares.

estratégia, mas o desmembramento foi motivado basicamente para atender aos princípios da descentralização previstos desde a origem do Sistema para cumprir uma orientação do Banco Central.

A criação da CRESOL Central SC/RS foi aprovada por unanimidade e a assembleia teve a participação do primeiro presidente do Sistema, Assis Miguel de Conto, que palestrou aos presentes já como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, conforme mostra a notícia veiculada pela imprensa regional:

Francisco Beltrão, terça-feira, 2.11.2004. *Página 2B.*

— FRANCISCO BELTRÃO —
Cresol aprova divisão



O público lotou o auditório da Cresol

Esteve lotado o auditório da Cresol de Francisco Beltrão ontem, na assembléia que mudou a estrutura da entidade. A partir de agora haverá duas centrais — uma atendendo o Paraná e parte de Santa Catarina (totalizando 52 cooperativas) e outra com o restante de SC e as do Rio Grande do Sul (31).

O objetivo é fazer um trabalho mais próximo dos cooperados.

Ao mesmo tempo a partir do ano que vem existirá uma fede-

ração, que vai cuidar das duas centrais.

Ontem, o deputado federal Assis Couto (PT) — primeiro presidente do Sistema Cresol — palestrou para todos, na abertura dos trabalhos.

Com mais de 30 mil associados, e presente em mais de 200 municípios dos três Estados do Sul, o Sistema Cresol tem um patrimônio de mais de R\$ 10 milhões, com R\$ 50 milhões de empréstimo com recursos próprios.

EDUCAÇÃO

Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

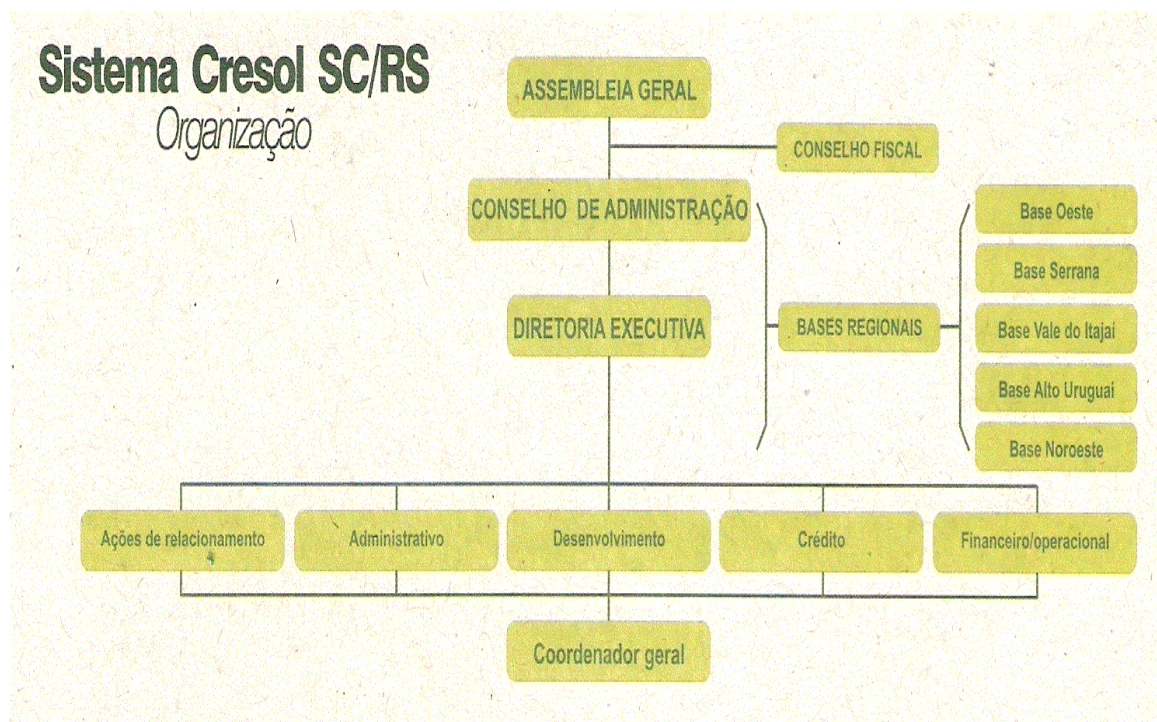
2.1.1. Os números do Circuito CRESOL SC/RS

Em seis anos, segundo os números do balanço social de 2010, a CRESOL Central SC/RS passou a contar com 93.416 associados, distribuídos em 60 Cooperativas Singulares, oito Bases de Serviços, e 94 Unidades de Atendimento. Seu raio de atuação se estende a mais de 150 municípios, prioritariamente nos Estados do RS e SC.

Mapa da área de atuação da CRESOL Central SC/RS atualizado em 2010 e organograma institucional.



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

Do ponto de vista financeiro, no mesmo período, o sistema concluiu 2010 com 139 milhões em patrimônio, 226 milhões em PRONAF Custeio (29 mil contratos), 144 milhões em PRONAF Investimento (6,7 mil contratos), 400 milhões em empréstimos/crédito com recursos próprios (75 mil contratos), 1767 casas construídas com recursos dos programas de Habitação Social – PSH e PMCMV (Ministério das Cidades), 1.037 bilhões em ativos e com um resultado financeiro de oito milhões de reais. Na série histórica, todas as informações fornecidas pelo Sistema mostram uma evolução constante e intensa durante seus seis anos de história (2004-2010). Por exemplo, o número de associados passou de 11.300 em 2004 para 193.416 em 2010. Um incremento de mais de 200% ao ano. Percentuais que seguem a mesma tendência nos gráficos de ampliação da área de atuação, captação e liberação de crédito (projetos).

Em um folder institucional impresso em português e francês, publicado em 2010, a CRESOL Central SC/RS se define como “um sistema de cooperativas de crédito rural com interação solidária que surgiu para oferecer, além dos serviços financeiros, crédito, desenvolvimento e inclusão social aos agricultores familiares”. O documento informa também que a missão do Sistema é “fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores familiares através do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local e sustentável.” Em seguida, são apresentados os

princípios da organização do sistema: democracia; articulação com movimentos populares; gestão pelos agricultores familiares; transparência; solidariedade e cooperação; descentralização e; honestidade. Ainda no mesmo material são apresentados os diferenciais:

- A CRESOL é uma instituição financeira amparada por Lei Federal, autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil;
- É administrada pelos próprios associados;
- Possui uma gestão diferenciada que promove a proximidade e a participação e potencializa a economia local e regional;
- Cada cooperativa possui um comitê de crédito e um grupo de Agentes de Desenvolvimento e Crédito, que visam a ampliar o controle social e garantir uma gestão transparente e eficaz;
- Os associados são isentos de taxas;
- Essa se localiza preferencialmente em pequenos municípios agrícolas com baixa cobertura bancária;
- Tem desenvolvido ações na agroecologia, bioconstrução e no assessoramento técnico aos seus cooperados.

Abramovay e Rodrigues (2006) destacam que um dos motivos para a baixa inadimplência e o crescimento acelerado do Sistema está em duas inovações organizacionais: O Aval Solidário⁵⁴ e as relações de proximidade entre cooperativas e agricultores conseguida através do Programa de Agentes de Desenvolvimento e Crédito. Analisando as publicações do Sistema, constata-se que o significado do Aval Solidário destaca a figura do avalista no contexto da cooperação prevista no ideário cooperativista. Nesse sentido, o avalista expressa o compromisso mútuo com o desenvolvimento da organização, gerando reciprocidade e o fortalecimento dos vínculos sociais. A segunda inovação também possui contornos específicos. A percepção de uma Assessora de Formação e de um agricultor detalham o funcionamento e a importância deste programa:

Como funciona o Programa Agentes de Desenvolvimento e Crédito? Nós atuamos assim, aqui na nossa base: das nove cooperativas nós temos cinco que tem programas com agentes, nem todas tem! Só cinco. Dessas cinco que tem programas dos agentes, nós percebemos que o AC (agente de crédito) é um programa muito importante, mas ele precisa de um motivador pra ele funcionar, ou seja, ele precisa de um coordenador que reúna esses agentes em dois a três meses, que motiva essas pessoas, que fale da importância que elas têm do papel que eles têm, porque eles são agentes voluntários, eles são voluntários, eles não recebem remuneração, eles não têm cédula de presença. Então a nossa, digamos,

⁵⁴ No caso do PRONAF C é exigida a garantia do aval solidário, modalidade na qual um grupo de aproximadamente 5 associados toma empréstimos em conjunto e se tornam avalistas uns dos outros. O interessante nesta modalidade é que, em caso de não pagamento, a ordem de preferência é invertida: ao invés de contatar primeiro o devedor e depois seu avalista, neste esquema avalistas e devedor são notificados simultaneamente, e todos perdem direito a crédito na cooperativa enquanto a solução não é encontrada.

contrapartida para esse agentes é que eles estão recebendo uma capacitação e eles também enquanto sócio né, são privilegiados, porque eles recebem formação, eles entendem conforme como é que a cooperativa funciona e, no futuro, eles serão diretores, digamos assim, e podem deslumbrar essa possibilidade de repensar no conselho como eles já estão se preparando. **É porque não conselho de administração tem igualdade de informação?** Exatamente, formação das lideranças né. Só que nós percebemos assim, tem um programa lá, se não tivesse um motivador pra cada dois à três meses chamar as pessoas um dia né, pra repassar as informações e pra motivar a continuar o trabalho, eles se sentem agentes né, mas eles não trabalham no dia a dia. Ou então ele se sente: ah! A CRESOL me chama quando eu tenho que buscar informação, o que eu ganho em troca? Tu sabe que as pessoas se movem também pela remuneração, já que a gente ta falando de dinheiro né, então se eu não ganho um dinheiro físico, eu tenho que ganhar algo em fácil. O que que é esse algo mais fácil? Na nossa proposta é a informação né, você ter um momento de capacitação, que você se capacita enquanto pode, enquanto pessoa, em troca você se doa pra cooperativa, também porque você acredita nesse projeto. **Isso é quase um valor...** Exatamente. Eu vejo assim o programa dos agentes. Pelo o que a gente sente no dia a dia, que se não tem esse motivador essa pessoa que chama eles pra cada dois , três, quatro meses ou o tempo que for, eles vão se desmotivando né, por que eles não são remunerados pra isso. Ou pra eles serem remunerados teria que se criar uma política de regimento interno, porque não tem. (ASR3).

E nessa atividade de agente de crédito, o que vocês fazem? Você tem uma agenda? Não. Nós temos uns dois ou três encontros anual, aqui na CRESOL pra gente conversar. Toda a gente se reúne. **Quantos são?** A gente, olha, agora tu me pegou de surpresa, mas é uns 12, 13, 15... até 20 por ai. Ai a gente faz uma reunião, um planejamento a CRESOL tem uma meta pra atingir durante o ano né, a gente conversa e a gente busca alguns que não é sócio ainda, oferece o produto que tem. Alguns se associam com a gente se conversando e tal, procura a gente. Tem um em cada comunidade do interior em si. **Você visita os vizinhos?** É, a gente conversa com os vizinhos ai e traz novos sócios, mostra os programas e faz um planejamento com todos os agentes aqui com o Fernando, e as gurias ali, a Simone. De vez em quando vem uns caras de Sananduva também dar umas palestras pra gente junto... **E é voluntario isso?** É voluntario. **E os teus vizinhos entenderam, a proposta ...** Tem, já ali perto de casa, uns quantos que se associaram depois de eu bastante falar com eles. (AGR2).

Em suma, com a implementação do Aval-Solidário e especialmente do Programa Agentes de Desenvolvimento e Crédito, o Sistema CRESOL SC/RS procura fazer com que os agricultores incorporem a missão da organização. A estratégia para tal é a geração de confiança através da proximidade com o Agricultor Familiar, especialmente pela garantia do acesso desburocratizado ao crédito e pela orientação para utilização dos recursos.

2.1.2. Os produtos e serviços

Em outro material de divulgação de informações, publicado em 2010, são apresentados os produtos e serviços do Sistema CRESOL SC/RS. Publicado em português, francês e espanhol, o folder ilustra que o sistema de cooperativas “caminha para se consolidar em uma Instituição financeira completa” (ANEXO II). Os produtos e serviços oferecidos incluem “conta corrente, talão de cheques, depósito à vista, depósito a prazo cooperativo, cartão de crédito e de débito, financiamentos rurais, empréstimos pessoais (microcrédito), seguros, consórcios e ainda recebimento de benefícios e pagamento de títulos.” (Fonte: folder institucional)

A seguir, são apresentados alguns materiais de divulgação dos produtos e serviços:



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

2.1.3. As Políticas Públicas

O Sistema CRESOL se desenvolveu a partir do surgimento do PRONAF. Leva-se em conta que a criação deste programa contrasta com o discurso hegemônico na agricultura brasileira que historicamente se beneficiou do acesso ao crédito, advogando a sua importância na balança comercial e na colocação do país no mercado internacional como produtor de *commodities*. Este processo da agricultura brasileira é amplamente analisado pela literatura e conhecido como “Revolução Verde”. Por isto, o programa foi percebido pelos atores da agricultura familiar como uma importante ferramenta de resistência frente ao avanço do modelo de agricultura da “Revolução Verde” (tema que será desenvolvido na próxima seção deste capítulo).

Outro tema relevante no acesso às políticas públicas e que se desenvolveu especialmente a partir dos anos 2000 são os programas habitacionais. Segundo folders institucionais da CRESOL Central SC/RS (imagens a seguir) as políticas públicas para

habitação rural são uma reivindicação antiga dos movimentos sociais do meio rural, mas historicamente o tema não teve atenção dos governos. Note-se que os programas voltados à agricultura (especialmente o PRONAF) permitem somente empréstimos para custeio e investimento, o chamado Crédito Produtivo.

HABITAÇÃO RURAL: UMA CONQUISTA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O Sistema CreSol, em parceria com o governo federal, está concretizando o sonho de muitas famílias: ter uma casa para morar e viver no campo. As cooperativas do Sistema CreSol financiarão até R\$ 3.000,00, com prazo de pagamento de 72 meses (6 anos). O governo federal, através do programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social, garantiu o recurso de R\$ 4.500,00, a fundo perdido, para cada obra. Foram beneficiadas 1280 famílias nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com esse projeto, famílias agricultoras associadas às cooperativas CreSol estão tendo a oportunidade de construir novas casas, tendo mais conforto e segurança. Melhorar suas condições de moradia também é sinônimo de resgate da cidadania e representa mais um incentivo para que elas continuem no campo desenvolvendo seus projetos de vida. Essa é a primeira vez que um programa de habitação popular chega ao campo. Essa conquista é resultado da luta de organizações sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que colocaram a habitação na pauta de reivindicações de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

"É gratificante ver as famílias realizando seus sonhos, a felicidade, principalmente das mulheres, em terem uma casa digna para abrigar sua família. Tudo isso me deixa entusiasmada em lutar pelos nossos direitos", declara Iomara Gaeski Ziger, agricultora familiar e presidente da CreSol Coronel Vivida.

A CRESOL CORONEL VIVIDA é constituída exclusivamente por agricultores (as) familiares. Fundada no ano de 1997, conta hoje com 920 associados/as. A Cresol Coronel Vivida é uma das 80 cooperativas filiadas ao Sistema Cresol, que está presente em mais de 250 municípios na região sul do país e alcança cerca de 42 mil famílias agricultoras.





Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.



CRESOL
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA

FETRAF-SUL
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL

CUT
CENTRO ÚNICO DE TRABALHADORES RURAIS

HABITAÇÃO RURAL: UMA CONQUISTA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A atuação de organizações da Agricultura Familiar em parceria com o Governo Federal, está concretizando o sonho de muitas famílias: Ter uma casa para morar e viver.

Fazendo seu sonho virar realidade!

Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

Os programas habitacionais do governo federal são apresentados nos folders institucionais como “resultados da mobilização, organização e empenho das entidades e dos próprios agricultores familiares”. Os dados divulgados pelo sistema são expressivos: até 2010 haviam sido financiadas a construção de 5.311 casas, somando R\$73.610.871,82, uma média de R\$13.860,00 por contrato (ANEXO III).

O programa de Habitação Rural da CRESOL SC/RS utiliza basicamente recursos públicos e existe desde a criação do Sistema, em 2004. Em dois anos o programa já havia financiado a construção de 2.268 casas com a utilização de recursos do PSH (Programa Subsídio Habitacional). A sua operacionalização é feita em articulação com três atores: a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF), ligada à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF); a Caixa Econômica Federal (CEF), agente financeiro que aplica recursos do Ministério das Cidades; e os governos estaduais de SC e RS. Em 2006, com o objetivo de financiar também reformas de moradias, a CRESOL passou a executar também o programa “Caprichando na Moradia”, desenvolvido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), também em parceria com a CEF e a COOPERHAF.

Atualmente estão em andamento dois programas: o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) e o PNHU (Programa Nacional de Habitação Urbana). Este última inova na medida em que permite financiamento para público urbano e não somente agricultores. A inovação foi justificada em um folder que informa que “com isso, a CRESOL firma-se uma parceria com a agricultura familiar e com o desenvolvimento local sustentável, princípio integrado à missão do Sistema” (ANEXO IV).

Todos os programas habitacionais acessados contam com altos subsídios governamentais. Para se ter uma ideia dos aportes, o associado que acessar recursos do programa “Caprichando a moradia” e dispuser de uma renda mensal de até R\$300,00, poderá retirar até R\$8.000,00 financiando apenas R\$2.093,00 (pode financiar o valor com a própria cooperativa em que está associado). O valor restante (R\$5.907,00) são recursos a fundo perdido. Já no PNHR, para construção de moradias, agricultores com renda anual de até R\$10.000,00 contam com subsídios de até R\$12.000,00 (ANEXO V).



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

Os programas habitacionais são a “porta de entrada” dos agricultores no circuito. Atualmente os materiais informativos trabalham basicamente com os benefícios ao associado individual através dos conceitos de “autoestima” e “realização de um sonho”.

Olha, eu fui começar a fazer minha casa né, que surgiu, entende, era umas pessoas de 30 sócios mais ou menos os primeiros, mas o meu cunhado que me falou que tinha vindo essa CRESOL pra Passo Fundo e tinha mulher que queria fazer casa né. E eu comecei por aí, e faz cinco anos agora em outubro e foi muito bom porque, o cara vinha planejando em fazer mas a safra era meio ruim e não tinha quem apoiasse, que desse um pontapé inicial. Aí a CRESOL tinha uma verba pra emprestar e era a fundo perdido, aí comecei a entrosar o pessoal aí, aí fiz minha casa e depois fiz mais um pedaço e hoje tenho uma casa boa e por intermédio mais da CRESOL (AGR2).

Na verdade eu fui uns dos primeiros quase, quando fundaram aqui a me associar. Aí o Ferrão me convidou para ser sócio, na verdade em função da minha casa, na verdade minha casa mais fácil, mas será que vem ou não vem essas casas? Eu te garanto, se você se associar aqui com nós vai ter um crédito bem melhor do que os outros bancos. Ele era presidente naquela época, na verdade consegui a casa no primeiro ano que era associado. Consegui com um bom dinheiro de fundo perdido. Construí minha casinha que tá lá pra ver hoje e aí comecei a trabalhar sempre com a CRESOL (AGR1).

Nos folders institucionais, os depoimentos de beneficiados pelos programas também são reproduzidos associando a dimensão racional e simbólica. Para a associada Marlene Teresa Pinto, de Tenente Portela/RS, “até a saúde da gente melhora quando temos uma casa assim, de material, forte, abrigada... uma casa bonita, que a gente gosta de ficar dentro”. Para o casal Idalgo e Márcia Marcolan, de Constantina/RS,

a casa nova é um conforto para nós. Eu não me importava em trabalhar o dia inteiro, mas quando chegava em casa eu sempre sonhava em estar num lugar onde eu poderia estar confortável e pudesse descansar é tão bom ter uma casa bonita assim, acaba que se anima ainda mais em trabalhar para construir novas coisas. Porque ver tudo velho, tudo caindo... era desanimador.

A conclusão do final do folder institucional aponta a importância destas parcerias: “desta forma a CRESOL cresce aliada aos interesses do seu maior motivador: o agricultor familiar”⁵⁵.

2.2. O papel dos mediadores no Circuito CRESOL SC/RS

A partir de agora será demonstrado como os mediadores desenvolvem suas estratégias no Circuito CRESOL SC/RS. A caracterização do sentido e utilização do dinheiro define o Circuito como espaço de coexistência contínua entre laços pessoais e atividades econômicas. Por isto, interessa compreender que tipos de significados estes ambientes organizacionais conferem às transações monetárias e como o crédito, ao mesmo tempo em que satisfaz necessidades de ordem prática, racional e utilitarista, sofre as influências do sistema de valores, sentimentos e significados. É neste contexto que surgem os mediadores com a tarefa de elaborar a atribuição de sentido às transações econômicas e negociação deste sentido junto aos agricultores. Por isto, interessa saber como as práticas de significação, que são manifestas na abertura das transações monetárias, interagem com a intimidade e como o poder e a negociação influenciam na definição da agenda e no desenvolvimento de práticas monetárias concretas.

⁵⁵ Note-se que enquanto os primeiros materiais de divulgação dos programas habitacionais (datados de 2004) estampavam as logomarcas da CRESOL e da FETRAF. A partir de 2006 uma mudança: em lugar da logomarca da FETRAF foi colocada uma estilização do cifrão “\$”.

Assim, recupera-se a questão central desta seção que trata da interpretação simbólica e ideológica que os mediadores articulam e operam no processo de atribuição de sentido e mobilização da ação econômica, bem como a forma, como suas estratégias são negociadas e demarcam os limites e identidades de circuitos econômicos. De que maneira os atores econômicos estabelecem conexões coerentes entre a intimidade, o sistema de valores e suas atividades econômicas? E como agricultores e mediadores negociam (arranjam) a relação entre dinheiro e laços sociais? Em outros termos, procura-se compreender as estratégias engendradas pelos agentes econômicos na interpretação e reelaboração de quadros de referência (*frames*) que incorporam elementos de ordem simbólica e valorativa à racionalidade econômica e como os “marcos interpretativos” do circuito são atualizados constantemente.

Como mostrado anteriormente, a origem e a identidade do objeto empírico deste estudo está ligada a dois temas: de um lado, uma ação negativa através da contestação política do modelo social e econômico e, de outro, o sentido positivo, expresso na proposição de mecanismos e instrumentos que buscam atender as necessidades econômicas, sociais e culturais dos agricultores. O crédito em dinheiro é o ponto de articulação entre estas duas dimensões: representa ao mesmo tempo o resultado de um processo histórico e de positividade de pautas dos movimentos sociais que atuam no meio rural, enquanto também cria os contornos da organização e coloca em relação, por um conjunto de dispositivos organizacionais, os atores econômicos que atuam no Circuito CRESOL SC/RS. Há, portanto, uma expectativa de alinhamento entre o conteúdo que define a função do crédito para a agricultura familiar e o significado das operações financeiras no cotidiano dos agricultores.

Assim, estabelece-se a hipótese de que os mediadores do Sistema CRESOL SC/RS cumprem pelo menos quatro funções: 1) estabelecem os limites do Circuito; 2) definem as pautas incorporando as novidades do ambiente institucional (redes, políticas públicas, associações, parcerias e consultorias especializadas) e das expectativas dos agricultores; 3) trabalham na elaboração “boas combinações” entre intimidade e economia e; 4) buscam legitimar as expectativas da organização produzindo engajamento. A estratégia para este “arranjo” é a atribuição de significado às operações financeiras, o que permite diferenciar-se das diversas organizações que atuam com crédito, e definir os contornos do circuito por onde circula o dinheiro. Neste sentido, o crédito, que em um primeiro momento gera uma

relação de dívida, dependência e controle, também pode ser convertido em um poderoso indutor de relações sociais amplas e estáveis.

O tema da influência do crédito na reorganização da vida social ganha destaque por problematizar o alcance da compreensão do mercado como sistema de regulação homogeneizante e na interferência de elementos extraeconômicos na mobilização da ação econômica. E quando o crédito provém de políticas públicas e é mediado por organizações sociais, a interferência dos aspectos culturais e políticos torna-se ainda mais visível na medida em que estabelece uma relação de médio e longo prazo - expressa no compromisso da dívida – entre o tomador e a organização intermediadora. De fato, o crédito gera dívida e esta condição “engaja múltiplas interações, instaura uma relação de poder, de dependência e liga no tempo pessoas e instituições em torno de uma história, sedimentando uma memória da relação” (LAFERTÉ, 2010, p. 3). A partir deste contexto surgem algumas interrogações: qual o significado que os indivíduos conferem ao dinheiro obtido através do acesso ao crédito? Quais as características dos laços sociais gerados nesta relação? Quais as estratégias dos mediadores para oferecer suporte cultural na articulação entre dinheiro e intimidade no Circuito CRESOL SC/RS.

A partir desta caracterização do objeto empírico passa-se a desenvolver a sua gênese e trajetória, procurando evidenciar suas inter-relações e amarrações internas na conformação da sua identidade.

2.3. Gênese e identidade do Circuito CRESOL

2.3.1. O dinheiro e a abertura da unidade doméstica

“A CRESOL assumiu a administração de R\$ 443 mil do Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela MISEREOR (Alemanha) e administrado pela ASSESSOAR, desde 1989.” A decisão, tomada em uma assembleia no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão/PR, foi manchete do Jornal de Beltrão no dia 30.06.2000 (imagem abaixo) e sinalizou o empenho de diversas organizações para o fortalecimento de uma instituição com a finalidade específica de organizar o acesso e aplicação do crédito para “pequenos agricultores”.

Francisco Beltrão, sexta-feira, 30.6.2000. *Página 7.*

Cresol assume crédito rotativo da Assesoar

Foi ontem à tarde, no Sindicato dos Trabalhadores rurais de Francisco Beltrão que o Sistema Cresol assumiu a administração de R\$ 443 mil do Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela Misereor (Alemanha) e administrado pela Assesoar, desde 1989.

A semente que deu origem às Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária do Sistema Cresol foi o Fundo de Crédito Rotativo.

Os Fundos de Crédito Rotativo foram criados com o apoio da Misereor, uma entidade ligada à Igreja Católica da Alemanha, que financia projetos de cooperação em vários países da África e da América Latina.

No Sudoeste do Paraná, desde 1989, a ela financia um desses Fundos, que é amparado, legalmente, pela Assesoar e administrado por um conselho de organizações populares de caráter religioso, social e educacional.

Mais do que financiar cerca de 200 grupos de agricultores familiares (aproximadamente 1.000 famílias), o Fundo Rotativo foi construindo as bases e o aprendizado para a criação de instituições apropriadas que pudessem acessar, canalizar e desburocratizar o crédito rural, administrar os recursos de poupança dos agricultores/as, prestar outros serviços financeiros e incorporar o próprio Fundo Rotativo.

Assim, em 1995, nasceram as cinco primeiras cooperativas e, hoje, o Sistema Cresol está presente em mais de cem municípios das regiões Sudoeste, Oeste e Centro-Oeste do Paraná; Oeste, Extremo Oeste e Centro de Santa Catarina e no Alto Uruguai - Rio Grande do Sul.

Com o objetivo de elevar o Patrimônio Líquido e aumentar a oferta de crédito das Cresol e por entender que são elas as instituições mais apropriadas a administrar créditos rurais, a Assesoar está, neste mês de junho, repassando a responsabilidade administrativa dos recursos do Fundo Rotativo para 10 Cooperativas de Crédito da Região Sudoeste/PR.

São R\$ 160.644,00 — o equi-



Luciano Ferreira dos Santos discursando no sindicato.

valente a 22.626 sacas de milho — em caixa e R\$ 283.000,00 — o equivalente a 39.859 sacas de milho — em empréstimos a receber dos agricultores/as nos próximos dois anos.

A Assesoar está repassando às Cresol a responsabilidade administrativa desses recursos que permanecerão condicionados a um contrato entre a Misereor, Assesoar e Sistema Cresol.

O contrato quer garantir que os recursos do Fundo Rotativo continuem sendo destinados para o fortalecimento de tecnologias praticadas pelos agricultores familiares na produção orgânica, buscando maior independência possível de fatores produtivos externos à unidade de produção, tendo em vista uma maior integração da produção vegetal e animal de forma a tornar-se cada vez mais ecologicamente desejável, economicamente viável e, ainda, contribua para o fortalecimento de um novo formato tecnológico. O contrato quer garantir, também, que o Fundo Rotativo continue a incentivar a reconversão das unidades de produção utilizadoras de agroquímicos para unidades agroecológicas, limpas de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, químicas de laboratórios de medicamentos veterinários, sementes transgênicas e outras tecnologias que concentram renda, promovem a exclusão dos agricultores familiares, a contaminação dos recursos naturais, intoxicações e mortes frequentes.

Com isso, as Cresol aumentam sua oferta de crédito aos agricultores e elevam seu Patrimônio Líquido e continuam, juntamente com a Misereor e Assesoar, fortalecendo um cooperativismo de crédito acessível aos agricultores/as familiares.

Segundo o Jornal, “a semente que deu origem às Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) foi o Fundo Rotativo”. O Fundo de Crédito Rotativo (FCR) era financiado basicamente por uma organização Episcopal da Igreja Católica da Alemanha denominada MISEREOR. A ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) dava amparo legal enquanto a administração do Fundo era feita por um conselho de organizações populares de caráter religioso, social e educacional. Sua função foi financiar grupos de agricultores e nesta estratégia beneficiou aproximadamente 1.000 famílias nos 11 anos de atuação. Com isso construiu as “bases para a criação de instituições apropriadas que pudessem acessar, canalizar e desburocratizar o crédito rural, administrar recursos das poupanças do agricultores, prestar outros serviços financeiros e incorporar o próprio crédito rotativo.” (Fonte: Jornal de Beltrão)

Segundo a notícia, a ASSESSOAR repassou, nesta data, o recurso equivalente a 22.626 sacas de milho (R\$283.000,00) – além de mais 39.859 sacas de milho em empréstimos que seriam devolvidos em dois anos - a 10 cooperativas do Sudoeste do Paraná que juntas integravam o Sistema CRESOL. Este sistema estava articulado através de uma Base Regional de Serviços (BASER) que exercia a função de prestar serviços de contabilidade, assessoria, mobilização e apoio às cooperativas associadas.

O jornal ainda salientou que o contrato de repasse de recursos entre a MISEREOR, o Sistema CRESOL e a ASSESSOAR condicionava o Sistema a

continuar destinando os recursos para o fortalecimento de tecnologias praticadas pelos agricultores familiares na produção orgânica, buscando maior independência possível de fatores produtivos externos à unidade de produção, tendo em vista uma maior integração da produção vegetal e animal de forma a tornar-se cada vez mais ecologicamente desejável, economicamente viável e, ainda, contribua para o fortalecimento de um novo formato tecnológico. Além disto, deve incentivar a reconversão das unidades de produção utilizadoras de agroquímicos para unidades agroecológicas, limpas de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, químicas de laboratórios de medicamentos veterinários, sementes transgênicas e outras tecnologias que concentram renda, promovem a exclusão dos agricultores familiares, a contaminação dos recursos naturais, intoxicações e mortes frequentes.

Esse discurso mostra o caráter tradicional da orientação econômica das propriedades destinadas à autonomia em relação ao ambiente econômico externo, especialmente aquele que caracterizou a agricultura moderna, voltada para o mercado. O ambiente socioeconômico da criação do Sistema CRESOL é de oposição à agricultura de mercado, prevalecendo a ideia de que unidade familiar deveria ter apoio para se opor a este modelo

(caráter fechado da unidade doméstica). Percebe-se, neste contexto, uma tentativa de diferenciação na criação do novo circuito para facilitar sua identificação.

Mas é que é o FCR? “uma forma de financiamento em equivalência-produto (milho, mel, etc.), objetivando preservar o valor do fundo, mas tornando o crédito mais acessível e democrático, dando a oportunidade para os agricultores participarem da gestão do mesmo.” A informação foi divulgada em um Informativo de Seminário realizado no início dos anos 90, período de transição o FCR para o Sistema CRESOL. Na sequência, além da expressão “o Fundo Rotativo não é um donativo: não dá o peixe, mas ensina a pescar”, um quadro comparativo diferencia o Sistema das cooperativas de crédito:

O que é um fundo rotativo?

No meio popular tem sido chamado de Fundo Rotativo, aquela forma de financiamento em equivalência-produto (milho, mel, etc), objetivando preservar o valor do Fundo mas tornando o crédito mais acessível e democrático, dando oportunidade aos agricultores de participarem da gestão do mesmo. Assegurando simplicidade, segurança e capacidade de investimento ao pequeno agricultor que faz o empréstimo. Os Fundos Rotativos tem sido criados por iniciativa de ONGs, governos municipais, movimentos populares, cooperativas ou associações de produtores, e Cooperativas de Crédito interessadas em viabilizar empréstimos com prazos maiores. A importância e viabilidade dos Fundos Rotativos é tratada nas página seguintes, mas as diferenças mais comuns destes com as Cooperativas de Crédito, podem ser observadas no quadro a seguir:

O Fundo Rotativo não é donativo: não dá o peixe mas ensina a pescar.

Fundos Rotativos	Cooperativas de Crédito
<ul style="list-style-type: none"> - Não captam recursos da população. - Administração informal. - Dependem de decisões de Conselhos ou equipes. - Procuram preservar o valor inicial. - Empréstam com prazos de vários anos. - Administradas por uma ou várias entidades. - A base geralmente é regional. - A viabilidade depende da organização ao nível da produção. - Financia associações ou grupos de famílias. - Procuram dar sentido econômico ao trabalho social. - Promovem novas alternativas técnicas e econômicas. - Privilegiam determinadas atividades ou investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Buscam ou captam recursos da população. - Administração profissional (ou especializada). - A função de gerente é decisiva. - Procuram capitalizar os seus recursos. - Preferem emprestar no curto prazo. - Administradas por uma sociedade aberta. - A base de operações é municipal, ainda que atuem regionalmente. - A viabilidade depende de mobilização social e das Cooperativas de Produtores. - Financia indivíduos. - Procuram dar um sentido social à atividade econômica. - Dependem de novas oportunidades de investimento agrícola. - Tem financiado de tudo, ainda que em montantes reduzidos.

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Note-se que, embora a ideia de dinheiro (na forma de crédito) esteja na raiz da constituição da CRESOL, ela surge em um ambiente onde as trocas mercantis existentes ocorriam geralmente em forma de mercadorias (produtos). Os financiamentos de custeio da produção, por exemplo, eram feitos por um sistema de trocas denominado “troca-troca”⁵⁶. Além disto, a cota de capital do associado era convertida em sacas de milho e o valor da correção dos empréstimos do FCR era calculado pela variação do preço desta mercadoria.

⁵⁶ Programa destinado a mini e pequenos produtores rurais, com posse ou propriedade de até quatro módulos fiscais, e quantificados segundo a legislação em vigor, para compra de sementes com padrão genético e fiscalização de propriedade..

Ainda conforme mostra a imagem acima, as principais inovações em relação ao FCR podem ser assim resumidas: as Cooperativas de Crédito captam dinheiro dos próprios associados através das cotas de capital, asseguram uma administração profissionalizada do dinheiro, **financiam indivíduos e dão sentido à atividade econômica** (Grifo nosso). Em outros termos, elas preservam a liberdade individual ao tempo que propõem a significação cultural da utilização do dinheiro, exigindo, em contrapartida, engajamento no projeto coletivo. Assim, as cooperativas são apresentadas como um aprimoramento da forma de gestão e da expressão das vontades individuais dos cooperantes ao passo que articulam um objetivo político/coletivo. O significado dos termos “crédito” e “cooperativismo” passam a ser articulados com o conceito de família, individualidade e intimidade (reciprocidade e confiança) através de aproximação entre referenciais políticos expressos na mobilização para

retenção da riqueza que os bancos lucram. Os bancos lucram milhões de dólares pegando dinheiro da gente e especulando com ele, aplicando no mercado financeiro, emprestando para o governo, ou para a gente mesmo na forma de „papagaios”[...]. Os agricultores devem ficar com o dinheiro, mas para isto precisam operar juntos (Fonte: folder institucional).



Informativo CRESOL nº 1 – out/95. Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

• Informativo do Seminário:

Cooperativas de Crédito e Fundos Rotativos

• O que é uma cooperativa de crédito?

É uma associação que pode prestar os mesmos serviços que presta um banco: financiar a produção, os investimentos, cobrar contas, fazer o dinheiro render, adiantar dinheiro para fazer negócios, etc.. Só que é diferente de um banco, pois os donos são os associados e não precisa ter lucro para funcionar. Além do que, para fundar um Banco são necessários milhões de dólares, ao passo que pode ser mínimo o capital social necessário para se criar uma Cooperativa de Crédito (por exemplo: um saco de milho por associado).

de dólares pegando dinheiro da gente e especulando com ele, aplicando no mercado financeiro, emprestando para o governo, ou para a gente mesmo na forma de "papagaíões". Assim, os recursos que poderiam ser investidos no aumento da produção e da produtividade agrícola, acabam sendo desviados para outros setores.

Logo, o negócio é criar Cooperativas de Crédito para fazer com que os recursos fiquem na agricultura e sobretudo com os agricultores de até 50 hectares que são - no conjunto - os que no Sul do país mais produzem

Conforme pode ser observado no quadro ao lado, os pequenos agricultores produzem a maior parte dos alimentos, sendo que ainda são os maiores produtores de: bicho da seda, laranja, uva, aves, algodão, e ainda produzem perto de 40% do trigo e da soja do Sul do país.

Mas, para fazer com que um número cada vez maior de pequenos agricultores consigam aumentar ainda mais toda essa riqueza, é preciso que também as Associações, Condomínios e Grupos informais de pequenos agricultores, além das Cooperativas de Produção, venham

reforçar o cooperativismo de crédito. Pois somente assim, controlando as finanças da agricultura, os pequenos agricultores conseguirão uma Política Agrícola voltada para os seus interesses.



SUL: PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ATÉ 50 HA NA PRODUÇÃO (EM PORCENTAGEM)

Suínos	88
Leite	72
Milho	74
Fumo	93
Feijão	80

Fonte: IBGE - 1985 - Elaboração própria

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Assim, a partir dos *slogans* “Juntos somos fortes” e “não basta financiar, é preciso organizar” (284) surge o Sistema CRESOL, amparado na ideia de cooperativa diferenciada para prestar serviços financeiros aos agricultores. Um indicador importante desta perspectiva está no discurso publicado no Jornal de Beltrão no dia 08 de janeiro de 2000 (imagem abaixo) quando o então Diretor de Crédito da CRESOL-BASER, Aores da Silva, após anunciar que o Sistema conseguira R\$ 10 milhões para custear a safra 1999/2000, sugere que os agricultores não utilizem os recursos para investir no modelo de agricultura “insustentável”. “O pequeno agricultor, mesmo aquele que usa “PRONAFinho” (PRONAF C) e o sistema convencional (de produção), está acumulando uma dívida estrutural que vai estourar bem lá na frente”. Para o diretor, a CRESOL deve, inclusive, discutir a redução do número de contratos de crédito e estimular a utilização de tecnologias alternativas⁵⁷ para aumentar o ganho dos produtores: “o pessoal tem que voltar a fazer as **práticas do passado**. Não queimar nada e usar todo e qualquer esterco, usar adubos verdes, os biofertilizantes, ureia natural, o supermagro e outros” (grifô nosso). Essa afirmação mostra,

⁵⁷ Nos anos 80 surgiu uma articulação nacional de ONGs que desenvolviam tecnologias alternativas para agricultura, especialmente focadas na Agroecologia, chama de Rede PTA. No Sul do Brasil participaram, entre outras, as seguintes organizações: Centro Vianeí, CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), APACO (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste de SC), Fundação RURECO (Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural e ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural). Nos anos seguintes, esta articulação foi chamada de Rede TA-Sul.

ainda, uma relação estreita com as organizações sociais que estão na base da organização do Circuito.

CreSol-Baser defende a utilização de recursos públicos para melhorar as propriedades rurais

Agricultor deve voltar-se à produção de animais.

As 30 cooperativas do sistema CreSol (Cooperativa de Crédito com Interação Mútua) conseguiram R\$ 10 milhões para custear a safra 1999/2000 dos pequenos produtores rurais nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Só no Paraná o sistema possui 20 cooperativas, a maioria delas no Sudoeste.

As entidades ligadas à agricultura familiar, entretanto, entendem que são necessários recursos para investir na produção de animais, de melhorias da propriedade e na transformação da matéria-prima.

Segundo o diretor de crédito da CreSol-Baser, Aores da Silva, 80% dos financiamentos liberados para o custeio são de



Aores: produtor deve mudar base tecnológica. (Foto de arquivo)

Pronafinho-especial, com uma média de R\$ 1.160,00 por contrato.

Ele estima que 75% dos agri-

cultores que financiaram a safra pelo Pronaf plantaram milho e 25% preferiram plantar soja. "De feijão foram pouquíssimos os contratos", explicou. Produtores da região tiveram sucessivas frustrações de safra e enormes prejuízos com o feijão.

O Pronaf-especial cobra 5,75% ao ano e permite o rebate de R\$ 200,00 sobre o valor financiado para os agricultores que pagarem em dia.

O pagamento está programado para junho deste ano para quem plantou soja e milho.

PESQUISA

O sistema CreSol está levantando informações e dados sobre as tecnologias e a forma de produção utilizadas pelos pequenos produtores. Sem entrar nos detalhes técnicos da pesquisa, Aores da Silva explica que o agricultor tem que mudar sua base tecnológica. "O pequeno agricultor, mesmo aquele que usa o Pronafinho e o sistema convencional (de produção), está acumulando uma dívida estrutural que vai estourar bem lá na frente", observa.

O diretor de crédito da CreSol-Baser argumenta que o produtor que está plantando culturas de grãos, "dentro do pacote mínimo não tira os investimentos". O pequeno agricultor paga o Pronafinho, segundo Aores "por uma questão de honra". Para fazer as dívidas, o agricultor se desfaz de algum bem e se descapitaliza.

MUDANÇA

A mudança da base tecnológica é a solução aos pequenos produtores.

Ele aconselha a melhoria do solo com o que é produzido na propriedade — estercos, por exemplo — para obter uma maior renda e produtividade. "O pessoal tem que voltar a fazer as práticas do passado", prega Aores, acrescentando: "Não queimar nada e usar todo e qualquer estercos, usar adubos verdes, os biofertilizantes, uréia natural, o supermagro e outros".

A CreSol pretende discutir a redução do número de contratos de Pronafinho e aumentar o uso de tecnologias alternativas para aumentar o ganho dos produtores.

Nesta discussão se inserem a CreSol-Baser, as cooperativas do sistema CreSol, a Cooperiguaçu, que reúne agrônomos, zootecnistas e veterinários, a Assesoar, associações de produtores, centrais de associações e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras entidades ligadas à agricultura familiar.

Aores entende que os produtores devem rumar para os investimentos na infra-estrutura da sociedade, "saíndo dos grãos para a produção de animais, que dá mais renda". Ele acredita que este ano o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Banco do Brasil vão liberar mais recursos ao Pronaf-investimento. A primeira experiência prevê a liberação de micro-créditos de R\$ 1 mil pelo BNDES, num total de R\$ 1,3 milhão. Pensa-se numa linha de Pronaf-investimento variando de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00 por produtor, com recursos do BNDES e do BB, para grupos de família. O juro deverá ser a TJLP + 6% ao ano e rebate de R\$ 700,00 nos pagamentos em dia e prazo de 60 meses para liquidar o débito.

Segundo Aores, 70% dos projetos de Pronaf-investimento hoje destinam-se à conversão da propriedade para a produção de leite, já que em Renascença, Marmeleiro, Nova Prata e Dois Vizinhos estão funcionando as Clafs (Cooperativas do Leite da Agricultura Familiar).

Mas há projetos também na área da fruticultura (FP).

Sua segurança está em nossas mãos

Veículos, peças e assistência técnica

Icavel

Caminhões Onibus

F. Beltrão - Fone: (046) 524-2466
Cascavel - Fone: (045) 225-6677

JORNAL DE BELTRÃO 08/01/2000

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

A repercussão desta nova ideia foi bastante satisfatória. A imprensa regional destacou a primeira assembleia anual de prestação de contas da Cooperativa de Marmeleiro/PR (criada no mesmo ano da criação da primeira Cooperativa CRESOL em Dois Vizinhos/PR), realizada em 13 de março de 1997, com a manchete "CRESOL tem 0% de inadimplência".

Manchete de capa



COOPERATIVA COM INTER JUNTOS NO GRITO

Cresol tem 0% de inadimplência

A Cresol-Marmeleiro realizou, ontem, Assembleia Geral na Casa de Formação. Dos 538 sócios, cerca de 400 estavam presentes, além de diversas autoridades, como o prefeito de

Renascença Jose Kresteniuk, de Marmeleiro, Jairo Bandeira e o vice de Francisco Beltrão, Arni Hall. Foram aprovadas na Assembleia as contas do exercício de 96, realizou-se a eleição do conselho

fiscal e também estava na pauta o assunto de contrair empréstimo junto a entidades bancárias. Em um ano de funcionamento a cooperativa não teve um cliente inadimplente. *Página 05*

DIÁRIO DO SUDOESTE
14/03/97

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Além disto, a proposta de um novo cooperativismo rivalizava com um modelo de cooperativas, especialmente de produção, que surgiram nos anos 70, mas não conseguiram incorporar os “mini e pequenos agricultores”. Este cooperativismo é denominado nas publicações do Sistema como “Cooperativismo Oficial” por ter sido articulado e regulado pelo Estado, enquanto o modelo cooperativista desenvolvido pela CRESOL se autodenomina “alternativo” ou “solidário” e foi articulado em oposição ao modelo “oficial”. Desta forma, várias publicações insistiam em mais um voto de **confiança** por parte dos agricultores nas cooperativas que estavam surgindo porque a inovação estaria na triangulação/confluência das expectativas de movimentos sociais de contestação político ao modelo agrícola, o apoio de setores progressistas da Igreja Católica e as Redes de ONGs que desenvolviam tecnologias alternativas com base na agricultura ecológica. Da mesma forma, o “Projeto Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural”, elaborado pelas organizações de apoio e publicado em agosto de 1995, informa que “o objetivo central é ser um instrumento forte no enfrentamento dos problemas da agricultura familiar, composta de mini e pequenos produtores rurais na região Sudoeste e Centro do Paraná.”

A imagem seguinte apresenta o primeiro informativo do Sistema CRESOL (Outubro de 1995), e procura definir o que é uma CRESOL. Embora utilize ordinariamente o conceito de “mini e pequenos agricultores” já ensaia a utilização da ideia de “fortalecimento da agricultura familiar”. Na sequência ressalta que a cooperativa é dirigida pelos agricultores associados ao mesmo tempo em que possui autorização do Banco Central para funcionar como instituição financeira.

CRESOL
COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA LTDA.
POUPAR - PLANEJAR - INVESTIR

BOLETIM INFORMATIVO - EDIÇÃO Nº 1 - OUTUBRO/1995

o sol está nascendo

Você
que é agricultor, agricultora ou que, de alguma forma, está interessado no desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, essa é uma realidade que você precisa conhecer: O SISTEMA CRESOL DE CRÉDITO COOPERATIVO.

Neste
primeiro boletim queremos informar, de forma simples e prática, o que é o SISTEMA CRESOL e como ele funciona.

Leia
com atenção e converse com os amigos e vizinhos. Procure estar bem informado e torne-se, você também, um associado ou associada da Cooperativa

O que é CRESOL?

CRESOL é um sistema integrado de várias cooperativas de crédito. Cada CRESOL tem sua autonomia e vida própria mas se integra com outras, através de uma central de serviços que se chama BASER (Base de Serviços).

A Cooperativa é criada, dirigida e composta por pequenos e mini agricultores e fortalecida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pelas Associações e Centrais de Associações e por outras organizações dos agricultores familiares da região onde ela funciona.

A CRESOL é hoje, uma organização financeira amparada pela Lei Federal nº 5.764 e pela resolução nº 1.914 de 11/03/92.

Hoje, no Sistema CRESOL, existem duas cooperativas criadas e devidamente autorizadas pelo Banco Central. A CRESOL - Dois Vizinhos que entrará em funcionamento no dia 10 de janeiro de 1996 e a CRESOL - Marmeleiro, no dia 05 de fevereiro de 1996.

Outras três estão em processo de implantação: a CRESOL - Planalto, na fronteira e no Centro-Oeste do Paraná, a CRESOL - Laranjeiras e a CRESOL - Pinhão.

Quem pode ser associado
Todos os mini e pequenos produtores com até R\$ 22.000,00 de renda bruta anual. A CRESOL motivará a organização no meio rural facilitando o ingresso no seu quadro social, dos agricultores sindicalizados e/ou membros de organizações de agricultores familiares.

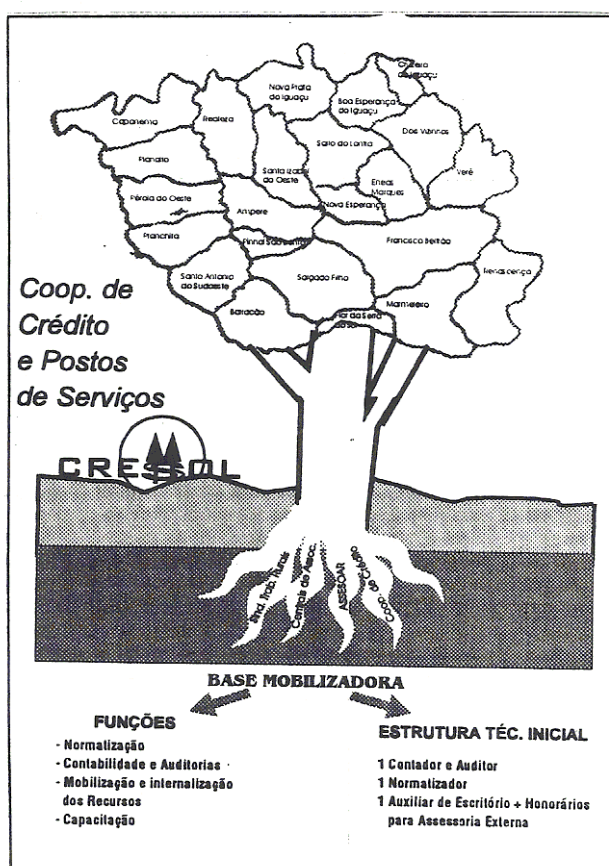
2.3.2. A relação com as organizações sociais (partidos políticos, igreja, ONGs...)

Como apresentado acima, o Sistema CRESOL nasce umbilicalmente ligado a um conjunto de organizações sociais, especialmente ONGs ligadas à Agricultura Familiar, organizações ligadas às Igrejas (católica e luterana), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), o Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimentos Sociais. Aliás, a Cartilha de Crédito Cooperativo, elaborada para orientar o funcionamento e a metodologia dos FCRs foi assinada pelas seguintes organizações: Associações, CUT/STR (Central Única dos Trabalhadores), ASSESOAR, CNBB/SUL II (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II), CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Sem Terra), Pastoral Rural, Coordenadora Regional dos Trabalhadores Rurais e RURECO (Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná). Como apoiadoras subscreveram-se MISEREOR (Alemanha) e ACT (Bélgica), conforme ilustra a imagem abaixo:



Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Note-se na imagem que o contexto ensejava a necessidade de “organização do pequeno agricultor”. A organização/disposição dos participantes na gravura indicava alguns princípios que seriam adotados em seguida pelo Sistema CRESOL: a democracia, participação e ausência de hierarquia na condução do processo. Há, portanto, uma densa atividade social articulada em torno da criação de um circuito econômico. A figura a seguir, publicada em uma conhecida revista semestral da ASSESSOAR denominada *Cambota* (edição de 1995), ilustra a base mobilizadora deste novo processo de organização que tem como “raízes” os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a ASSESSOAR, a Central das Associações e as Cooperativas de Crédito. Sua função seria orientar uma estrutura técnica mínima formada por um contador, um normalizador (responsável pela divulgação das normas do Banco Central), um auxiliar de escritório e a previsão de custos com assessoria externa, e com isso garantir a funcionalidade do modelo a partir dos conceitos de normalização, controles contábeis e auditoria, mobilização para captação de recursos e capacitação dos participantes e associados.



Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

A figura acima ilustra um texto, sob o título “CRESOL: o novo cooperativismo de crédito” o Sistema CRESOL é apresentado como

diferente de todas as cooperativas de crédito rural já existentes, o sistema cooperativista criado pelas organizações do Sudoeste, foi pensado como uma instituição com objetivos mais amplos do que a mera transação financeira. Limitando seus associados a pequenos e miniagricultores e entidades (pessoas jurídicas) as quais sejam ligados (sindicatos, igrejas, Assessorar, etc.), a CRESOL se propõe a fomentar um projeto de agricultura familiar baseado na agroecologia, no desenvolvimento de tecnologias adaptadas e autossustentáveis e na construção de um modelo agrícola que assegure a qualidade de vida do agricultor e de sua família. Neste sentido, todos os projetos com pedido de financiamento junto à cooperativa de crédito serão analisados dentro de certos critérios. As propriedades onde deverá ser aplicado o dinheiro do crédito serão visitadas pelo presidente da cooperativa, que discutirá o projeto com a família ou o grupo de famílias. Dentro o financiamento liberado para cada projeto, uma parte será destinada à contratação e um agrônomo ou técnico, que ajudará a fazer o diagnóstico da propriedade e o projeto de aplicação dos recursos e que acompanhará a sua implantação.

Em relação aos movimentos sociais há vários registros nos informativos que reforçam o compromisso do Sistema CRESOL com a implantação das pautas históricas destes movimentos. No periódico Gente do Sul (Outubro de 1997) há uma publicação institucional da CRESOL que compara a Revolta dos Posseiros e Colonos de 1957 com surgimento do Sistema. Enquanto no primeiro movimento os agricultores empunhavam foices, facões e armas de fogo, a fotografia de 1997 ilustra uma assembleia do Sistema em que os agricultores estão sentados e levantam seu crachá (imagem a seguir).

40 ANOS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO

A comemoração dos 40 anos da Revolta e Vitória dos Posseiros e Colonos é uma boa oportunidade para refletirmos sobre nossa realidade atual. Vivemos uma profunda crise na agricultura familiar, mas vivemos, também, o rebrotar da esperança que sempre esteve presente na caminhada e lutas dessa brava gente da região Sudoeste do Paraná.

A nossa história já demonstrou que não são as idéias mirabolantes e os discursos ufanistas, que darão conta dos desafios atuais. De nada adianta renovarmos o discurso se não renovarmos a prática. "Gato escaldado tem medo de água fria". Esse ditado popular expressa bem o ar de desconfiança presente no Sudoeste com novos projetos, como é o caso do tão propagado "Pacto Nova Itália". Queremos reafirmar que os discursos e as boas intenções que, na história política do Sudoeste, tiveram mais de interesses eleitoreiros que de seriedade e vontade política, nunca deram e muito menos hoje darão conta desses nossos desafios. Para isso serão necessárias – mais que discursos – ações efetivas nas áreas da educação, do crédito, da produção da industrialização e da comercialização no sentido de garantir emprego e qualidade de vida à população regional.

Não estamos aqui procurando culpados, nem ressuscitando os erros passados, mas convocando a todos para, impulsionados pela nossa história de bravura e determinação, encararmos a realidade, e de maneira renovada enfrentarmos os desafios que são muitos.

Os agricultores, mais do



que nunca, estão desafiados a lançar mão de tecnologia que demandem o menor volume possível de insumos agroindustriais e que sejam, o máximo possível, renovadoras dos recursos naturais. É necessário reduzir custos de produção, aumentar produtividade e agregar valor aos produtos.

Os organismos de estado e as instituições de ensino e pesquisa, necessitam de ousadia, seriedade e vontade política para agir com maior determinação e empenho no sentido de atender as necessidades dessa região, cuja base econômica fundamentar-se na produção agropecuária.

A sociedade precisa fortale

cer sua capacidade de propor soluções e de ser ouvida nos mais diferentes espaços de poder, sejam eles a nível local ou mais amplo. Nesse sentido terá que fortalecer cada vez mais, suas organizações sindicais associativas e de cooperação.

Apesar das diferenças, estamos todos nesse barco. Juntos, organizações populares, órgãos de estado, instituições religiosas, de ensino

e de pesquisa, haveremos de nos aproximar e a partir do confronto de nossas diferenças, reconstruímos o Sudoeste. O confronto das diferenças enriquece a possibilidade de construção do novo. Condenável não é a diferença mas a incapacidade de convivência dos diferentes. Condenável é a corrupção, a falsidade, a injustiça, o agir em benefício próprio, o dirigismo político a política-gem.

Se quisermos construir algo, realmente, novo, nossas ações deverão estar impregnadas de um respeito às pessoas à natureza à cultura, à história e às mais diferentes formas de organização da sociedade civil. nossas ações terão que proporcionar a aproximação e interrelação entre o saber acadêmico e o saber popular, nossas ações terão que contribuir para o fortalecimento de políticas de incentivo a organização e instalação de muitas e pequenas cooperativas e indústrias e não de poucas e grandes que centralizam poder e riqueza na mão de minorias privilegiadas, nossas ações terão, enfim, que levar em conta o equilíbrio ambiental, econômico e social de nossa região.

Assim estaremos tomando presente a determinação e a coragem de nossos pais e avós que tanto em 1957 e nesses 40 anos, continuaram construindo esse nosso Sudoeste.

Sistema
CRESOL

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

“O projeto de um novo Sudoeste”, descreve o artigo, deveria articular diversas organizações do campo popular:

Apesar das diferenças, estamos todos nesse barco. Juntos, organizações populares, órgãos de Estado, instituições religiosas, de ensino e de pesquisa, haveremos de nos aproximar e a partir do confronto de nossas diferenças, reconstruímos o Sudoeste. O confronto das diferenças enriquece a possibilidade

de construção do novo. Condenável não é a diferença, mas a incapacidade de convivência dos diferentes. Condenável é a corrupção, a falsidade, a injustiça, o agir em benefício próprio, o dirigismo político e a politicagem. [...] Assim, estaremos tornando presente a determinação e a coragem de nossos pais e avós que tanto em 1957 e nesses 40 anos, continuaram construindo esse nosso Sudoeste.

Outro importante indicador da relação do Sistema CRESOL com os movimentos sociais é de que ainda em 2001 os materiais informativos do Sistema CRESOL estampavam também o símbolo da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), sendo também constante a articulação entre as duas organizações na pressão por recursos e desburocratização do crédito. O Sistema procura constituir-se como um articulador de diferentes visões de mundo tendo o crédito como elemento mobilizador e agente de transformação. A pauta comum tratava de temas como recursos do governo para temas como equalização do PRONAF C, e maior celeridade no repasse dos recursos à CRESOL:



Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

JORNAL DE BELTRÃO

Agricultura

Francisco Beltrão, sábado, 16.9.2000. Página 2B.

Agricultores protestam contra o governo e podem acampar na frente do Banco do Brasil terça-feira

Agricultores que são lideranças de entidades da Frente Sul da Agricultura Familiar (sindicatos, fórum sul da CUT, Sistema Cresol, associações, ONGs e segmentos de igrejas) se reuniram ontem na Assesoar, em Francisco Beltrão, para protestar contra o governo que não está liberando os recursos para o setor.

Além do valor ser pouco, há demora para o dinheiro chegar na mão dos agricultores.

“Estamos no mês de setembro, tarde para plantio, os custos estão aumentando e os recursos prometidos estão enca-
lhados no Banco do Bra-



Luiz Perin comanda a reunião da Frente Sul, na Assesoar.

agências, mas entraves burocráticos estão impedindo sua liberação.

Luiz Perin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, diz que o governo FHC não cumpre o que promete nas reuniões com os agricultores, “tanto na questão dos recursos para o Pronafinho, que já são insuficientes, quanto para as cooperativas, tipo o Sistema Cresol”.

Pauta

Os itens reivindicados são os seguintes:

1. equalização, pelo governo, de mais R\$ 127 milhões para o Pronaf custeio tipo C;
2. repasse imediato dos R\$ 18,2 milhões de Pronaf custeio para o Sistema Cresol;
3. imediata liberação de todo valor demandado pelo Pronaf para safra 2000/2001;
4. remuneração pelos serviços prestados pelas cooperativas de crédito dos agricultores familiares num montante correspondente a 25% do valor recebido pelo BB;
5. liberação dos projetos para assistência técnica e para apoio ao cooperativismo e associativismo da agricultura familiar.

sil que privilegia seus clientes mais ricos”, diz parte do texto distribuído ontem na reunião e que será espalhado pela região neste fim de semana.

A estratégia agora é reunir os agricultores no município, terça-feira, 19, e decidir a forma de protesto. Acampar em frente as agências do Banco do Brasil de cada cidade é uma hipótese.

Segundo as lideranças da Frente Sul, o dinheiro está nas

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Na articulação entre CRESOL (agora já se aproximando do Sistema Financeiro), com os movimentos sociais, partidos políticos e movimentos sociais, também merece destaque a cobertura da imprensa local na inauguração da sede própria do Sistema

CRESOL, que aconteceu no dia 31 de março de 2003. No corpo do texto, a reportagem faz uma minuciosa apresentação do evento:

Inicialmente era para vir Miguel Rosseto (Ministro do Desenvolvimento Agrário), mas sua ausência não tirou o brilho da grande festa de inauguração [...] Ele teve de ir para Itália, em compromisso internacional da pasta. Mas outro Miguel estava presente: o ex-presidente do Sistema e atual deputado federal Assis Miguel de Couto (PT). “Esta sede representa uma conquista muito importante; há uma lacuna no sistema financeiro do país, com as agências se concentrando apenas nas grandes cidades e esquecendo o interior, pois o desafio do Sistema CRESOL é superar isso e cada vez mais olhar para dentro do nosso país”. Assis declarou que uma das prioridades do seu mandato é “aprovar uma lei para o cooperativismo de crédito; chega de resoluções do Banco Central, queremos uma lei”, bradou.

Na sequência o jornal destacou a fala dos presentes: Vanderley Ziger (presidente do Sistema CRESOL): “não teríamos crescido tão rapidamente se não tivéssemos tido as parcerias com o Banco do Brasil, BRDE⁵⁸ e BNDES”⁵⁹. Daniel Meurer, presidente da ASSESSOAR, destacou que “hoje vencemos uma etapa, mas teremos outras etapas para vencer”. Luís Perim, presidente da FETRAF, disse que “é a agricultura familiar que alimenta esta nação, o mais importante de tudo é que os agricultores tenham condição de permanecer na agricultura”. O Superintendente Adjunto do Banco do Brasil, João Mesquita Filho, destacou que “logo, logo estaremos atendendo com menos burocracia e disponibilizando o crédito, em volume e tempo, como a agricultura familiar merece”. A Gerente de Operações do BRDE, Rosicler Voss, afirmou que “sem esta parceria não teríamos como estar tão próximos da agricultura familiar”. Por fim, o Superintendente do BNDES, Márcio Castro, declarou que “a experiência da CRESOL nos incentiva a continuar operando nesta linha de crédito” (imagem a seguir).

⁵⁸ Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

⁵⁹ Banco Nacional do Desenvolvimento.

Ja. 22/03/03
 JORNAL DE BELTRÃO
 22/03/03

FRANCISCO BELTRÃO

Na inauguração da sede da Cresol, discursos enaltecem organização e agricultura familiar

Inicialmente era para vir até o ministro Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), mas sua ausência não tirou o brilho, ontem de manhã na Cango, da grande festa que foi a inauguração da sede própria da Cresol (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) de Francisco Beltrão e da central de todo o sistema, que abrange os três Estados do Sul, está presente em 208 municípios, com cerca de 30 mil famílias associadas em 71 cooperativas.

Miguel Rosseto teve de ir para a Itália, em compromisso internacional da pasta. Mas outro Miguel estava presente: o ex-presidente do sistema e atual deputado federal Assis Miguel do Couto (PT).

“Esta sede representa uma conquista muito importante; há uma lacuna no sistema financeiro do país, com as agências se concentrando apenas nas grandes cidades e esquecendo o interior, pois o desafio do Sistema Cresol é superar isso e cada vez mais olhar para dentro do nosso país”.

Assis declarou que uma das prioridades do seu mandato é “aprovar uma lei para o cooperativismo de crédito; chega de resoluções do Banco Central, queremos uma lei”, bradou.

Seu discurso pode ser colocado como a síntese de todas as falas, que enalteceram a organização do sistema e a sustentação da proposta exercida pelos agricultores familiares.

O cerimonial — comandado



Assis discursando

com descontração pelo advogado e ex-prefeito de Francisco Beltrão Arni Hall — abriu espaço também para Vanderley Ziger, presidente do Sistema (“não teríamos crescido tão rapidamente se não tivéssemos tido as parcerias com o Banco de

Brasil, BRDE e BNDS”); Luiz Possamai, presidente da Cresol de Beltrão (“essa idéia da sede própria surgiu na assembleia de 1999, e quero agradecer nossos parceiros por essa inauguração de hoje”); Daniel Meurer, presidente da Assesoar (“hoje vencemos uma etapa, mas teremos outras etapas para vencer”); Luís Perim, da Fetraf (“é a agricultura familiar que alimenta esta nação, o mais importante de tudo é que os agricultores tenham condição de permanecer na agricultura”); Vilmar Cordasso, prefeito (“para um município ser pólo regional precisa se destacar em várias áreas, e esta inauguração é mais uma referência que orgulha Francisco Beltrão e a região”); Ademir Dalazen, coordenador da obra (“que o cooperativismo de crédito se espalhe por todo o Brasil!”); João Mesquita Filho, superintendente adjunto do BB (“logo logo estaremos atendendo com menos burocracia e disponibilizando o crédito, em volume e tempo, como a agricultura familiar merece”); Rosicler Voss, gerente de operações do BRDE (“sem esta parceria que temos com a Cresol não teríamos como estar tão próximos da agricultura familiar”); e Márcio Castro, superin-



Muitos agricultores da Cresol marcaram presença na inauguração da sede em Francisco Beltrão

tendente do BNDES (“a experiência da Cresol nos incentiva a continuar operando nesta linha de crédito”).

Almoço

Depois das falas, houve os tradicionais descerramentos da placa e da fita inaugurais, bênção com o padre Nelso Maróstica e visita ao interior do prédio, que fica exatamente na Rua Nossa Senhora da Glória, 52, ao lado do Morro do Calvário.

No segundo andar tinha uma exposição com produtos da agricultura familiar. Em seguida as centenas de pessoas foram para o pavilhão da Cango, onde foi servido um almoço pela Churrascaria Pampeana.

Capanema

Ontem à tarde começou, em Capanema, o seminário microrregional para a construção de um Sistema de Comercialização da Agricultura Familiar, envolvendo sete municípios da fronteira.

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

2.3.3. A relação com o sistema financeiro

A ênfase das justificativas para constituição do Sistema CRESOL é a sua diferenciação com o sistema financeiro. No “Projeto Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural” (ASSESSOAR, 1995) quatro das sete justificativas tecem críticas ao sistema financeiro. A primeira destaca que as instituições financeiras existentes “não alimentam interesse pelo atendimento de operações de pequeno valor unitário, por

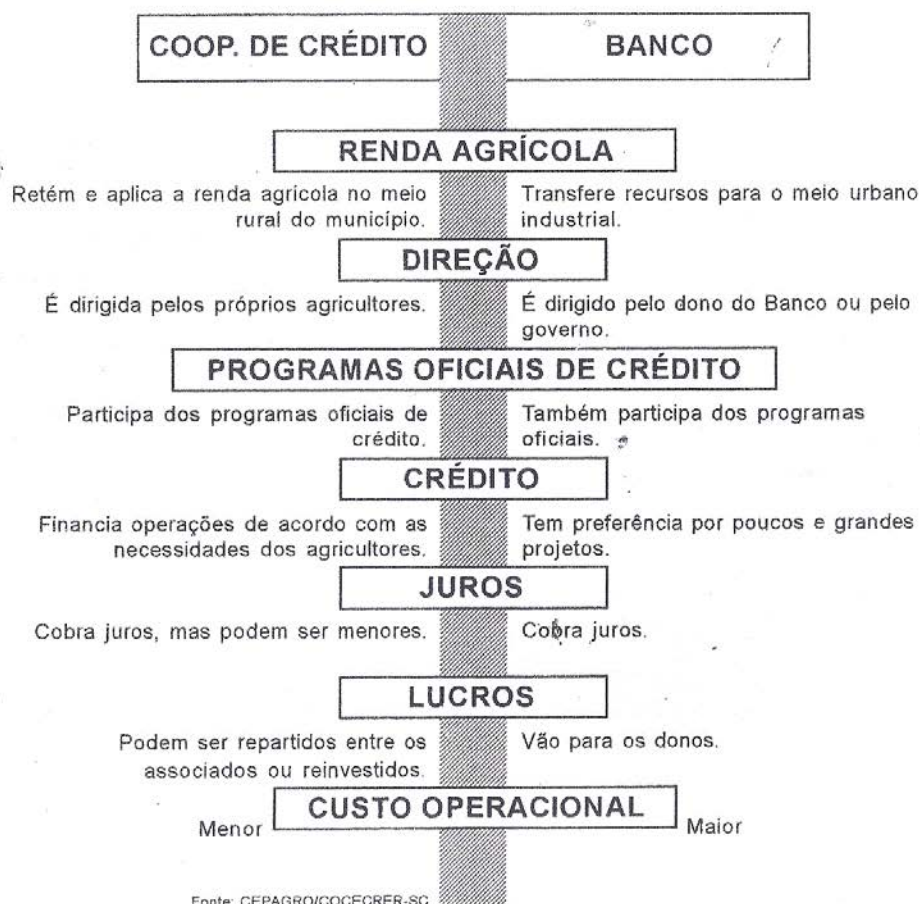
considerá-las onerosas”. A segunda crítica também o modelo de cooperativas de crédito implantadas no Paraná por não atender mini e pequenos produtores e principalmente “por possuir uma estrutura verticalizada que caminha para se constituir em Banco.” A terceira justificativa indica que não obstante a luta dos STRs e Movimentos Sociais para ampliar as linhas públicas de crédito “estes benefícios têm tido dificuldades de chegar até os beneficiários: primeiro pelo fato de as instituições financeiras não oferecerem condições operacionais; segundo, porque os agricultores em geral não estão preparados para receber crédito.” (ASSESSOAR, 1995, p. 05)

No mesmo projeto é apresentada também uma pesquisa realizada pelo Banco do Brasil sobre endividamento e acesso ao crédito por parte dos agricultores brasileiros. Os dados do Banco apontaram que enquanto para contratos acima de R\$500.000,00 a inadimplência era de 36%, nos contratos até R\$30.000,00 não chegavam a 7% de inadimplência. Enquanto isto, os contratos dos maiores tomadores utilizavam 53% dos recursos disponíveis e correspondiam a 73% da dívida agrícola. Na sequência é apresentada uma pesquisa realizada pelos STRs e Associações do Sudoeste do Paraná sobre inclusão financeira e acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores. Os resultados foram os seguintes: 49,82% dos agricultores entrevistados nunca tiveram conta corrente em Banco. Dos que tinham conta, 39% não movimentavam. Além disto, 41% dos agricultores nunca haviam feito financiamento em Banco e 47% nunca realizaram nenhum tipo de investimento nas suas propriedades. Por fim, constatou-se que 63,03% dos agricultores usavam o Programa Troca-Troca como meio de financiamento da produção.

Este ponto exige uma informação adicional. Para muitos agricultores a CRESOL não representou o primeiro acesso ao crédito, embora a cooperativa, ao longo da sua trajetória, tenha se referenciado pela inclusão de novos agricultores (especialmente pela diminuição da burocracia e operar com juros mais baixos), ela também surgiu com a intenção de “organizar o dinheiro”. Conforme será demonstrado, ela surgiu de um questionamento sobre os rumos do cooperativismo de crédito.

Na já citada Cartilha de Crédito Cooperativo há um interessante gráfico, elaborado originalmente pela CEPAGRO/COCECRER (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo/ Cooperativa Central de Crédito Rural) que diferencia as cooperativas de créditos dos bancos.

Vamos Comparar



OBS.: Com o tempo as Cooperativas de Crédito poderão vir a prestar quase todos os serviços da rede bancária.

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Neste processo de diferenciação e definição das fronteiras do circuito a opinião de Assis de Couto teve repercussão no Jornal de Beltrão. Para o então presidente, o Sistema CRESOL viria para substituir os bancos tradicionais da região Sudoeste do PR, uma vez que estes estariam se deslocando para as grandes cidades com o objetivo de “só financiar quem tem dinheiro”. Em contraponto, a CRESOL iria fortalecer a economia dos pequenos municípios através do apoio aos pequenos agricultores “promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar, em cima de produtos orgânicos e promovendo a solidariedade e a democracia”.

JORNAL DE BELTRÃO

Francisco Beltrão, quarta-feira, 28.3.2001. *Página 16.*

Para Assis, Sistema Cresol vai substituir bancos tradicionais

O presidente do Sistema Cresol, Assis Miguel do Couto, disse ontem que no futuro a instituição vai substituir os bancos tradicionais, fortalecendo cada vez mais, com linhas de crédito, a agricultura familiar dos pequenos municípios.

“O sistema se consolidou enquanto instituição”, afirmou.

Ontem, na Assesoar, em Francisco Beltrão, mais de 80 delegados, que representam mais de 100 municípios dos três Estados do Sul do país — e mais de 15 mil associados —, estiveram presentes na assembléa ordinária.

No raciocínio de Assis, o Sistema Cresol vai ocupar o espaço do sistema financeiro tradicional — “que vai formar conglomerados e só financiar quem tem dinheiro”.

Para ele, o Sistema Cresol vai se instalar em pequenos municípios e financiar a agricultura familiar, “fortalecendo a economia dos pequenos municípios; temos que reafirmar este princípio”, sublinhou.

O gerente do Pronaf do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ludgeri Monteiro, esteve presente na assembléa pela parte da manhã e elogiou o Sistema Cresol.

“É um sistema que serve de modelo para o país”.



O agricultor Assis Miguel do Couto é o presidente do Sistema Cresol

O Sistema Cresol visa, basicamente, promover o desenvolvimento da agricultura familiar, em cima de produtos orgânicos, e promovendo a solidariedade e a democracia.

“São mais de 15 mil famílias de agricultores familiares que estão se incorporando a um sistema financeiro, tendo acesso a todos os serviços que a cooperativa oferece, como talão de cheques, empréstimos, aplicações financeiras, orientação do que financiar”, diz o texto introdutório da Revista Cresol nº 3.

Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

Com este plano de fundo, os mediadores ressignificam a orientação do Banco Central que obrigava as Cooperativas a criarem uma Central⁶⁰, propondo que esta centralização favoreceria a articulação e o fortalecimento das cooperativas. Assim, o estatuto social da entidade teve de ser modificado e a tarefa ficou sob a responsabilidade do advogado e vice-

⁶⁰ Segundo Pinheiro (2006, p. 35), “as cooperativas centrais de crédito popular deveriam observar as seguintes normas (Portaria BCB - Banco Central do Brasil, nº 1.098, VII): a) ter sede nas capitais dos estados ou em cidades que constituam mercados de exportação, ou seja, centro de zona econômica dependente; b) admitir como associadas apenas cooperativas de determinada espécie ou tipo, sediadas na área de ação e; c) realizar operações ativas somente com as cooperativas associadas”.

prefeito de Francisco Beltrão, Sr. Arni Hall (PT). A estrutura organizativa do Sistema passou a contar com uma Cooperativa Central que associava os diretores das cooperativas singulares, continuando a ser apoiada tecnicamente pela Base de Serviços (BASER). O Sistema CRESOL passou a ser denominado CRESOL-BASER. A assembleia foi coordenada pelo presidente Assis de Couto. A reportagem a seguir detalha esta reunião.⁶¹

Em resumo, a criação da Central representou a aproximação com o Sistema Financeiro Nacional através da adequação às normas do Banco Central, tornando possível a ampliação dos convênios com o Banco do Brasil, BRDE e BNDES⁶², sendo que o Banco do Brasil operava basicamente transferência de crédito para custeio da produção, enquanto o BRDE e o BNDES liberavam recursos para investimentos. Por outro lado, os mediadores ressignificam a exigência do Banco Central em uma oportunidade de articulação política.

2.3.4. A relação com a política pública e a abertura da unidade doméstica

Paralelo ao surgimento da CRESOL, o ano de 1996 marca a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF⁶³.

Com o objetivo de financiar projetos, individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (SAF, 2006)⁶⁴.

Destinado ao público da Agricultura Familiar, o Programa é ainda hoje um dos mais vistosos em termos de transferência de renda para este segmento. Mas quem é o público da Agricultura Familiar para o PRONAF? Qual o perfil socioeconômico deste público? É possível ter uma noção do perfil financeiro do público beneficiário do PRONAF a partir da sua classificação: PRONAF B – Faturamento até 2.000,00/ano; PRONAF C – Faturamento

⁶¹ Na mesma edição o Jornal de Beltrão destacou a votação na Câmara Legislativa de Francisco Beltrão do projeto de doação de uma área urbana para construção da sede da Cooperativa daquela cidade.

⁶² O primeiro contrato como o BRDE foi em 1997 e com o BNDES em 1999.

⁶³ Criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996 e alterado pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

⁶⁴ Relatório elaborado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Disponível em <www.rimisp.org/fida_old/getdoc.php?docid=2215>. Acesso em setembro de 2011.

até 10.000,00/ano; PRONAF D – Faturamento até 40.000,00/ano e; PRONAF E – Faturamento entre 40 e 60.000,00/ano⁶⁵

O Informativo CRESOL nº 6, de agosto de 1998, deu amplo destaque ao lançamento do programa, apresentando-o como resultado das lutas históricas dos movimentos sociais da agricultura. Na capa, além da expressão “entre a casa é sua” (significando que a CRESOL é propriedade dos agricultores), o informativo orienta como os agricultores devem utilizar o dinheiro. A expressão “veja aqui o que você precisa saber para fazer bom uso dele” exemplifica a expectativa do Sistema em orientar a forma como as famílias deveriam empregar os recursos contratados.



Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

⁶⁵ O Público do PRONAF A (Assentados da Reforma Agrária) não está entre o público-alvo da CRESOL Central SC/RS.

É interessante observar que o surgimento da CRESOL, o lançamento do PRONAF e a construção da expressão “Agricultura Familiar” estão umbilicalmente relacionados. Segundo Schneider (2003) a expressão surgiu no Brasil a partir de dois eventos significativos: 1) como expressão-síntese de reivindicações de diferentes movimentos sociais rurais, especialmente pela ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (CONTAG) e; 2) pela legitimação atribuída pelo Estado quando utilização a expressão para definição do PRONAF.

Do ponto de vista formal, o conceito de Agricultor Familiar é definido pelo Art. 3º da Lei Federal 11.326, de 24/07/2006, cujo objetivo é o estabelecimento das diretrizes do PRONAF:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para este estudo, a identidade cultural do agricultor familiar é definida em diferenciação ao campesinato tradicional, uma vez que este historicamente utiliza a propriedade para a agricultura de subsistência. Adota-se aqui a definição dada pelo contexto político do surgimento da expressão no Brasil que enfatiza sua relação com o mercado através do acesso ao crédito, agregação de valor e inserção na dinâmica do mercado pela aquisição de insumos e comercialização. Nas palavras de Abramovay (1992, p. 22) “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Em outros termos, trata-se de uma definição fabricada através da relação entre movimentos sociais com o Estado.

Desde o seu surgimento, uma das principais estratégias de operação do PRONAF é a transferência de recursos para as Cooperativas de Crédito (via bancos públicos), tornando-as agentes intermediários entre a política pública e os beneficiários, ao mesmo tempo em que estão submetidos à fiscalização do Banco Central. Estas cooperativas teriam maior capacidade de garantia de que estes recursos tenham um destino correto e promovam a inclusão socioeconômica dos agricultores pela sua proximidade e identificação com o público-alvo. (ABRAMOVAY, 2003, 2004, 2010; ABRAMOVAY e BITTENCOURT,

2003) A argumentação de Abramovay (2010) é de que a significação do dinheiro pode estar na origem do sucesso da CRESOL, isto é, sua origem cultural (fortemente ligada às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs) e a sua submissão aos controles do Banco Central (incorporação de parâmetros que extrapolam a relação “paroquial”) podem estar entre os indicadores da sua ampliação e desenvolvimento organizacional.

De Olho no Sistema

Balanço 1996

- . 5 Cooperativas com 1.639 sócios.
- . Um Capital Social de R\$ 101.119,00
- . Um movimento de R\$ 1.893,285,00
- . O Sistema fechou o ano com saldo positivo na relação receitas/despesas
- . 1.856 operações de crédito com a liberação de R\$ 2.154.842,50



COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA LTDA.

Amigo(a), associado(a), dirigente e funcionário(a)

Se olharmos para o desempenho do Sistema Cre\$ol de Cooperativismo de Crédito em 96, temos um quadro animador, não acha?

Em menos de um ano, conseguimos dar um salto significativo para o cooperativismo de crédito da agricultura familiar no sudoeste e centro oeste do Paraná.

Sem dúvida podemos comemorar, mas com calma. Os desafios, ainda, são muitos e a responsabilidade é de todos: dirigentes, funcionários e associados.

Qualquer "cochilo" pode provocar a queda do "cachimbo", principalmente porque estamos lidando com o que há de mais tentador entre os humanos (o dinheiro), e também, porque vivemos uma crise de valores onde o que vale é: "quem pode mais chora menos" e "se todo mundo faz porque eu não faço".

Mas uma coisa é certa, se estamos neste barco é porque queremos construir algo de, realmente, novo que traga vantagens a todos sem privilégios nem discriminações. Para chegar a isso que queremos tem um custo: a participação ativa e consciente de todos. Isso significa que precisamos estar informados, ler, conversar, questionar, sugerir, fiscalizar, reclamar... e participar sempre.

A assembleia da sua Cre\$ol vem aí. É o momento de você se preparar e participar. Comece lendo esse informativo com muita atenção, converse com a família, com os vizinhos e participe.

Chorar depois que o cachimbo caiu não é nada inteligente.



POUPAR, PLANEJAR E INVESTIR

É importante destacar que o informativo acima, *De olho no sistema*, publicado em fevereiro de 1997, faz um balanço do primeiro ano de atuação do Sistema e comemora a constituição de cinco cooperativas com 1.639 sócios que movimentaram mais de R\$2.000.000,00. Diante do aumento expressivo e rápido dos números do Sistema (especialmente se comparado com o volume operado pelo FCR) o documento alerta:

sem dúvida podemos comemorar, mas com calma. Os desafios ainda são muitos e a responsabilidade é de todos: dirigente, funcionários e associados. Qualquer “cochilo” pode provocar a queda do “cachimbo”, principalmente porque estamos lidando com o que há de mais tentador entre os humanos (o dinheiro), e também porque vivemos em uma crise de valores onde o que vale é: quem pode mais chora menos e se todo mundo faz, por que eu não faço?

Por fim, salienta-se que o tema da Agricultura Familiar, que é um dos principais símbolos de identificação do Sistema se constituiu a partir do PRONAF. Em termos práticos, isto significou o aumento da oferta de crédito (dinheiro) e a transformação do caráter da agricultura camponesa pela massificação da utilização do dinheiro. Dessa forma, o dinheiro abriu a unidade doméstica relacionando-a com o mercado e obrigando-a a adotar um conjunto de procedimentos técnicos como o cálculo, contratos e controles de gestão. O dinheiro foi, sem dúvida, o vetor fundamental desta mudança cultural, mas a novidade é que com o Circuito CRESOL percebe-se a tentativa de significação deste dinheiro para que ele atenda um conjunto de expectativas de ordem afetiva, econômica e simbólica.

2.4. Mediadores e a definição da identidade do Circuito CRESOL SC/RS

Em abril de 2010 a CRESOL Central SC/RS publicou um livro com o título *Cooperativismo de Crédito Solidário: reflexões e boas práticas*, em que diretores e assessores apresentam narrativas e reflexões sobre a trajetória das suas cooperativas e a inovação necessária para sobreviver e conseguir bons resultados no contexto atual. O livro foi organizado por assessores e diretores da Central: Cledir Magri e Affonto Bulcão Flach (assessores da área de formação) e dois diretores: Cláudio Risson (então Diretor Presidente, hoje Coordenador de Crédito) e Egon Gabriel Júnior (então Diretor de Formação e hoje Diretor Presidente). A intenção da obra foi difundir boas práticas de gestão, fomentando reflexões acerca do tema da governança da organização.

A obra reúne 16 artigos é um rico material na medida em que relata o surgimento, desenvolvimento e atualizações realizadas pelas cooperativas para superar dificuldades e acessar as novas oportunidades. Com fins de contribuição aos objetivos deste capítulo, serão apresentadas de forma sucinta duas experiências, uma do norte do RS e outra do Oeste de SC, ambas sistematizadas no livro. Esta última repercutiu de forma significativa para o surgimento do Sistema CRESOL no Sudoeste do PR, conforme já demonstrado na seção anterior. A intenção desta reconstrução é apresentar o ponto de vista dos mediadores sobre a formação da identidade do Circuito CRESOL SC/RS, bem como a compreensão das estratégias de legitimação de novos temas na “atualização” dos quadros de referência do circuito.

Um dos textos do livro reconstrói o surgimento e trajetória da Cooperativa de Crédito Rural Seara Ltda. (CREDISEARA), fundada em 25 de abril de 1994, no município de Seara/SC e filiada ao Sistema CRESOL desde 2000. O extenso artigo com 64 páginas foi assinado pelo Conselho de Administração da Cooperativa e apresenta com detalhes o processo histórico de constituição, bem como a interferência das variáveis externas na conformação da identidade e missão da cooperativa.

Com recorrentes afirmações sobre a importância dos mediadores e organizações sociais para constituição do “modelo” CRESOL, o artigo argumenta que o motivo do surgimento do Sistema foi a necessidade de organização do dinheiro e, ao mesmo tempo, uma oposição político-ideológica ao modelo de agricultura caracterizado como convencional-empresarial.

O dinheiro dos agricultores estava espalhado nos bancos e eles mesmos não tinham acesso a financiamentos, enquanto muitos sequer tinham acesso aos bancos. Os pequenos depositavam e os grandes tomavam o dinheiro emprestado dos bancos. A política pública de crédito direcionava o crédito para poucos, principalmente aos grandes e médios produtores e para o modelo convencional (MAGRI et al., 2010, p. 241).

No entanto, até chegar a esta concepção de cooperativismo de crédito foi necessário romper também com o modelo de crédito disseminado pelas cooperativas de crédito que atuavam desde 1984 como braço financeiro das cooperativas de produção e que, segundo a opinião do Conselho de Administração, dificultavam o acesso ao crédito para os agricultores familiares. De fato, em 1991, fruto de um debate na CEPAGRO e através de um intercâmbio com a França, surgiram as CREDIs (Cooperativas de Crédito) com a missão de “organizar o dinheiro” e mantê-lo no local (circuito). Cooperativas geridas pelos

próprios agricultores e, ao mesmo tempo, autorizadas pelo Banco Central do Brasil era uma novidade. Assim, estas cooperativas surgiram para resolver os seguintes problemas: 1) buscar crédito para custeio e investimento a pequenos e médios produtores; 2) reduzir o custo do dinheiro através da adoção de taxas de juros mais baixas; 3) eliminar custos pela utilização dos serviços financeiros (taxas); 4) financiar atividades alternativas e associativas; 5) organizar e promover o associativismo e o sindicalismo; 6) buscar alternativas para inclusão econômica e social dos agricultores familiares; 7) atuar para o desenvolvimento da região; 8) buscar articulação com outras organizações sociais alinhadas com o mesmo projeto; 9) estimular a agricultura ecológica; **10) promover a agroindustrialização, agregação de valor e comercialização da produção familiar; 11) organizar os recursos próprios dos agricultores; 12) operar dentro da legalidade do sistema financeiro e; 13) participar das discussões sobre políticas públicas para a agricultura familiar no Estado e no país.** (MAGRI et al., 2010, p. 241 – grifo nosso).

As ONGS foram vitais nesse processo. Além da RURECO, ASSESSOAR e DESER, que atuavam no Estado do PR, a APACO (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina) desempenhou um papel vital para definição do modelo de cooperativas. Atuante na Rede TA-Sul (Rede de Tecnologias Alternativas), a APACO decidiu apoiar as CREDIs em 1992 e em 1993, com o apoio da CEPAGRO, constitui a primeira cooperativa no município de Quilombo/SC: a CrediQuilombo. Na sequência o texto destaca a atuação de pessoas importantes para o desenvolvimento e definição da trajetória da CREDISEARA (no município de Seara/SC):

Neste processo foram importantes as assessorias de Roberto Feldkischer, Coordenador da APACO, Altemir Gregolin e Carlos Eduardo Arns (Tchê), técnico da APACO, João Augusto de Oliveira (JOCA), Secretário Executivo do CEPAGRO, Fábio Búrigo e Sérgio Fritzen, assessores do CEPAGRO e Valdemiro Kreush, profundo conhecedor do crédito rural e do cooperativismo, especialmente do cooperativismo de crédito (MAGRI et al., 2010, p. 343).

Em 1995, após várias visitas à CrediQuilombo, Crediseara e Creditapiranga, no Sudoeste do Paraná, foram constituídas cinco Cooperativas de Crédito Rural. As ONGs que trabalhavam na constituição foram procurar a Central do SICREDI do Paraná para filiar-se a eles, porém ao contrário de Santa Catarina, não aceitaram as futuras cooperativas (MAGRI et al., 2010, p. 244).

Assim, em 1995, no Sudoeste do Paraná, surgem cinco Cooperativas de Crédito a partir da experiência de Santa Catarina, mas diferente daquele Estado a filiação das novas cooperativas foi preterida pelo Sistema SICREDI-PR e estas criaram então a sua própria

Central chamada Cooperativa Central Base de Serviços das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL-BASER).

Enquanto em SC, no ano de 1996, inicia um debate promovido pelo SICREDI para a criação de um único banco cooperativo no país. No entanto, o resultado foi a divisão do movimento e a criação de dois bancos de crédito. O primeiro, ainda em 1996, é o BANSICRDI (as centrais estaduais foram denominadas SICREDI) que articulava os estados do RS, MT, MS e PR. No ano seguinte surge o BANCOOB (as centrais estaduais foram denominadas de SICCOB) nos estados de SC, SP, MG, RJ, GO, PE e CE. No entanto, o texto ressalva que as cooperativas de Santa Catarina discutem a filiação ao SICOOB “enquanto acompanham o desenvolvimento da CRESOL no Paraná” (MAGRI et al., 2010, p. 244). E no processo de aproximação com o Sistema CRESOL o artigo recorre constantemente à contribuição do Sr. Valdomiro Kreuzsch, que na década de 80 contribuiu ativamente na organização das Cooperativas de Crédito Rural que se valeram da estrutura das “cooperativas oficiais” de produção para se ramificar no país. Nos estados do PR, SC e RS este processo evoluiu para a constituição das Cooperativas Centrais de Crédito Rural (COCECRER). Sua trajetória com o cooperativismo de crédito iniciou ainda nos anos 70 quando acompanhou a implantação do crédito rural institucionalizado no Brasil, acompanhando a criação da carteira de crédito e treinando funcionários das cooperativas⁶⁶.

Na sequência, o artigo do Conselho de Administração da CREDISEARA destaca que

a partir da assessoria do Sr. Valdomiro Kreuzsch, as cinco cooperativas criaram uma cooperativa de serviços chamada Cooperativa Central Base de Serviços das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL-BASER). O Sistema CRESOL só surgiu por causa da negativa do sistema SICREDI do Paraná (MAGRI et al., 2010, p. 244).

Em 1998 as CREDIs (Quilombo, Itapiranga e Seara) saíram do Sistema SICOOB. Kreuzsch foi assessor na Assembleia de Fundação, juntamente com Sérgio Fritzen do CEPAGRO, Altermir Gregolin da APACO, José Evaldo Gonçalo da Prefeitura Municipal de Seara e Oscar Zílio e Jane Stefanes Domingos da COCECRER-SC. (MAGRI et al.,

⁶⁶ Em um livro de sua autoria, publicado em 2009 sob o título de “Cooperativismo: alguns detalhes no decorrer dos tempos”, Kreuzsch apresenta sua trajetória, informando que em 32 anos de atividade bancária prestou assessoria ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) atuando especialmente nos Estados do ES, RJ, MT, MS e SP. Sua aproximação com a agricultura familiar e o cooperativismo de crédito iniciou nos anos 80 (fonte: KREUSCH, 2009). No PR ajudou a constituir 12 CREDI e em SC, seis. “Não víamos ligação entre Cooperativa e Banco, mesmo porque, enquanto o segundo é uma empresa capitalista, a primeira é uma sociedade de pessoas comuns” (KREUSCH, 2009, p. 24).

2010, p. 268) A seguir, um quadro comparativo entre as CREDIs e o Sistema CRESOL, publicado em um informativo periódico do Sistema em 1998.

O que faz a CRESOL?

Em primeiro lugar, a CRESOL é o nosso "banco". Os associados são os donos da cooperativa. Você entra na agência e vai conversar com uma pessoa de sua confiança, que você conhece, que já foi em sua casa. O gerente e os funcionários são pessoas que você escolheu e que você pode dispensar se não trabalharem direito.

Na CRESOL você terá conta corrente e talão de cheque. Você poderá pagar suas contas, depositar suas economias em poupança e fazer financiamento. Se você precisa de dinheiro para investir na propriedade é só fazer um bom projeto, com ajuda de assistência técnica, e falar com o gerente. Vai depender de muita habilidade e capacidade de negociação, mas as cooperativas podem captar recursos, para o financiamento da agricultura, em várias fontes, desde o governo federal, estadual e municipal, ou mesmo recursos da cooperação internacional. Pode, também, captar recursos da poupança dos associados e aplicar na agricultura. As cooperativas de crédito não pagam imposto de renda sobre os recursos de poupança e o Banco Central não pode reter o compulsório sobre os depósitos em conta corrente, como faz com os bancos. Dessa forma, as cooperativas podem dispor desse dinheiro para fazer crédito pessoal (pequenos empréstimos a curto prazo). Além disso, as cooperativas podem criar seus fundos de investimento, nos moldes do Fundo de Crédito Rotativo, com recursos do próprio Fundo de Crédito Rotativo, das possíveis sobras da cooperativa e, também, de outras fontes. Esses e outros serviços serão, aos poucos, implantados e melhorados, com a ajuda de todos nós.

Claro, para que isso funcione é preciso muita seriedade tanto por parte da diretoria e funcionários da cooperativa como por parte dos agricultores associados. É preciso estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuo. Sem seriedade, compromisso, responsabilidade, companheirismo e muita honestidade, nada funciona direito, muito menos a CRESOL.

o sol nasce para todos

DIFERENÇAS BÁSICAS

SISTEMA CREDI - PR O Sistema CREDI está subordinado ao modelo convencional de agricultura que consome os produtos da indústria agroquímica e de máquinas pesadas, tendo como objetivo, quase único, a geração de lucro.	MODELO DE AGRICULTURA	SISTEMA CRESOL O Sistema CRESOL quer fortalecer a agricultura familiar, como base de um desenvolvimento rural que valoriza os recursos naturais e tem como objetivo maior, a defesa da vida. Por isso financia tecnologias alternativas da produção e agroindustrialização em pequena escala.
No SISTEMA CREDI, o poder é centralizado na COCECERER, dificultando a participação efetiva dos agricultores e aplicando os recursos do interior do estado no mercado financeiro da capital.	SISTEMA ORGANIZACIONAL	No SISTEMA CRESOL, o poder é descentralizado, possibilitando a participação efetiva dos agricultores e aplicando os seus recursos para o fortalecimento dos próprios agricultores nos municípios.
O Sistema CREDI é respaldado pelas cooperativas de produção do Sistema OCEPAR-OCB e pela Central COCECERER.	RESPALDO INSTITUCIONAL	O Sistema CRESOL é respaldado pelas pequenas cooperativas e associações, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entidades e movimentos populares.
O Sistema CREDI está em processo de implantação de um banco que reunirá todos os recursos das Cooperativas.	SISTEMA FINANCEIRO	O Sistema CRESOL estabelecerá parcerias através de convênios com agências locais do Banco do Brasil.
No Sistema CREDI, podem ser associados, todos os produtores rurais, desde os pequenos agricultores até os comerciantes e empresários urbanos que são proprietários de terra, preferencialmente, os sócios das cooperativas de produção.	PÚBLICO BENEFICIADO PELO SISTEMA	No Sistema CRESOL só podem ser associados os mini e pequenos agricultores, preferencialmente, os organizados em sindicatos de trabalhadores rurais, associações e outras organizações afins.

SERÁ QUE VAI DAR CERTO? Tem que dar certo! Quem vai garantir será cada um de nós: todos. Precisamos participar ativamente. Precisamos estar sempre informados e espertos. Nas assembleias, na hora das decisões; nas eleições da diretoria e conselho fiscal; escolher gerentes e funcionários de confiança para gerenciar e trabalhar nas agências. Os nossos grupos, as associações são espaços onde aprendemos muito. Precisamos levar nosso aprendizado e nossas experiências associativas para dentro da cooperativa. Por outro lado, a CRESOL deverá valorizar e fortalecer essas experiências.

Informativo CRESOL nº 01 – Outubro de 1995. Fonte: Arquivo CRESOL-BASER.

O Sr. Valdomiro Kreusch é apresentado no artigo como “profundo conhecedor do cooperativismo de crédito e também questionador dos rumos em que o cooperativismo de crédito estava tomando na época” (MAGRI et al., 2010, p. 265) e passa a ser um mediador fundamental para caracterização do “modelo” CRESOL. Em uma passagem do artigo,

quando alerta sobre a importância do Sistema CRESOL não perder suas origens, Kreusch é citado novamente: “como dizia o Sr. Valdomiro KREUSCH: não são as instituições que têm princípios e missões, são as pessoas das instituições que devem tê-los para guiar a sua conduta na busca permanente dos objetivos da organização” (MAGRI, 2010, p. 288).

Um fato indicador da sua importância de Kreusch para o Sistema CRESOL é o tensionamento que sua adesão ocasionou com os outros circuitos de crédito cooperativo. O texto relata que em virtude da CREDISEARA estar filiada à COCECRER-SC naquele período (e que depois se tornou SICREDI-SC e atualmente denomina-se SICOOB-SC) a aprovação de gerentes destas cooperativas era controlada pela Cooperativa Central. Ocorreu que a CREDISEARA indicou Cícero Kreusch, filho de Valdomiro Kreush para gerente da cooperativa de Seara. Após pressão pelo afastamento de Cícero a COCECRER-SC indicou o Sr. Norton Antônio Pinto da Silva, mas no dia 10 de abril de 1996 este gerente foi demitido por

liberação de recursos concentradas em poucas pessoas e operações com a assinatura do Presidente e do Secretário falsificadas. No momento da demissão o Sr. Norton agrediu física e verbalmente o presidente da Crediseara, dizendo que éramos agricultores incapazes, que não admitia agricultor demiti-lo, achando que o Presidente devia apenas assinar os documentos e deixá-lo trabalhar à vontade. O Presidente disse que concordava com quase tudo, porém o poder de demiti-lo ele tinha. Imediatamente o Sr. Norton desferiu um soco na face do Presidente. O Sr. Clóvis Raff, contador que acompanhava os fatos, afastou o agressor. O Presidente disse que estava surpreso com a atitude de uma pessoa estudada e aparentemente educada e que quem tinha cara de agressor era ele próprio e não o Sr. Norton. [...] Conclusão: a agressão não foi somente para o Presidente, foi para os agricultores que lhe pagavam o seu salário (MAGRI et al., 2010, p. 274-275).

Além da tensão com outros sistemas de crédito, o texto ilustra conflitos envolvendo a credibilidade do sistema com outro setor econômico do município de Seara/SC: o comércio:

Vários segmentos urbanos e alguns segmentos rurais do município (Seara) tentaram denegrir a nossa Cooperativa de Crédito Rural chamando de „banquinho do PT“ e „banquinho dos colonos“. Certa vez, um sócio foi numa casa de comércio comprar e quando foi pagar com o nosso cheque o dono disse que não aceitava pagamento com esse tipo de cheque. O associado voltou na cooperativa e nos falou do caso. Pedimos para que voltasse naquela casa de comércio e repetisse a compra e que quando o dono desprezasse o cheque ele pedisse para o mesmo ligar *a cobrar* para ver se tinha saldo e só depois emitisse opinião. O dono da loja nos ligou e nós dissemos que aqui tínhamos sócios sérios e por isso estávamos trabalhando e se ele quisesse, logo em seguida poderia vir na CREDISEARA trocar o cheque, pois o mesmo tinha saldo. Assim fez o

associado, pagou e afirmou ao sair desta casa que pelo constrangimento passado jamais voltaria àquela casa de comércio (MAGRI et al., 2010, p. 271-2).

Ao final, o artigo apresenta ainda um conflito com as instituições bancárias do município. Uma delas foi o próprio Banco do Brasil que não aceitou fazer a compensação dos cheques da Cooperativa CRESOL Seara. No entanto, sabendo que no município vizinho de Ipumirim/SC a agência do Banco estava para ser fechada em virtude da pouca movimentação, propuseram a esta um convênio para compensação, e este fato, segundo o Conselho de Administração, evitou a interrupção das atividades da agência naquele município (MAGRI et al., 2010, p 273).

Em suma, no artigo o Conselho de Administração da CREDISEARA apresenta uma visão do Sistema CRESOL bastante relacionada com mediadores, enfatizando que sua atuação prioritária, apesar de lidar com serviços financeiros, deve ser um instrumento de mudança cultural: “o problema agrícola não é econômico, é cultural. Portanto, urge o desafio de financiar a mudança cultural da agricultura, a começar pela cultura financeira” (MAGRI et al., 2010, p. 292). Em outras palavras, os mediadores desenvolvem estratégias para identificação do Circuito, relacionando sua trajetória com a dos agricultores e diferenciando o Circuito CRESOL SC/RS dos demais Sistemas Cooperativos e/ou Instituições Financeiras.

2.5. A atuação dos mediadores na atualização do Circuito CRESOL SC/RS

Na opinião do Conselho de Administração da CRESOL Erechim, a primeira cooperativa do Sistema CRESOL SC/RS no RS, fundada em 1998, duas atividades foram fundamentais para chegar em 2010 com números expressivos: mudança da sede e aproximação com os associados. Para chegar a esta conclusão os diretores reconstruíram a trajetória da cooperativa destacando que mudanças físicas e de estratégia que permitiram estes resultados. A tabela a seguir mostra os resultados positivos desta estratégia. Enquanto na série histórica o quadro social crescia 16% o volume de depósitos crescia na casa dos 60%.

Evolução CRESOL Erechim	Depósitos R\$1,00	Associados	Depósitos por associado R\$1,00
1999	129.585,00	142	912,57
2000	218.626,00	620	352,62
2001	351.006,00	738	475,62
2002	613.711,00	87	691,90
2003	960.272,00	1.107	867,45
2004	1.123.659,00	1.274	881,99
2005	1.776.101,00	1.472	1.206,59
2006	3.445.623,00	1.714	2.010,28
20037	5.187.072,00	1.984	2.614,45
2008	7.331.508,00	2.365	3.100,00
2009	9.717.571,36	2.913	3.335,93

Informações fornecidas pela Base de Serviços Alto Uruguai.

O pano de fundo do contexto do surgimento desta cooperativa é sua intensa relação com os movimentos sociais do meio rural que atuavam na região do Alto Uruguai e os STRs. Segundo o artigo, o Sistema Nacional de Crédito entrou em esgotamento nos anos 80 devido à crise da dívida externa. Isso teria diminuído os investimentos públicos no programa e, conseqüentemente, interrompido o processo de inclusão social dos chamados “pequenos agricultores” no sistema financeiro.

Podemos dizer que a CRESOL surgiu „pela mão“ do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, tendo como principal missão organizar e melhorar o acesso do crédito rural aos agricultores familiares, particularmente os recursos da linha recém criada, o PRONAF [...]. Podemos dizer que a Cooperativa inicia suas atividades fortemente influenciadas pelo ambiente político anteriormente descrito, um clima de forte mobilização popular no campo que chegava a resultar em bloqueio de estradas e de agências do Banco do Brasil, e que tinha a cidade de Erechim como um dos centros irradiadores (MAGRI et al., 2010, p. 307).

Os agricultores acessavam o crédito (especialmente de custeio da produção) pelas cooperativas tradicionais, mas com o esgotamento deste modelo surgiram duas alternativas: os FCRs da MISEREOR e os protestos que ocasionaram o surgimento do PRONAF. No caso de Erechim, todo crédito passava pelo STR (A CRESOL ocupava uma sala nos fundos do sindicato) e através de um convênio com o Banco do Brasil realizava a “assepsia de crédito”⁶⁷ (MAGRI et al., 2010, p. 306). “O PRONAF, portanto, nasceu e se desenvolveu dentro dos STRs e depois, conforme o caso, dentro de uma CRESOL” (MAGRI et al., 2010, p. 306).

⁶⁷ O STR repassa ao Banco do Brasil a relação de agricultores aptos e com idoneidade financeira para receber financiamentos.

A criação do PRONAF impulsionou a CRESOL Erechim. O volume total de recursos investido no RS saltou de 450 milhões em 1999 para 2,35 bilhões em 2009. Em 10 anos a cooperativa constituiu um patrimônio líquido de R\$3.833.653,00 (MAGRI, 2010, p. 308). Mesmo com uma inflação de aproximadamente 5% ao ano e a diminuição da taxa SELIC de 27,39 em 1999 para 18% nos primeiros anos do governo Lula o lucro da CRESOL mantinha-se estável. Assim, a CRESOL podia aplicar patrimônio em títulos do governo, negociados com o Banco do Brasil a taxas anuais de aproximadamente 19%, mais o *spread*⁶⁸. Estas duas rubricas constituíam a renda de uma CRESOL.

No entanto, a mudança da política econômica brasileira no início dos anos 2000 fez a taxa de juros cair ainda mais chegando a 12,5% a.a.. Neste quadro o Conselho de Administração deparou-se com um problema: “a sustentabilidade de qualquer *instituição financeira não estatal*, que é o caso da CRESOL, é dada pela capacidade que ela possui ou apresenta de sobreviver e crescer sem que tenha que depender de subsídios ou repasses de recursos públicos” (MAGRI et al., 2010, p 309-10). A partir dessa definição a direção elaborou uma estratégia: provavelmente por continuar dentro da sede do STR, a Cooperativa sofria de um problema comum às cooperativas do gênero: uma excessiva identificação com a atividade sindical e, em decorrência disso, uma fraca identificação com a atividade financeira. Dito de outra forma, era comum o associado comum ir até a CRESOL realizar o contrato do PRONAF – como sempre fez, desde os tempos em que o sindicato organizava o acesso a essa linha de crédito – e fazer suas aplicações em outra instituição financeira que tinha mais “aparência” de instituição financeira (MAGRI et al., 2010, p 311).

Assim, o Planejamento Estratégico de 2006 reorientou a ação da cooperativa. A primeira mudança foi a saída da sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Desde a sua fundação a CRESOL estava instalada “nos fundos da sede do STR. O associado ou qualquer um que precisasse acessar a sede teria que passar por dentro do STR, atravessar as instalações do sindicato e somente então, ao subir uma pequena escada, iria se deparar com a porta da CRESOL” (MAGRI et al., 2010, p. 31).

A segunda atividade foi organizar visitas aos associados

quando o grupo dirigente resolve organizar uma rotina de visitas aos seus associados, prioritariamente aos que possuem uma estrutura econômica

⁶⁸ Taxa de intermediação do custeio via Banco do Brasil, ou investimento via BNDES e/ou BRDE

considerável (caminhão, pocilgas, aviários, pontos de venda em feiras, etc.) e que pouco ou nada movimentavam com a CRESOL Erechim.

Com essas visitas, os dirigentes conseguiram uma aproximação da Cooperativa com os agricultores que operam valores mais expressivos, procurando atraí-los para realizarem a sua movimentação financeira com a CRESOL. Este novo contexto indica dois aspectos: primeiro, de que a cooperativa mudou a sua orientação estratégica para se tornar uma instituição financeira que prioriza a movimentação dos seus associados, secundarizando a ideia de inclusão social. Em segundo lugar, o tema da proximidade e produção de confiança é colocado em evidência para fidelizar os agricultores à Cooperativa. Tornar-se próximo para evitar o risco da perda da identidade do circuito. E é neste hiato que o presente estudo elabora sua problemática: qual a estratégia dos mediadores para elaboração e atualização dos quadros de referência que arranjam lógica financeira, a intimidade e o sistema de significados partilhados no Circuito? Como a dimensão da racionalidade econômica convive com as referências simbólicas e a intimidade que caracterizam o circuito desde a sua origem?

Com base nessa problemática será estruturado o terceiro capítulo, buscando compreender como se desenvolveu, desde o surgimento do circuito, a construção das relações sociais e a atualização dos quadros de referência. Neste percurso, serão problematizadas as estratégias dos mediadores diante das alterações do contexto, associando a necessidade de legitimação institucional e, mesmo tempo, combinando a lógica financeira com a intimidade para consolidar as relações com os agricultores. A expectativa é identificar períodos-chave em que os mediadores tiveram que tomar decisões sobre remodelagens e atualização de símbolos e significados e compreender a importância da intimidade na ampliação das relações sociais entre mediadores e agricultores.

Assim, retomando os conceitos apresentados no primeiro capítulo e a análise da ação dos mediadores desenvolvida no segundo capítulo, a terceira parte deste estudo será o espaço de problematização das estratégias dos mediadores na definição dos limites, identificação e significação do dinheiro no Circuito CRESOL SC/RS. A importância desta problematização justifica-se porque os mediadores são obrigados a desenvolverem uma ação aparentemente paradoxal: liberar/intensificar a utilização do dinheiro e, ao mesmo tempo, estabelecer os limites da sua circulação (regulação) e significação da sua utilização.

CAPÍTULO III – “BOAS COMBINAÇÕES” ENTRE ECONOMIA E INTIMIDADE NO CIRCUITO CRESOL SC/RS

3.1. Dinheiro, intimidade e confiança

Como os mediadores e agricultores negociam sua intimidade nas transações econômicas? Quais símbolos são produzidos nesta relação? Esta seção analisa os laços sociais entre mediadores – nomeados como diretores/técnicos/assessores do Circuito CRESOL/SC/RS - e agricultores familiares associados a cooperativas que integram este circuito. A especificidade desta relação repousa no Contrato realizado para a concessão de crédito. Portanto, parte-se do fundamento econômico desta relação, baseada em transferências monetárias que, em um primeiro momento, parecem puramente formais e calculistas. No entanto, os dados mostram que há uma interferência substantiva da intimidade na modelagem das transações financeiras (e vice-versa) a ponto de fazer com que os envolvidos na relação se empenhem prioritariamente na sustentação, reelaboração e significação desta relação.

A organização do terceiro capítulo está dividida em duas fases: primeiro serão apresentados os elementos teóricos conclusivos dos capítulos anteriores para, em seguida, analisar o objeto empírico à luz destes conceitos. Partindo da tentativa de superação da dicotomia clássica expressa no conceito de “mundos hostis” através da proposição de uma “terceira via” para análise social, o eixo articulador deste estudo analisa as estratégias dos mediadores na significação do dinheiro e na captação da intimidade dos agricultores familiares no Circuito CRESOL SC/RS. Os procedimentos metodológicos desta seção intensificam 1) a utilização de um número expressivo de fontes históricas e informações do contexto atual do Circuito: entrevistas com Dirigentes (DIR), Técnicos (TEC), Assessores

das cooperativas (ASR), bem como de agricultores associados (AGR); 2) a observação de práticas e discursos, rotinas de organização do funcionamento das agências de crédito; 3) a participação em seminários, assembleias, oficinas, reuniões e festas de integração e 4); a análise de fotografias e de materiais de publicação institucional (livros, revistas, informativos, folders e peças de publicidade e marketing). Em suma, a base metodológica aproxima-se da etnografia econômica a partir da ideia que uma quantidade maior de fontes restitui a complexidade do real.

As perguntas que fornecem suporte à problematização deste capítulo são as seguintes: 1) como ocorre a análise, concessão e acompanhamento do crédito? 2) como os mediadores se tornam íntimos das famílias e como constroem a fidelização do agricultor à CRESOL? 3) como a amizade entre agricultores e diretores trata temas como acompanhamento e controle da aplicação dos recursos? 4) quais são as práticas que sustentam a relação entre os mediadores e as famílias associadas e como símbolos e rotinas (visitas às famílias, participação em festas, etc.) colocam os atores em relação? Por fim; 6) qual é a base da confiança no circuito?

A partir dessas perguntas, a problemática deste capítulo procura compreender como elementos da afetividade/intimidade são misturados às transações econômicas e quais são as estratégias adotadas pelos mediadores para oferecer suporte simbólico/organizativo às práticas econômicas no Circuito CRESOL. Em outras palavras, procura-se compreender como a intimidade oferece suporte para as relações econômicas em um circuito de crédito cooperativo, marcado por cruzamentos que vão do íntimo ao impessoal, do efêmero ao durável. Para Zelizer,

praticamente qualquer contexto social apresenta uma mistura desses gêneros. Muitas vezes nos relacionamentos, os parceiros reconhecem indiretamente a existência desses cruzamentos. E elas procedem de duas maneiras: primeiro definem a sua relação (técnico e associado) e em seguida adotam práticas para estabilizar a relação (formas de pagamento, divisão do trabalho, participação comum nas compras) (ZELIZER, 2005b, p. 22).

Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo compreender as “boas combinações” entre intimidade (afetividade) e racionalidade econômica operada pelos mediadores nas suas relações cotidianas com os agricultores. Para ilustrar, será mostrada, a partir das conclusões do segundo capítulo, a relação entre intimidade e economia nas diferentes fases de atualização da identidade do circuito. Este objetivo está amparado na hipótese de que os mediadores foram atualizando o Circuito CRESOL buscando realizar

“boas combinações” que, em seguida, são legitimadas no circuito através de símbolos e significados compartilhados.

Do ponto de vista conceitual, a trajetória teórica que orienta este estudo está ancorada nos seguintes pontos: 1) reconhece que a mudança cultural na transição da economia tradicional para economia racional é marcada pela intensificação da utilização do dinheiro; 2) define o dinheiro como um veículo (instrumento) marcador da relação social e capaz de transportar, além da utilidade prática, valores e símbolos; 3) critica os conceitos de “mundos hostis” e “esferas separadas” da Sociologia Econômica e; 4) apresenta evidências empíricas para a fundamentação da interferência da intimidade nas transações econômicas.

Conforme apresentado no primeiro capítulo, as conclusões de Weber sobre transição da orientação tradicional da economia para a orientação racional-instrumental moderna estão fundamentadas na ideia de que a introdução do cálculo, a utilização extensa do dinheiro e o desenvolvimento do individualismo econômico estão na base do capitalismo ocidental. Leva-se em consideração que esta transição foi marcada por uma nova orientação cultural, sendo que a mudança ocorreu de dentro para fora (WEBER, 2000, p. 62). A introdução do dinheiro do cálculo revolucionou a gestão econômica, fazendo emergir a firma e o mercado de trocas despersonalizadas, isto é, o dinheiro racionalizou a gestão e as relações econômicas, isto é, o dinheiro racionalizou a gestão e as relações econômicas.

Para Zelizer (2005b, p. 18) estas conclusões de Weber inauguram uma longa tradição na Sociologia Econômica que explica a ação social através de “esferas separadas”. De um lado, a afetividade e solidariedade; de outro, o cálculo e a busca de eficiência. Essas esferas funcionariam separadamente e seriam hostis entre si, sendo que “todo contato entre elas é fonte de contaminação moral e toda mistura é potencialmente corruptora tanto de uma como de outra.” Na crítica aos conceitos de “esferas separadas”, “mundos hostis” e “tudo ou nada” a autora mostra que o processo de racionalização não corrompeu da intimidade e esta tampouco prejudicou o desenvolvimento da racionalidade no ocidente.

Se eles [os Sociólogos] nunca foram capazes de alcançar satisfatoriamente a ligação entre estas concepções é porque a realidade social em questão exige não que escolher entre eles, mas ir além deles. O reconhecimento de relações diferenciadas implica em formas distintas de transação econômica, o que pode permitir superar o impasse. (ZELIZER, 2006a, p. 24).

Para a autora, os mercados são inevitáveis, constantes e ricamente moldados pelos sistemas de significados atribuídos pelas pessoas e pelas variáveis relações sociais (ZELIZER, 1994), sugerindo que estas esferas estão misturadas (conectadas) e os limites entre o pessoal e o coletivo (íntimo e social) geralmente são transgredidos (ZELIZER, 2005).

O *gap* analítico entre intimidade e impessoalidade pode ser superado reconhecendo-se a existência de laços diferenciados que atravessam situações sociais particulares. Em todos os tipos de situações, das predominantemente íntimas às predominantemente impessoais, as pessoas diferenciam fortemente vários tipos de relações interpessoais, caracterizando-as com distintos nomes, símbolos, práticas e meios de troca (2009a, p. 240).

Mas por que transações monetárias são objeto de análise? 1) porque deixam rastros em registros históricos; 2) porque dramatizam o conflito entre economia e intimidade; 3) porque geralmente os cientistas sociais consideram a monetização e a racionalização como extremamente ameaçadoras da afetividade (ZELIZER, 2001). Nesse sentido a relação entre intimidade e economia passa a ter um duplo sentido: na ideia de pagamento pela intimidade (através da contratação de serviços de cuidado, sexuais, entre outros); e no sentido de “captação” de como “o domínio poderoso da intimidade afeta as formas pelas quais as pessoas organizam a vida” (ZELIZER, 2011, p. 14) Analisar as transações realizadas com a utilização do dinheiro permite compreender com mais alcance a relação entre cultura, política e até mesmo intimidade, permitindo chegar aos elementos primários que explicam o sentido das relações sociais.

Na obra *Purchase of Intimacy* (2005) Zelizer adota do conceito de intimidade relacionando-o ao tema do conhecimento, isto é, as informações e a produção de confiança que os envolvidos em uma relação dispõem entre si, enfatizando o compartilhamento de segredos, o desenvolvimento de rituais interpessoais, o acesso a informações corporais e a consciência da vulnerabilidade pessoal quando se estabelece uma relação de confiança.

A partir deste pano de fundo, Zelizer analisa a principal ferramenta de desenvolvimento do capitalismo ocidental: o dinheiro. Longe de ser um solvente devastador, estandarizante e universal das relações sociais (ZELIZER, 2005b, p. 26), o dinheiro é frequentemente marcado pelo conteúdo da intimidade e da cultura. As conclusões da autora advogam que nas práticas sociais é possível perceber que: 1) o dinheiro corrompe a intimidade; 2) também não se sustenta a tese de que a intimidade pode funcionar como uma mercadoria, expressa pela teoria do “comércio por toda parte”; 3) a intersecção (cruzamentos) entre dinheiro e intimidade não

está isenta de conflitos; 4) na vida cotidiana as pessoas realizam boas combinações e; 5) circuitos econômicos “produzem moedas” (ZELIZER, 2011, p. 34) e oferecem facilidades para elaboração de símbolos que consolidam essas relações.

Este estudo propõe que existem graus distintos de confiança, bem como sua diferenciação com a racionalidade, mas o foco analítico é buscar compreender como se produz a intimidade a partir do acesso a informações financeiras e sociais dos tomadores de crédito. Assim, relações de intimidade são diferenciadas entre a sua variedade (das mais próximas às mais impessoais) e pelo grau de amplitude (até onde se sabe sobre o outro). E para aprofundar a relação entre economia e intimidade é fundamental definir os conceitos de circuitos econômicos, intimidade e família. O dinheiro é um meio e sua circulação é organizada em circuitos onde os atores, em relação, arranjam e significam sua utilização. Ele introduz uma nova ordem, mas esta não está livre de constrangimentos. O trabalho relacional desenvolvido pelos mediadores é a sua significação do dinheiro através da produção de símbolos nestes circuitos e, além disso, seus objetivos visam articular a intimidade mostrando que as duas esferas se cruzam, enquanto as relações sociais estabelecem acordos, símbolos como resultados culturais.

Assim, amizade, altruísmo e solidariedade se misturam aos elementos de ordem econômica e técnica em práticas compartilhadas que articulam relações limitadas e breves, limitadas duráveis, amplas e breves, amplas e duráveis (ZELIZER, 2011, p. 143-4) através de “vidas conectadas”, cujo trabalho relacional é tratar justamente de encontrar quais são as transferências econômicas e como são feitas, quando e por quem.

3.2. A produção de significados nas três atualizações do Circuito CRESOL

Como se originaram e quais as estratégias adotadas pelos mediadores para a legitimação de símbolos no Circuito CRESOL SC/RS? Qual a estrutura destas atualizações e em que medida conseguiu combinar a racionalidade instrumental do cálculo, a intimidade e o sistema de valores e símbolos coletivos no Circuito CRESOL? Os segundo capítulo, que reconstruiu a trajetória e identificação do Sistema, oferece um rico material para esta

análise. Assim, o conjunto dos dados permite concluir que até o estágio atual o Sistema CRESOL realizou três grandes atualizações:

1ª elaboração (entre 1994 e 1997): **passagem do Fundo Rotativo de Crédito (FCR) para Cooperativa de Crédito.** Sob o conceito de “pequenos produtores”, neste contexto o circuito enfatiza o caráter fechado da unidade doméstica, associado à circulação restrita de dinheiro. Bastante articulados aos repertórios de mobilização das ONGs, Movimentos Sociais e STRs, os elementos de referência simbólica deste contexto estimulam a mobilização coletiva, o engajamento e contestação do modelo de agricultura, de sistema financeiro de crédito e, do ponto de vista mais amplo, de desenvolvimento social. Em um sentido mais específico, surge a ideia de cooperativa como ferramenta para organizar o dinheiro e esta organização ganha forma a partir da cooperativa, pois este formato institucional permite, especialmente, a individualização das relações de crédito (dívida) e a ampliação da circulação de dinheiro no circuito. Intimidade e relações de confiança são produzidas em uma nova relação: o crédito abriu a gestão da unidade doméstica/familiar e os mediadores passaram a fazer parte do cotidiano das famílias. Estar na “propriedade” e conhecer bem os agricultores torna-se uma exigência básica para o bom desempenho das relações de crédito.

Qual que tu acha que é a maior diferença nestes 15 anos de CRESOL?

Assim, no começo o que me parecia assim aquela coisa comunidade, fortalecer a comunidade não em si a família, eu diria que quando começou a vir o crédito, as linhas de crédito foram se aperfeiçoando, o volume de crédito foi aumentando, se falava em dois mil para um repasse de custeio. Hoje se fala em Mais Alimentos de até 130 mil reais. Isso foi pra mim um dos “carros-chefes” que fez com que se fortalecessem mais as famílias, não assim a comunidade. Se concentraram mais, individualizou o trabalho, mais familiar, mais individual. Eu consigo um volume de dinheiro maior se eu trabalho, organizo minha propriedade e a minha família. Então, pra mim, um dos fatores, eu diria, que descentralizou, ou seja, não fez aquele trabalho de cooperação nas comunidades; perdeu-se um pouco. Eu inclusive trabalhei muitos anos na propriedade lá com meu pai lá, onde se tinha três ou quatro máquinas, tratores terra dobrada. Ninguém tinha mais do que uma colônia de terra 25 hectares e nós naquela época adquirimos uma máquina. Mas se trabalhava como uma comunidade, uma associação. Hoje, com o acesso, o agricultor pode financiar tranquilamente uma máquina. E ele não quer ficar dependente das demais famílias. Então, isso fez com que se fizesse um trabalho mais individualizado. Eu acho então que de um lado o crédito ajudou sim, mas por outro lado, ele também separou um pouco, separou as famílias assim as pessoas do conjunto mais, e hoje individualizou bastante. E também se você for analisar o crédito, fez também com que elevasse o número de, o CPF por pessoa, assim, o endividamento ele se aumentou muito. Claro, taxas de juros reduzidos, a longo prazo, mas é endividamento também (DIR1).

2ª elaboração (entre 1998 e 2003): **Diferenciação do circuito em relação aos demais sistemas de crédito cooperativo.** Com a expansão do PRONAF, outras

cooperativas de crédito passaram a atuar no meio rural. Neste ponto, os mediadores desenvolvem estratégias para fortalecer uma relação de reciprocidade e confiança com os associados em torno do conceito de **Agricultura Familiar** e cooperativismo de crédito. Essa elaboração é fundamental porque associa elementos de ordem pessoal e valorativa dos beneficiários da política pública, ao passo que intensifica a utilização do dinheiro. O custeio da produção passa a ser o ponto de encontro, articulando elementos da racionalidade instrumental dos associados com a aproximação do sistema financeiro (aptidão das cooperativas para receberem recursos da política pública) e de setores do Governo Federal, especialmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A aproximação com o sistema oficial de crédito instaura uma agenda de afastamento em relação aos movimentos sociais, ONGs e STRs. As cooperativas passam a ter mais contato (e um contato direto) com os agricultores que intensificam a circulação de dinheiro apostando em relações de crédito mais duradouras, mesmo que permeadas por uma relação de dívida.

3ª elaboração (após 2004): **Introdução do conceito de família** e utilização do **dinheiro para o “bem viver”**. Esta é terceira elaboração que, além de coincidir com o surgimento da CRESOL Central SC/RS, ainda está em fase de consolidação. Expresso pelos conceitos de “construção da moradia” e “crédito para o bem-estar”, o Circuito atualiza símbolos que aproximam elementos de ordem afetiva com a racionalidade instrumental (cálculo). O tema da qualidade de vida entra em foco e o acesso aos bens de consumo passa a ser sinônimo de inclusão social. O lançamento da política pública de construção e reforma, além da ampliação da oferta de produtos e serviços como cartões de crédito, seguros e demais serviços financeiros cristaliza o afastamento em relação aos movimentos sociais, STRs e ONGs e consolida a aproximação com o sistema financeiro. Do ponto de vista da estratégia organizacional, o circuito passa a tentar corrigir fluxos de dinheiro, procurando manter os recursos dos associados no Sistema. O tema da formação volta a ter evidência, bem como a motivação para que os Comitês de Crédito atuem de forma transparente e autônoma.

Como essas três elaborações combinaram racionalidade econômica e intimidade, relacionando-as com um sistema de significados compartilhados no Circuito? Quais sentimentos entraram em jogo nesta relação entre as duas esferas? Quais as estratégias adotadas pelos mediadores para isso ocorrer? Para compreender essas questões é necessário aprofundar a dimensão da intimidade nas transações econômicas procurando

evitar cair na “armadilha culturalista” em que o sistema coletivo de significados e símbolos teria a capacidade de subjugar a economia e a intimidade nas transações econômicas. Assim, este estudo oferece pistas para destacar como o elemento da intimidade esteve presente em cada uma destas três elaborações/atualizações de símbolos e significados: o dinheiro é o veículo que estabelece a “espinha dorsal” entre os três períodos.

Na primeira atualização, a estratégia dos mediadores passa por duas linhas: a individualização da relação (especialmente pela emergência dos contratos por CPF), o que permitiu o acesso às informações financeiras de cada tomador e o cálculo da sua capacidade de endividamento. Antes a relação era com o grupo e toda análise de capacidade de pagamento era feita a partir das capacidades do grupo (coesão, estrutura interna das relações sociais e disposição dos integrantes para cooperação e ajuda mútua). Essa novidade motivou os agricultores a exporem seus projetos privados, abriu sua propriedade e exigiu um sistema de contabilidade (gestão) dos recursos contraídos mediante empréstimo.

Quadro síntese dos significados e novas práticas adotadas pelo circuito

Antes	Constituição do circuito – Primeira elaboração
Acesso ao crédito através do grupo	Acesso individualizado
Definição sobre a aplicação dos recursos feita pelo grupo	Liberdade de escolha da finalidade de utilização do dinheiro
Sem compromisso com instituição financeira	Contrato com instituição reconhecida pelo Sistema Financeiro Nacional
Participação na associação	Participação na gestão da cooperativa
Simbologia partilhada: pequenos agricultores isolados são sinônimo de dispersão e vulnerabilidade social	Pequenos agricultores organizados (em cooperativas) são fortes e com capacidade competitiva
O pouco dinheiro dos agricultores está disperso no sistema financeiro oficial e privado	Do ponto de vista financeiro: CRESOL procura organizar o dinheiro
Dinheiro para custeio da produção, especialmente para compra ou produção de sementes	Dinheiro para custeio da safra (insumos diversos)
Organizações de referência simbólica: Igrejas, ONGs, STRs. Temas: comunitarismo e ecologia	Organizações de referência: Sistema financeiro, outros circuitos de crédito cooperativo. Temas Cooperativismo e desenvolvimento
Confiança e intimidade através da proximidade com o grupo/associação.	Relações de proximidade a partir de visitas às propriedades dos candidatos a financiamento; busca de informações sobre idoneidade dos pretendentes na

	vizinhança, em festas comunitárias e consultas informais a estabelecimentos de comércio
Histórico financeiro da associação como referência para concessão de crédito	Busca de informações individualizadas em de sistemas oficiais (SERASA e SPC)
Significado do dinheiro atribuído pelo crédito orientado, especialmente pelas ONGs	Mantém
Volume de circulação financeira baixo	Ampliação/aumento da utilização de dinheiro

Fonte: sistematização feita pelo autor.

Na segunda elaboração/atualização, os mediadores estão empenhados na diferenciação do Circuito CRESOL em relação aos demais circuitos. A estratégia foi a aproximação com a política pública do PRONAF pela articulação entre a ideia de cooperativa e o conceito de Agricultura Familiar. Neste sentido, desenvolve-se a ideia de que o engajamento na causa social da cooperativa passa a gerar lucros individuais como inclusão social através da política pública e baixo custo do dinheiro (juros). No entanto, aproximar-se da política pública significa incorporar as regras do Sistema Financeiro Nacional. Os mediadores precisam diferenciar as cooperativas dos Bancos e para isto o tema da participação na gestão da cooperativa passa a ser estratégico. A construção da confiança passa pela ideia de “esta casa é sua”, slogan estampado nas fachadas das cooperativas constituídas ainda na formação do circuito.



Foto da inauguração da CREDIQUILOMBO em 1994. (Fonte Arquivo CRESOL Central SC/RS).

Este envolvimento na gestão fez com que os agricultores se aproximassem da cooperativa tornando-a uma “extensão da casa”. Perguntado sobre como é a relação entre os associados e a CRESOL um agricultor entrevistado responde:

Ah, meu Deus! É bastante bom, eu já fiz parte do Conselho Fiscal duas vezes aqui. Conhecendo o pessoal, visitando o pessoal no interior, aqui, onde tem o posto avançado. Tem nove ou dez posto avançado. Mas é uma tranquilidade, a gente entra aqui assim, parece o mesmo que entrar em casa, tu entra aqui não precisa nem perguntar (AGR1).

Neste processo, a relação do Circuito CRESOL com o Sistema Financeiro Nacional e o surgimento de outros circuitos de crédito ameaça, pela primeira vez, a identidade do Circuito. Os mediadores passaram então a atuar no fortalecimento interno e as estratégias foram o fortalecimento da estrutura organizativa das cooperativas e a adoção do princípio da descentralização, desmembrando cooperativas maiores em pequenas e médias, na expectativa de uma maior aproximação com os agricultores. Além disso, este também é um momento para a institucionalização de programas de investimento (além do custeio da produção de cereais) através das parcerias com o BNDS e BRDE. A elaboração de projetos, sua viabilidade serão praticamente coordenados pelas cooperativas. Surge o Programa de Crédito Orientado. Note-se a expansão do domínio das cooperativas sobre a atividade financeira das famílias. A racionalidade econômica passa a ser estimulada, sempre acompanhada pela vigilância com o desenvolvimento institucional da cooperativa, perseguindo o apelo de que, apesar de comemorar o bom resultado financeiro, há uma necessidade ainda maior de comprometimento por parte dos associados com a gestão da cooperativa.

Quadro síntese dos significados e novas práticas adotadas pelo circuito

Elaboração anterior (primeira)	Elaboração atual (segunda)
Pequeno agricultor	Agricultor Familiar
Crédito Custeio da safra	Crédito produtivo + investimentos
Recursos provenientes do FCR e captação de recursos próprios dos agricultores	Recursos provenientes do PRONAF, do BNDS e do BRDE
Mobilização social como forma de pressão para acesso aos recursos	Mobilização existente, mas enfraquecida com o aumento do endividamento e a necessidade de dedicação à gestão da propriedade
Cooperativa conhecia o plano de safra de cada propriedade financiada	Cooperativa conhece também os planos de investimento em máquinas, equipamentos e aumento

	de capital
Simbólico: organização dos pequenos agricultores para conseguir benefícios	Autoestima do Agricultor Familiar como “produtor de alimentos para a nação”
Relação de crédito com base em contratos com sanções claras e calculáveis em caso de não pagamento.	Mantém
Propriedade rural com caráter fechado e certa restrição ao uso do dinheiro. Campesinato baseado no autoconsumo.	Caráter aberto da unidade doméstica. Relação com o mercado via produção de alimentos (comercialização). Surgimento da classe dos Trabalhadores na Agricultura Familiar que mesmo sem empregados, orientam a gestão da unidade doméstica a partir dos princípios da contabilidade empresarial. Com o crédito para financiar agroindústrias surgem as empresas rurais (CNPJ) que se por um lado facilitaram o acesso ao sistemas de inspeção da vigilância sanitária, mas por outro retiraram o agricultor da condição de segurado especial da Previdência Social. Agricultura de mercado.
Cooperação baseada na ajuda mútua e rede de vizinhança	Aval Solidário e solidariedade de contrato.
Confiança e intimidade através de relações de proximidade como: visitas às propriedades dos candidatos a financiamento; busca de informações sobre idoneidade dos pretendentes na vizinhança, em festas comunitárias e consultas a estabelecimentos de comércio	Mantém
Confiança e intimidade através da busca de informações em sistemas oficiais (SERASA e SPC)	Mantém
Significado do dinheiro através do crédito orientado	Assessoria própria da CRESOL
Ampliação/aumento da utilização de dinheiro	Mantém

Fonte: Sistematização feita pelo autor.

Por fim, a terceira fase de atualização do Circuito CRESOL passa a ser caracterizada pela adoção da ideia de “família” no sentido amplo do termo e a interferência nos hábitos de consumo da unidade doméstica. Surgem os produtos e serviços de uma instituição financeira completa, que do ponto de vista econômico, procuram fechar o circuito evitando que o dinheiro que circula dentro dele evada as divisas. Assim, as cooperativas de crédito do Sistema CRESOL SC/RS passam a disponibilizar recursos para aquisição de

automóveis, eletrodomésticos, moradia e reforma da casa, cartões de crédito, seguros (vida, produção, conservação de bens) e investimentos em aplicações financeiras diversas.

Nos discursos institucionais deste contexto surge a “CRESOL que realiza sonhos”. A mulher e as crianças emergem como sujeitos de cidadania em um modelo de família a ser resgatado e preservado. Nos materiais informativos e de divulgação são destacadas imagens de famílias associadas com depoimentos como o de uma agricultora de Constantina/RS:

Antigamente para poder lavar roupa eu tinha que ficar à noite no porão, e a única iluminação vinha de uma lâmpada no canto da casa, isso sem contar que para estender a roupa tinha que fazer tudo no escuro, e agora eu posso lavar a roupa descansada, assistindo minha novela, e estender a roupa com luz.

Discurso percebido também na fala de diretores de cooperativas:

Quais são os valores da CRESOL? Os principais valores do sistema CRESOL eu pra mim é o quanto ela conseguiu até hoje realizar de sonhos pras pessoas. O que ela significa pra agricultura familiar? Eu posso falar daqui da abrangência onde a gente atua, eu diria que da agricultura familiar que eu conheço da nossa região, uma média de 80% trabalha com o sistema CRESOL. Às vezes muito dessas pessoas trabalham com a CRESOL e trabalham com outras instituições elas não tem basicamente na CRESOL uma conta, mas a CRESOL representa muito pra essas famílias. Se não tivesse o sistema CRESOL eu não tenho dúvida que hoje, o mercado teria excluído muito mais gente, as taxas de juros seriam muito mais exploradas, eu vejo que isso significa resultado, dinheiro do bolso das pessoas que trabalham com o sistema CRESOL; o custo é muito baixo (DIR1).

Do ponto de vista interno da Central, um duro debate começa a tomar forma. Segundo análises financeiras, o Sistema CRESOL SC/RS não conseguirá manter sua estrutura funcionando se atuar somente na transferência de recursos da política pública (conforme demonstrado no segundo capítulo). Precisarão captar recursos dos próprios agricultores (cotas-parte, investimentos em renda fixa, poupança, etc.), além de ampliar o quadro social para o público urbano, utilizando-o para financiar sua estrutura e a oferta de crédito próprio, prioritariamente para o consumo dos associados. O plano de fundo deste estudo reconhece que, embora não seja objeto de análise, existe uma tensão entre mediadores na disputa pela elaboração dos referenciais do Circuito. Para ter uma ideia deste conflito, discute-se atualmente, a criação de uma nova Central porque há entendimento diverso, especialmente sobre o afastamento em relação aos movimentos sociais e demais organizações que historicamente deram suporte ao Sistema.

Isso está escrito lá (Planejamento anual realizado em Piratuba) e foi defendido pela grande maioria que nós vamos ter que pegar este público urbano. Então lá no novo formato do futuro da CRESOL isso entrou. Não vamos deixar dos nossos princípios de porque a cooperativa foi criada, mas sim vamos pegar esse pessoal pra deixar a cooperativa sustentável. Inclusive tinha um pessoal do Banco Central nos cobrando muito: - tem que se sustentar! Se esta parcela que falta está no público urbano, vocês vão ter que trazer pra dentro pra fazer volume de negócios porque hoje em dia é isso e o Banco Central nos cobra (DIR8).

Como descolar-se da política pública sem perder a identidade? Quais temas da intimidade são misturados à racionalidade econômica neste novo cenário? A partir desta constatação os mediadores desenvolvem uma estratégia que articula os seguintes elementos: o Sistema deve ser autônomo (em relação ao Estado, Política Pública, Movimentos Sociais, ONGs, Igrejas e STRs.) e deve acompanhar o Agricultor Familiar, financiando “o que ele precisa”. Em troca, quanto mais o agricultor participar, mais benefícios econômicos ele usufruirá.

Qual a tua opinião sobre a oferta de produtos e serviços pela CRESOL? É uma grande evolução do Sistema. Com certeza atuar somente na linha do PRONAF não é o suficiente para manter uma cooperativa; tem que trabalhar com um mix de produtos até porque os nossos associados buscam esses produtos e trabalhos. A Cooperativa CRESOL tem que estar sim, com certeza, evoluir conforme o mercado está evoluindo e oferecendo produtos que o associado venha procurar aquela linha. Se a CRESOL não trabalha com ela eles vão buscar em outra instituição financeira. E buscando outra instituição financeira com certeza a relação com a CRESOL começa a ser perdida. Acredito que nós temos que trabalhar fortemente na linha de produtos e serviços (DIR6).



Folder institucional de divulgação. Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

Além disto, com o crescimento acelerado do Sistema (em número de associados e ativos financeiros) a despersonalização das relações passa a ser considerada. Para isso, três práticas são adotadas: investimento em marketing, inovações institucionais que otimizem a busca de informações sobre os candidatos ao crédito e intensificação da estratégia de aproximação com os agricultores. É neste contexto que surge o *slogan*: “CRESOL, mais que uma cooperativa de crédito, uma grande família”.

Quadro síntese dos significados e novas práticas adotadas pelo circuito

Segunda elaboração (anterior)	Terceira elaboração (atual)
Dinheiro para custeio e investimento	Dinheiro para custeio, investimento e consumo (bem-estar).
Movimentos sociais e mobilização para acesso ao sistema financeiro de crédito	Mediadores se fortalecem com interferência política negociando as pautas para os agricultores
Agricultor Familiar que produz alimentos	Família, união e qualidade de vida
Família como unidade produtora com destaque para utilização da mão de obra, especialmente masculina.	Participação maior das mulheres e filhos maiores (proteção dos menores – seguro de vida).
Dinheiro para produzir e capitalizar	Dinheiro para produzir, capitalizar e para bem-estar/consumo
Seguro para proteção dos investimentos	Dinheiro para proteção do estilo de vida da família
Organizações de referência: Movimentos sociais, outros circuitos de crédito cooperativo e Sistema Financeiro	Organizações de referência: Outros circuitos de crédito cooperativo, Sistema Financeiro e Bancos.
Confiança e intimidade através de relações de proximidade como: visitas às propriedades dos candidatos a financiamento; busca de informações sobre idoneidade dos pretendentes na vizinhança, em festas comunitárias e consultas a estabelecimentos de comércio	Mantém
Confiança e intimidade através da busca de informações em sistemas oficiais (SERASA e SPC)	Mantém
Significado do dinheiro pelo crédito orientado pela CRESOL	Mantém
Ampliação/aumento da utilização de dinheiro	Mantém

Fonte: Sistematização feita pelo autor.

Há um indicador bastante preciso da atenção às mudanças econômicas que perpassam o Circuito. Temas como inadimplência e afastamento do público alvo passam a ser debatidos. Na intenção de contornar isso, iniciaram-se um processo de orientação

intensa e fiscalização da aplicação dos recursos, típicos da fase de aproximação com o Sistema Financeiro Nacional:

Vocês são cobrados pelo Banco Central? Sim porque nós tivemos uns problemas historicamente, que as pessoas pegam o crédito e não aplicam na finalidade. **E vocês têm conseguido acompanhar isso?** Sim tem conseguido acompanhar isso, porque nós também seremos cobrados, dali a pouco vem um auditoria lá do agente financeiro e a operação esta irregular e nós somos bloqueados, e não bloqueia só a CRESOL aqui de Erechim, bloqueia o sistema (TEC1).

Como é que você enxerga o técnico lá? Ele é um amigo, ele é um fiscal? Não, ele é um fiscal. Nos mínimos detalhes, ele tira foto da propriedade, vai tirar foto das vacas para ver como está. Mas eu não posso me queixar da minha parte ali de casa, meu Deus do céu! Ele fica tomando chimarrão, tem umas bolacha, comemos umas bolacha, vamo ver a propriedade. Vamos lá ver as vacas e daí a gente fala “de repente essa precisa ser descartada porque não está mais produzindo leite. E então precisa ser descartada.” “Você que sabe”, ele diz. “Você é o dono eu to aqui para dar assistência”, ele diz (AGRI).

Em suma, durante as três elaborações do Circuito CRESOL mudam-se os símbolos compartilhados e as estratégias dos mediadores, mas as práticas de marcação do dinheiro e a expectativa de realização de “boas combinações” entre intimidade e dinheiro se mantêm, especialmente se analisada a intensificação da aproximação entre mediadores e agricultores.

3.3. A abertura da unidade doméstica e a questão da intimidade

Para continuar a análise dos dados empíricos a luz dos conceitos propostos, o roteiro deste estudo levará em consideração quatro aspectos: 1) observação do conflito no interior do Circuito a partir dos registros de mediadores que reforçam a teoria dos “mundos hostis”. Esta apresentação tem por objetivo mostrar como esta interpretação dicotômica está presente nas explicações sobre as mudanças do contexto onde se desenvolvem as relações. Sua argumentação separa esferas/mundos que podem ser complementares e interdependentes, uma vez que nas práticas diárias as pessoas se esforçam para articular as novas oportunidades econômicas (e evitar as ameaças) com elementos de ordem íntima e simbólica. 2) A referência aos usos, efeitos e significados do dinheiro: destaca-se análise de indicadores sobre a mudança na gestão das propriedades pela sua abertura e relação com

o mercado e como estas mudanças afetaram as relações sociais e a intimidade; 3) As relações sociais no Circuito CRESOL: neste ponto, emergem temas prioritários que aproximam intimidade e confiança em torno de argumentos que visam validar as hipóteses de que os mediadores, na sua relação com os agricultores, elaboram e articulam elementos de ordem pessoal com elementos de ordem simbólica. “Produzir confiança” emerge como elemento constitutivo para compreensão dos efeitos da intimidade na modelagem das relações econômicas. Por fim, 4) A análise de que a base econômica oferece fundamentos sociais para estruturação relações sociais, ao passo que estas estão em constante transformação pela sua necessidade de articular elementos da intimidade com as mudanças do contexto econômico. Nestes “cruzamentos” entre intimidade e economia, mediadores e agricultores estabelecem “boas combinações” que permitem a incorporação de novas oportunidades econômicas e comerciais sem que essas prejudiquem as relações de confiança.

3.3.1. “Mundos hostis” ou “boas combinações”?

A visão de “esferas separadas” e de “mundos hostis” que marca a ciência social também pode ser encontrada nos discursos de alguns mediadores no Circuito CRESOL. Para ilustrar serão apresentadas duas dicotomias presentes nos discursos de alguns mediadores na atual fase de desenvolvimento do Sistema. São elas: rural *versus* urbano e Banco *versus* Cooperativa. Com a intensificação da utilização do dinheiro e a ampliação expressiva do quadro social e de ativos financeiros, espalha-se o temor de que as relações serão despersonalizadas e terão como efeito a perda da principal característica que diferencia o Circuito dos demais: a proximidade, a confiança e a intimidade com o agricultor.

A primeira dicotomia que marca os discursos produzidos a partir das entrevistas é diferenciação entre o rural e urbano. Atualmente, esse debate é central para o detalhamento da missão e visão institucional do Sistema CRESOL. De um lado, estão os defensores na tese de que a CRESOL deve continuar nos atuais moldes, priorizando o público rural, evitando a sua descaracterização e afastando a ameaça de que a inserção de associados

urbanos possa secundarizar a estratégia de atuação na Agricultura Familiar. De outro lado, um grupo razoavelmente considerável (aparentemente majoritário), argumenta que o atual modelo chegou a um esgotamento e que a sustentabilidade financeira e, em uma perspectiva mais ampla, a própria viabilidade das Cooperativas e do sistema CRESOL, dependem da capacidade de diálogo como público urbano. Há duas razões para acreditar nisso: primeiro, embora os níveis de êxodo rural tenham variado pouco nos últimos anos, ainda se verifica uma contínua diminuição do público rural. Em segundo lugar, os dados econômicos do Sistema ilustram que centrar a atuação estratégica apenas no repasse de políticas públicas não permitirá alcançar lucros (*spread*) razoáveis para manter a sua estrutura de funcionamento, tampouco financiar sua ampliação.

Esse tema vem provocando debates tensos nas atividades de planejamento estratégico e nas assembleias de prestação de contas. A partir da observação destes eventos, constatou-se que o plano de fundo que orienta os argumentos é uma visão que separa rural e urbano em dois mundos distintos e, por consequência, opostos.

Quais os efeitos da utilização do dinheiro, especialmente do crédito rural? O dinheiro vai te fazendo mudar de pensamento. E eu só percebi isto lá na França, quando a gente foi para lá e eles nos falaram a trajetória do Agrisol e do... outro lá como o é que é? Crédito Agrícola, eu acho. Aí eu pensei no SICREDI aqui do Brasil. Eu também participei um pouco SICREDI; eu era do Conselho Fiscal. E passei a conhecer um pouco o SICOOB e comecei a fazer o trajeto. Então, como é que o crédito vai mudando o pensamento das pessoas vida as organizações, porque mudando as pessoas muda-se as organizações. E nos últimos tempos que na CRESOL eu tenha sido um pouco crítico neste sentido em relação ao público e na questão da viabilização do sistema. Então, eu percebo que aos poucos nós estamos nos afastando do público. Tu vai percebendo que a organização precisa sobreviver para estar num mercado, inserido num mercado e para você se sentir inserido num mercado precisa mudar os pensamentos que você tinha, os valores, as crenças e etc. Você vai pensando que tem que mudar de público porque esse público também já não é mais tão interessante nesta nova formatação. **O dinheiro altera as relações sociais?** O dinheiro pode alterar. Se você não trabalhar a lógica de para que ele serve, para que que ele entra na propriedade? Se não tiver essa compreensão ele pode alterar. Porque você recebe a lógica individualista de fora, que não é uma coisa construída ali na família. É uma lógica passada pela televisão e o grau de compreensão entre um e outro, mesmo ali na família, é diferente. Então, você pode pensar em pegar um crédito e fazer não sei o que lá. O outro pode pensar: vamos desenvolver aqui, cuidar da natureza, manter os filhos aqui (DIR5).

É neste cenário que alguns mediadores, sem abrir mão da dimensão econômica da sua concepção, propõem referenciais simbólicos que aproximam e relacionam estes dois mundos aparentemente hostis. Nesse sentido, a fala de um Diretor-Presidente de cooperativa singular ilustra bem esta tentativa:

O que mudou no meio rural? Mudou bastante. Hoje para você manter alguém no meio rural é preciso dar todas as condições que ele teria na cidade. Mercado justamente o pessoal pega bastante. Praticamente quem mora na cidade pega tudo no mercado e quem mora lá na agricultura não muda mais muito. E mesmo se cria vaca de leite ou suínos, não se planta mais arroz, feijão, mandioca. É uma vida que nem se fosse urbana. Na verdade assim, todo mundo aqui da cidade tem relação com o meio rural ou tem filho de agricultor que tá na cidade que tem uma relação com a agricultura. Uma coisa que eu defendo muito assim... nós vamos precisar desse pessoal urbano para daqui a pouco nós ainda ter a viabilidade da cooperativa porque tá enxugando o interior, tá ficando aposentados. Eu tenho isso claro, nós temos que pegar se apropriar desse público urbano pra dar receita à cooperativa para nós viabilizar os projetos ainda lá porque somente com os agricultores nós não vamos viabilizar a cooperativa. Jogar o PRONAF pra dentro com um spreadzinho que dá isso não nos vai sustentar a cooperativa. Por isso se nós não pegar o público urbano para fazer frente e defender a agricultura, porque nosso interesse é defender a agricultura mas para isso nós temos que trazer outro recurso pra dentro da cooperativa para nos viabilizar. Porque se nós ficar teimando que vamos trabalhar só com agricultores eu não vejo vida longa pra CRESOL. **E vocês não tem medo de perder os princípios?** Isso é muito arriscado, inclusive nós somos muito cobrados dos agricultores porque eles vieram de uma cooperativa que mudou de rumo. Essa provocação já é feita para nós lá nas comunidades que nós visitamos e nas pré-asmbléias. Eles perguntam: tá indo pro rumo da SICREDI? Hoje nós somos esquecidos pelo SICREDI (DIR8).

Uma tentativa de estabelecer boas combinações também é percebida no discurso dos técnicos:

É, a gente também percebeu nas pesquisas⁶⁹, os agricultores, eles não têm, pelo que agente viu deles, eles não têm nem uma barreira, digamos assim, de que a gente atenda outros públicos. Mas eles não querem perder a identidade e, digamos, a preferência. Todos eles disseram: “não, a gente concorda que a CRESOL pode acessar os urbanos. O que é bom pra nós pode ser bom para os outros também, mas a gente não quer perder digamos assim essa prioridade” (ASR3).

Assim, instaura-se um processo de negociação entre mediadores e agricultores que ultrapassa a dimensão econômica da negociação dos juros do contrato de crédito, quantidade de dinheiro financiado ou os prazos e condições de pagamento. Busca-se, acima de tudo, a manutenção da identidade do Sistema e manutenção dos atuais moldes das relações sociais.

⁶⁹ Recentemente uma extensa pesquisa de opinião encomendada pela CRESOL Central SC/RS, realizada por IFIBE (Instituto de Filosofia Berthier) e apoiada pela organização canadense DSI (*Développement Solidaire International*) demonstrou seu afastamento em relação aos movimentos sociais e organizações que tradicionalmente deram suporte à sua estruturação. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2010 e entrevistou 1148 integrantes do Sistema divididos nos segmentos de dirigentes, associados e funcionários.

A segunda dicotomia, que se manifesta polarização Banco-Cooperativa, apresenta desdobramentos especiais para os defensores da teoria de “mundos hostis”: do ponto de vista cultural o Banco representa a incapacidade de significação do dinheiro; na perspectiva social, a individualização e a perda do espírito comunitário (solidariedade); do ponto de vista político, o estabelecimento de uma lógica hierarquizada e uma distribuição assimétrica do poder (expressa especialmente pelos diferentes níveis internos de acesso ao conhecimento) e, por fim; do ponto de vista econômico o risco da perda da razão de existência da Cooperativa, uma vez que lógica dos Bancos estaria centrada na atuação em grandes centros urbanos onde há mais volume e circulação de dinheiro, priorizando clientes com maior poder aquisitivo.

Você acha que o crédito individualizado desmontou o sistema tradicional? O dinheiro desmontou o sistema tradicional, mas ele também trouxe um conjunto de possibilidades. Eu não diria que a CRESOL não aposta na cooperação em grupo. Acho que tem muita gente que aposta. Tem de esforços significativos no sentido de manter os grupos, coisas assim. Acontece que, na prática, não tem dado muito certo. Olha, tu ver com uma associação, um grupo, que vai e tem vida longa é difícil; vai até um limite. Só quando que ele percebe que num grupo é uma das únicas alternativas. Quando que ele vê outra alternativa, sozinho, ele parte para outra. Quando o grupo lá não tinha outra chance de pegar dinheiro a não ser com um grupo, ele se sujeitava. Ele assumia o risco de todos; alguns tentavam excluir uns. Vai ver hoje: nem de avalista o pessoal quer assinar. Para avalizar o pessoal foge que nem... [...]

O conhecimento é outra parte que nós não avançamos. Nós ficamos muito no crédito. Eu tenho muito claro isso. Nós temos que inverter o processo para onde está indo CRESOL. Trabalhar mais os valores, trabalhar mais a cooperação, trabalhar desenvolvimento das propriedades lá para eles avançarem na questão do conhecimento, num processo de consciência. Tanto os agricultores como nós funcionários. Ou nós caminharemos para um rumo sem volta. Poderemos até não ser banco porque nós não queremos ser banco, mas vamos ter tudo o que um banco faz. Vamos trabalhar na mesma lógica de um banco. E ainda vamos dizer que temos que fazer assim porque se não perdemos espaços. E é o que está sendo dito: que temos que mudar a gestão porque eles não sabem mais fazer. Não sabe mais fazer por que? Não que não sabe mais fazer; não sabe mais fazer na lógica que está sendo pensada agora. Então, nós somos obrigados a nos voltar para um processo de conhecimento, dê apropriação do conhecimento pelas pessoas que estão comandando as cooperativas. Nós temos que fazer o debate sobre os nossos valores, fazer cursos de formação, trazer pensadores como o Leonardo Boff, sei lá... ali de Ijuí, o Belatto, e começar a fazer este tipo de análise, sob pena de o crédito não ser um crédito de confiança que ao mesmo tempo que ele poderia nos dar inúmeras vantagens de oportunidades, ele também, como é que vou dizer, escraviza. Escraviza se você fica olhando só para isso aí. Sempre querendo ter mais, nunca consegue chegar ao nível desejado. E numa sociedade consumista que olha só para o consumo. Então, tu perde toda essa questão da cultura, dos valores, qualquer coisa é o dinheiro que vale mais. E o sistema CRESOL deveria ter dinheiro como uma forma de viabilização do ser. Na minha modesta compreensão.

Eu vejo que a cooperativa precisa fazer uma grande reflexão sobre esse tema, sobre a missão e sobre os valores. Tem que retomar isso aí e temos que fazer chegar até o agricultor. Trabalhar no sentido da solidariedade, das

questões da democracia, da transparência, da honestidade; são nossos princípios aí. E ver isso com os nossos associados e que eles possam perceber isso no Sistema. Para mim falar em democracia e participação eu tenho que fazer isso na prática. Eu vejo que na prática nós não estamos fazendo (DIR5).

Mais uma vez, os mediadores se esforçam para propor “boas combinações”. A estratégia é aproximar mais mediadores e agricultores para ressignificar o novo contexto e produzir a confiança necessária para a reelaboração e manutenção da relação:

Como a CRESOL deve atuar? Na transparência e no convívio com o associado, que faz parte dele; que o associado é dono disso aqui também. Você tem que ter um carisma com ele, tem que tratar ele bem, porque como hoje ele é associado e dono amanhã ele pode vir aqui e não ser mais um associado. Um tem um modo diferente de ver que o outro. É isso que eu queria comentar primeiro: a CRESOL, para mim, quando ela foi constituída, não seria só uma repassadora de dinheiro, mas se faria um trabalho social com todo mundo. E está virando só numa questão financeira, e isso tanto ela pode te deixar vivo como pode...sabe que tu lidar com dinheiro tu tem um... conforme a cabeça pensante ele pode te reascender na vida, e conforme a cabeça pensante ele pode te matar. **É uma arma?** É uma arma, exatamente! É uma arma perigosa (TEC2).

Olhando os registros parece que a CRESOL surgiu para incluir, e hoje como você enxerga isso? Continua incluindo e também assim, tem associados que recebem valores muito expressivos com nós da produção diária dele E ai eles têm dúvida. Eles chegam bem sinceros: “será que é seguro?” Entra aqui e entrar em uma outra agência é diferente.O aspecto visual é diferente. Mas hoje a carteira cresceu bastante, então tem pessoas que são grandes produtores também estão recebendo aqui (TEC1).

Qual o papel de uma CRESOL num meio rural? Num primeiro momento a CRESOL existe para dar um equilíbrio do sistema financeiro de crédito, enfim, para que o acesso fique mais facilitado e também pelo fato de o agricultor se sentir mais familiarizado com a CRESOL, então ele tem uma segurança maior para dizer o que ele realmente está precisando na propriedade. A gente tem um trabalho de antes de liberar o crédito ir lá e fazer uma visita, conversar com o agricultor, se aquilo que ele quer financiar realmente está precisando (DIR3).

Estes depoimentos demonstram o esforço dos mediadores para articular dois mundos aparentemente hostis e a estratégia para isto é investir na criação de relações de proximidade como forma de evitar que a lógica instrumental-financeira se sobreponha ao sistema de significados partilhados no Circuito. Em outros termos, são as relações de intimidade que permitem a marcação do dinheiro e consequência política desta marcação é um ganho institucional bastante significativo, uma vez que constituiu a CRESOL Central SC/RS como “diferente” das outras instituições financeiras.

3.3.2. *O dinheiro e a abertura da unidade doméstica*

De acordo com os elementos teóricos apresentados no primeiro e segundo capítulos, a introdução do dinheiro e sua utilização extensa provocou a abertura econômica da comunidade doméstica. Esta mudança, segundo Weber, teria marcado o desenvolvimento do capitalismo ocidental e a transição de uma economia chamada de “tradicional” por estar prioritariamente condicionada a costumes e tradições, para uma economia racional, pautada por métodos de gestão que relacionam a atividade econômica das famílias com as regras de funcionamento dos mercados. É neste ponto que repousa a grande revolução que permitiu o surgimento do capitalismo ocidental (WEBER, 2000, p. 136). Na esteira dessa interpretação, Weber conclui que a introdução do cálculo, a utilização extensa do dinheiro e racionalidade instrumental colonizaram a gestão da unidade doméstica. A racionalidade, amparada na ferramenta do dinheiro, emerge como elemento fundamental de organização econômica e social homogeneizante, sendo que suas transformações afetam não somente a esfera pública da sociedade, mas também o espaço privado, familiar e doméstico.

No circuito CRESOL SC/RS podem ser encontrados elementos que tipificam o esse desenvolvimento. Em primeiro lugar, o crédito emerge como artífice dessa transformação amparado em cinco aspectos: 1) amplia a presença do Estado, uma vez que o primeiro acesso ao crédito pelos agricultores familiares ocorre por meio da transferência de políticas públicas de crédito pelas cooperativas, mesclando elementos de Assistência Social e reconhecimento deste “público especial”; 2) para atender as exigências impostas pelo Estado, especialmente pelos agentes financeiros do Sistema Oficial de Crédito (Banco Central), as cooperativas são condicionadas a desenvolverem ferramentas de gestão e incorporarem práticas de controle, transparência e prestação de contas; 3) a organização do acesso ao crédito irá necessitar da individualização da dívida e condicionará a elaboração de um contrato com a previsão da forma e o prazo para devolução dos recursos tomados de empréstimo; 4) do ponto de vista interno, as unidades domésticas veem-se obrigadas a adotarem modelos de gestão e governança para atender aos compromissos firmados nesses contratos e; por fim, 5) o acesso crédito ampliou a relação dos agricultores familiares com o mercado, obrigando-os a adotar estratégias de negociação e práticas ajustadas a este novo

contexto social e econômico⁷⁰. Nas entrevistas com mediadores, o tema apareceu seguidamente:

Você acha que o agricultor precisa ser mais empresarial? Eu no meu ponto de vista sim, eu diria que o agricultor familiar, mesmo sendo agricultura familiar hoje gerenciar uma propriedade não é diferente de gerenciar hoje uma empresa. Precisa muito conhecimento, precisa saber a receita que ele tem *versus* as despesas, se ele tem um receita X ele não pode gastar Y. Desta maneira eu não tenho dúvida que sendo pequena ou grande propriedade a pessoa consegue adquirir, ter uma boa renda lá na propriedade, produzindo dá pra viver lá com qualidade de vida e viver bem. Mas é preciso, eu diria que, formação. Eu acho que é palavra “orientação” ilustra bem isso, porque o crédito exige isso (DIR1).

O que está mudando nas famílias? Está mudando a relação com o dinheiro, a forma com que eles se programam um pouco mais, se programam no ano se programam no que vão fazer. Ah! tem casos que como é que eu vou te dizer, as pessoas se organizam mais na documentação, uma vez você pedia documentação não sabiam nem o que fazer. Hoje eles já tem o que é escritura, esse aqui é o meu contrato, meu contrato ta vencendo, meu contrato vai valer por tanto tempo. Eles já tem uma organização de documentação também, e isso facilita na hora de encaminhar. Você chama a pessoa pra encaminhar ali, ele vem ali com praticamente tudo pronto ele já sabe, porque não depende só da CRESOL, depende lá da EMATER, do sindicato de fazer o enquadramento, depende de um laboratório pra fazer uma análise. Hoje eles já conseguem pelo menos saber onde buscar as coisas, ir na prefeitura por causa do INCRA do licenciamento (TEC1).

Mas quando você vê que uma família que tem pai autoritário e tal, como é que tu opera como técnico? Ah! fica complicado. Conheço uma propriedade que tem, é complicado. Mas com uma ou duas intervenções, acompanhando um pouco, tu já percebe como é o clima de uma família quando o pai dá mais espaço para a mulher e para os filhos, ou ele é fechado ali. Tu percebe a reação do só conversando pode identificar. Algumas coisas o cara consegue amolecer, mudar um pouco, mas tem casos e casos (TEC2).

Ideia ratificada pelos agricultores:

Você acha de CRESOL ajuda a manter essa ideia de família? Ajuda porque se você conseguir um recurso para melhorar a vida, consequentemente a família vai estar melhor; as condições vão estar melhor e o ambiente é melhor né. Se tu tem uma coisa organizadinha, bonitinha, tu gosta de ver lá. Eu até estou fazendo um curso nos SEBRAE de gestão rural e então me ajudou também nessa parte. Porque se tu administra bem, a dívida não vai ser um problema (AGR3).

Uma segunda mudança na abertura da unidade doméstica tem a ver com a incorporação da mulher (esposa) e dos filhos na gestão da propriedade. Para ampliar o controle e a marcação do dinheiro, especialmente para melhorar a gestão, garantir a

⁷⁰ Estas inovações organizacionais foram abordadas por Abramovay (2010) e para muitos analistas sociais estão na base do vigoroso desenvolvimento do sistema CRESOL desde seu surgimento.

aplicação correta dos recursos e a sua devolução à cooperativa, as inovações organizacionais buscaram o envolvimento efetivo da mulher e da família na gestão em aplicação do dinheiro.

Quais os motivos da baixa inadimplência da CRESOL? Depois, aqui na CRESOL, nós fizemos um modelo onde o marido e a esposa assinam, então os dois assinam. Quando o filho é casado a esposa também assina, então procura colocar avalista, ali as vezes até entre a família ou cunhado, genros e vizinhos também, mas sempre é o casal que assina. Não é uma pessoa só que assina e, conforme o valor da operação, é reconhecida em cartório, pela esposa e pelo marido. Foi feito um contratinho hoje de uns 500 reais, é o marido e a esposa o avalista e se for casado a esposa também (TEC1).

O que as mulheres mais financiam? Instalação, equipamento de leite, essas coisas. Ela tem mais essa tarefa de cuidar ao redor da propriedade. Enquanto que o marido se preocupa mais com a lavoura e essas coisas. **Significa que as mulheres estão participando da vida econômica?** Exatamente, melhorou bastante de uns tempos pra cá. Tem propriedade que praticamente só mulher que administra, financia lavoura, financia investimento, financia casa (TEC2).

A gente procura fazer com que toda família fique sabendo dos investimentos, porque às vezes a mulher não quer. E ninguém está obrigando eles a fazer uma coisa: “se um não quer os dois brigam”. Por que a esposa precisa vim autorizar, no caso. Então, se tem uma coisa assim que hoje um é contra e amanhã vão desistir e a gente acaba com prejuízo. Em muitos casos acaba acontecendo. A gente conversa e orienta para quem casa todos fiquem sabendo, e que toda família seja beneficiada (DIR7).

As mulheres estão sabendo o que passa nas propriedades e existe mais diálogo. Existe já um planejamento familiar maior. Existe, com certeza existe. Com essa evolução tem coisas ainda que precisamos aprender, mas já melhorou muito, mas muito mesmo. É o que muita gente diz: o cara lá tinha uma filha que engravidou, antigamente tinha que casar. Hoje mudou o pessoal não vê mais isso aí. O pessoal evoluiu um pouco mais. **Você acha que o dinheiro contribuiu para isso?** Com certeza. Contribuiu. Mas a CRESOL entra assim na sociedade abrindo essa visão de planejamento da propriedade, crescimento e diálogo com a família (DIR6).

Como as famílias gerenciam o dinheiro? Vocês praticamente entraram na família como membros dela. Vocês interferem na forma de organização deles? A gente entra com recursos, crédito, financiamento para melhorar a propriedade. O que eu vejo assim oh! Depende de cada caso, tem casos e realidades. O que aconteceu no passado para esse casal se fechar? Aconteceu alguma coisa na relação para ele se fechar. Tem que ver como é que tu interfere, sabendo o que aconteceu você interfere nisso. E muitas vezes as esposas não eram vistas como pessoas pra negociação. Eram vistas só como mulheres donas de casa que só lavavam roupa, faziam comida e trabalhavam na manutenção da casa, mas não eram buscadas pra tomada de decisões. Quem fazia eram só os homens. Então o que acontece que as mulheres geralmente nem sabiam o que estavam assinando e hoje não. Então abriu isso (DIR6).

Este conjunto de depoimentos fortalece o argumento de que os mediadores utilizam o dinheiro para interferir na organização e propriedade. E embora o crédito e a gestão racional tenham provocado mudanças profundas na organização econômica e social, estas

mudanças não eliminaram a afetividade e as novas combinações arranjaram e reestruturaram as relações sociais através da significação do dinheiro. Os mediadores, quando questionados sobre estas transformações, geralmente procuram articular elementos que reconhecem os impactos “racionais” na gestão da unidade doméstica com elementos simbólicos de significação do dinheiro e preservação dos laços sociais.

A utilização extensa do dinheiro obrigou os membros das famílias a criarem diferenciações em relação à função, utilização e tipos de dinheiro. Através da observação percebeu-se que o significado do dinheiro do crédito é diferente do significado do dinheiro da colheita, da venda de animais, proveniente de heranças, de arrendamentos, de mesadas de pais para filhos, da retribuição de favores em trabalho (mutirões de colheita) e das doações (utensílios para as igrejas e centros de convivência comunitária e de áreas de terra para construções de uso coletivo).

O dinheiro pode ser ruim? Principalmente quando ele é mal aplicado. Saber a finalidade com que o crédito está sendo utilizado é fundamental pra saber se vai querer êxito aquele crédito; se vai dar resultado pra família ou simplesmente vai adiar um, por exemplo, para protelar o que já está meio mal. Bota mais um pouco de dinheiro, mas que ali na frente vai estourar (DIR3).

Mas o que significa o dinheiro para os mediadores? A sua definição, longe de estar presa a definições técnicas ou meramente instrumentais, mescla elementos de ordem valorativa, social, econômica e cultural:

O que representa o dinheiro para você? O dinheiro ele representa assim segurança pra ti pra tua família. Você, quando consegue tá mais acomodado ali, digo você consegue honrar com seus compromissos é porque você tá bem, suas família vai ficar bem, e tá ali pra estar bem e pra honrar com seus compromisso. E ele é uma forma de dignidade também, ele representa dignidade. Todo mundo trabalha, seja indiferente da profissão, todo mundo tem seus problemas, tem suas alegrias, mas ele representa assim uma forma de dignidade, que eu estou conseguindo chegar nos meus objetivos, me realizar enquanto profissional enquanto pessoa, seja no campo seja na cidade. E ainda tem aquela questão do capitalismo. Então, o pessoal quer buscar mais, o pessoal que é mais jovem, que buscar pra si, quem é mais velho que deixar pra seus filhos. Ele representa dignidade na minha opinião sim (TEC1).

Como essas agudas transformações irão afetar organização doméstica, especialmente da unidade familiar rural, no sentido das relações sociais e afetivas entre seus membros? Como estes indivíduos irão arranjar/combinar as novas necessidades e manutenção dos laços sociais? É neste contexto que emergem dos mediadores com a tarefa de propor símbolos e quadros de referência (*frames*) para articular a manutenção dos laços

sociais com os novos elementos técnico-instrumentais, específicos da relação com o mercado. O “**crédito assistido**” passa-se uma importante ferramenta no contexto do aumento da circulação de dinheiro, abertura da unidade doméstica e preservação dos laços sociais.

Você está dizendo que o crédito criou mais dependência? Com certeza. Não digo que a CRESOL é o todo poderoso que dá tudo certo. Mas nem todos eles são perfeitos. Tem coisa errada também com os agricultores aqui nossos. Tem que reconhecer que tem. Mas a CRESOL tem um crédito diferenciado para o agricultor familiar, mas nem todos são perfeitos, tem coisas que dão erradas. Mas pelo menos tenta liberar o crédito para desenvolver na família, é um crédito mais orientado, mais, mais voltado para a produção da propriedade, para o seu desenvolvimento, que mantém o jovem ou o associado, ou o agricultor lá na propriedade produzindo (TEC2).

Hoje a maioria é assim: o pessoal vem para buscar um recurso, e a gente sempre procura conversar com ele né, saber por que ele quer aquele recurso, se vale a pena ou não vale esse tipo de investimento que ele quer fazer. Se vai ter retorno ou não, se vai ter mercado para isso, ou não. Então a gente procura fazer uma boa conversa na cooperativa e, e em alguns casos, a gente vai na propriedade e conversa; ver se ele tem capacidade para isso porque muitos contratos são para dez anos (DIR7).

A partir destes argumentos, pode-se concluir que a definição de dinheiro proposta pelos mediadores raramente menciona sua função técnica, isto é, sua capacidade de ampliar o capital e os rendimentos dos agricultores. Sua intenção é fornecer um conceito que vincule a necessidade prática dos agricultores com uma rede de significados partilhados no Circuito CRESOL SC/RS. Em outros termos, os mediadores fornecem o conteúdo que identifica e diferencia o Sistema CRESOL das demais instituições financeiras, sejam sistemas cooperativos ou Bancos convencionais. Essas conclusões, além de reforçarem a ideia de Zelizer sobre a relação entre mundos aparentemente hostis, mostram também as motivações políticas dos mediadores e seus esforços para combinar ganhos financeiros dos associados com o fortalecimento da organização em que atuam, beneficiando-se desses resultados.

3.4. As relações sociais no Circuito CRESOL SC/RS

A perspectiva teórica deste estudo indica que as pessoas dedicam muito esforço para arranjar a articulação entre economia e intimidade, elaborando, para isto, significados e demarcações das fronteiras das suas relações (ZELIZER, 2011, p. 39). O passo seguinte será compreender como este trabalho relacional se desenvolve na prática social. Zelizer classifica este trabalho em dois *tipos* distintos: primeiro as pessoas diferenciam os laços tentando evitar confusões com outros tipos de relações que podem ter efeitos deletérios sobre a intimidade dos atores envolvidos.

Assim definidas, as relações íntimas repousam sobre graus variados de confiança. O aspecto positivo da confiança é que ela supõe a aceitação de uma influência mútua face ao risco; seu aspecto negativo é fornecer a cada um dos parceiros um conhecimento e uma consideração do outro que, se forem se separar, pode afetar seu status social. Nestes dois aspectos, a confiança é muitas vezes assimétrica - A criança pode confiar mais em seus pais do que vice-versa, por exemplo - mas a verdadeira intimidade implica um grau mínimo de reciprocidade na confiança (ZELIZER, 2005b, p. 18).

Em segundo lugar, as pessoas sustentam, renegociam e reestruturam as relações diante de ameaças ou de novas oportunidades do contexto. Para analisar esta tipologia, a autora parte de duas práticas cotidianas que desenham as relações sociais: 1) as pessoas constroem laços estabelecendo direitos e deveres em um processo de diferenciação a partir de nomenclaturas próprias, símbolos compartilhados, práticas sociais e meios de troca distintos, de acordo com cada relação e; 2) ambos reconhecem que as atividades econômicas desempenham um papel importante nesta relação. Por fim, na relação social, laços distintos coexistem e costumam cruzar as fronteiras entre o íntimo e o econômico, variando entre duráveis as efêmeras, íntimas e impessoais.

É a partir desta tipologia que esta seção analisa os dados coletados especialmente através de entrevistas e observação das rotinas dos cooperados. Três aspectos serão importantes para isto: 1) compreender como as relações são demarcadas e diferenciadas no Circuito CRESOL; 2) analisar as estratégias desencadeadas pelos mediadores para captação da intimidade e; 3) compreender quais são os rituais e símbolos que marcam os cruzamentos e a interferência da intimidade nas relações entre mediadores e agricultores.

3.4.1. A demarcação das relações sociais no Circuito CRESOL SC/RS

O primeiro aspecto para entender esta demarcação faz referência à nomenclatura utilizada para designar cada um dos parceiros. Os termos “diretores”, “técnicos”, “associados” e “agricultores” nomeiam e definem a posição de cada um na relação. E, se por um lado, a base assimétrica desta relação repousa no poder especial dos diretores em conceder ou não o crédito, por outro, os agricultores são estimulados a sentirem-se donos da Cooperativa, enquanto os diretores se autodenominam como “funcionários”. No jogo político das relações, esta nomenclatura e tratamento buscam equalizar as relações de poder mesmo que, conforme apontado no segundo capítulo pareça evidente a capacidade superior dos mediadores para articular e propor de símbolos que legitimam a sua atuação, ao passo que trabalham para estabilizar as diferenças ideológicas no circuito.

Através da observação das práticas diárias nas cooperativas constatou-se que uma relação de crédito estabelece, de fato, uma relação assimétrica entre o que concede e o que contrata o dinheiro. Isto se explica por que o agricultor que deseja receber o crédito precisa, além da argumentação sobre os reais motivos que levam a necessitar do crédito, fornecer um volume considerável de informações. Soma-se a isto, o fato de os funcionários das cooperativas buscarem informações sobre possíveis restrições de crédito, verificando se o candidato está em dia com eventuais dívidas contraídas em outras instituições financeiras ou casas de comércio.

Questionados sobre o volume de informações (conhecimento) sobre os associados, os mediadores entrevistados informaram que geralmente conhecem todos ou a grande maioria dos associados e marcaram este aspecto como principal diferencial do Circuito CRESOL em relação a outras instituições financeiras:

Vocês conhecem os associados em geral? Grande parte sim a gente conhece. No início quando a gente começou conhecia mais a realidade de cada um, mas agora como aumento do número de associados tu já começa a perder um pouco o conhecimento direto do associado. Para driblar isso nós temos hoje assim, os funcionários que trabalham lá hoje e busca sempre a informação que o funcionário tem de lá. Ele vai a campo e coleta as informações e em cima das informações dele, boa parte das informações dele, nos decidimos (DIR6).

Às vezes o pessoal vem se associar aqui porque não é bem atendido em outros lugares, aqui ele se sente mais em casa, mais à vontade, conhece todo mundo, não é um gerente que vem lá de fora e a cada dois anos ele muda. É uma relação de praticamente só negócios. Nós temos uma relação com a comunidade (DIR8).

Em geral vocês conhecem todas as famílias? Olha, as que a gente não conhece a gente procura levantar informações tipo no comércio e, também, como a gente trabalha com crédito busca informações. Até nas comunidades sempre tem também. Informações sobre a situação do agricultor, sobre a... como é que chama? Se ele é um bom pagador, de uma família que ela tem um, como é que eu vou te dizer, um histórico de cumprir os compromissos, principalmente isso. E também para saber qual a situação do agricultor hoje. Por que muitas informações a gente busca do próprio sistema de crédito; vai saber o endividamento que ele tem pelo CPF e isso é uma informação, mais aquela questão de onde ele compra. Por exemplo, em cidade pequena a gente tem uma relação boa com comércio. Então, informalmente tu acaba buscando essas informações (DIR3).

O conhecimento sobre as transações financeiras (vida econômica) passa a ser o elo de articulação entre a economia e a intimidade. Em outras palavras, a relação de crédito tratará de ajustar este conhecimento para que não prejudique a relação entre ambos. A partir desta diferenciação é estabelecido um conjunto de direitos e deveres. A transparência e o compromisso ético com as informações disponíveis sobre a intimidade estão no lastro destas convenções de garantia de estabilidade das relações sociais no Circuito. A confiança histórica entre “diretores” e “agricultores” que tem origem nas relações de proximidade política e comunitárias passa agora a incorporar uma transação econômica com a intensificação da utilização do dinheiro, na introdução do cálculo, de novas ferramentas de gestão e de protocolos organizacionais que afetam substancialmente a relação. A diferenciação e a demarcação cumprem a expectativa de que esta relação não seja corrompida pelas oportunidades (acesso ao crédito) e/ou ameaças do contexto (falência da cooperativa, despersonalização da relação e não pagamento da dívida contraída) e contribua para ampliar e solidificar os laços sociais.

Neste sentido, a lógica financeira passa a conviver com as relações de amizade e a linha que separa relações de intimidade expressas pela ideia de amizade, torna-se o elo da fidelização entre associados e suas cooperativas. Por outro lado, como aponta Zelizer, no cotidiano as pessoas se esforçam significativamente para demarcar o tipo de relação em que estão e como o dinheiro entre nesta relação:

Você já negociou créditos com amigos? Já, mas o lado profissional é uma coisa e o lado pessoal é outra. Assim você dentro da agência é profissional e fora da agência tem que ter a relação de amizade. Tem que manter, mas tem que saber distinguir as coisas. Teve amigos meus que eu tive que botar no SERASA, teve amigos meus que eu já tive que negar crédito e mesmo assim não perdi a amizade. Eles também precisam saber diferenciar (DIR6).

A amizade não prejudica? Não, acredito que não porque ali tem que ter sinceridade. A gente não pode misturar amizade com negócios. Vamos dizer “a cooperativa conseguiu ir até aqui pra ti Pedro, Paulo ou João”. Então a nossa amizade não vai interferir numa liberação de crédito. Tem o Comitê também que vai avaliar. Então você consegue ir lá e ter uma amizade com o fulano, mas a parte da cooperativa é um negócio à parte (DIR9).

Teus pais já tomaram crédito? Já. E como vocês diferenciam uma família de negócios? Na verdade é complicado. Você precisa agir pela razão e não pela emoção, né. É, as vezes a gente até sofre pressão de uma pessoa conhecida: “não, como você não vai liberar o crédito para mim?” Mas aí a gente usa todas as ferramentas que tem de análise e tal; profissionalismo mesmo. Amizade é uma coisa que a gente procura diferenciar, diferente do profissionalismo com as pessoas, né (TEC4).

Você tem amigos que tomaram crédito na CRESOL? Tenho! Pessoas próximas a nós a gente costuma fazer com que eles trabalhem junto à CRESOL. O meu caso não tem muita dificuldade porque eu penso que amizade é amizade e negócio é negócio. Assim, na hora que estamos fazendo negócios eu vou procurar fazer o melhor negócio para a cooperativa e também vou entender o teu lado: se der para fazer a gente faz, mas se não der, paciência. Não tem (DIR3).

Para os agricultores:

Por que você gosta da CRESOL? Por que são pessoas como nós. Agricultor que se identificam diretamente com a gente, conforme a gente é né. Eu conheço todo mundo aqui. **São amigos?** Amigo e tudo, de fato. De Banco e tudo. Não há problema. E a amizade também por fora do Banco é mesma que dentro. **E consegue separar isso?** Não, não tem diferença. No Banco e fora é a mesma pessoa, tanto de um lado como de outro (AGR6).

Você tem alguém na CRESOL que é amigo teu? Tenho, tenho, tenho. Tem esse “piaçã”, o Valdoir. Quando a gente negocia alguma coisa a gente cai direto na CRESOL. Quando a gente negocia uma coisa a gente sempre tá conversando. É o cara que a gente chegar ali e conversa. A gente tem uma amizade já de tempo. **Nunca brigaram por causa disso?** Não, não! Nada a ver! Se eu te disser hoje: oh! discuti por qualquer coisa eu tô te mentindo. A relação sempre foi boa (AGR4).

Da mesma forma, a diferenciação e a demarcação contribuem para a definição da relação com os “novos” associados. É importante levar em consideração que neste caso, à primeira vista, o fato que motiva esta aproximação parece ser um elemento de ordem puramente racional: o agricultor procura crédito com juros baixos para ampliar a sua renda e capital. No entanto, neste percurso, mesmo que as relações de crédito pareçam impessoais, elas produzem uma relação de longo prazo expressa pelo compromisso da dívida, deslocando a questão da intimidade (produção de confiança) para a base da compreensão da relação de crédito.

Por isto, esta pesquisa procura levar em consideração a aproximação e a produção de confiança e reciprocidade na qual o agricultor terá que fornecer informações até então pertenciam ao grupo social restrito, ou até mesmo unicamente a sua família. De posse desse conteúdo, os diretores buscam outras informações de ordem econômica como os antecedentes comerciais e informações públicas úteis para contribuir na tomada de decisões. Através da observação do funcionamento rotineiro das cooperativas, percebeu-se também que são levadas em consideração outras informações de caráter pessoal e de comportamento social⁷¹. Além disto, são observadas, por exemplo, a idoneidade moral e estrutura familiar do associado.

Que tipos de informações vocês buscam? Desde a questão pessoal dele, como ele é na sociedade; se é uma pessoa que hoje cumpre suas obrigações; se é uma pessoa bem vista, que batalha, que luta. Também como ela se relaciona com a sociedade. Economicamente o que ele produz lá, o que faz na sua propriedade e ver se não teve no passado alguma restrição, alguma coisa pendente, isto é, se ele tem crédito (DIR6).

Tem nos dois lados: tem o agricultor que vai na cooperativa para conversar contigo porque a CRESOL tem essa, ele confia na CRESOL. Os problemas que ele não fala para outras pessoas ele vem e a gente fica sabendo (DIR3).

Em outros termos, embora ambos reconheçam a necessidade de demarcação e diferenciação das relações de amizade com as de negócios, geralmente as fronteiras entre estas duas esferas são superadas e se intersectam o tempo todo. É neste ponto que as hipóteses podem ser comprovadas: no Circuito CRESOL SC/RS os mediadores operam a estratégia de converter laços de proximidade, confiança e amizade em vinculação institucional, da mesma forma que a lógica financeira afeta e altera uma relação social pré-existente às relações de crédito. Sua ação adquire um viés instrumental na tentativa de converter transações econômicas em intimidade, transferências financeiras em ampliação e fortalecimento da relação social. É por este motivo que a captação da intimidade torna-se um objetivo de primeira grandeza para o ajuste da relação social. Mas quais são as estratégias dos mediadores para isso? O primeiro aspecto ou estratégia é a produção de confiabilidade, reciprocidade e prudência na utilização do crédito. Para tal, ambos investem em transparência, conforme será demonstrado a seguir.

⁷¹ Observou-se que durante o expediente nas cooperativas é comum funcionários e diretores trocarem informações sobre separações conjugais ou comportamento social inadequado por parte de associados. Informalmente, alguns mediadores reconhecem que estas informações são levadas em consideração na hora de conceder ou não um empréstimo.

3.4.2. *As estratégias dos mediadores para captação da intimidade*

As estratégias dos mediadores para captação da intimidade dos associados é um aspecto central segundo a finalidade deste estudo. A partir das entrevistas com agricultores, dirigentes e técnicos, três aspectos podem ser considerados como indicadores da estratégia dos mediadores para consolidar as relações sociais no Circuito CRESOL SC/RS: 1) a racionalidade instrumental (cálculo) como ponto de aproximação com os agricultores; 2) a reciprocidade e o comprometimento mútuo com a manutenção da relação e; 3) a orientação do crédito como estratégia de acesso permanente ao cotidiano dos agricultores.

Em relação ao primeiro aspecto, os elementos da racionalidade econômica e do cálculo sobressaem na hora de definir a relação e os motivos da sua associação à CRESOL:

Qual papel da CRESOL? Para minha família, minha propriedade, a CRESOL foi 100%. Eu morava num porão da casa do meu pai e por meio da CRESOL eu construí minha casa. Daí a pouco eu quis botar um comedor automático para o aviário porque a gente não tinha mais tempo para ficar tratando. E aí fui falar com o rapaz. A gente é amigo tanto na cooperativa como fora. Ele disse: “não, vai lá e agente financia pra ti”. E foi o que a gente fez. Aí nós poupamos três horas por dia de mão-de-obra e o que que a gente inventou: inventou uma padaria. E quando eu botei a padaria eles disseram: “tu quer financiar as máquinas?” Então, compramos as máquinas também. Coisas que eu não conseguiria comprar sozinho. Então, para mim, se a CRESOL fechar eu tô morto! O juro é mínimo e o prazo é longo. Não tem errada (AGR3).

Eu posso dizer o seguinte: para mim é um banco muito bom porque tu chegar ali e é atendido rápido. E tem muitos recursos; o que tu precisa tem. Dá pra dizer que é diferente: é diferente pelo atendimento mais rápido, despacha, desde juros mais baixos. Olha, é bom. Eu conheço a maioria deles; é que nem de casa. Olha, é difícil a CRESOL trabalhar com o agricultor que ela não conheça (AGR4).

O juro compensa, é muito bom trabalhar com eles. Meu marido faz custeio porque nós temos terra também e eu faço mais (empréstimos) de bem-estar. O juro é mais barato. Aqui é bem declarado, bem explicado, pelo que eu entendo e pelo de gente vê também. É gente em quem a gente pode confiar (AGR7).

Este aspecto, embora possa parecer bastante óbvio por se tratar de uma instituição financeira de crédito, revela, no caso do objeto empírico, uma novidade: em geral, uma relação social (política) já existente passa a incorporar um ingrediente econômico, isto é, conforme apresentado no segundo capítulo, as cooperativas de crédito muitas vezes cristalizaram relações sociais comunitárias, passando a incorporar o dinheiro na forma de

crédito. E no desenvolvimento da organização, as pessoas que se destacaram pela habilidade gerencial e política começaram a ocupar cargos estratégicos na cooperativa, passando a atuar como mediadores entre a missão institucional e o cotidiano dos associados⁷². Por outro lado, o elemento do crédito cria novas relações, tornando-se o vetor de aproximação para constituição de laços sociais com os “novos” associados.

A partir da efetivação da relação social pela racionalidade instrumental, os mediadores lançam uma segunda estratégia: investem na consolidação da parceria através da criação de laços de reciprocidade. De um lado o mediador procura demonstrar que a cooperativa está à inteira disposição do associado, mas que para isso ambos precisam trabalhar para o coletivo, exigindo a impessoalidade da relação, quando necessária, o comprometimento do agricultor com o pagamento da dívida contraída e o envolvimento na gestão da Cooperativa (participação nas assembleias e de espaços diretivos como Conselho Fiscal e Comitê de Crédito). De outro lado, espera-se que o agricultor apresente de forma transparente os reais motivos da necessidade do crédito, assumindo o compromisso de aplicar de forma correta os recursos econômicos obtidos pelo financiamento, conforme previsão da sua finalidade. Perguntado sobre o diferencial da CRESOL, um técnico responde:

A CRESOL hoje ela tem buscado favorecer o associado, ela tem todos os produtos, seguro de vida, seguro da propriedade, seguro da máquina, enfim, o diferencial eu acredito que seja olhar de perto as propriedades, a gente faz a visita não só no bom pra “puxar o saco”. Faz a visita hoje pra também fiscalizar se pode ou não liberar o crédito. Tem muitos casos que a pessoa veio aqui pra financiar um trator novo e a pessoa saiu financiando um trator usado. Então a gente procura orientar, não é a primeira opção dizer que não, tem uma orientação pelo fato de que todos tem uma ligação com a agricultura, todo mundo sabe como é o dia a dia e consegue fazer uma linguagem com que a pessoa entende (TEC1).

Assim, a captação da intimidade tem a ver com a **solidariedade**. A identidade do circuito procura basear-se na ideia de que é a solidariedade que possibilita o crédito, isto é, para os mediadores a orientação, além de gerar fidelidade, garante a saúde financeira da cooperativa. Ainda no segundo capítulo, constatou-se que a solidariedade é um dos aspectos constituintes do Circuito CRESOL SC/RS e permeia as relações sociais pelo seu duplo viés: o agricultor precisa comprometer-se com a saúde financeira da Cooperativa, enquanto o mediador articula este compromisso com a missão da instituição.

⁷² Embora a análise das biografias dos mediadores não seja objeto deste estudo, esta proposição se confirmaria se forem analisadas as trajetórias da totalidade dos dirigentes do Sistema.

A questão da inadimplência deles é alta (BANRISUL, Banco do Brasil, SICREDI). Aqui, como eles se sentem donos da Cooperativa é diferente de se relacionar com um Banco. Quando ele entende que numa cooperativa nós estamos administrando recurso que não é do presidente, mas que é da cooperativa e ele faz parte disso, é muito difícil que alguém chegue e vá negar uma conta. A gente negocia porque dificuldade todo mundo tem e nós podemos esperar por um período. Então essa relação que a gente tem é muito difícil ter que executar alguém, um ou dois por ano que ficam no meio do caminho (DIR8).

Mais do que um simples tomador de crédito, o agricultor torna-se membro de uma família cuja base é a solidariedade entre os irmãos, sob o acordo mútuo de que a sua prática econômica irá repercutir no desenvolvimento da organização e na manutenção e ampliação das suas relações sociais, inclusive as comunitárias. Assim, o agricultor associado passa a se tornar “dono” da cooperativa e membro de uma “família”.

Por fim, a estratégia para captação da intimidade do associado está fundamentada na “orientação para a utilização do dinheiro”. A palavra "orientação" é utilizada aqui no sentido da atenção que tanto os mediadores como dos agricultores precisam tomar em relação à dívida contraída com os empréstimos em dinheiro. O cuidado quase paternal, familiar, dos mediadores na hora de discutir com os tomadores o volume de crédito concedido passa a constituir-se como um referencial da relação e possibilita a captação da intimidade do agricultor na medida em que este se sente amparado para melhorar a sua condição social. O “crédito na dose certa” passa a ser a garantia de que a relação será estável durante a vigência do contrato e isto poderá repercutir na construção de novos contratos na ampliação da intimidade entre agricultores e mediadores. Em outras palavras, a confiança repousa nas relações de cuidado, que permite o acesso à intimidade:

Além de levar dinheiro para as propriedades o que CRESOL espera das famílias? Na verdade, a gente costuma dizer assim, né: o dinheiro é como remédio, mas tem que ter a sua medida exata também, né. A questão que eu vejo bastante a questão do êxodo e da sucessão. A gente até tenta envolver um pouco, conversar, trazer os filhos para o meio, associar eles na cooperativa, fazer eles se sentir valorizado também lá na propriedade, né. Falar para o pai: olha, o filho é importante para a sucessão da propriedade por que hoje a gente tem problemas nisso, cada vez mais frequente. A gente tenta esperar com certeza que a família, tentar dar a dose certa, para que a família possa ir bem também na relação dela com a comunidade, poder continuar na comunidade, se sentir bem e com certeza evoluir (TEC4).

A CRESOL se preocupa com as relações sociais também ou se preocupa só com o dinheiro o que tu acha? Eu, nós se preocupamos muito com as relações sociais também, é muito lógico. Como eu disse, a gente tem uma vantagem por conhecer nosso associado, mas a questão social de se preocupar com aquela família; tentar orientar, tentar levar, visualizar outras atividades. Isso é muito

importante até porque pra nós, a gente tem muitas experiências assim de muitos agricultores que investiram lá, a gente vê a melhoria que eles tiveram e dão o retorno pra Cooperativa. Se o associado vai bem é uma pessoa um associado que não vai dar problema pra Cooperativa e sim vai dar retorno, porque às vezes ele vai conseguir cumprir com seus deveres. A questão da preocupação do empréstimo do dinheiro, a questão na devolução, ele também casa junto. Uma coisa puxa a outra. Se você vê que aquela família tem uma conversa, um diálogo na família, ela tem uma organização, sem dúvida essa família ela vai conseguir cumprir com suas obrigações e ela vai dar o dinheiro pra adquirir. O perfil da família, o social, o conhecimento da família o status de que ela é uma família participativa, ela se envolve, elas são pessoas evoluídas que participam de atividades, seja de outras cooperativas de produção enfim, tem muito a ver porque elas estão orientadas elas têm uma visão pra frente. Hoje, queira ou não, nos andamos num sistema de mercado que ele anda muito rápido (DIR1).

A Ideia da CRESOL é cuidar do associado? É isso aí, é cuidar muito bem dos nossos associados, isso credibiliza o sistema CRESOL sem dúvida alguma como também pode coloca tudo água a baixo. Eu me preocupo muito em ajudar a resolver os problemas, conversar com as pessoas, tentar encontrar saídas. A gente perde bastante tempo, coisas que hoje em outros bancos é tudo mecanizado, é caixa eletrônico, eles não se preocupam eles querem resultados. Nós não se preocupamos com o resultado só, tem que ter resultado, como eu falei, mas nós preocupamos muito com o associado com as pessoas que na cooperativa trabalham, a gente tem muito a questão hoje as raízes nossas, tem muito uma questão de ser muito social e isso ajuda, no meu ponto de vista ajuda. Como eu falei: na visita na conversa no dia-a-dia, na pré-assembleia e na assembleia, a gente tenta levar assim se puder economizar um pouco a gente economiza pro associado. Vamos ao invés dele vir pra cá, vamos na casa dele, muitas vezes até pegar uma assinatura, coisas que a gente sabe que daqui a pouco foge um pouco da regra do financeiro, economiza uma viagem do associado dele vir até, sair lá do interior e vir até a CRESOL, que ele pode levar até uma coisa lá e pegar uma assinatura e trazer uma pessoa as vezes levar, a gente faz isso por que a gente tem muito em conta essa questão financeira (DIR1).

Aqui a ideia de “cuidado” passa a ser fundamental na compreensão da estratégia dos mediadores. As entrevistas mostraram um vasto material e um discurso uniforme dos mediadores sobre a importância deste cuidado quase paternalistas dos direitos e técnicos com os agricultores. O plano de fundo desta ideia tem, entretanto, um duplo sentido: para os agricultores, cuidado representa a responsabilidade dos mediadores em utilizar o conhecimento e as informações que dispõe para melhorar a condição social dos agricultores, mas para os dirigentes e técnicos, cuidado representa também a prudência em relação à sustentabilidade da cooperativa. Conhecer bem o agricultor passa a ter um sentido instrumental de evitar a liberação de dinheiro para maus pagadores ou agricultores que possam desviar os recursos da sua finalidade, especialmente o crédito acessado através das políticas públicas. Ao entrevistar uma assessora de marketing sobre o tema do Seguro de Vida, serviço oferecido pela CRESOL desde 2010, a questão do cuidado (no sentido do *care*) é incorporada ao discurso dos benefícios econômicos da sua utilização:

Fale sobre o seguro de vida comercializado pela CRESOL. Então assim, a primeira questão o seguro de vida eu vou falar pra ti, o que quê é o seguro de vida hoje? É garantir que sua família na sua falta que é o detentor da família, ela continue as suas atividades mesmo com a sua falta. E para falar de seguro de vida... infelizmente toca as pessoas de alguma forma emocional assim né.

Elas não poderiam dizer assim: a não quero falar disso? Elas poderiam falar, mas aí você teria que criar uma estratégia, falar de algum evento né, porque hoje tu pode ter seguro até de alguma doença que tu venha a ter né, então assim, se o seguro de vida é bem explicado ele se torna uma coisa bem convincente um produto convincente, tenho certeza disso. Eu sou uma pessoa apaixonada pelo seguro de vida, tanto é que eu não larguei de cuidar disso por nem um momento. Assim, então, eu acho muito importante isso, porque se tu for ver uma geração sei lá, 50 anos atrás, se os nossos pais tivessem, se nossos avós tivessem, hoje algumas questões não seriam tão sofridas como são; as famílias teriam uma base melhor né. Então, isso vem de cultura mesmo né.

E você acha que o dinheiro, essa compensação pela ausência, ele é um alento em uma perda, por exemplo? Não, eu acho que não vai substituir a pessoa, mas vai manter ela, as pessoas, as famílias em um nível que elas sempre viveram. É pior tu perder uma pessoa né, do teu vínculo familiar e ficar tragicamente abalado financeiramente, do que perder a pessoa e ficar estabilizado financeiramente né. Eu vejo isso assim, né. Tanto é que têm pessoas, têm famílias que a primeira coisa que eles procuram é saber se a pessoa tinha seguro. Tem muito disso, eles não conseguem generalizar nosso público sabe.

Sim é verdade, mas isso não soa como se a CRESOL estivesse colocando um preço nos seus associados? Você que eles poderiam interpretar assim? Sim, tanto é que hoje quando você vai vender um Seguro de Vida, tem pessoas dizem? “ah! mas vão me matar amanhã?” Então, assim, pra você fazer um seguro de vida hoje eu tenho um salário X. Tá, eu não posso contratar uma apólice julgando que a minha vida hoje vale 1 milhão de reais, certo? Então, assim, como é que é avaliado quanto eu posso contratar de seguro? É avaliado a renda que ela tem e multiplicado até 75 vezes o que ela ganha, é o que eu posso contratar. Então assim, a questão do sentimento do dinheiro, é uma questão muito pessoal eu acredito, porque ninguém pode se colocar no lugar. Entendeu! Não significa que se hoje meu esposo vier a faltar, eu não vou ficar chocada pensando: ah! ele tem aquele seguro! Jamais! Eu acho, assim, que é uma coisa que eu não imagino misturar, sabe eu imagino assim.

É somente uma compensação... É uma compensação porque aquela pessoa que faltou, vendo o lado do sentimento, gostaria que a sua família continuasse sua vida bem, como ela estaria oferecendo. Então eu vejo mais por esse lado assim, entendeu? Não pelo lado da renda, é de preocupação, eu diria. Tanto é que existe limites pra contratação de idade. Eu não consigo fazer um seguro de vida pra um senhor de 70 anos 80 anos, não. Existe um limite de idade base que é de 65 anos, porque, porque o seguro de vida não visa ganhar dinheiro, visa manter a estabilidade financeira da família. Então se uma pessoa de 60 anos, já perde um pouco o sentido do seguro de vida, porque os filhos já estão criados né, a esposa já tem sua aposentadoria vai continuar vivendo normal. Agora pega eu uma pessoa de 27 anos: meu marido tem 28 e nos temos um filho de 3 anos né. Nós estamos numa, como é que eu vou dizer, nós estamos num momento de conquistar as nossas coisas. A minha falta ou a falta dele, muita coisa a gente não vai conseguir continuar ou eu ou ele, certo? Então, assim, se eu teria um seguro de vida, a minha parte eu ia deixar pra ele continuar, entendeu? Então eu vejo nesse lado assim o seguro de vida.

Você acha, que ainda existe resistência ainda hoje? Existe! Como eu te falei, seguro de vida prá quê? Prá deixar minha mulher bem? Prá deixar meu marido

bem? Pra que? Então, quer dizer, até que ponto se consegue medir o amor que uma pessoa sente pela outra.

3.4.3. Os símbolos que marcam os cruzamentos entre intimidade e economia

Já em relação ao terceiro aspecto da análise dos laços sociais no Circuito CRESOL SC/RS, que visa compreender quais os rituais e símbolos que marcam os cruzamentos e a interferência da intimidade nas relações de crédito, a análise das informações coletadas aponta para quatro práticas que complementam os argumentos teóricos: 1) o processo de aprovação de crédito pelo Comitê de Crédito, 2) a importância da proximidade entre diretores e associados da cooperativa, 3) a visita e vistoria dos técnicos às propriedades beneficiadas e; 4) as ações de aproximação entre o Circuito CRESOL e o cotidiano das comunidades rurais.

O Comitê de Crédito é formado por funcionários, diretores, técnicos e agentes comunitários de crédito. Este grupo, previsto no organograma da instituição, se reúne semanalmente com a função de analisar os pedidos de financiamento e decidir se o crédito deve ou não ser concedido. Sua tarefa consiste em analisar o risco do empréstimo e a capacidade de pagamento dos tomadores, tendo por base as informações fornecidas pelos seus membros. Para isso, precisam levantar informações sobre os associados (sociais e econômicas), relacionar as demandas e fazer análise dos projetos encaminhados pelas cooperativas.

A partir da observação da rotina de funcionamento de um Comitê de Crédito, constatou-se que este tem uma dupla finalidade: garantir a impessoalidade (especialmente utilizada como argumento em caso de negativa de crédito) e levantar informações para garantir um conhecimento amplo da situação social e econômica do candidato ao financiamento.

Como é a rotina do comitê de crédito? Comitê de Crédito é determinado grupo de diretores e colaboradores (no caso da nossa Cooperativa aqui é composto por 05 pessoas), que se reúnem semanalmente, sendo toda a segunda de manhã ou próximo dia útil. Nesse dia são avaliados todos os pedidos formalizados na semana anterior. Junto a estes pedidos já devem estar anexadas as consultas restritivas, valor já financiado pelo mutuário, possíveis garantias ou nome dos avalistas. Os pedidos são lidos por uma pessoa do comitê e, a partir disso, todos

podem dar uma opinião. São levados em conta aspectos econômicos e sociais para a tomada de uma decisão, observando a idoneidade em créditos anteriores, comportamento social, conhecimento das propriedades, comprovante de rendimentos. Após a realização da avaliação dos pedidos, todos ficam com status de aprovado ou negado. Por fim, todos são registrados em uma ata e assinados por todos os integrantes do comitê (TEC4).

Vocês chegam a negar pedidos de empréstimo? Sempre a pasta dos pedidos negados é maior do que a dos pedidos aprovados. Sempre é maior, porque alguns vão na emoção, eles se empolgam em ver o vizinho de máquina nova, eles vão lá e querem financiar a máquina, mesmo que essa máquina não tenha nenhum acessório, nenhum implemento. Basicamente a máquina, que não vai fazer nada a não ser ligar e ouvir o ronco do motor. Então, eles se empolgam bastante mas a gente não libera esse tipo de crédito. Primeiro se avalia se vai pagar, vai poder, se essa máquina vai se pagar porque é chamado a responsabilidade em cima do implemento, não em cima da pessoa. Mas eu não sei se fui bem claro, mas eu vejo que a preocupação no endividamento da agricultura familiar, tem pessoas com propriedades muito pequenas, que almejam um recurso muito grande que a propriedade não comporta. E se você for ver é possível, você busca hoje em um único CPF, em questão de um mês você pode trazer uns 300 mil reais pra esse CPF, em até dez anos. Mas daí são dois mil reais que tem que sobrar limpinho por mês pra prestação (TEC1).

Como é a rotina do comitê de crédito? A gente se reúne toda a sexta-feira à tarde em Erechim. Reúne um ou dois funcionários por unidade de atendimento. Então, cada um vai acolhendo os pedidos durante a semana quando pessoal vem e conversa com nós e propõe um valor e a forma de parcelamento e os juros. Para fazer o pedido eles fazem um formulário e a gente formaliza o pedido, eles assinam e a gente traz aqui para Erechim. A gente se reúne faz a ata, daí é esse procedimento... Vê que valor que ele quer e que prazo que quer, pra que fim ele vai estar utilizando o recurso né. Se este recurso que ele está querendo adquirir é um recurso legal ou não é, por exemplo, se ele quer adquirir um veículo usado a gente vê esse está tudo ok, se não tem restrições. Não é nosso dever né, mas a gente procura orientar pra depois não dar problema para cooperativa. Aí olhamos se o associado não tem restrição de CPF e se está tudo bem com os avalistas, se eles não tem nenhum tipo de restrição. Então, tem vários pontos aí que são observados. E a gente fala para ele: “a partir de segunda a gente vai estar ligando para você para informar-se foi ou não aprovado o teu crédito”. **Vocês chegam a votar a liberação do crédito?** Não, cada um pode opinar e quem conhece o agricultor acaba tendo uma opinião melhor dele: “olha, essa pessoa pode ou não pode!” Esse é para orientar também os outros quadros que estão na reunião (DIR7).

O segundo aspecto nomeado pelos mediadores como importante na diferenciação do Circuito CRESOL em relação aos demais circuitos é a relação de proximidade entre os diretores/gerentes das cooperativas e os associados. Na maioria das cooperativas observou-se, por exemplo, que a mesa do gerente está disposta na entrada da Cooperativa, logo ao lado porta, permitindo aos associados um contato e imediato com a figura do gerente tão logo entram na sede da Cooperativa. Este detalhe da organização física ilustra a expectativa de aproximação entre mediadores e agricultores buscando oportunizar uma relação direta em que o “acesso facilitado” ao gerente indica a proximidade e confiança. Perguntado sobre como se sente na cooperativa o agricultor entrevistado responde:

Você se sente bem aqui na CRESOL? Meu Deus! Quando venho prá cá eu não deixa de passar: eu pago luz, eu pago IPVA, eu pago conta de telefone, tudo o que tiver que fazer é na CRESOL. Eu não entro em outro banco. Eu tenho uma continha no SICREDI mas eu vou eliminar logo por que lá não me sinto bem. Então não tem porque não trabalhar com a CRESOL. **O que faz você se sentir bem?** Todo mundo se conhece, eles chamam pelo nome. Então tu se sente bem, se sente em casa. Eles te atendem bem e qualquer coisinha que tu precisar eles te chamam e conversam “é assim e assim”. Coisa que não tinha em outro lugar. Amizade, por que se chama confiança. Eu nunca tive um motivo para dizer para eles: olha! Eu tô desconfiado de alguma coisa! Existe muita confiança. Eles vêm nas comunidades da gente quando a gente promove uma festa. Se não vêm um, vem ou outro. Então, a relação entre nós e eles aqui é dez! Quando vai fazer um financiamento eles perguntam quem é o avalista que você quer colocar. Ai tu dá o nome e geralmente eles conhecem. Eles conhecem uns 90% dos associados pelo nome e pelo currículo, se paga conta ou não. Muitos eles nem vão olhar. Só pelo nome deles já sabem (AGR3).

Para os técnicos:

Vocês preferem até que o técnico consiga fazer visita de campo e que ele se torne uma espécie de amigo do agricultor? Eu acho que sim, isso na verdade aproxima o entendimento do associado dessas condições que a gente fala, de fazer o crédito assistido. O crédito assistido pro agricultor confiar mais e de fato executar aquilo que ele, que você constrói junto que orienta junto né, você precisa ter uma confiança de amigo, de professor, uma relação que um aluno tem com o professor, que é, tem que confiar no cara né, lógico que tu pode confiar na instituição CRESOL, mas tu não vai abrir teus dados daqui a pouco da tua propriedade, algumas particularidades, sei lá, por tu ta discutindo um crédito. Ta o filho junto lá na propriedade, você tem que conversar, bom qual é que é o planejamento que vocês tem? O filho ele vai usufruir desse projeto, ou não né. Essas questões né Jandir, que de fato, essa pessoa tem que ter uma certa relação afetivo com um... ver gravação (DIR4).

Um terceiro aspecto a ser analisado é a relação dos mediadores com os agricultores nas suas propriedades. Como já foi demonstrada, a utilização do dinheiro abriu a unidade doméstica fazendo com que esta entre contato com as regras do mercado. Nesta relação emerge não somente a necessidade de racionalização, mas a necessidade de ressignificação da relação a partir do novo contexto, articulando a interferência de aspectos da intimidade com o sistema de significados compartilhados entre mediadores e as famílias dos associados. Esta nova relação precisará ser ajustada, definida e diferenciada, sabendo que as transações econômicas, monetárias, constituem a base desta relação.

O que vocês fazem na propriedade? No primeiro momento o que a gente faz conhecimento da propriedade dele, né. Levantamento de dados informações para nós ficar sabendo. Por exemplo, o cara quer financiar bovinos de leite: ele tem capacidade? Ele tem estrutura? A realidade dele comporta isto? A partir disto ver

todas as atividades que ele tem. E uma outra visita para ver a implantação do projeto mesmo, a chamada vistoria que a gente tem que fazer em função da obrigatoriedade que tem que ver o recurso investido, né (TEC4).

CRESOL
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL - CRESOL
ORGANIZAÇÃO DA FAZENDA - CENTRO, SC

CROQUI - CUSTEIO AGRÍCOLA - SAFRA 2011-2012

NOME: _____ LOCAL: MAT.

IVAMIR VALCARANGLI

ASSINATURA DO MUTUÁRIO: _____

MCR 16-1-8 b) entregar ao agente, no ato de formalização do enquadramento de operação no Proagro, croqui ou mapa de localização da área onde será implantada a lavoura, com caracterização de pontos referenciais, como por exemplo: casa, cursos d'água, estradas, linha telefônica, linha de transmissão de energia elétrica, ponte, vizinhos e coordenadas geodésicas;

Exemplo de croqui de uma propriedade. Fonte: CRESOL Aratiba/RS.

A ilustração acima mostra o grau de conhecimento que os mediadores possuem sobre os agricultores. Além do histórico financeiro fornecido pelo próprio agricultor e consulta a instituições de monitoramento de crédito, os técnicos passam a reunir informações sobre a organização da produção, o planejamento da propriedade e a organização social da família. Estas informações estão na base do controle que as cooperativas exercem sobre a atividade financeira e social dos agricultores. Na mesma direção, um quarto aspecto para compreender os rituais e símbolos que marcam os laços sociais no Circuito CRESOL SC/RS é a busca de uma relação estreita entre os mediadores e agricultores. Para isso, a participação na vida social, especialmente nas festas organizadas nas comunidades dos agricultores, emerge como ritual de consolidação da relação. Perguntados sobre a relação

entre a CRESOL e a comunidade, os mediadores são unânimes na ratificação da importância desta ação:

Vocês participam da vida social dos agricultores? Sim. Vamos pegar um exemplo nosso. A gente sempre faz tipo visitas na comunidade. A gente tem um trabalho que todos os municípios a gente procura participar. Nós aqui trabalhamos em dois colegas, se em um mês tiver três ou quatro festas, a gente vai em todas. Se não vai um, vai ou outro. A gente tem a ter uma condição que a cooperativa ela banca para nós o almoço porque é importante. Talvez tenham para todas as pessoas que estiverem presentes na festa, mas aquele que é um líder da comunidade, que ele foi lá e que convidou, o simples fato de você participar lá, ele vai valorizar muito (DIR3).

Vocês participam da vida da comunidade? Com certeza esta uma coisa muito importante. A gente vê o reconhecimento deles se tem uma festa lá na comunidade. Eu também sou do interior, então, o pessoal fica muito contente se a gente vai lá participar, mostrar que também está envolvido. Isso melhora a confiança do associado na cooperativa. É amizade né. Assim, a CRESOL também estaria retribuindo o esforço dele em confiar na cooperativa e assim a cooperativa também vai confiar nele, na amizade dele (DIR7).

Eu acho que é importante nós participar das comunidades deles e valorizar eles. Isto é muito importante, né. Porque daí eles comentam “bah! O cara da CRESOL veio participar na nossa festa, na nossa comunidade. Eles valorizam muito isso. Este é um diferencial, a proximidade: eles gostam muito de vir e conversar conosco (TEC4).

Participar das festas se aproxima a CRESOL dos agricultores? Com certeza! E é um momento de você ir lá, porque lá eles se soltam muito mais do que quando ele está na cooperativa. Então, você fica sabendo muitas vezes de coisas se lá na cooperativa você conseguiria ficar sabendo (DIR3).

Em resumo, observada toda a ritualidade do comitê de crédito, da proximidade com o gerente, das visitas dos técnicos às propriedades e da relação estreita entre a cooperativa e as comunidades, percebem-se os arranjos que buscam demarcar e diferenciar as relações de amizade com as relações de negócios. Produzir confiança e reciprocidade passa a ser a estratégia para que as relações de crédito se estabilizem e possam ser reelaboradas diante das alterações do contexto, especialmente do contexto econômico. Nesta perspectiva, relações de intimidade reforçam laços econômicos ao mesmo tempo em que são afetadas pela utilização extensa do dinheiro. No entanto, o controle exercido pelos mediadores adquire importância na medida em que permite utilizar a intimidade para direcionar a utilização dos recursos, garantindo a sustentabilidade financeira da Cooperativa.

3.4.3.1. *A família e o cooperativismo como símbolos partilhados no circuito*

Conforme demonstrado no primeiro capítulo, para Zelizer toda relação social para ser durável precisa amparar-se em códigos institucionais e símbolos compartilhados no Circuito. É neste contexto que emerge o símbolo da “família” como estratégia de consolidação da captação da intimidade pelos mediadores. Conforme demonstrado no segundo capítulo, o desenvolvimento das três elaborações que o Circuito CRESOL experimentou na sua trajetória mostrou que o estágio atual está fundamentado na ideia de “família” (no sentido nuclear) em seu sentido amplo, não mais somente a “família rural”. Este símbolo, suportado no Circuito através da circulação do dinheiro, passa a ser compartilhado entre agricultores e mediadores.

O que é família para você? Eu entendo que família é a base, a confiança, em quem eu me baseio, busco orientações, alguém que a gente vai lá e coloca o que está sentindo. Família é a união, é você ter pessoas de confiança, pessoas que você realmente confia, que você aposta e sabe que com certeza quando você precisar ela vai estar do teu lado. **E o que é a CRESOL?** Para mim é uma família, com certeza. Venho trabalhando há anos aqui dentro e tenho a confiança de todos e é por isso que a CRESOL vem sempre crescendo, assim como todo sistema (DIR6).

A ideia de família é importante pra CRESOL. Ela é a coisa mais importante que você tem. No momento em que você perde o vínculo com a família tem mil e uma leituras que você pode pegar como exemplo. A partir disso o indivíduo não começa a dar importância pra muita coisa, no momento em que ele desconstitui a família. Às vezes a gente acompanha um casal que se separa aí desmancha e o cara acaba no fundo do poço. Então acho que pega forte a ideia da cooperativa trabalhar num coletivo, como uma família, uma grande família, porque a convivência dele em uma família é fundamental, é essencial. Se ele tem uma boa relação em casa ele vê a cooperativa também como uma família. Por isso muito desse pessoal, às vezes eu também vejo que vem gente que vem pra cá porque vê nossa cooperativa com outros olhos, eles vê que aqui tem mais essa coisa de família. Sabem com que está falando, conhecem o diretor, os funcionários. Então eles se sentem melhor. Ele se sente mais familiarizado aqui (DIR8).

O que a família para você? Eu vejo assim, a valorização de todas as pessoas dentro de uma unidade família, cada um com a sua importância e com a sua contribuição também. É um conjunto de pessoas que todas trabalham em seu próprio benefício. A CRESOL tenta envolver, como disse antes, todas as pessoas da família (TEC4).

O que é família para você? A família para mim é tudo! Eu acho que eu não seria nada sem a minha esposa e as minhas filhas porque tudo que tu faz do dia-a-dia é pensando nos filhos, do bem-estar deles né. Então, para mim a família está acima de qualquer coisa. Sempre! Porque não tem nada mais importante que a família! (AGR3).

A partir destas práticas e símbolos, a mistura entre Agricultura, Cooperativa, Dinheiro e Família passa a compor uma rede de significados que oferecem suporte institucional as práticas econômicas e de intimidade. Em outras palavras não são os símbolos culturalmente produzidos que organizam as relações de intimidade, mas são as “boas combinações” entre o uso do dinheiro, a incorporação da lógica financeira e a preservação da dimensão da afetividade que produzem significados apropriados para manutenção dos laços sociais. Nesse contexto, o dinheiro, longe de ser o agente corruptor da intimidade, passa a funcionar com um vetor social, isto é, o meio adequado, acordado e contratado para que a relação social se sustente. O dinheiro funciona como uma ferramenta de acesso à intimidade e por isso a questão central não é produzir conclusões sobre a moralidade da utilização do dinheiro, mas antes compreender como esta importante ferramenta estabelece o suporte econômico para relações sociais estáveis.

3.5. Os mediadores e as “boas combinações” no Circuito CRESOL SC/RS

Que tipos de cruzamentos e boas combinações são encontrados no Circuito CRESOL SC/RS? Seguindo a tese de Zelizer de que “a atividade econômica e a intimidade intersectam todo o tempo, não se comportam como minimercados, mas apenas funcionam bem quando as pessoas fazem boas combinações das duas,” (2009b, p. 142) a preocupação desta seção é mostrar que a atividade econômica penetra na criação, definição e sustentação dos laços sociais. Assim, constataram-se, a partir dos dados coletados, dois cruzamentos que obrigam os mediadores e agricultores a realizarem boas combinações: 1) a interferência da amizade na definição dos contratos de crédito e na fiscalização da sua aplicação e; 2) a capacidade de significação do crédito a partir da ideia de família e cooperativismo. Este segundo ponto possui dois desdobramentos práticos: a) mediadores e agricultores apostam na associação entre família e cooperativa visando aproximar valores como reciprocidade, confiança e trabalho coletivo e; b) ambos dedicam esforços para relacionar dinheiro com proteção, cuidado e zelo, tanto para com o beneficiário do crédito, quanto para a saúde financeira da cooperativa. E, além disto, percebe-se uma disposição dos mediadores em utilizar o conhecimento sobre o agricultor para aproximar e “orientar” sua utilização do dinheiro.

Em relação à interferência da amizade na liberação de recursos de crédito e fiscalização da aplicação dos recursos, a fala de um Diretor-Presidente de Cooperativa ilustra bem a problemática:

O técnico corre o risco de beneficiar um amigo e prejudicar a cooperativa?

De fato, acho que, não com certeza, envolve questões de ética também do profissional. Eu avalio que a cooperativa tem que ter com esses dados do profissional do técnico, eu acho que tem que estar lá fiscalizando, monitorando e isso né, até que ponto ele está fazendo profissionalmente até que ponto ele está fazendo em alguma questão assim de afetividade. Já aconteceu com algumas cooperativas uma situação parecida. Esse é o risco que a gente está correndo, não só a CRESOL mas qualquer instituição aí que tenha um profissional. Isso a gente não vai saber responder assim até que ponto essa pessoa se submete a isso, porque na verdade isso é mais uma questão ética (DIR4).

Na opinião dos técnicos que visitam os agricultores nas suas propriedades:

Qual é a relação tua com eles lá? É de amizade? É uma relação de confiança, você tem que ganhar confiança do agricultor, às vezes você tem que se fazer de padre, tem que se fazer de advogado, de psicólogo, porque se você consegue a confiança dele, ele te abre tudo o que tem na família. O que eles têm de problemas, de alegrias de tristezas, você consegue (TEC2).

Estas informações ilustram também a base assimétrica da relação entre agricultores e mediadores, endossando a ideia de que as estratégias dos mediadores possuem um caráter instrumental em que transferências econômicas são perpassadas por laços de intimidade. O passo seguinte, no que tange à capacidade de significação da prática econômica a partir da ideia família e cooperativismo, será apresentar um referencial simbólico capaz de identificar e articular o conjunto das relações do circuito. As entrevistas a seguir ilustram bem os esforços dos mediadores na tentativa de associar as relações de intimidade e o ganho econômico com os símbolos da família e do cooperativismo.

Com você relaciona cooperativismo com família? Eu vejo como duas coisas bem comuns: a família e o cooperativismo. É uma organização semelhante. Claro que uma trabalha com uma coisa e outra com outra. A cooperativa isso é um dos principais pontos fortes da CRESOL. E a família também. Se você sabe trabalhar com a tua família, se você tem uma família organizada, com certeza você vai saber também trabalhar com a cooperativa. Porque queira ou não a CRESOL é uma família. Por exemplo, hoje agente fica mais tempo na cooperativa do que com a família e acaba, às vezes, vendo tudo como uma família só (DIR7).

O que a família para você? É União é um ponto que a gente conversa todo mundo junto e dali sai o diálogo das coisas, de como se faz negócios, é

conversando né. **E o que é cooperativa?** Estaria num mesmo rumo, porque conversando a gente se entende (AGR6).

A cooperativa trabalha para fortalecer os seus cooperados, trabalha para fortalecer todos. E família não trabalha para fortalecer somente um, mas para fortalecer todos; fazer crescer todo mundo junto. Não, vamos dizer, cresce eu e não cresce você! É por isso que a cooperativa CRESOL é familiar: para crescer todo mundo junto. Não sou um visando lucros. A cooperativa não visa lucros, ela visa os associados (TEC3).

Um folder institucional de ampla circulação, elaborado com o objetivo de divulgar o Sistema, ilustra na capa três informações básicas: a imagem mostra um agricultor semeando moedas, seguida da frase “Cooperativismo de crédito promove a inclusão financeira de agricultores familiares no Sul do país” e, em seguida, a logomarca institucional com o atual *slogan*: “CRESOL: o crédito da agricultura familiar”.



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

Na contracapa do folder (composto por seis páginas que destacam a área de atuação e seus produtos e serviços), uma planta brota sobre moedas e o texto continua a explorar a

articulação entre dinheiro, agricultura e cooperativismo, incorporando um quarto aspecto: a ideia de família: “Muito mais que uma cooperativa de crédito, uma grande família!”.



Fonte: Arquivo CRESOL Central SC/RS.

Dessa forma, a ideia de “família” carrega a simbologia de que o crédito não permanece na esfera social, mas incorpora elementos da intimidade. Isto quer dizer que a racionalidade é pública e intimamente é privada? Não necessariamente. Há códigos partilhados que diminuem as fronteiras entre estas diferentes esferas: “inclusão”, “cidadania”, “participação”, “desenvolvimento”, “amizade”, “companheirismo” e “confiança mútua” são algumas expressões carregadas de simbologia que articulam estas diferentes dimensões. Além disto, temas como inclusão financeira e social, democracia e autonomia são misturados aos sentimentos do amor, de proteção, afetividade e cuidado.

Outro exemplo que ilustra isso é a mensagem encontrada em um dos seus materiais de divulgação da CRESOL SC/RS:

Família é sinônimo de união, proteção, abrigo e aconchego. Com quem crescemos, aprendemos e compartilhamos sonhos. Para crescer, o caminho é longo. É preciso dar as mãos para construir um futuro melhor, repleto de conquistas. Quando todos se unem, formando uma grande família, é mais fácil transformar sonhos em realidade. CRESOL, mais que uma cooperativa de crédito, uma família.

Esses dados ilustram que “boas combinações” dependem dos estoques de significados, marcadores sociais e práticas existentes no Circuito CRESOL SC/RS e que são acessadas pelos envolvidos na relação. O compartilhamento deste significado estabilizará a relação fazendo com que a intimidade e as transações econômicas gerem e fortaleçam laços de confiança e solidariedade. Assim, o dinheiro “não somente coabita com a intimidade, mas também a sustenta” (ZELIZER, 2011, p. 34), isto é, o crédito passa a ser uma ferramenta submetida ao jogo de relações políticas, culturais e de intimidade em diferentes contextos sociais da mesma forma que a sua utilização obriga a atualização da rede de significados as próprias relações sociais entre os membros do Circuito. Assim, transações em dinheiro passam a atender aos anseios de relações sociais mais amplas e duradouras, sendo que os envolvidos na relação, especialmente os mediadores, passam a dedicar um esforço considerável para que estas diferentes esferas da vida não sejam opostas entre si, mas que se complementem na atualização e reelaboração permanente dos símbolos que consolidam relações de intimidade.

É neste viés que a análise das motivações dos mediadores encontra, no estabelecimento de laços de intimidade, uma poderosa estratégia para alcançar os fins do Circuito ao passo que incorporam as expectativas dos agricultores em inovações organizacionais e fortalecimento das relações de confiança. A consequência disso, longe de traduzir uma simetria nas relações políticas entre os integrantes, é que a intimidade estabiliza as relações sociais na medida em que aproxima e fideliza os atores na reelaboração permanente e fortalecimento dos laços sociais. A instrumentalidade da ação dos mediadores encontra um terreno fértil no campo da intimidade para proposição de símbolos que não somente significam a utilização do dinheiro, mas também demarcam o lugar de cada um na relação.

CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo está estruturada em dois aspectos básicos: a retomada dos principais achados e um balanço crítico sobre as conclusões. Em relação ao primeiro aspecto, os dados analisados mostraram que o dinheiro cumpre uma dupla finalidade: do ponto de vista da racionalidade instrumental ele neutraliza a influência da tradição na organização econômica na medida em que se torna o veículo do cálculo e da gestão racional. Isso leva a concluir que as mudanças ocasionadas com a utilização extensa do dinheiro na agricultura familiar modificaram a orientação econômica, abandonando ou secundarizando o peso da tradição na organização econômica. Por organização tradicional entende-se aqui um modelo de gestão em que a economia está voltada fundamentalmente para a manutenção do espaço doméstico estando este “fechado para fora”. Este caráter “doméstico” da economia indica que a função dos recursos econômicos está orientada para a conservação dos laços sociais. O dinheiro torna-se o operador desta mudança pela sua capacidade de universalização, isto é, pela ampla aceitação nas transações econômicas em diferentes mercados. Esta condição traz um novo desafio à unidade doméstica que além de utilizar o dinheiro para sua manutenção, percebe potencializada sua capacidade de ampliação de capital e acumulação de dinheiro, isto é, o dinheiro representa a possibilidade de lucro e acesso à bens de consumo produzidos fora da unidade.

Além disso, este estudo analisou as transformações culturais na unidade doméstica, especialmente em relação à utilização do dinheiro e as boas combinações entre intimidade e racionalidade instrumental do cálculo. O dinheiro racionalizou a gestão e as relações econômicas, mas isso não significa que está livre de constrangimentos culturais e afetivos. Esta conclusão é bastante complexa principalmente se levar em consideração que uma das bases deste estudo é a leitura de Weber a partir da obra *Economia e Sociedade*, onde o autor desenvolve minuciosamente o processo de racionalização ocorrida no ocidente,

considerando as influências tradicionais ou sentimentos como aspectos que tornam o capitalismo imprevisível e suscetível a crises de confiança, riscos e ameaças de desestabilização. Aliás, no quadro da sua sociologia compreensiva, os aspectos irracionais são tratados como desvios ou simplesmente como dados a serem considerados, não compreendidos.

Por outro lado, a principal contribuição da teoria weberiana para este estudo foi a compreensão das transformações ocorridas na unidade doméstica, além do reconhecimento do caráter instrumental do dinheiro e do espaço da ação individual na sua significação. No entanto, a teoria de Weber inaugurou uma perspectiva de análise que separa e opõem as esferas da afetividade e da racionalidade nas transações econômicas. A partir do objeto empírico analisado, constatou-se que o tema da afetividade exerce um poder maior sobre as relações sociais do que a tradição da Sociologia Econômica reconhece e não se constitui com um desvio do curso da ação (racional). Percebeu-se que tanto agricultores quanto mediadores trabalham intensamente para manter laços de afetividade e confiança nas relações sociais.

Os argumentos, tanto de mediadores quanto de agricultores, enfatizam que o dinheiro não é utilizado para fortalecer elementos da tradição (gestão da unidade doméstica fechada e autárquica), tampouco para fortalecer laços comunitários. Pelo contrário, a expectativa dos atores é que o dinheiro cumpra a função de acesso aos mais variados bens e serviços (consumo) e ampliação do capital e da renda das famílias. Como fazer para que este novo contexto não corrompa os laços sociais? Através do investimento em laços de intimidade para suportar a circulação de dinheiro sem negar códigos amplamente reconhecidos no Circuito CRESOL SC/RS, sendo que estes devem ser periodicamente atualizados pelos mediadores a partir das novas oportunidades do contexto econômico e político.

A conclusão sobre a relação entre intimidade e transações econômicas permite definir uma imagem da realidade social em que as relações sociais misturam elementos da racionalidade prática, os códigos culturais e aspectos afetivos. Quanto mais desenvolvidas estas dimensões, mais ampla é a relação. Assim, constatou-se que na trajetória do Circuito CRESOL SC/RS os mediadores operaram três grandes atualizações, elaboradas em períodos específicos e significados de acordo com cada contexto. Nesse sentido, a constituição das Cooperativas e do Circuito CRESOL (primeira fase), sua diferenciação em relação aos demais circuitos (segunda fase) e na elaboração e legitimação do conceito de família (terceira fase) passaram a compor diferentes etapas de um processo de significação

e compartilhamento de símbolos produzidos coletivamente a partir de relações que misturam elementos econômicos e de afetividade.

Outro ponto conclusivo deste estudo ressalta seus esforços de não emitir um juízo de valor sobre a relação entre racionalidade de mercado e tradicionalismo econômico. Sua intenção foi destacar a influência da afetividade e dos símbolos socialmente constituídos para estabilização para ampliação dos laços sociais. Dessa forma, não se avaliou a influência do crédito, especialmente recursos das políticas públicas, no que tange a sua capacidade de gerar desenvolvimento ou endividamento, mas em compreender como as pessoas misturam racionalidade instrumental e intimidade nas relações sociais.

Os dados mostraram que no lastro da relação estão os vínculos de amizade e confiança que podem ser encontrados tanto nas relações já existentes antes da constituição das cooperativas de crédito, isto é, antes da utilização extensa do dinheiro, quanto nas novas relações se organizaram a partir dos contratos de crédito. O dinheiro, ao invés de despersonalizar as relações, foi ressignificado para aproximar os associados de suas cooperativas e estas com o Circuito. Assim, concluiu-se que os mediadores e agricultores reconhecem a necessidade de demarcação e diferenciação das relações de amizade com as de negócios, sendo que geralmente as fronteiras entre estas duas esferas são superadas e se intersectam o tempo todo. É neste ponto que as hipóteses podem ser comprovadas: no Circuito CRESOL SC/RS os mediadores operam a estratégia de converter laços de proximidade, confiança e amizade em vinculação institucional, da mesma forma que a lógica financeira afeta e altera uma relação social pré-existente às relações de crédito. Sua ação adquire um viés instrumental na tentativa de converter transações econômicas em intimidade, transferências financeiras em ampliação e fortalecimento da relação social. É por esse motivo que a captação da intimidade torna-se um objetivo de primeira grandeza para o ajuste da relação social.

Nesse contexto, os mediadores, além de elaborar os referenciais simbólicos, desenvolvem sua estratégia na proposição de “boas combinações” entre a dimensão instrumental do dinheiro e sua simbologia. Embora o conceito de *frames* permita qualificar quem são os mediadores e como convertem práticas em símbolos, a perspectiva desta tese é de que os mediadores precisam se aproximar de temas subjetivos e da intimidade das famílias, para que a relação se estabeleça e se amplie, repercutindo no fortalecimento institucional do Circuito. A ideia da “CRESOL que financia o que o agricultor familiar precisa” representa bem esta perspectiva.

Por fim, merece destaque na conclusão deste estudo seus esforços para evitar a compreensão da realidade a partir de “esferas separadas” e “mundos hostis”. Ao passo que reconheceu as características próprias e importância das esferas da intimidade, racionalidade instrumental e do universo da cultura, procurou demonstrar que nas transações econômicas as pessoas geralmente não as opõem. Especialmente, o estudo evitou abordar a intimidade como um fenômeno irracional ou um desvio de um comportamento social (previsível e lógico). Ao contrário, a esfera da intimidade é apresentada como uma dimensão poderosa para que as relações de mercado não arruinem as relações íntimas. De fato, este estudo não defendeu a ideia de que a economia e a intimidade se confundem. Antes disso, os resultados mostraram que estas dimensões se misturam, mas que também são demarcadas e diferenciadas pelos participantes. É por este motivo que seu pressuposto foi a compreensão de que o dinheiro não corrompe as relações sociais, tampouco as despersonaliza, mas torna-se um instrumento fundamental para sua ampliação. Os atores sociais reconhecem estas dimensões, as diferenciam e em seguida as incorporam nas relações do Circuito CRESOL SC/RS. Segue-se a conclusão de que o dinheiro não possui características sobrenaturais que se impõem à intimidade, mas é um instrumento poderoso para ação no mercado pela sua alta aceitação.

Entre as lacunas deste estudo e que permite agendas de pesquisa futuras, está a opção em não abordar o tema do conflito como tema central. De fato, a ausência do elemento político nas análises de Zelizer já foi apontada por pensadores como Steiner (2007). Para o sociólogo, Zelizer rompe com a tese central da tradição da Sociologia Econômica de que moedas, relações sociais, transações econômicas e intimidade coexistem sem se opor ou se corromper, tornando o espaço social no *locus* onde acontece uma reinterpretação ativa e criativa deste *media* da mercantilização. No entanto, ela evita as consequências políticas desta posição. Embora tenha problematizado as relações políticas, este estudo não teve como foco o tema do conflito do interior do Circuito. Não se trata de não reconhecê-lo, mas o objetivo foi demonstrar como as pessoas ajustam e estabilizam suas relações a partir da utilização extensa do dinheiro. Desta forma, acredita-se que este estudo oferece um ponto de partida para o aprofundamento de uma interessante agenda de pesquisa para analisar relações arruinadas pelo dinheiro ou arranjos não exitosos entre dinheiro e intimidade, como inadimplência, endividamento e quebra de contrato. Com isto, poder-se-ia ampliar a compreensão sobre a complexa relação entre intimidade e transações econômicas.

Este estudo também se afastou da perspectiva culturalista na medida em que buscou compreender como mediadores e agricultores ajustam a sua relação a partir da introdução do dinheiro. Por isso, foi necessário romper com a ideia de que a intimidade é somente uma dimensão da vida privada (familiar). Mostrou-se, assim, que a linha que separa a vida privada da vida pública é bastante tênue quando se trata de relações econômicas e ao mesmo tempo em que agricultores abriram a unidade doméstica para “familiarizar” o técnico, os mediadores elaboraram o símbolo da família para ser compartilhado no Circuito. Em outros termos, os mediadores entraram na família dos agricultores e estes entraram na família CRESOL. A ideia de família oferece, portanto, um ponto de convergência para combinar dinheiro e intimidade na atual fase do Circuito. No entanto, faltou explorar os elementos políticos e as estratégias desenvolvidas pelos mediadores para converter o conhecimento que dispõem em práticas de controle sobre os agricultores.

Na atual fase, a direção do Circuito CRESOL SC/RS está sob a responsabilidade dos mediadores e isso produz um conjunto de consequências de ordem política. Neste caso, abre-se uma interessante agenda de pesquisa para estudar suas intuições para a formatação futura do Circuito. Assim, uma terceira deficiência deste estudo é a de não conseguir apreender situações em que laços de intimidade contribuíram para criação de subgrupos diferenciados entre os integrantes do circuito. Em outros termos, se a intimidade permite laços sociais mais densos e consistentes, seria útil problematizar se esta relação de reciprocidade e confiança não criaria subgrupos de associados, hierarquizados pelo grau de proximidade e confiança. Laços de intimidade repousam não somente em símbolos depurados pelos mediadores e compartilhados na realidade social, mas também podem ser empregados em práticas que não são amplificadas nas instâncias políticas do Circuito. O que é feito, por exemplo, quando um mediador descobre uma fraude de um agricultor ou de um colega? De fato, quanto mais reciprocidade houver no Circuito, mais possibilidades de “proteção” às más práticas podem existir. Esta é a versão negativa das relações de intimidade, quando laços pessoais suportam desvios, fraudes ou práticas nocivas à imagem da organização.

Por fim, a ideia das relações estáveis e amplas a partir da articulação entre a racionalidade instrumental do cálculo e laços de afetividade, não pode ensejar ausência de conflito, controle e desigualdades políticas entre os membros. Mesmo que este “arranjo” explique, em parte, o desenvolvimento de uma organização, sua perspectiva não pode

deixar de contemplar as dificuldades e impossibilidades cotidianas que envolvem o ajuste entre novas oportunidades econômicas e a manutenção dos laços sociais.

BIBLIOGRAFIA

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. *A violência da moeda*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

ABOLAFIA, Mitchel. *Making markets: Opportunism and Restraint on Wall Street*. Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. Entre Deus e o diabo: mercado e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, Vol. 16, nº 2, 2004.

_____. "A densa vida financeira das famílias pobres", in _____. (org.), *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo, Fapesp/Annablume, 2004b.

ABRAMOVAY, Ricardo; BITTENCOURT, Gilson. Inovações institucionais no financiamento da agricultura familiar: o Sistema CRESOL, *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, vol 16, nº 1, p. p. 179-207, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHAES, Reginaldo Sales. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. Vol.22, n.63, pp. 107-119. 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos princípios participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, n. 24, 2010.

ASSESSOAR, ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. *Projeto CRESOL*. Assessor: Guarapuava, 1995.

BARTHELEMY Thiphaine, Quand intérêts et sentiments se mêlent. *Terrain* [En ligne], 45, 2005, mis en ligne le 15. septembre 2009. Disponível em <<http://terrain.revues.org/index3517.html>>. Acesso Nov. 2010.

De BLIC, Damien; LAZARUS, Jeanne. *Sociologie de l'argent*. Paris: La Découverte, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOTTOMORE Tom. Dinheiro. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BRASIL. Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em jul. 2011.

BÚRIGO, Fábio Luiz . *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.

_____. Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis, 2006. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.nesfi.ufsc.br>>. Acesso em 04 out. 2011.

BURKHARDT, M. *Social Interaction Effects Following a Technological Change: A Longitudinal Investigation*. *Academy of Management Journal*, 37(4): 869-898. 1994.

_____. *Social Interaction Effects Following a Technological Change: A Longitudinal Investigation*. *Academy of Management Journal*, 37(4): 869-898, 1994.

BURT, Ronald. *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

CALLON, Michel. Actor-network theory. The market test. In: LAW, John; HASSARD, John (Eds). *Actor network theory and after*. Oxford : Blackwell, 1998.

CAPUL, Jean-Yves. *Dictionnaire d'économie at de sciences sociaux*. Paris: Hatier, 2008.

COHN, Gabriel. (org.). *Max Weber. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981.

CORTES, S. M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa dos dados. *Cadernos de Sociologia. Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas*. V.9. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CRESOL. *Sistema de Cooperativismo de Crédito com Interação Solidária*. Disponível em <<http://www.CRESOLcentral.com.br/pages/index.php?id=5>>. Acesso em 12 set. 2007.

CROSS, R., BORGATTI, S. P., & PARKER, A. *Making invisible Work Visible: using social network analysis to Support Strategic Collaboration*. Califórnia. Management Review, 2002.

DICIONÁRIO DE ÉTICA ECONÔMICA. Trad. Benno Dischinger et al. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1997.

DODD, Nigel. *A Sociologia do dinheiro: economia, razão e a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

DUFY, Caroline; WEBER, Florence. *L'ethnographie économique*. Paris: La Découverte, 2007.

ECCO, Umberto. *O nome da rosa*. Editora Record, 1980.

FERREIRA, José Maria Carvalho. *A atualidade da construção do objeto científico da sociologia*. RAE-Eletrônica: São Paulo, Vol. 6, nº 1, 2007.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. *Psicologia Econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GOMES FONSECA, Miguel Ángel. (2004). *Reflexiones sobre el concepto de embeddedness*. Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. New York: Harper, 1974.

GOHN, Maria Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, Vol. 78, Issue 6, p. 1360-80, 1973.

_____. *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*; *American Journal of Sociology*, Vol. 91, No. 3., pp 481-510. 1985.

_____. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. In MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). *Redes e Sociologia Econômica*. Editora Ufscar: São Carlos, 1985/2009.

FLIGSTEIN, Neil. *The Architecture of Markets: na Economics Sociology of Twenty-first Century Capitalist Societs*. New Jersey: Princenton University. 2001.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. In MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). *Redes e Sociologia Econômica*. Editora Ufscar: São Carlos, 2009.

GRÜN, Roberto. *A promessa da inserção profissional instigante da sociedade em rede: a imposição de sentido e a sua sociologia*. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 5-38, 2003.

HOLLINGSWORTH, J. Rogeers & BOYER, Robert (Orgs.). *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

KARST, Keneth. The freedom of intimate association. *Yale Law Journal*, nº 89, pp. 624-292, 1980

KRACKHARDT, David; HANSON, Jeffrey R. Informal networks: The company behind the chart. *Harvard Business Review*, 71(4), P. 104-111, 1993.

KREUSH, Valdomiro. *Cooperativismo : alguns detalhes no decorrer dos tempos*. Francisco Beltrão: Grafit, 2009.

LAFERTÉ, Gilles. De l'interconnaissance sociale à l'identification économique: vers une histoire et une sociologie comparés de la transaction à credit. *Genèses*, nº 79, 2010, p. 135-149.

JÚNIOR, Egon Gabriel; PAULI, Jandir; RISSON, Cláudio. *Desenvolvimento, democracia e gestão do crédito: a agricultura familiar em debate*. Passo Fundo: Editora IMED, 2009.

LATOUR, Bruno. *A Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>, 2002. Acesso em setembro de 2009.

LOZARES, C. *La teoría de redes sociales*, Papers, Revista de sociología, (48) 103-126. 1995.

LAZARUS, Jeanne. La famille n'a pas de prix. Une introduction aux travaux de Viviana Zelizer. *La Vie des idées*, 2009.

LUZZI, Mariana; NEIBURG, Federico. Prácticas económicas, derecho y afectividad en la obra de Viviana Zelizer. In: ZELIZER, Viviana. *La negociación de la intimidad*. Fondo de Cultura Económica: México; Buenos Aires, 2009.

MARTELETO, R. M. *Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência de informação*. Ciência da Informação: Brasília, v. 30, n. 1, 2001, p. 71-81, jan./abr. 2001.

_____. SILVA, A. Networks and social capital: the role of information in local development. *Ciência da Informação*: Brasília, v. 33, n. 3, 2004.

MARTES, Ana Cristina et al. Fórum de Sociologia econômica: apresentação. *RAE-Eletrônica*: São Paulo, Vol. 6, nº 1, 2007.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70. 1964.

McADAM, Dough; McCARTHY, John; ZALD, Mayer (eds). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Censo: agricultura familiar produz mais em menor área*. MDA, 2009. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em dez 2011.

MORVANT-ROUX, Solène (Org.). *Exclusion et liens financiers*. Rapport du Centre Walras – 2008-2009. Paris: Economica, 2009.

NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. 4ª ed. Paris: La Découverte, 2005.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY. New York: Oxford University Press: 2007.

PARSONS, Talcott. SMELSER, Neil J. *Economy and Society: a study of economic and social theory*. London: Routledge, 1956/1998.

PAULI, Jandir. As estratégias dos empreendedores da política na formulação de agenda em políticas públicas. In HERMANY, Ricardo (Org.) *Gestão Local e Políticas Públicas*. Santa Cruz do Sul: IPR, 2010.

PAULI, Jandir. PIES, Marcelino. *Gestão municipal, políticas públicas e desenvolvimento*. Passo Fundo: Editora Imed, 2011.

PEREIRA, Luiza H. Análise de conteúdo: um approach do social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 87-114, 1998.

PINHEIRO, Marcos A. H. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. 6 ed. Brasília: BCB, 2008.

POLANYI, Karl. , *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PORTUGAL, S. *Contributos para a discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES, nº 271, 2007.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva. 1998.

RAUD-MATTEDI, Cécile. *A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 20, nº 57, 2005.

_____. *Análise Crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação*. In *Política e Sociedade*, v. 6 p. 59-82, Florianópolis, 2005b.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. Vol.18, n.51, pp. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.27, pp. 180-219.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé e OËLZE (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

_____. *Philosophie de l'argent*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1987.

SMELSER, Neil J. *A sociologia da vida econômica*. Trad. Mirian Leite. São Paulo: Editora Pioneira, 1968.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

SNOW, David. BENFORD, Robert. Master Frames and Cycles of Protest. in MORRIS, A. D. and MUELLER, C. M. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica*. Atlas, 2006.

_____. Karl Polanyi, Viviana Zelizer et la relation marchés-société. *Revue du MAUSS*, N° 29, P. 257-280, 2007.

_____. Le marché, forme de la vie sociale. In FRANÇOIS, Pierre. *Sociologie des Marchés*. Armand Colin: Paris, 2008.

_____. Who is right about the modern economy: Polanyi, Zelizer, or both? *Theory and Society*, Vol. 38, N° 1, p. 97-110, 2009a.

_____. A tradição francesa de crítica sociológica à economia política. *Revista de Sociologia Política*, v. 8, n. 15, Florianópolis: UFSC, 2009b.

STEINER, Philippe; VATIN, François. *Traité de Sociologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2009c.

SWEDBERG, Richard. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, Vol. 16, n° 2, 2004.

_____. *Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

TÉNOUDJI, Patrick. Les enfants ne se paient pas. *Terrain*, n° 45, 2005.

THOMPSON, Eduard. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UZZI, Brian. Social Structure and Competition in Interfirm Networks: The Paradox of Embeddedness. *Administrative Science Quarterly*, 42(1): 35-67. 1997

VANDENBERGUE, Frédéric. *Construção e crítica na nova sociologia francesa*. *Soc. estado*. [online]. Vol.21, n.2, pp. 315-366. 2006.

VINHA, Valéria Gonçalves da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do conceito de Enraizamento Social (*Social Embeddedness*). *Econômica*, Niterói-RJ, v. 3, n. 2, 2003.

VOLLES, Adriana (Org.). *Ensaio sobre o cooperativismo solidário*. Londrina: Midiograf, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2ª ed. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. In: *Os pensadores*, vol. 37. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

- _____. Economic theory and ancient society. In: _____. *The Agrarian sociology of ancient civilizations*. Tradução de FRANK, R.I. Londres e New York: Verso, p. 37-79, 1998.
- _____. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. V. 1. Brasília: UnB, 2000.
- _____. *Economia e sociedade*. V. 2. Brasília: UnB, 2000.
- _____. La morale économique des grandes religions. Essais de sociologie religieuse comparée : Introduction (Traduction de M. Rubel et L. Evrard, avant-propos et notes de M. Rubel). In: *Archives des sciences sociales des religions*. N. 9, Janvier-Juin, p. 3-30, 1960.
- ZALD, Mayer. *Cultura, ideología y creación de marcos estratégicos*. In MCADAM, Dough; McCARTHY; Jonh D. ZALD, Mayer; *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid, Istmo, 1999.
- ZELIZER, Viviana. Beyond the Polemics on the Market: Establishing a Theoretical and Empirical Agenda. *Sociological Forum*, Vol. 3, No. 4, pp. 614-634. 1988.
- _____. Repenser le marche. La construction sociale du marché aux enfants », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 94, p. 3-26, 1992.
- _____. *La signification social de l'argent*. Trad. Christian Cler. Paris: Seuil, 2005.
- _____. Transactions intimes, *Genèses*, Volume 1, n° 42, mars, p. 121-44, 2001.
- _____. Sociology of Money. In Neil J. Smelser and Paul B. Baltes, editors, *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* 15: 9991-4. Amsterdam: Elsevier, 2001.
- _____. La construction des circuits de commerce: notes sur l'importance des circuits personnels et impersonnels. In Jean-Michel Servet & Isabelle Guérin, *Exclusion et Liens Financiers*, Rapport du Centre Walras, Economica, p. 425-429, 2002.
- _____. O significado social do dinheiro – Dinheiros especiais, In MARQUES, R.; PEIXOTO. *Os trilhos da sociologia econômica*. Portugal: Editora Celta, 2003.
- _____. Argent, circuits, relations intimes. *Enfances, Familles, Générations*, no 2, p. 93-113. 2005a.
- _____. Intimité et économie. *Terrain*, vol 45, pp. 13-28, 2005b.
- _____. Circuits within capitalism. In: NEE, Victor & SWEDBERG, Richard (eds.), *The economic sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press. pp. 289-322. 2005c.
- _____. *The purchase of intimacy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press. 2005d.
- _____. L'argent social. Entretien avec Florence Weber. *Genesis*, n° 65, pp. 126-137. 2006a.
- _____. Place à la Culture. *Interventions économiques*, n° 01, Vol. 33, 2006b.
- _____. Monétisation et vie sociale. *Le Portique*, n° 19, p. 2-11, 2007.

_____. La rémunération des services d'aide à la personne. *Retraites et sociétés*, 53:14-19., 2008.

_____. Dualidades perigosas. *Mana*. Vol.15, n.1, p. 237-256. 2009a.

_____. Dinheiro, poder e sexo. *Cadernos Pagu* [online]. N.32, p. 135-157. 2009b.

_____. *La Negociacion de La Intimidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009c.

_____. Circuits in economics life. *In Economics Lives*. New York: Princeton University Press, 2010.

_____. A economia do Care. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 10, nº 03, p. 376-391. 2010b.

_____. *A negociação da intimidade*. Trad. Daniela B. Henriques. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ZUKIN, Sharon; DiMAGGIO, Paul. *Structures of capital: The social organization of the economy*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1990.

ANEXOS

ANEXO I – QUALIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

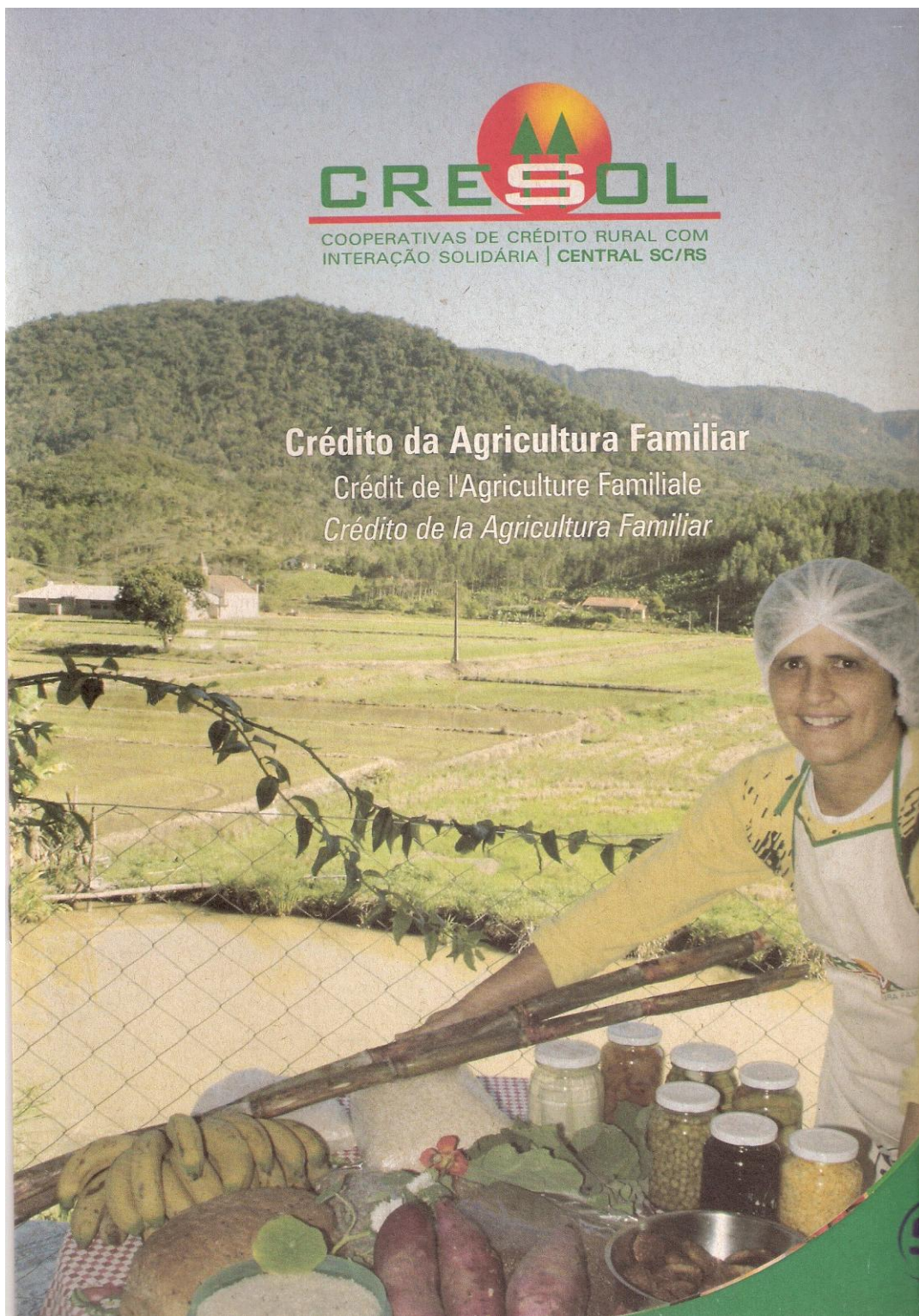
Função	ID	Instituição	Cooperativa e Base Vinculada	Base	Descrição do Perfil
1. Diretor	DIR1	Cooperativa CRESOL Erechim	CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, um filho.
2. Diretor	DIR2	Cooperativa CRESOL Central SC/RS	Cooperativa CRESOL Central SC/RS	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, um filho.
3. Diretor	DIR3	Unidade Atendimento CRESOL Paulo Bento	CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 20 anos, casado, um filho.
4. Diretor	DIR4	Unidade de Atendimento CRESOL Passo Fundo	CRESOL Sananduva	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, solteiro, sem filhos.
5. Diretor	DIR5	Cooperativa CRESOL Central SC/RS	CRESOL Central SC/RS	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, dois filhos.
6. Diretor	DIR6	Unidade de Atendimento CRESOL Barão do Cotegipe	CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 20 anos, solteiro, sem filhos.
7. Diretor	DIR7	Unidade de Atendimento CRESOL Três Arroios	CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 20 anos, casado, um filho.
8. Diretor	DIR8	Cooperativa CRESOL Aratiba	Cooperativa CRESOL Aratiba	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, dois filhos.
9. Diretor	DIR9	Cooperativa CRESOL Centenário	Cooperativa CRESOL Centenário	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, três filhos.
10. Técnico/ Agrônomo	TEC1	Cooperativa CRESOL Erechim	CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 20 anos, solteiro. Sem filhos.
11. Técnico/ Agrônomo	TEC2	Cooperativa CRESOL Sananduva	CRESOL Sananduva	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, dois filho.
12. Técnico/ Agrônomo	TEC3	Cooperativa CRESOL Aratiba	Cooperativa CRESOL Aratiba	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 20 anos, solteiro, sem filhos.
13. Técnico/ Agrônomo	TEC4	Cooperativa CRESOL Aratiba	Cooperativa CRESOL Aratiba	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 20 anos, solteiro, sem filhos.
14. Técnico/ Agrônomo	TEC5	Cooperativa CRESOL Central SC/RS	Cooperativa CRESOL Central SC/RS		Faixa etária 40 anos, casado, dois filhos.
15. Assessor/ Formação	ASR1	Cooperativa CRESOL Central SC/RS	Cooperativa CRESOL Central SC/RS		Faixa etária 40 anos, casado, dois filhos.
16. Assessor/ Formação	ASR2	Base Oeste/SC		Base Oeste/SC	Faixa etária 30 anos, casada, um filho.

17. Depto Marketing	ASR3	Cooperativa CRESOL Central SC/RS	Cooperativa CRESOL Central SC/RS		Faixa etária 30 anos, casada, um filho.
18. Agricultor	AGR1	Cooperativa CRESOL Sananduva	CRESOL Sananduva	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, dois filhos.
19. Agricultor	AGR2	Unidade de Atendimento CRESOL Passo Fundo	CRESOL Sananduva	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 50 anos, casado, três filhos.
20. Agricultor	AGR3	Cooperativa CRESOL Erechim	Cooperativa CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 30 anos, casado, dois filhos.
21. Agricultor	AGR4	Cooperativa CRESOL Erechim	Cooperativa CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casado, n° filhos não informado.
22. Agricultor	AGR5	Cooperativa CRESOL Erechim	Cooperativa CRESOL Erechim	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 60 anos, casados, sem filhos em casa.
23. Agricultor	AGR6	Cooperativa CRESOL Aratiba	Cooperativa CRESOL Aratiba	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 60 anos, casado, três filhos.
24. Agricultor	AGR7	Cooperativa CRESOL Aratiba	Cooperativa CRESOL Aratiba	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 40 anos, casada, um filho.
25. Agricultor	AGR8	Cooperativa CRESOL Aratiba	Cooperativa CRESOL Aratiba	Alto Uruguai/RS	Faixa etária 50 anos, casado, dois filhos.

Totais de entrevistas realizadas: 08 agricultores, 05 técnicos, 02 assessores, 09 Diretores e 01 funcionário.

Total de organizações: 05 Cooperativas, 04 Unidades de Atendimento, 01 Central, 02 Bases de Serviços, 08 municípios.

ANEXO II - Folder Institucional informando que o sistema de cooperativas “caminha para se consolidar em uma Instituição financeira completa”.



ANEXO III - Programas habitacionais do Governo Federal.



O QUE SIGNIFICA UMA CASA PARA VOCÊ?

A melhor definição talvez seja proteção, aconchego. E agora imagine se você pudesse construir uma nova moradia para compartilhar com a sua família. Este foi durante mais de 20 anos um grande sonho de milhares de agricultores familiares em todo o país, mas como não havia programas para financiamento habitacional rural, apenas para chiqueiros, maquinários, o ideal da casa nova ficava cada vez mais distante.

Nunca na história da habitação rural um Governo sensibilizou-se e auxiliou tanto a Agricultura Familiar como tem acontecido nos últimos anos. Através de muita luta, foi conquistado em 2003 o Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social - PSH, que atende de forma muito especial este segmento da sociedade, responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos no Brasil.

A Cresol Central SC/RS - um Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, formado essencialmente por agricultores familiares - desde fevereiro de 2004 têm operacionalizado o PSH através de recursos oficiais do Governo Federal, governos estaduais, Fetraf e Cooperhaf. A partir de 2006 começou a executar o programa "Caprichando a Morada", em parceria com a Caixa Econômica Federal, voltado à reforma de casas rurais.

	PSH 1 (2004)	PSH 2 (2005)	PSH 3 (2005)	PSH 4 (2006)	PSH 5 (2006)
Total de casas Financiadas	615	447	436	523	247
Total casas financiadas pela Cresol Central SC/RS: 2.268					

PSH	Valor Fundo Perdido	Contrapartida Cresol	Contrapartida Mutuário	Valor total
Programa 1	R\$ 2.767.500,00	R\$ 1.781.040,00	R\$ 1.845.000,00	R\$ 6.393.540,00
Programa 2	R\$ 2.011.500,00	R\$ 1.568.500,00	R\$ 1.341.000,00	R\$ 4.921.000,00
Programa 3	R\$ 2.616.000,00	R\$ 1.367.000,00	R\$ 1.526.000,00	R\$ 5.509.000,00
Programa 4	R\$ 3.138.000,00	R\$ 1.831.182,60	R\$ 1.830.500,00	R\$ 6.799.682,60
Programa 5	R\$ 1.482.000,00	R\$ 865.268,19	R\$ 864.500,00	R\$ 3.211.768,19
Total	R\$ 12.015.000,00	R\$ 7.412.990,79	R\$ 7.407.000,00	R\$ 26.834.990,79

Um dos grandes destaques do PSH é que ele cria uma modalidade de financiamento voltado para a realidade do trabalhador rural: juros baixos, prazo razoável (72 meses) e prestações acessíveis (em média R\$50,00). Outro importante diferencial é a participação direta do agricultor beneficiado na execução do programa, nas discussões de liberação dos recursos, nos projetos, na viabilização de mutirões e na organização e compra dos materiais de forma coletiva, com a finalidade de baratear os custos.

O reflexo da conquista de políticas de consolidação para a moradia na agricultura, representa muito mais que somente a melhoria nas condições das casas dos agricultores. É a oportunidade que reflete positivamente na qualidade de vida da sua família, na auto-estima e na criação de novas perspectivas para sua permanência no campo. E a Cresol Central, ao aplicar corretamente os recursos e ao acompanhar o bom desenvolvimento deste projeto, consolida ainda mais o programa e se fortalece no sentido de prosseguir e ampliar o acesso ao crédito habitacional.

Desta forma, a Cresol Central SC/RS cresce aliada aos interesses do seu maior motivador: o Agricultor Familiar.



CRESOL CENTRAL SC/RS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA

ANEXO IV - PNHU (Programa Nacional de Habitação Urbana)

CONSTRUÇÃO

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Central SC/RS), organizado e administrado pelos próprios agricultores familiares associados, desde fevereiro de 2004 começou a operacionalizar programas habitacionais para a Agricultura Familiar. Acompanhe os números de casas que foram construídas pela Cresol em parceria com a Cooperhaf, Caixa e Ministério das Cidades:

TOTAL DE CASAS FINANCIADAS						
2004	2005	2006	2007	2008	2009/2010	TOTAL
615	883	770	61	2105	877	5311

VALORES TOTAIS (EM R\$)				
	Valor Fundo Perdido	Contrapartida Cresol	Contrapartida Mutuário	Valor Total
2004	2.767.500,00	1.781.040,00	1.845.000,00	6.393.540,00
2005	4.627.500,00	2.935.500,00	2.867.000,00	10.430.000,00
2006	4.620.000,00	2.696.450,79	2.695.000,00	10.011.450,79
2007	366.000,00	257.649,36	213.500,00	837.149,36
2008	13.659.310,57	9.985.420,10	6.941.501,00	30.586.231,67
2009/2010*	11.406.000,00	---	3.946.500,00**	15.352.500,00
TOTAL	37.446.310,57	17.656.060,25	18.508.501,00	73.610.871,82


* A Cresol iniciou os cadastros das famílias selecionadas pelas prefeituras municipais para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para municípios com até 50 mil habitantes, sendo que estamos no aguardo da validação da Caixa.
** Valores médios a serem disponibilizados como contrapartida pelos mutuários e prefeituras.

PROGRAMAS EM ANDAMENTO

Modalidade: Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) - Grupo 1 / Grupo 2 / Grupo 3:
A Cresol Central SC/RS já cadastrou 764 demandas, as quais contemplam a construção e a reforma de casas.

Loteamentos Urbanos:
A Cresol iniciou um trabalho em parceria com a Cooperhaf e com os municípios para disponibilizar loteamentos que possam beneficiar além dos agricultores, trabalhadores urbanos. Com isso, a Cresol firma-se como uma parceira da agricultura familiar e com o desenvolvimento local sustentável, princípio integrado à missão do Sistema.

Mais crédito para você construir a sua vida.



REFORMA

A partir de 2006, a Cresol Central SC/RS, enquanto entidade organizadora, proporcionou aos seus associados a reforma de 1.593 moradias com o Programa Caprichando a Morada. Os recursos foram concedidos através do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em parceria com a Caixa.

ANEXO V - Aportes do programa “Caprichando a moradia”

O Programa tem como objetivo:

- Reforma de 2 mil casas de famílias de agricultores associados às cooperativas da Cresol Central SC/RS;
- Plantio de 15 mudas de árvores frutíferas por família participante;
- Organização do jardim para embelezamento das moradias reformadas;
- Plantio de 2 mil hortas familiares
- Formação e capacitação pelo Projeto Social, dos agricultores e agricultoras familiares envolvidos no programa.

Viabilização do Programa

O programa “Caprichando a Morada” está sendo operacionalizado pela Cresol Central SC/RS em parceria com a Cooperhaf, através das cooperativas singulares Cresol. Os recursos, provenientes do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e FDS (Fundo de Desenvolvimento Social) serão repassados pela Caixa Econômica Federal, que é o agente financeiro do programa criado pelo Governo Federal.

Modalidades

FGTS caução - Para associados com renda mensal de até R\$ 300,00. Para acessar este financiamento, o beneficiário deverá depositar uma contrapartida no valor de R\$ 2.093,00 (que pode ser financiada pela Cresol) e poderá retirar R\$ 8.000,00, dos quais R\$ 5.907,00 serão subsidiados.

FGTS Financiamento - Para associados com renda mensal de até R\$ 600,00. Os beneficiários poderão financiar até R\$ 6.300,00 e terão subsídio de até R\$ 3.000,00, totalizando R\$ 9.300,00. O financiamento será pago em até 96 parcelas mensais de no máximo R\$ 140,00.

FDS - Para associados com renda mensal de até R\$ 900,00. No FDS o beneficiário poderá financiar R\$ 7.500,00 com juros zero e parcelas entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00, em até 20 anos.

